

# HORIZONTES HISTÓRICOS

REVISTA DISCENTE DO PROHIS, VOLUME 7, NÚMERO 2 - JUL./DEZ. 2023. ISSN: 2596-0377



## Expediente

A *Horizontes Históricos* é uma revista eletrônica ligada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe. O objetivo da revista é congregar textos de pesquisadores a nível de graduados, mestrado e doutorado – inserindo mestrandos e doutorandos – acerca de temas que versem sobre Relações Sociais e de Poder, Cultura, Identidades, bem como os entrelaces entre esses campos. São aceitos trabalhos de História e áreas afins, explicitadas na área dedicada às submissões dos mesmos. A revista abre uma chamada livre por semestre e um dossiê temático anual, para os quais são recebidos artigos, resenhas críticas e entrevistas. A Revista busca atuar como um veículo difusor e fomentador da produção acadêmica, primeiramente dos pesquisadores locais e, em extensão, da pesquisa científica na área das Ciências Humanas e Sociais em geral.

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe

Horizontes Históricos [recurso eletrônico]: Revista discente do PROHIS / Universidade Federal de Sergipe, Programa de Pós-Graduação em História – vol. 7, n. 2(2023) – São Cristóvão, SE: PROHIS, 2023 – Semestral

e-ISSN: 2596-0377

1. História. I. Universidade Federal de Sergipe. Programa de Pós-Graduação em História.

CDU 94(05)

### **Universidade Federal de Sergipe**

*Reitor:* Prof. Dr. Valter J. de Santana Filho.

*Vice-Reitor:* Rosalvo Ferreira Santos.

### **Centro de Educação e Ciências Humanas:**

*Diretora:* Prof<sup>ª</sup> Dra. Ana Maria Leal Cardoso.

*Vice-Diretor:* Prof. Dr. Genésio José dos Santos.

### **Programa de Pós-Graduação em História:**

*Coordenadora:* Prof<sup>ª</sup>. Dr. Augusto da Silva

*Vice-Coordenador:* Prof. Dr. Carlos De Oliveira  
Malaquias

### **Expediente:**

*Editora-Chefe:* Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>a</sup> Edna M. Matos Antonio.

*Editoras Assistentes:*

Me. Lívia Maria Albuquerque Couto;

Thaís Monique Costa Moura.

*Equipe Editorial:*

Me. Cassiano Celestino de Jesus;

Me. Ives Leocelso Silva Costa;

Me. Lívia Maria Albuquerque Couto;

Aylla Maria Alves dos Santos;

Luísa Vilas Boas dos Santos;

Thaís Monique Costa Moura.

### **Conselho Consultivo:**

Prof. Dr. Antônio Fernando Araújo de Sá;

Prof. Dr. Bruno Gonçalves Alvaro;

Prof. Dr. Bruno Uchoa Borgongino;

Prof. Dr. Carlos de Oliveira Malaquias;

Prof. Dr. Claudefranklin Monteiro Santos;

Profa. Dra. Edna Maria Matos Antonio

Prof. Dr. Ernst Pijning;

Prof. Dr. Felipe Augusto Ribeiro;

Profa. Dra. Luciene Lages Silva;

Profa. Dra. Kirsten Schultz;

Profa. Dra. Mariana Bracks Fonseca;

Profa. Dra. Marília de Azambuja Ribeiro Machel;

Prof. Dr. Miguel Figueira de Faria;

Prof. Dr. Pedro Abelardo Santana;

Prof. Dr. Renato Pinto.

### **Lista de Pareceristas da Sétima Edição:**

Ana Cláudia Teixeira de Lima

Andreia Amorim da Silva

Bruna Morrana dos Santos Cavalcante

Fabrcio Ferreira de Medeiros

Fernando Fontes Cepulli

Jéssica Evelyn Pereira dos Santos

José Ferreira Júnior

Libânia da Silva Santos

Manoel Caetano do Nascimento Júnior

Pedro Vagner

Rebecca Hodesh Muniz

Silmária Reis dos Santos

Thayenne Roberta Nascimento Paiva

**Imagem de Capa:** Manto – Arthur Bispo do

Rosário

Apoio:



# Sumário

---

## Artigos

**08** A EDUCAÇÃO NA MONARQUIA CONSTITUCIONAL FRANCESA (1789-1792): UMA NARRATIVA A PARTIR DOS RELATÓRIOS DE TALLEYRAND E CONDORCET

Milene Moraes de Figueiredo; Eduardo Cristiano Hass da Silva; Bárbara Virgínia Groff da Silva

---

**24** A EMERGÊNCIA DO MOVIMENTO HOMOSSEXUAL NO BRASIL E SUA RELAÇÃO COM O JORNAL LAMPIÃO DA ESQUINA (1978-1981)

Andrey Tironi da Silva

---

**45** A ANÁLISE DA TRAJETÓRIA DE VIDA DE PESSOAS COMO OBJETO DE ESTUDO NO ENSINO DE HISTÓRIA: O DIREITO À VIDA, FAMÍLIA E A CIDADANIA A PARTIR DE JOSÉ VICENTE FERREIRA BARROS

Eliakin Ramos Moura da Silva; Mabelle de Sousa Almeida

---

**60** INTERFACES ENTRE CINEMA E ENSINO DE HISTÓRIA: APONTAMENTOS SOBRE A OBRA SILENCIADAS (2021) E A TEMÁTICA FEMININA MODERNA

Alan Marques de Pinho

---

**72** O RELATO DE VIAGEM DE GREGÓRIO JOSÉ MENDES (1785) E A TENTATIVA DE EXPANSÃO DA PRESENÇA PORTUGUESA AO SUL DE BENGUELA

Paulo Pereira Oliveira Matos; Mhamed el Bouzidi

---

**96** PALACETE BOLONHA: A HISTÓRIA DE UMA “CASA PROMETIDA” NA CIDADE DE BELÉM-PA

Luciana Cristina de Oliveira Azulai

---

**117** “LOLONOIS (QUE NO HAZIA GRAN CASO DE LA MUERTE DE UNA DOZENA DE ESPAÑOLES)”: PIRATARIA, VIOLÊNCIA E HIDRARQUIA NA REGIÃO CARIBENHA DO SÉCULO XVII

Camila Acosta Queiroz

## Sumário

---

- 139** “QUE A FRUCTUOSA PROVÍNCIA DO MARANHÃO GOZE DA MESMA LIBERDADE”: TRANSIÇÃO, ADESÕES E UNIDADE POLÍTICA NO IMPÉRIO DO BRASIL (1820-1829)

Mário Augusto Carvalho Bezerra

---

- 157** UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO ACERCA DA HISTÓRIOGRAFIA E TERRITORIALIDADE DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS PIAUIENSES CONTEMPORÂNEAS

Francisca Cibele da Silva Gomes

---

- 176** “CORREIO TRABALHISTA”: O JORNAL DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO NA BAHIA (1946)

Hebert Santos Oliveira

---

- 191** A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM HISTÓRICA NA EDUCAÇÃO HISTÓRICA

Francielli Czelusniak Costa Chepluki

---

- 215** OS MONUMENTOS HISTÓRICOS E A RECONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO NO MUNDO PÓS-COLONIAL

May Fran Selares Facundes

---

- 229** MEIO SÉCULO DA ROÇA À CIDADE: A PRODUÇÃO DE UMA MEMÓRIA CURRAIS-NOVENSE NA OBRA DE ANTÔNIO OTHON FILHO

Fabiana Alves Dantas

# EDITORIAL

## Horizontes Históricos

Nossa última edição de 2023, representa um marco significativo para a Revista discente Horizontes Históricos. A sétima edição, que conta com treze artigos cuidadosamente organizados só foi possível graças ao enorme esforço de nossos integrantes que, juntamente aos nossos colaboradores, buscaram contribuir para a produção acadêmica em nosso país.

Esta edição oferece uma rica junção de assuntos tratados acerca do que há de mais recente em reflexões na produção acadêmica historiográfica nacional. Os contribuintes da edição, pesquisadores e pesquisadoras do Brasil, se unem para apresentar uma série de assuntos que partem de contribuições do presente e questionamentos sobre o passado na produção de ciências humanas em nosso país. Explorando uma gama abrangente de assuntos, nestes artigos tivemos interpretações e pesquisas que abrangem desde os monumentos históricos no pós-colonial até arquitetura palaciana na cidade de Belém/PA; além da análise do partido trabalhista brasileiro na Bahia e o processo de unidade política do Maranhão; a importância das biografias e do cinema para o ensino de História; pesquisas sobre violência e hidrarquia, e a ênfase nos estudos quilombolas e homossexuais para a historiografia brasileira. A força destas discussões localiza-se na diversidade de ideias, cujas argumentações partem de diversos lugares de fala de nosso Brasil.

Como testemunhas da constante atualização da pesquisa histórica, gostaríamos de agradecer sinceramente aos dedicados pesquisadores, pesquisadoras, pareceristas, revisores e à toda equipe editorial que tornaram esta edição possível. Temos a esperança que esta edição estimule novas análises e inspire novos diálogos dentro e fora da comunidade acadêmica.

Convidamos todos a explorar as páginas deste sétimo número da Revista Horizontes Históricos, e desejamos que mergulhem em uma série de reflexões que nos desafiam a ampliar constantemente os horizontes históricos e intelectuais. Tenham uma ótima leitura!

Equipe Horizontes Históricos.

## A EDUCAÇÃO NA MONARQUIA CONSTITUCIONAL FRANCESA (1789-1792): UMA NARRATIVA A PARTIR DOS RELATÓRIOS DE TALLEYRAND E CONDORCET

### EDUCATION IN THE FRENCH CONSTITUTIONAL MONARCHY (1789-1792): A NARRATIVE BASED ON TALLEYRAND AND CONDORCET'S REPORTS

Milene Moraes de Figueiredo<sup>1</sup>  
Eduardo Cristiano Hass da Silva<sup>2</sup>  
Bárbara Virgínia Groff da Silva<sup>3</sup>

**Resumo:** A investigação analisa as mudanças propostas na forma de pensar a educação com a Revolução Francesa, especialmente a partir de um debate historiográfico acerca das ideias apresentadas nos relatórios de Charles-Maurice de Talleyrand e Marquês de Condorcet. O estudo se insere na História da Educação, fundamentado na História Cultural. Metodologicamente, recorre-se à revisão bibliográfica e análise historiográfica das discussões em torno da temática. As informações localizadas são transformadas em dados, tomados como documentos. Após a introdução, apresenta-se um panorama geral a respeito da Revolução Francesa. Na sequência, é traçado um quadro geral de como a educação aparece nos diferentes interesses em jogo no processo revolucionário. Os dois tópicos que seguem apresentam a discussão central da investigação: o relatório de Talleyrand e o relatório de Condorcet.

**Palavras-chave:** História da Educação; Revolução Francesa; Talleyrand; Condorcet.

**Abstract:** The article analyzes the proposed changes in the way of thinking about education with the French Revolution, based on the ideas defended in the reports of Charles-Maurice de Talleyrand and Marquês de Condorcet. The study is part of the History of Education, with references in Cultural History. The methodology resorts to a bibliographical review and historiographical analysis of the discussions around the theme. The localized information was transformed into data, taken as documents. After the introduction, a narrative about the French Revolution is presented. Next, a general picture is drawn of how education appears in the revolutionary process. The next two topics present the central discussion of the investigation: analysis of educational issues in Talleyrand's report and Condorcet's report.

**Keywords:** History of Education; French Revolution; Talleyrand; Condorcet.

<sup>1</sup> Doutora em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), na linha Sociedade, Desenvolvimento Econômico e Migrações e licenciada e mestra em História pela mesma instituição. E-mail: [milene.mfigueiredo@gmail.com](mailto:milene.mfigueiredo@gmail.com).

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4126186805591372>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1566-9204>.

<sup>2</sup> Professor do Curso de Turismo da Faculdade de Engenharia, Letras e Ciências Sociais do Seridó (FELCS) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Doutor em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Mestre, graduado (licenciatura e bacharelado) em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). E-mail: [eduardo.hass@ufrn.br](mailto:eduardo.hass@ufrn.br). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1989339699277505>. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-3906-5448>.

<sup>3</sup> Doutora e mestra em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Possui graduação em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: [barbara.vgs@gmail.com](mailto:barbara.vgs@gmail.com). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0173106501927527>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8206-1602>.



## Introdução

A Revolução Francesa foi um evento histórico que modificou os acontecimentos no mundo ocidental. Não podemos somente reduzi-la a um evento estritamente francês, em que há a troca de poder entre uma classe aristocrática para uma classe burguesa, mas sim em um marco do mundo contemporâneo. Eric Hobsbawm (1996a) argumenta que a Revolução Francesa e a Revolução Industrial provocaram uma transformação social que se espalhou pelo mundo ocidental e o influenciou, tanto que a Idade Contemporânea teve seu marco inicial definido a partir desta Revolução iniciada em 1789.

Eric Hobsbawm (1996a) argumenta ainda que a Revolução Francesa foi um evento que, de certa forma, serviu como um protótipo das demais revoluções burguesas que se seguiram. A burguesia, esta classe que estava situada entre a aristocracia e o campesinato, era diversa e possuía outras demandas e prerrogativas que os nobres. Uma delas era a educação.

Os pressupostos educativos franceses adentraram na educação nacional. A escola pública brasileira, bem como seus princípios de “universalidade, gratuidade, laicidade e obrigatoriedade” são herdeiros dos ideais da Revolução Francesa. Foi nesse período que a publicização da instrução se tornou uma preocupação, sendo identificada a partir de projetos, relatórios, decretos, discussões e petições (LOPES, 1981).

O objetivo desse estudo consiste em analisar as mudanças propostas na forma de pensar a educação a partir da Revolução Francesa, especialmente a partir de um debate historiográfico acerca das ideias apresentadas nos relatórios de Charles-Maurice de Talleyrand (Relatório e Projeto de Decreto) e Marquês de Condorcet<sup>4</sup> (Relatório e Projeto de Decreto). Além disso, o texto corrobora para o preenchimento de uma lacuna identificada pelos autores em relação à produção historiográfica sobre a temática.

Enquanto pesquisadores e professores em diferentes níveis da educação, identificamos a necessidade de uma produção mais abrangente relacionada aos relatórios citados com a Revolução Francesa e a História da Educação. Dessa forma, não temos a intenção de esgotar a temática, mas de propor uma narrativa possível a respeito da História da Educação em relação à Revolução Francesa, para fins de reflexão educacional.

Destacamos que este artigo não se propõe a realizar uma análise primária dos relatórios de Charles-Maurice de Talleyrand e do Marquês de Condorcet. Nosso objetivo é apresentar uma discussão a partir de outros autores sobre as contribuições trazidas para a educação a partir desses relatórios e como este evento da Revolução Francesa impactou e influenciou a história da educação.

---

<sup>4</sup> O sobrenome Condorcet é associado a Marie Jean Antoine Nicolas Caritat, Marquês de Condorcet.

Nesta perspectiva, as análises propostas se inserem no campo da História da Educação, entendida como um campo de pesquisa multifacetado, que articula conceitos e temas tanto da História quanto da Educação (STEPHANOU; BASTOS, 2005). Embora sejam mobilizados autores marxistas importantes, como Eric Hobsbawm, é na História Cultural que a presente investigação se fundamenta. Acreditamos que, aproximações como essas, desde que tomados os devidos cuidados teóricos e metodológicos, potencializam as análises, uma vez que a História Cultural não pode ser compreendida sem as contribuições do marxismo para a História. Segundo Sandra Pesavento (2005, p. 7), a emergência da corrente historiográfica dos *Annales* pode ser localizada nos anos 1930, como uma alternativa ao marxismo, que “inovara com as suas categorias de estrutura e conjuntura, conceitos identificadores da longa e da média duração e que passaram a operar como marcos explicativos para uma outra concepção dos marcos temporais na análise da história”.

A partir da História Cultural, mobilizamos o conceito de narrativa histórica (PESAVENTO, 2005; VEYNE, 1982). Segundo Pesavento (2005), a História já passou por diferentes identificações ao longo do tempo: fatos acontecidos, ciência e narrativa. De acordo com a autora, a narrativa é um dos conceitos centrais que passou a orientar o historiador a partir da consolidação da História Cultural. Entendendo a História como narrativa, ela está relacionada a um discurso de verdade, no qual o narrador, neste caso, o historiador, é a figura responsável por mediatizar, selecionar dados e tecer relações entre eles, propondo uma sequência pautada na inteligibilidade do texto.

Sendo assim, metodologicamente, recorre-se à revisão bibliográfica e à análise historiográfica das discussões em torno da temática. As informações localizadas são quebradas, sistematizadas, e transformadas em dados, tomados como documentos. Estes são reorganizados e utilizados na construção de uma narrativa possível sobre a Educação na Revolução Francesa, para fins de reflexão educacional.

Diante disso, tomamos como documentos as demais produções historiográficas que surgiram a partir das fontes primárias dos relatórios. Pensamos a partir de Paul Veyne (1982), que apresenta a escrita da história como uma construção realizada a partir de tudo o que foi produzido, pensado e escrito pela humanidade. Dessa forma, as análises que surgiram a partir desses relatórios, e que foram escritas ao longo dos anos, podem ser consideradas documentos, pois são os olhares, as percepções, as reflexões, as perguntas e as respostas encontradas por sujeitos que pensam e escrevem sobre a história dentro de um espaço e tempo.

Sendo assim, a pesquisa documental não se restringe à investigação das fontes primárias, mas ao estudo do que foi produzido ao longo do tempo sobre elas. Como afirma Le Goff (2013), o documento também é um monumento, ou seja, um produto social, que foi construído a partir das relações de forças que estavam em vigência em determinado período histórico. Tanto os relatórios

em si quanto as produções historiográficas derivadas dos mesmos podem ser pensadas como tanto como documento, no sentido de prova, de experiência humana no tempo, quanto de monumento, pois apresenta um resultado de forças políticas e sociais, além de ser um testemunho do seu tempo.

Os relatórios de Charles-Maurice de Talleyrand e Marquês de Condorcet foram apresentados no período inicial da Revolução, entre a Assembleia Constituinte (1789) e a Assembleia Legislativa (1791). Sendo assim, este artigo não se propõe a analisar a Revolução Francesa como um todo, mas sim o momento histórico de produção e difusão desses relatórios, conhecido como período da Monarquia Constitucional Francesa (1789-1792)<sup>5</sup>.

Para atender ao objetivo proposto, o texto encontra-se dividido em seis partes, sendo a primeira parte a introdução, e a última as considerações finais. Após a introdução, recorre-se a um conjunto de autores que abordam a temática e propõem-se uma narrativa que apresenta um panorama histórico possível da Revolução Francesa. Na sequência, em “A Revolução e a Educação”, apresenta-se um quadro geral de como a educação aparece nos diferentes interesses em jogo no processo revolucionário.

Os dois tópicos que seguem apresentam a discussão central da investigação, sendo o primeiro destinado para a análise das questões educativas no relatório de Talleyrand e, o segundo, para o relatório de Condorcet.

### **Panorama histórico sobre a Revolução Francesa: uma narrativa possível**

Segundo Eric Hobsbawm (1996a), a Revolução Francesa foi uma revolução burguesa que serviu de modelo para as demais revoluções que ocorreram ao longo dos séculos. Com relação à burguesia, o autor argumenta este grupo era diverso, pois:

Qualquer que fosse a natureza da classe média ou burguesia do século XIX, ela era formada pela combinação de vários grupos situados entre a nobreza e o campesinato, e que antes não julgavam que tivessem, necessariamente, muito em comum entre si, como uma classe única, consciente de si e tratada pelos outros como tal; esse era o caso sobretudo daqueles cujas posição estava baseada na educação [...] A história do século XIX é incompreensível para qualquer um que suponha que apenas empresários eram realmente burgueses (HOBSBAWM, 1996a, p. 32)

René Rémond (1976) entende que as origens da Revolução Francesa se encontram fortemente marcadas pelo paradoxo entre Revolução e o Antigo Regime<sup>6</sup>, sendo que a primeira rompe com o segundo de forma rápida, ocasionando mudanças radicais. De acordo com Florenzano (1983), na

<sup>5</sup> Estamos adotando a divisão da Revolução Francesa em três fases: Monarquia Constitucional (1789-1792); Convenção Nacional (1792-1795); Diretório (1795-1799).

<sup>6</sup> Inclusive, a expressão “Antigo Regime” remete ao sistema social francês dividido em estamentos que existia antes da Revolução Francesa. Essa expressão é depreciativa, pois enfoca a perspectiva burguesa de igualdade. Quem divulgou essa expressão, que já era usada na época da Revolução, foi Alexis de Tocqueville no livro “O Antigo Regime e a Revolução” (TOCQUEVILLE, 1997).

véspera da Revolução, o contexto socioeconômico francês era marcado uma por estrutura predominantemente agrária e feudal. A sociedade francesa era formada por três ordens: o Clero, a Nobreza e o Terceiro Estado. A Nobreza e o Clero eram as ordens privilegiadas e representavam cerca de 3% da população. Detentores da posse e usufruto de direitos feudais e senhoriais, viviam à custa dos camponeses. Além disso, “estavam isentos de todo trabalho produtivo e imunes a toda tributação: dispunham de leis e tribunais especiais e detinham o monopólio de todas as funções políticas mais importantes (FLORENZANO, 1983, p. 16 – 17)”. Já o Terceiro Estado, compreendia a imensa maioria da população, sendo composto por diversas categorias: as classes populares do campo e das cidades, a pequena, a média e a alta burguesia. A população que compunha o Terceiro Estado trabalhava, pagava impostos e não gozava de privilégios.

Soboul (1964) ressalta que, apesar da diversidade social presente no Terceiro Estado, alguns fatores eram de comum acordo entre seus membros, como: oposição aos privilégios do Clero e da Nobreza e a reivindicação da igualdade civil. De acordo com o autor, recaía sobre as classes populares, especialmente sobre os camponeses, os fardos do Antigo Regime, bem como os que haviam subsistido do feudalismo. Além disso, enquanto os camponeses se exasperavam ante o regime feudal, os burgueses estavam aborrecidos com os privilégios fiscais e honoríficos. De maneira geral, todo o Terceiro Estado encontrava-se unido em sua hostilidade comum ao privilégio aristocrático. Porém, esses fatores não são suficientes para explicar a complexidade do contexto que deu impulso ao processo revolucionário.

Marcado por agitações políticas, o final do século XVIII foi um período de crise tanto nos antigos regimes europeus como em seus sistemas econômicos. Assim, a França encontrava-se em um contexto que misturava agitações reformistas, conclamação dos Estados Gerais e uma profunda crise socioeconômica. Com uma safra ruim e um inverno rigoroso, os camponeses sentiam-se prejudicados vendo seu custo de vida elevar-se cada vez mais.

Os pobres do interior ficavam assim desesperados e envolvidos em distúrbios e banditismo; os pobres das cidades ficavam duplamente desesperados, visto que o trabalho cessava no exato momento em que o custo de vida subia [...]. Em 1778, 1789, uma convulsão de grandes proporções no reino, uma campanha de propaganda e eleição transformaram o desespero do povo numa perspectiva política. Eles iniciaram a tremenda e elaborada ideia de se libertar da nobreza e da opressão. Um povo turbulento se colocava por trás dos deputados do Terceiro Estado (HOBSBAWM, 1996, p. 24).

Florenzano (1983) ressalta que a Revolução Francesa, foi produto e confluência de quatro movimentos distintos: “uma revolução aristocrática (1787-1789), uma revolução burguesa (1789-1799), uma revolução camponesa (1789-1793) e uma revolução do proletariado urbano (1792-1794). Ou seja, para esse autor, a revolução não começou em 1789, pois esse ano marca a tomada do poder

pela burguesia e não o início do processo revolucionário que começou dois anos antes, quando em 1787, a aristocracia se revoltou contra a monarquia absolutista.

René Rémond (1976) afirma que, embora inicialmente explicada a partir de fatores políticos e ideológicos, o leque de explicações para o fenômeno revolucionário aumentou ao longo dos anos e das pesquisas históricas. Dentre as explicações possíveis apresentadas pela historiografia, destaca-se a Revolução como um acidente (hipótese descartada pelo autor), uma influência oculta das minorias, causas de ordem econômica, origens sociais que provocaram crises na sociedade e, além disso, questões políticas. O autor reforça a importância de pensar a Revolução Francesa não a partir de uma causa única, mas sim a partir da consideração das pluralidades dos fatores.

Segundo Eric Hobsbawm (1996), a Revolução Francesa teria iniciado com uma tentativa mal calculada da aristocracia de recuperar o Estado. Não sendo liderada por nenhum movimento ou partido, foi um consenso de ideias entre uma burguesia que teria dado ao movimento uma unidade efetiva. Foi essa burguesia que estabeleceu seus interesses e exigências na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão: “Os direitos do homem e do cidadão eram esquecidos, insultados fazia séculos; foram restabelecidos para toda a humanidade [...] (FURET, 1989, p. 624)”. Apesar de dar destaque aos seus interesses, esse regime oficialmente expressaria não só os de sua classe, como também “a vontade geral da nação francesa”.

A primeira derrota revolucionária ocorreu quando, após lutar para obter uma representação tão considerável quanto à da nobreza e a do clero, o Terceiro Estado (composto por cerca de 610 homens que em sua maioria eram trabalhadores e camponeses pobres, analfabetos e politicamente simples) buscava explorar sua maioria de votos e transformar os Estados Gerais em uma assembleia de deputados que votariam individualmente. Depois de muito esforço, o Terceiro Estado saiu vitorioso contra a “resistência unificada do rei e das ordens privilegiadas (HOBSBAWM, 1996, p.23)”.

Com a queda da Bastilha em 14 de julho de 1789, as cidades provincianas e o campo logo ficaram sabendo da Revolução e três semanas depois a estrutura feudal da França e sua máquina feudal já haviam desmoronado. De acordo com Silva (2007, p. 100), a queda da Bastilha pode ser considerada um marco da queda do Antigo Regime, a partir do qual a questão da educação e do sistema educacional francês foi se estruturando enquanto “público, universal e laico”.

No período revolucionário na França (1789-1815), ocorreram diversas mudanças nas concepções educativas dos sistemas de ensino francês. Nesse contexto os relatórios de Talleyrand e de Condorcet exerceram importante influência. Em 1789 e 1791, a burguesia moderada, a partir da Assembleia Constituinte, tomou medidas para a grande racionalização e reforma da França (FURET, 1989). No âmbito educacional, surgiu a necessidade de substituir a instrução vigente no período



absolutista por uma nova, “que pudesse ser desfrutada por todos aqueles que tinham combatido a supressão no domínio feudal” (LOPES, 1981, p. 15).

De acordo com Michelle Perrot (2009), a Revolução Francesa tentou romper a fronteira entre o público e o privado, construir um homem novo e remodelar o cotidiano através de uma nova organização de espaço, do tempo e da memória. Nesse contexto de mudança da ordem da sociedade e dos costumes, a pedagogia revolucionária e a educação tiveram papel fundamental. Considerando este panorama histórico, iniciamos o percurso em direção ao objetivo anteriormente apresentado.

### **A Revolução e a Educação**

Pensando a partir do lema revolucionário “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”, a educação pública mantida pelo Estado francês seria a forma de moldar o futuro cidadão dentro dos pressupostos revolucionários. Dessa forma, havia uma perspectiva iluminista de que o estudo, a razão e a ciência trariam o progresso da sociedade, ao mesmo tempo em que alguns burgueses desejavam que a educação pública fosse para todos, mas até certo nível escolar. Um novo momento estava sendo pensado, negociado e disputado, e conforme ressalta Margarita Victória Rodríguez (2010, p. 67):

No final do século XVIII, a sociedade francesa experimentou mudanças tanto políticas como sociais. A Revolução Francesa significou a desintegração da forma de organização feudal e criou as condições para a consolidação e a organização da sociedade burguesa capitalista.

De acordo com Carlota Boto (1996), a Revolução Francesa pretendeu ser a invenção de uma nova forma de ser humano, na qual “as novas insígnias de repressão do poder solicitavam que fossem apagados os rastros, as pegadas, de um passado que se queria destruir (BOTO, 1996, p. 72)”. Os legisladores teriam o papel de dar identidade coletiva ao povo.

Pretendia-se presentear o povo com sua soberania, porém esse povo havia herdado marcas de um período de opressão, em que nem todos eram livres e iguais. Era preciso conferir aos homens a nova inscrição política que acabara de ser formulada. Até o momento, todos eram súditos de um rei, e deveriam obedecê-lo. Contudo, a partir da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, a soberania reside na nação e quem a exerce são os cidadãos, que se tornam o povo francês. A concepção de homem é distinta do tempo do Antigo Regime<sup>7</sup>.

Assim, a educação era tomada como âncora de engate entre aquilo que se foi o que poderia erigir. Segundo Eliane Marta Santos Teixeira Lopes (1981), para conhecer a educação, não basta

---

<sup>7</sup> Utilizamos a expressão “homem” não para representar “ser humano”, mas sim apenas os homens. Com relação aos direitos das mulheres, as ideias de liberdade e igualdade não estavam presentes. Como exemplo podemos mencionar Olympe de Gouges (Marie Gouze) que escreveu a “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã”, em 1791, trazendo questões importantes para a mulher enquanto cidadã francesa, porém como resultado foi condenada à guilhotina.

apenas que conheçamos a sua história estrutural e de funcionamento de sistema de ensino, mas sim, que possamos entender e significar o seu lugar e seu papel na história:

Acreditamos que, se quisermos conhecer a educação, devemos conhecer não a sua história, enquanto relato de estruturas e funcionamentos de sistemas de ensino e/ou de seriação cronológica do pensamento pedagógico, mas o seu lugar e o seu papel na História. História feita pelos homens reais, atuantes e condicionados por um determinado desenvolvimento das forças produtivas e do modo de produção que a elas correspondem (LOPES, 1981, p.13).

Até o absolutismo francês, a Educação era vista como um privilégio de poucos, onde apenas uma parcela da população, como nobres e clérigos tinha acesso a ela, enquanto sobre a grande parte restante imperava a ignorância e a injustiça. Com a Revolução Francesa, veremos uma série de mudanças nas concepções educativas, e a escola e o ensino passam por profundas mudanças.

A crise econômica pela qual a França começou a passar gerou uma série de problemas e insatisfações na sociedade, provocando significativo antagonismo na sociedade de ordens francesa (HOBSBAWM, 1996). Lopes afirma que “a crise econômico-financeira mencionada gerou problemas e insatisfações na sociedade, mas, sobretudo, acirrou os conflitos e antagonismos entre classes (LOPES, 1981, p. 29)”. Devido à invocação dos Estados Gerais, por Luis XVI, diferentes representantes das ordens francesas de diversas regiões da França irão emitir os seus Cadernos de Súplicas.

Segundo Lopes (1981), a necessidade de se ter um novo sistema de estudos estava expressa nos cadernos de todas as ordens. Mesmo dominando o sistema educacional do período, o Primeiro e o Segundo Estado também acreditavam que o sistema educativo francês precisava de mudanças:

Os *cahiers* da nobreza são ainda mais explícitos: “A Assembleia Geral voltara frequentemente sua atenção sobre os estabelecimentos de educação pública inexistentes em muitas partes do reino. Essas fundações, quase todas antigas, conservam a rotina dos séculos passados. É tempo de fazê-las participar das luzes adquiridas, de lhes dar um regime mais próprio a formar os cidadãos de todas as ordens e sobretudo de propagar nos campos os meios de educação suficiente aos que os habitam e que possam se estender até mesmo aos pobres. [...] os de Paris que a educação pública seja aperfeiçoada e estendida a toda classe de cidadãos (LOPES, 1981, p.58).

A necessidade de expansão do número de escolas foi defendida pelas três ordens, porém, quem dirigiu a ideia da escola pública burguesa é a própria burguesia: “A partir daí, no afã de consolidar seu projeto hegemônico, a burguesia se apropria da ideia de escola pública, redefinindo-a e convertendo-a em um dos instrumentos de sua visão de mundo” (LOPES, 1981, p.15). Dessa forma, a burguesia idealizava uma educação para o povo que não ultrapassasse muito as suas necessidades básicas e que instrísse sobre os direitos e deveres de um cidadão patriótico:

A educação nacional é talvez o mais importante tema que passa a ser oferecido à consolidação dos Estados Gerais. A classe que mais necessita receber educação é a

numerosa classe do povo. Que a educação lhe seja dada, sem sair da simplicidade dos conhecimentos que bastam às suas necessidades, os instrua sobre os seus deveres e direitos, tornando-lhes igualmente queridos à lei e à pátria, pelos sentimentos e convicção da felicidade que elas lhes garantem; que as escolas das cidadezinhas ensinem além da leitura, a escrita e um pouco de aritmética e acrescentem, ao invés do catecismo religioso, um catecismo patriótico que expõe de maneira segura e elementar as obrigações e encerra o título de cidadão. (BAILIADO DE SAINT-MIHIEL APUD LOPES, 1981. p.59)

Através de perspectivas distintas, os anseios burgueses moldaram a educação do período revolucionário e estiverem presentes nas normativas educacionais discutidas e implementadas na época. Algumas dessas podem ser percebidas nos relatórios de Talleyrand e Condordet que são discutidos a seguir.

### **A educação do relatório de Talleyrand**

Foi nos primeiros momentos da Revolução, quando estava ocorrendo a Assembleia Constituinte, que foram sintetizadas as preocupações quanto à instrução pública. O “Relatório e Projeto de Decreto” foi anunciado em 1791, por Talleyrand, que era membro do Comitê da Constituição. A Constituição de 1789 determinava os limites da instituição da instrução pública:

Será criada e organizada uma instrução pública, comum a todos os cidadãos, gratuita com relação às partes do ensino indispensáveis a todos os homens e cujos estabelecimentos serão distribuídos gradualmente em relação combinada com a divisão do reino. (BUISSON, 1911, p. 370 apud LOPES, 1981. p. 61).

Essa “instrução pública, comum a todos”, tratava-se da primeira instrução fornecida pelas escolas primárias. Talleyrand propôs a hierarquização do ensino em graus:

[...] a escola primária deveria ser estabelecida em cada cantão, ao lado de cada assembleia primária. Seu programa envolveria princípios de língua nacional, regras elementares do cálculo e da medição, elementos da religião, princípios de moral, princípios da constituição; o desenvolvimento das faculdades físicas [...] intelectuais (razão e memória) e morais (LOPES, 1981. p. 65).

Pelo trecho, podemos perceber a importância não somente do ensino de língua materna e noções de matemática, como questões de ordem moral. Princípios de religião, temas da Constituição e elementos de moral indicam a questão de formar tanto o sujeito conhecedor quanto o cidadão francês que saberá o mínimo para viver nessa nova sociedade que estava surgindo.

Ao longo da pesquisa de caráter bibliográfico, ao quebrarmos e reorganizarmos as narrativas, transformando-as em dados, identificamos elementos importantes que apresentam algumas discrepâncias em relação ao tema abordado. De acordo com Lopes, Talleyrand preconizava ainda duas características importantes para a primeira instrução: ser não-obrigatória e gratuita.

Faz sentido a ideia da não-obrigatoriedade em uma sociedade na qual o indivíduo é o centro das preocupações e das reformas, e a liberdade individual é o princípio a partir do qual virão as demais liberdades: a econômica, a política, a social a religiosa, a intelectual. (LOPES, 1981, p. 64)

Já em Carlota Boto (1996, p. 116), encontramos uma interpretação distinta em relação a gratuidade: “Talleyrand, como relator do texto pedagógico da Constituinte, preconiza uma primeira instrução obrigatória, gratuita e universal”.

Se para a uma primeira instrução, Talleyrand, preconizava uma escola gratuita e universal, as etapas seguintes, teriam um público mais restrito, de acordo com as necessidades dos lugares sociais a serem ocupados pelas diferentes profissões:

Deve existir para todos os homens, uma primeira instrução comum a todos. Deve existir para um grande número, uma instrução que procure dar um maior desenvolvimento às faculdades e esclarecer cada aluno sobre a sua destinação particular. Deve existir para um determinado número uma instrução especial e aprofundada, necessária às diversas profissões das quais a sociedade deve retirar grandes proveitos. (HIPPEAU, 1881, p. 50 apud LOPES, 1981, p. 64)

Essa concepção de uma escola primária universal, mas os demais níveis de ensino não disponíveis a todos, indica que a burguesia percebia a educação como moeda de ascensão social. A ideia de igualdade que o lema da Revolução pregava, indicava uma busca de isonomia com relação entre os privilégios dos nobres e do clero. A partir do momento em que todos se tornam cidadãos, a escala de oportunidades e privilégios se distingue, e a burguesia impõe suas regras.

Dessa forma, na hierarquização escolar, além da escola primária haveria escolas intermediárias:

Esta segunda instrução será destinada àqueles que, não tendo sido chamados, nem pelo gosto, nem pela necessidade, às ocupações manuais ou a funções na agricultura, aspirem a outras profissões ou procurem, simplesmente, cultivar e enfeitar a sua razão e propiciar às suas potencialidades um maior desenvolvimento. (HIPPEAU, 1881, p. 52 apud LOPES, 1981, p. 65)

No topo dessa “pirâmide educacional”, havia ainda o Departamento, que correspondia ao último grau de instrução, responsável pela instrução requerida a algumas profissões relacionadas as áreas de religião, direito, saúde, segurança.

Apesar de existirem muitas, um estabelecimento nacional deveria ocupar-se apenas daquelas cuja prática exigiria uma larga teoria e cujos erros pudessem ser funestos à sociedade: a carreira de ministro da religião; carreira de homem da lei; a de médico e a de militar (LOPES, 1981, p. 65- 66).

Assim como as escolas intermediárias, as escolas do Departamento não eram gratuitas, mas a Assembleia discutia a possibilidade de providenciar bolsas de estudo aos estudantes “bem dotados intelectualmente”. Dessa forma o discurso era de que as condições econômicas não necessariamente seriam um empecilho ao avanço na hierarquia educacional.

Além disso, toda a obra educacional da Revolução Francesa foi perpassada pela ideia de liberdade de pensamento e opiniões, que estiveram presentes em diversos discursos. A instrução

pública foi acrescentada como parte conservadora e vivificante da Constituição, pois “[...] a instrução impediria o domínio de uma classe sobre a outra” (LOPES, 1981, p. 62).

Conforme aponta Lopes (1981), para Talleyrand, o fundamento da liberdade política se encontra na vontade comum, sendo necessário que essa vontade se mantenha reta e esclarecida. Manter essa vontade seria uma das funções da instrução:

A igualdade conquistada e defendida pela nova sociedade e firmada como princípio na Carta Constitucional e na Declaração deve ser objeto de conquista diária através da instrução, pois a essa ação cotidiana e sempre crescente é que as grandes mudanças estão reservadas (LOPES, 1981, p. 63).

Se por um lado a burguesia defendia a construção de uma sociedade isenta de desigualdades, por outro, as próprias modificações no âmbito educacional, impulsionadas pela burguesia, foram marcadas por hierarquias que criaram desigualdades. Além disso, Boto (1996), ressalta que o relatório e o projeto decreto de Talleyrand preconizavam a educação como veículo de um catecismo cívico que visava preparar uma cidadania útil ao Estado.

### A educação do relatório de Condorcet

Segundo Mario Alighieiro Manacorda (1992), Condorcet foi um importante cientista e secretário da Assembléia Legislativa, à qual em 21 de abril de 1792, apresentou o seu *Rapport sur l’instruction publique*<sup>8</sup>, juntamente com seu relativo projeto de decreto que foi aprovado em agosto de 1792.

Condorcet defendia a ideia de que era necessária a implantação de uma instrução aberta a todos os cidadãos, que ficasse sob os cuidados do Estado e que fosse baseada em um laicismo absoluto. Diferentemente de Talleyrand, Condorcet prevê uma rede de escolarização gratuita<sup>9</sup> em todos os níveis e não só na primeira etapa, mas, também é contra a obrigatoriedade do ensino:

A obrigatoriedade iria contrariar os princípios do “*laissez-faire*” e a obrigação para qualquer coisa feriria a burguesia, lembrando-lhe as constringências e os constrangimentos impostos pelo feudalismo e pelo sistema de privilégios (LOPES, 1981, p. 118-119).

O *Rapport* de Condorcet divide a instrução em: escolas primárias, escolas secundárias, institutos, liceus e Sociedade Nacional de Ciências e das Artes. As escolas primárias representariam

---

<sup>8</sup> O relatório articula-se em cinco partes, respectivamente sobre a natureza e os fins da instrução pública, sobre a instrução comum para todas as crianças, sobre a instrução comum para os adultos, sobre a instrução relativa às ciências (MANACORDA, 1992).

<sup>9</sup> Compreendia-se que a igualdade de instrução permitiria a correção dos desvios e das distancias demarcados no território social pelas distinções de outra ordem. A escola gratuita, aberta a todos, poderia ser a esperança de encadear a liberdade gerada na formação do espírito público – que só a razão pode oferecer (BOTO, 1996, p. 136).



o nível de ensino universal,<sup>10</sup> tendo como objetivo oferecer a todos os instrumentos teóricos e os dispositivos conceituais que lhes oferecessem habilidades para a autonomia facultada pela razão. Previa-se uma escola primária para cada grupo de quatrocentos habitantes. Nessa etapa do ensino, a população poderia adquirir conhecimentos de leitura e escrita em língua materna, juntamente com algumas noções de gramática, princípios básicos de aritmética e cálculo, além dos novos instrumentos de medida. Essas escolas funcionariam até aos domingos, dia que seria reservado para as Conferências Públicas que teriam como público-alvo cidadãos jovens e adultos que desejassem atualizar e aprofundar o que aprenderam na primeira educação.

As escolas secundárias tinham como meta preparar os sujeitos para empregos públicos e profissões relacionadas a atividades mercantis que não necessitassem de grande complexidade teórica, além disso, ela formava os professores das escolas primárias. Para atingir esses objetivos, esse grau de ensino deveria ensinar matemática, história natural, química, princípios de moral, ciência social e comércio. Condorcet não acreditava na possibilidade de alterar radicalmente a estrutura da sociedade somente através da instrução. Elaborou seu plano pensando em uma escola secundária destinada principalmente às crianças vindas de famílias que tivessem condições de manter o suporte de ensino por mais longo tempo.

Os institutos visavam tornar os indivíduos aptos para trabalhar em cargos públicos considerados mais complexos, e que exigissem mais conhecimentos. Também teriam a função de instruir os professores das escolas secundárias. Essa etapa do ensino ia além de ensinar o que era considerado útil para os homens da época:

Se ensinará não somente o que é útil saber ao homem e ao cidadão, seja qual for a profissão a que se destina, mas ainda o que pode sê-lo para cada grande ramo destas profissões, como a agricultura, as artes mecânicas e a arte militar. E ainda se juntarão os conhecimentos necessários aos simples praticantes, às parteiras e aos práticos veterinários (BOTO, 1996, p. 126).

Conforme aponta Lopes (1981), os Liceus estariam acima de todas as etapas de ensino, correspondendo ao ensino universitário. Nesse quarto degrau da educação, o objetivo era formar sábios, e por isso deveria haver o aprendizado de todas as ciências (BOTO, 1996). Esse ensino deveria garantir a preservação e a transmissão da cultura que se acumula e se cruza entre as gerações. Era nos Liceus que os professores dos Institutos seriam formados.

Condorcet visava “erradicar a ignorância” através da multiplicação dos letrados. Esses letrados deveriam ser formados através da razão:

---

<sup>10</sup> É importante ressaltar que a universalidade de Condorcet tem significado diferente do que tinha para Talleyrand. O universal de Condorcet corresponde a “não discriminação de nenhum tipo de conhecimento”, “tudo poderia e deveria ser ensinado” (LOPES, 1981, p. 72).

[...] formar primeiramente a razão, ensinar a escutá-la exclusivamente, e a defender-se do entusiasmo que poderia desnortear-la ou obscurecê-la e deixar-se arrastar depois pelo que ela aprova, tal é a marcha que prescreve o interesse da Humanidade, e o princípio sobre o qual deve basear-se a instrução pública (CONDORCET, 1943, p. 35-6 apud BOTO, 1996, p. 131).

Entre as suas preocupações, estava o desenvolvimento de livros didáticos para os quatro graus de ensino e encontrar uma forma de reger a leitura que seria feita fora das escolas, para que não deixassem de lado a razão. Além disso, Condorcet defendia a ideia de uma instrução mais extensa, que não abandonasse os indivíduos no momento em que saíssem das escolas: a educação continuada. De acordo com Lopes, esta cumpriria dois papéis na sociedade: Por um lado, ela teria a função de recuperar o que de humano o indivíduo perderia no novo processo de produção, nessa época sendo construído pela burguesia, por outro, complementaria a formação cívica do cidadão.

Carlota Boto (1996) afirma que Condorcet possuía uma crença obsessiva na escolarização, acreditando não só em seu potencial para desenvolver as aptidões individuais, mas também em sua captação no exercício da condição de cidadania. A instituição tinha para ele um significado sacralizado: “O novo templo reclamava o novo homem e este deveria ser criado pelo templo da nação: a escola pública, universal e gratuita (BOTO, 1996 p. 151)”.

Condorcet apresentou seu plano na Assembleia Legislativa no dia vinte de abril de 1794, mas nesse dia a sessão foi interrompida pelo rei que conclamou a Assembleia para declarar guerra à Áustria. A leitura do plano só foi concluída no dia seguinte, mas o plano não foi muito bem recebido. Posteriormente, a Assembleia solicitou uma estimativa dos custos necessários para implantar seu projeto, Condorcet atendeu ao pedido, mas como estavam em período de guerra, os deputados argumentaram que era necessário destinar os recursos às despesas bélicas, não sendo possível gastar muito com outras finalidades.

A Assembleia Legislativa acabou não liberando nada em relação à questão do ensino, contudo Boto (1996) afirma que o legado da obra de Condorcet teria inspirado o projeto de Romme na Convenção, projeto que posteriormente foi considerado o “paradigma da escola democrática”.

### **Considerações finais**

A proposta deste artigo foi apresentar as visões de educação presentes nos primeiros momentos da Revolução Francesa a partir de um debate entre produções historiográficas que dedicaram-se à análise dos relatórios de Tayllerland e Condorcet. Foi possível perceber que a Revolução Francesa trouxe questões importantes sobre a educação e o sistema de ensino. Embora a Revolução não tenha causado mudanças imediatas a suas propostas, ela fornece as bases políticas e teóricas para que isso aconteça ao longo do século XIX pela Europa.

As origens da institucionalização em educação pública contemporânea remontam aos debates, aos projetos e às normas legais propostos durante a Revolução Francesa. Conceitos consagrados na história da Pedagogia, como instrução pública, serviço público, obrigatoriedade, laicismo, gratuidade, foram formulados nesse momento histórico como um ambicioso projeto pedagógico liberal da burguesia. Embora muitas das propostas ficassem apenas plasmadas no papel, vários desses princípios sobre a instrução pública foram retomados e aperfeiçoados nos séculos posteriores à Revolução (RODRÍGUEZ, 2010, p. 67).

Os relatórios de Talleyrand e de Condorcet defendiam a universalidade da educação, mostrando a importância de tornar o ensino público, onde logo se daria a retirada do controle do ensino das mãos da Igreja:

O Relatório de Condorcet é incisivo ao afirmar a total laicidade e gratuidade de todos os graus do ensino, a despeito do fato de não ser ainda possível, na época, estender a todas as crianças a possibilidade de seguir todo o percurso da escolarização (BOTO, 2003, p. 751).

Para Condorcet, a laicidade completa estava diretamente relacionada a busca pela igualdade, visto que a instrução fincada sob pilares religiosos, poderia afastar estudantes oriundos de famílias devotas de outras crenças. Dessa forma, os cultos religiosos deveriam ocorrer em seus templos, não interferindo na esfera educacional.

O caso da publicização da instrução significa, ao mesmo tempo, a retirada do controle ideológico das mãos da Igreja, passando-as ao Estado burguês, o atendimento de reivindicações do Terceiro Estado e ainda a necessidade de recuperar o aparelho escolar, colocando-o em consonância com o processo de industrialização incipiente com a nova concepção de mundo (LOPES, 1981, p.114).

A partir do trecho podemos entender que a educação deveria ser laica, focada na formação do cidadão francês, retirando da Igreja Católica (antigo Primeiro Estado) este aparelho ideológico. A escola formaria o cidadão e o prepararia para o mundo, indicando uma questão de formação de mão de obra nesse momento em que a Europa também estava passando pelo processo de Revolução Industrial.

Em relação às diferenças entre os relatórios, Boto destaca:

Condorcet quer que o mestre ensine a Constituição como um fato, Talleyrand, como um dogma. O primeiro imbuído da ideia de progresso, incita os jovens à crítica; o segundo pretende instituir na escola um catecismo político (BOTO, 1996, p. 153).

A autora aponta que Talleyrand idealizava a manutenção de uma cidadania que servisse aos interesses do Estado. Já Condorcet, preconizava inculcar uma pedagogia cívica na qual o cidadão pudesse “se apropriar da aceção de pátria” (BOTO, 1996, p. 123).

Conforme ressaltado anteriormente, nosso objetivo não foi esgotar o tema, porém construir uma narrativa possível, relacionando os relatórios analisados com seu momento de produção de difusão e com o campo da História da Educação. A partir das discussões propostas, identifica-se que

os movimentos sociais da Revolução Francesa trouxeram contribuições significativas no avanço a cerca da educação pública que, entendida como formação do súdito a serviço do Estado, foi sendo substituída pelo entendimento de uma educação pública nacional, onde o objetivo é educar o cidadão com intuito de atender às suas próprias necessidades e, ao mesmo tempo, servir aos interesses da nação.

Porém, algumas questões debatidas naquele período, foram retomadas diversas vezes em períodos mais recentes da história, de acordo com as demandas de cada contexto. Podemos pensar que com as devidas adaptações para a época, estas, de certa forma ainda ecoam em nosso presente: disputas entre a escola totalmente laica, ou com a presença do ensino religioso católico; os conflitos em relação a defesa de uma educação igualitária para todos, em contraposição a ideia de que enquanto alguns devem frequentar espaços dedicados a formar figuras de liderança, outros devem ter acesso a uma educação mais voltada para as demandas do mercado, entre outras questões.

Ao mencionar a participação de Condorcet no cenário educacional durante a Revolução Francesa, Nilce da Silva (2007, p. 101) argumenta que se por um lado os ideais do filósofo inspiram até hoje os sistemas de ensino, por outro, “o direito do acesso à mesma educação, independentemente do gênero; da pertinência à esta ou àquela etnia, religião; do nascimento ou da situação social” ainda se coloca como uma questão utópica, sonhada por muitos educadores. Assim, se por um lado buscamos produzir um texto que trate a temática de forma mais ampla, preenchendo uma lacuna historiográfica identificada por Lopes (1981) e Boto (1996), por outro, propomos outras questões e possibilidades de pesquisa para estudos futuros.

### Referências Bibliográficas

BOTO, Carlota. **A escola do homem novo: entre o iluminismo e a Revolução Francesa**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

BOTO, Carlota. Na Revolução Francesa, os Princípios Democráticos da Escola Pública, Laica e Gratuita: O Relatório de Condorcet. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 24, n. 84, p. 735-762, setembro de 2003.

BUISSON, Ferdinand. **Nouveau Dictionnaire de Pédagogie et Instruction Primaire**. Paris, Hachette, 1911.

FLORENZANO, Modesto. **As Revoluções Burguesas**. Coleção Tudo é História 8. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

FURET, François; OZOUF, Mona. **Dicionário Crítico da Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

HIPPEAU, Céléstin. *L'instruction publique pendant la Revolution*. Paris, Librairie Academique, 1881.

HOBSBAWM, Eric J. **A Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HOBSBAWM, Eric J. **Ecos da Marselhesa**: dois séculos reveem a Revolução Francesa. São Paulo: Cia das Letras, 1996a.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

LOPES, Eliane Marta Santos Teixeira. **Origens da Educação Pública**: A Instrução na Revolução Burguesa do século XVIII. São Paulo, Edições Loyola, 1981.

MANACORDA, Mario Alighieiro. **História da Educação**: da antiguidade aos nossos dias. São Paulo: Cortez : Autores Associados, 1992.

PERROT, Michelle. A família triunfante. In: \_\_\_\_\_ **História da vida privada**: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

RÉMOND, René. **Introdução à história do nosso tempo**. Tradução de Frederico Pessoa de Barros e Octavio Mendes Cajado. São Paulo, Cultrix, 1976.

RODRÍGUEZ, Margarita Victória. A origem da escola moderna: o legado de Condorcet. *Acta Scientiarum Education*. Maringá, v. 32, n. 1, p. 67-74, 2010. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/9771>. Acesso em: 22/02/2021.

SILVA, Nilce da. Da “Revolução Francesa” ao “Século XXI”: Algumas notas acerca do sistema educacional francês. *História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel*, Pelotas, n. 23, p.97-123, Set/Dez 2007. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/29273>. Acesso em 03/05/23 15h22 min.

STEPHANOU, Maria. BASTOS, Maria Helena Camara. História, memória e História da Educação. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara. (Org.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. VIII – Século XX: Vozes, 2005. p. 416-429.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *O Antigo Regime e a Revolução*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

VEYNE, Paul Marie. **Como se escreve a história**: Foucault revoluciona a história. Trad. de Alda Baltar e Maria Auxiadora Kneipp. 4.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.



## A EMERGÊNCIA DO MOVIMENTO HOMOSSEXUAL NO BRASIL E SUA RELAÇÃO COM O JORNAL LAMPIÃO DA ESQUINA (1978-1981)

### THE EMERGENCE OF THE HOMOSEXUAL MOVEMENT IN BRAZIL AND ITS RELATIONSHIP WITH THE NEWSPAPER "LAMPIÃO DA ESQUINA" (1978-1981)

Andrey Tironi da Silva<sup>1</sup>

**Resumo:** A Este artigo busca evidenciar a importância dos movimentos sociais à frente da visibilidade da comunidade LGBTQ+ nas décadas de 70 e 80, período em que o Brasil estava sob regime militar. Por meio das leituras e análises realizadas nos artigos contidos no jornal Lampião da Esquina, busca-se compreender a relevância da participação midiática deste periódico enquanto construção e fortalecimento da comunidade e do movimento homossexual, bem como, sua participação no movimento de resistência e consciência de classes, pensando sua participação também no movimento dos trabalhadores.

**Palavras-chave:** movimento LGBTQ+; política; resistência; mídia alternativa; Jornal Lampião da Esquina.

**Abstract:** This article aims to highlight the importance of social movements in promoting the visibility of the LGBTQ+ community in the 1970s and 1980s, a period when Brazil was under military rule. Through the readings and analyses of articles published in the newspaper "Lampião da Esquina," the goal is to understand the relevance of the newspaper's media participation in the construction and empowerment of the homosexual community and movement. Additionally, it explores its role in the resistance and class consciousness movement, considering its involvement in the labor movement as well.

**Keywords:** LGBTQ+ movement; politics; resistance; alternative media; Lampião da Esquina Newspaper.

---

<sup>1</sup> Mestrando em história pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).  
<http://lattes.cnpq.br/3199377869336736> <https://orcid.org/0009-0001-3300-2067> Bolsista CAPES  
[andreytironi@hotmail.com](mailto:andreytironi@hotmail.com)

## INTRODUÇÃO

Este artigo busca compreender a importância dos movimentos sociais nas décadas de 70 e 80 partindo do estudo da elaboração midiática e sua importância para o movimento LGBTQ+ tendo em vista o contexto da época. Para tanto, utiliza-se como fonte principal o jornal *Lampião da Esquina*<sup>2</sup>, que circulou entre os anos de 1978 e 1981, durante o período da ditadura militar (1964-1985) no Brasil. O periódico tinha um enfoque voltado para a cultura LGBTQ+ e foi pioneiro nesse sentido, sendo considerado um marco na luta pelos direitos LGBTQ+ no país.

Pouco antes da metade da década de 1970 já são apresentadas características que fariam parte dos movimentos sociais que emergiriam com mais força nos anos seguintes. Tal como o Movimento dos Homossexuais, os demais movimentos sociais também tinham o caráter contestador da ordem vigente. A contestação à ordem vigente faz referência ao caráter repressor e também de censura do regime civil-militar, que até a metade da década de 1970 passou pela sua fase de maior acirramento da censura, repressão e perseguição aos contrários ao regime.

Esse artigo busca compreender em quais aspectos o jornal *Lampião da Esquina* teve relevância ao abordar temas considerados tabus e oferecer ao público homossexual a oportunidade de se engajar em discussões e encontros que visavam promover a união da comunidade. Embora a unificação total dos homossexuais brasileiros não tenha sido alcançada naquele momento, é inegável a importância desse processo, pois permitiu que as questões homossexuais se tornassem visíveis e evidenciou a presença dos homossexuais na sociedade brasileira. As dificuldades em alcançar a unificação se devem às características específicas e às divergências entre os diferentes grupos que surgiam nessa época.

Contudo, nesse artigo se apresenta uma investigação dos desafios enfrentados pelo jornal em um período de censura e repressão, assim como sua influência na promoção da visibilidade e dos direitos LGBTQ+, como por exemplo o surgimento do grupo *Somos*, organização voltada para a defesa dos direitos LGBTQ+.

## MATERIAIS E MÉTODOS

Para elaboração e embasamento deste artigo utilizou-se a pesquisa bibliográfica com objetivo de investigar o jornal pioneiro com enfoque voltado para a cultura LGBTQ+ no Brasil, que desafiou os

---

<sup>2</sup> Mais considerações sobre o processo de elaboração e edição do jornal *Lampião da Esquina* podem ser consultados no artigo *Organização e Resistência do Movimento Homossexual Durante a Ditadura Militar (1978-1981)* de Silva (2018).

paradigmas sociais e políticos da época da ditadura militar, trazendo reflexões sobre identidade, orientação sexual e os desafios enfrentados pela comunidade LGBTQ+.

A pesquisa será conduzida por meio do uso de uma variedade de referências bibliográficas relevantes como artigos acadêmicos, livros, teses e dissertações, a fim de compreender o contexto histórico, a importância e o impacto do *Lampião da Esquina*. Os autores analisados dentre os gêneros acima citados foram Butler (2003), Coelho (2014), Foucault (1988), Green (2015), Mendonça e Fontes (1996), Sader (1988) e Simões (2009). Serão explorados aspectos como o conteúdo abordado, sua irreverência e contestação social, bem como seu papel na construção de uma consciência política e na formação de uma identidade coletiva para a comunidade LGBTQ+ no Brasil.

## DISCUSSÃO E RESULTADOS

A criação do *Lampião da Esquina*, no ano de 1978, possibilitou aos homossexuais de várias partes do Brasil a entrarem em contato com diversos assuntos que diziam respeito a temas considerados extremamente tabus para a época, como sexualidade, feminismo e principalmente as próprias discussões que dizem respeito as diferentes formas de encarar e viver a homossexualidade, seja ela masculina ou feminina.

De acordo com Michel Foucault (1988) ainda em seu livro *História da Sexualidade I: A vontade do saber*, percebemos que a sociedade não se restringiu a não falar sobre o sexo ou sexualidade, pelo contrário; procurou falar acerca desse assunto, no entanto, esse falar sobre o sexo o valorizou como um segredo, sendo visualizado assim, como um tabu. “O que é próprio das sociedades modernas não é o terem condenado o sexo a permanecer na obscuridade, mas sim o terem-se devotado a falar dele sempre, valorizando-o como o segredo” (FOUCAULT, 1988, p. 36).

James Green (2015) em seu artigo "O grupo Somos, a esquerda e a resistência à ditadura" identifica os principais elementos que levaram ao surgimento dos movimentos sociais no final da década de 1970. Segundo o autor, a entrada dos trabalhadores do ABC Paulista na cena política, juntamente com o movimento estudantil e as organizações de esquerda clandestinas desempenharam um papel crucial. Green afirma que as greves e manifestações ocorridas em 1978 tiveram um impacto determinante na abertura política, na transição para a democracia e na vida política do país nas décadas seguintes. Ele também destaca que um pequeno grupo de três pessoas, incluindo ele próprio como membro da direção da *Facção Homossexual da Convergência Socialista (FHCS)*, acreditava que esses movimentos eram essenciais para derrubar a ditadura militar.

Os homossexuais apareceram em cena na greve dos metalúrgicos em 1980. Decididos a engrossarem as atividades dos trabalhadores do ABC Paulista, as lésbicas e gays,

levaram com eles a São Bernardo do Campo duas faixas enormes de seis metros de extensão cada uma. A primeira faixa declarava com letras grandes “Contra a intervenção nos sindicatos do ABC” e foi assinada pela “Comissão de Homossexuais Pro-1 de maio”, a outra dizia “Contra a discriminação do/a trabalhador/a homossexual” (GREEN, 2015, p. 182).

Durante as décadas de 1970 e 1980 ocorreu no Brasil, mais especificamente na região de São Paulo, a emergência de diversos movimentos sociais populares que se empenharam na luta por melhores condições de vida; pela redemocratização do Brasil; e também pela rearticulação da luta trabalhista através dos movimentos sindicais. A reflexão sobre o surgimento de um novo personagem no cenário histórico brasileiro começa a surgir, personagem este que criou as condições para o exercício da democracia no Brasil. De acordo com Chauí (1988), a emergência desse novo personagem que surge no cenário brasileiro se daria como novidade por três principais características,

Antes de mais nada, porque criado pelos próprios movimentos sociais populares do período: sua prática os põe como sujeitos sem que teorias prévias os houvessem constituído ou designado. Em segundo lugar, porque se trata de um sujeito coletivo e descentralizado, portanto, despojado das duas marcas que caracterizaram o advento da concepção burguesa da subjetividade: a individualidade solipsista ou monádica como centro de onde partem ações livres e responsáveis e o sujeito como consciência individual soberana de onde irradiam ideias e representações, postas como objetos domináveis pelo intelecto (CHAUÍ *apud* SADER, 1988, p. 10).

Ainda de acordo com Chauí, percebemos que esse novo sujeito social que emerge no contexto da década de 70 e 80 é fruto de seu próprio tempo, partindo sem teorias prévias que designassem a ocorrência desses movimentos. Esse novo sujeito social do qual ela nos diz que

são os movimentos sociais populares em cujo interior indivíduos, até então dispersos e privatizados, passam a definir-se, a reconhecer-se mutuamente, a decidir e agir em conjunto e a redefinir-se a cada efeito resultante das decisões realizadas (CHAUÍ *apud* SADER, 1988, p. 10).

Há por parte desses novos sujeitos um reconhecimento entre si, e que além disso, seria um sujeito “sem instituição”, pois,

não se apresenta como portador da universalidade definida a partir de uma organização determinada que operaria como centro, vetor e telos das ações sócio políticas e para a qual não haveria propriamente sujeitos, mas objetos ou engrenagens da máquina organizadora (CHAUÍ *apud* SADER, 1988, p.10).

Os sujeitos que emergiram no cenário do final da década de 1970 e, posteriormente, ao longo da década de 1980 possuíam entre si diversas divergências entre os grupos sociais ao qual pertenciam. Por exemplo, os grupos de afirmação homossexual tinham seus objetivos e pretensões que os distinguiam dos grupos operários e movimentos sindicais que surgiram nesse mesmo período. É importante compreendermos que todos se enquadram nessa nova onda de organização e elaboração dos movimentos sociais no Brasil e, acima de tudo, é importante termos conhecimento das

especificidades, que aí se enquadram as pautas que cada movimento tem. Para Sader (1988), esse novo sujeito que emerge nesse momento no cenário histórico dos movimentos sociais do Brasil já não é mais um sujeito privilegiado e único, “mas trata-se, sim, de uma pluralidade de sujeitos, cujas identidades são resultados de suas interações em processos de reconhecimentos recíprocos, e cujas composições são mutáveis e intercambiáveis” (SADER, 1988, p. 55).

Ao observar as mudanças que aconteciam no comportamento das classes populares na vida política do país, em especial a Grande São Paulo, Éder Sader (1988) aponta algumas evidências que já caracterizam a formação dos movimentos sociais.

As votações recolhidas pelo MDB nas eleições a partir de 1974, a extensão e as características de movimentos populares nos bairros de periferia da Grande São Paulo, a formação do chamado “Movimento do Custo de Vida”, o crescimento de correntes sindicais contestadoras da estrutura ministerial tutelar, o aparecimento das comunidades de base, as greves a partir de 1978, a formação do Partido dos Trabalhadores seriam manifestações de um comportamento coletivo de contestação da ordem social vigente (SADER, 1988, p. 30).

É importante pensar no que define um determinado grupo como de fato um grupo, determinando o que é essencial para o grupo, tratando-se assim da “identidade derivada da posição que assume”. Essa identidade, de acordo com Sader (1988), “se encontra corporificada em instituições determinadas, onde se elabora uma história comum que lhe dá substância, e onde se regulam as práticas coletivas que a atualizam” (SADER, 1988, p. 44).

A identidade desses grupos é pautada ainda e essencialmente em suas ações, ou seja,

das experiências vividas e que ficaram plasmadas em certas representações que aí emergiram e se tornaram formas de o grupo se identificar, reconhecer seus objetivos, seus inimigos, o mundo que o envolve. E é na elaboração dessas experiências que se identificam interesses, constituindo-se então coletividades, políticas, sujeitos coletivos, movimentos sociais (SADER, 1988, p. 44- 45).

Ao discutir quem são os novos sujeitos e por que seriam considerados novos sujeitos, Sader nos escreve partindo do próprio uso discursivo que alguns autores tentaram de certa forma teorizar, mas que todos possuem uma mesma característica, que seria o sujeito como “sujeito de sua própria história”.

Em alguns casos ele (o termo sujeito) está referido à capacidade de expressão no plano da política e em outros não. Mas um traço comum é o fato de a noção “sujeito” vir associada a um projeto, a partir de uma realidade cujos contornos não estão plenamente dados e em cujo devir o próprio analista projeta suas perspectivas e faz suas apostas. E outro traço comum, vinculado a este, é a conotação com a ideia de autonomia, como elaboração da própria identidade e de projetos coletivos de mudança social a partir das próprias experiências (SADER, 1988, p. 52- 53).

A atuação e a organização política dos homossexuais brasileiros na década de 1970 estão intrinsecamente ligadas às necessidades e questões da sociedade na qual estão inseridos. Eles se

organizam a partir de suas características específicas dentro da sociedade, destacando-se do contexto heterossexual e normativo. Nesse momento, começa a surgir uma identidade homossexual coletiva, construída por meio de suas ações individuais para formar uma comunidade.

Faz-se importante também sabermos quais são os discursos que compõem os novos sujeitos presentes nos movimentos sociais da década de 1970 e 1980 e como suas identidades são reveladas em suas falas. Sabemos que a linguagem é um dos instrumentos primordiais para a comunicação dos seres humanos e que a mesma faz parte das instituições sociais nas quais estamos inseridos. A linguagem, ou este ato de expressar-se, suscita novos significados em quem o expressa. É por meio dos discursos que os sujeitos podem expressar suas demandas e suas necessidades, além de seus anseios.

É através dos discursos que tais demandas são nomeadas e objetivadas de formas específicas. É através dos discursos que a demanda do reconhecimento da própria dignidade pode ser satisfeita por meio do trabalho árduo ou da preservação do fim de semana para pescar, da liberdade individual ou da integridade da família, do culto religioso ou da liberdade política (SADER, 1988, p. 58-59).

Sader (1988) destaca que as demandas básicas para a dignidade e sobrevivência dos sujeitos já existem, mas estão silenciadas. Os discursos produzidos sobre essas demandas as trazem à tona. Por exemplo, os homossexuais organizados em grupos coletivos buscam atender demandas como sair do armário, conviver harmoniosamente na sociedade, lutar por políticas públicas, inclusão social, direito ao casamento, à adoção e combate à discriminação. Essas políticas são consideradas cruciais para a vida dos homossexuais.

Na primeira edição do jornal *Lampião da Esquina*, a seção "Opinião", escrita por Mariza, da qual não temos nenhuma informação, além a de que ela seria da cidade de Campinas, aborda a importância da união de todas as pessoas, independentemente de gênero, raça ou orientação sexual, na luta por direitos. Ela destaca que as lutas desses diferentes grupos têm semelhanças em termos de identidade e papel na sociedade, e ressalta a necessidade de não deixar as minorias excluídas na luta de classes. A seção tem o seguinte título: "Nossas gaiolas comuns". É interessante percebermos aqui que justamente na primeira edição, a seção editorial seja escrita por uma mulher, já que entre os editores em momento algum há a participação de mulheres que editam o periódico.

O debate destaque que marca essa primeira edição fala sobre a inclusão de todas as lutas em uma única luta, conhecida entre os operários militantes como a "luta maior/principal" excluindo, portanto, as demais lutas. Essas gaiolas comuns de que a autora fala é uma metáfora sobre a luta em que cada sujeito está inserido, alguns nas lutas dos movimentos operários, outros nas lutas dos movimentos negros, as lutas de libertação/afirmação homossexual, as lutas feministas e demais categorias de lutas que existiam.

É tática comum em política apagar as diferenças internas para fazer frente a um inimigo principal. Só que o inimigo está dentro de casa, e dentro de cada um de nós. Se somos todos peixes apanhados nessa rede de definições pré-estabelecidas, nossa única chance de escapar dela é visualizá-la constantemente perguntando a que propósitos ela serve, qual é a malha específica em que nos encontramos (nesta rede maior) e lembrar que ela pode ser desfeita como foi tecida (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1978, 01, p.02).

O discurso dessa seção “Opinião” traz à tona as dificuldades das chamadas “lutas menores” em conseguirem se integrar em uma “luta maior”, que seria a chamada luta principal, encabeçada pelos operários homens, de maioria branca e heterossexuais, que desconsideram as lutas das minorias, permanecendo apenas em prol de uma única luta, considerada como uma luta excludente pelos demais sujeitos sociais. Além disso, o texto evidencia um problema recorrente nesse momento de luta, que são as divergências existentes e que giram em torno do não reconhecimento das diferenças internas presentes no meio social.

Seria um erro pensar que essas análises e essas lutas pudessem ser feitas isoladamente, assim como pensar na definição de categorias sexuais como um fenômeno isolado. Insisto em que cabe à mulher lutar pelos seus direitos, questionar sua posição (e isto vale para qualquer categoria social), mas fazemos isto de olhos abertos para a real complexidade em que estamos envolvidas. A posição idealista e individualista de liberação deve ser superada: ou tentamos, todos juntos, abrir a porta da gaiola, ou permaneceremos lá dentro, cada um com a ilusão de que está numa gaiola particular. Isto não significa esquecer a singularidade da situação da mulher, ou de outras situações, mas implica em ter plena consciência da gaiola-blusa vestida por todos nós, cada um à sua maneira. Uma gaiola-blusa cuja exata finalidade é a de dar a impressão de ter sido feita sob medida, quando basta olhar o mundo lá fora - e não apenas ser olhado e aceitar esse olhar - para perceber que, como tudo neste mundo em que vivemos, ela é produzida em série (LAMPIÃO DA ESQUINA, maio de 1978, 01, p. 02).

Mariza ao escrever nesta primeira seção editorial do nos levanta uma questão muito importante e que até parece um “alerta”: um jornal gay, voltado para o público gay, que busca tirar o homossexual de sua marginalização e procura um lugar de fala para este, por que estaria justamente apontando para a questão de que não se deve ser esquecida a luta de classes? Podemos analisar isso quase como um alerta de que é importante uma ocupação de espaços de fala para os sujeitos homossexuais, que estes possam de fato superar a homofobia cometida pela ditadura civil-militar e pela sociedade, mas que ao final das contas não se deixasse de lado ou não se esquecesse quais outros locais estes sujeitos ocupam dentro da sociedade, que é também como integrantes da classe trabalhadora.

É importante destacarmos que o contexto no qual estavam inseridos estes novos sujeitos, destes novos movimentos sociais, influenciaram nos caminhos traçados por estes grupos. O clima de

perseguição, prisões e censura foram as principais causas que levaram à organização destes coletivos, mas também devem ser considerados outros fatores aqui, tais como os econômicos.

De acordo com as autoras Mendonça e Fontes (1996), é evidente a crise econômica presente já no acontecimento do golpe civil-militar de 1964, tanto que os “militares diziam que por meio do restabelecimento da ordem a economia seria recuperada” (p. 21). Apesar da existência do chamado “milagre econômico” durante os anos de 1969 a 1973, o que se teve nos anos pós-1973 foi um período ainda maior de crise, já que o “milagre” não significou nada mais do que a garantia de lucros mirabolantes às empresas oligopolista, nacionais e estrangeiras” (MENDONÇA, FONTES, 1996, p. 22).

Durante a ditadura militar, grupos emergentes de homossexuais, como as travestis, enfrentavam marginalização e preconceito, levando muitas delas à prostituição por necessidades básicas de sobrevivência. A falta de crescimento econômico e a discriminação dificultavam a obtenção de empregos formais, mantendo o estigma de contratar pessoas trans ou travestis. Essa realidade reflete os preconceitos arraigados na sociedade patriarcal, machista, transfóbica e homofóbica. É importante reconhecer que algumas pessoas escolhem a prostituição por vontade própria, sem serem impulsionadas por urgências de sobrevivência.

Essa busca pela produção de uma identidade homossexual chegou a impulsionar discussões de algumas matérias do jornal *Lampião da Esquina* que em pequenos grupos de homossexuais se reuniam mensalmente para realizar a leitura e possivelmente a discussão das mesmas. Tal fato fica evidente na edição número três do *Lampião da Esquina*, quando na seção “Cartas na Mesa” é publicada a carta intitulada “*Lampião é desnudado*” que é de um grupo de homossexuais da “Paulicéia Desvairada”.

A participação de pessoas homossexuais em uma greve de metalúrgicos na região do ABC Paulista representa um ato político por parte da comunidade homossexual, que desponta dentro de um movimento de operários, demonstrando apoio a estes, mas também se posicionando contra a discriminação que as pessoas homossexuais sofriam (e sofrem até hoje) em seus locais de trabalho. Além disso, as duas faixas levavam dizeres simples, tal como é apontado também por James Green (2015) em seu trabalho.

A primeira refletia o espírito do momento contra as arbitrariedades do regime militar e a favor das liberdades democráticas. A segunda foi mais audaz na sua postura politicamente correta de inclusão do gênero feminino na linguagem escrita na faixa, bem como na inclusão de uma reivindicação até então nunca levantada em praça pública. Não se tratava de demandas pela união civil ou pelo casamento de pessoas do mesmo sexo (...) eram reivindicações que levavam a sério a orientação do jornal *Lampião* sobre sair do gueto (GREEN, 2015, p. 182).



Eles escrevem que em uma conversa entre o grupo, surgiu o assunto do jornal Lampião e que acabou resultando em uma reunião especial apenas para discutir o periódico. A visão que eles têm é a de que:

A nosso ver, o LAMPIÃO pode ser considerado (sem querer jogar confetis...) o único órgão da imprensa tropical realmente interessado no problema da sexualidade. Como leitores ligados ao jornal por opção, nos servimos parte dele, criticando, comentando ou escrevendo a respeito (LAMPIÃO DA ESQUINA, julho-agosto de 1978, 03, p.14).

O que quero destacar com o trecho acima é o fato de que com o surgimento do Lampião da Esquina os homossexuais passam a se encontrar para discutir ideias que são apresentadas pelo jornal, propiciando assim um encontro entre eles e geraram discussões pertinentes para a participação dos homossexuais em diversas áreas da sociedade, inserindo-os de forma ativa nas discussões do periódico.

No parágrafo seguinte da carta enviada pelo grupo ao jornal, eles destacam que os tópicos enviados (na carta) não expressam a posição de todos, mas sim dos membros de forma individualizada,

O produto da nossa discussão não expressa uma posição unitária do grupo, mas posições dos seus participantes. Ao contrário do que possa transparecer pela divisão em tópicos, a discussão não seguiu nenhum roteiro: em meio ao nosso entusiasmo, quase todos os pontos foram abordados ao mesmo tempo (LAMPIÃO DA ESQUINA, julho-agosto de 1978, 03, p.14).

Aqui destacamos que mesmo eles sendo um coletivo (ainda que de forma bem informal) e de que estão discutindo um mesmo tema em comum, os tópicos/comentários enviados não são posições/ideias que foram tomadas em conjunto, mas são colocadas como sendo ideias/posições apresentadas de forma individual por cada membro, não assumindo um caráter coletivo, com ideias e comentários que todos estão de acordo. O grupo que enviou a carta para o Lampião da Esquina não possuía nenhum tipo específico de vínculo com o periódico, entende-se que era apenas a realização informal de um encontro entre alguns homossexuais que se reuniam para conversar e acabavam por abordar algumas das matérias e reportagens do Lampião da Esquina.

Assim como o Lampião da Esquina é criado em 1978 marcando um processo importante para a futura constituição de um coletivo de homossexuais que lutasse pelos direitos da população homossexual do período frente a repressão institucionalizada do Estado, surge o grupo “Somos” na cidade de São Paulo. Percebemos que o movimento se apresentou com a proposta inicial de “politizar a questão” da homossexualidade, de modo parecido como já buscava fazer o jornal Lampião da Esquina em suas primeiras edições. Muito além de politizar as questões ligadas diretamente ao

público homossexual, o *Lampião da Esquina* procurava também quebrar os padrões heteronormativos presentes na sociedade.

Embora a tentativa de dar vida a um movimento homossexual seja existente desde a década de 50, esta abertura se dava por meio de diferentes formas de sociabilidade constituídas com diversões e paródias em eventos de misses, shows de travestis e desfiles, porém sem haver o caráter profundamente político, tal como se buscou construir no momento de reabertura política enfrentado pelos fundadores do grupo *Somos* e pelos editores do *Lampião da Esquina*.

Num primeiro momento, o *Somos* era composto exclusivamente por homens, passando posteriormente a ser frequentado por mulheres, que se organizavam em grupo separado — o Grupo de Ação Lésbica-Feminista (GALF). (...) o ideário do grupo carregava muito da contracultura e do espírito contestatório e antiautoritário da época, produzindo um discurso voltado para uma transformação mais ampla, compreendendo a homossexualidade como estratégica para a transformação cultural, capaz de corroer uma estrutura social a partir das margens. Convivia com essa preocupação, por outro lado, uma estratégia de valorização cotidiana de termos socialmente vistos como negativos, utilizando as categorias "bicha" e "lésbica" de forma positiva” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 61).

A primeira aparição do grupo *Somos* dentro do *Lampião da Esquina* aconteceu na décima segunda edição, em maio de 1979, exatamente um ano e um mês após ter sido lançada a edição experimental. Aparecendo na seção “*Esquina*” há a primeira publicação fazendo referência mais clara aos objetivos do *Somos*. Ao iniciar o texto da matéria, nos deparamos com a realidade que os homossexuais do período enfrentavam, em especial a opressão sofrida.

Um gigantesco e milenarmente bem montado sistema de opressão sexista vem movendo uma guerra incessante contra aqueles que não saímos programados por suas pautas de condicionamento sócio familiar. Esse bombardeio sistemático mostra-se eficiente porque muitas vezes descompõe a estrutura pessoal daqueles que saímos das regras. Tentam nos condenar a viver à margem ou então acabamos compulsoriamente reintegrados àquilo que entendem por “normalidade” — por meio de violências culturais, psiquiátricas e físicas (LAMPÍÃO DA ESQUINA, maio de 1979, 12, p.02).

O grupo se apresenta como uma proposta clara de que já não aguenta a “opressão sexista” existente na sociedade, percebemos ainda o tom de oposição aos que se empenhavam em marginalizar a comunidade homossexual os mantendo no “gueto”, e ainda as violências enfrentadas por eles para que pudessem ser aceitos na sociedade de forma integrada.

A matéria sobre o *Somos* nos informa que dois anos antes da criação do *Lampião da Esquina* e do *Somos*, em 1976 surge uma tentativa de organização, mas que teria acabado pouquíssimos meses depois devido a dificuldades dos próprios membros em se afirmarem como homossexuais e de abandonarem a culpa imposta pela sociedade pelo fato de serem quem eles eram.

O surgimento do *Somos* é definido, na matéria, pelos integrantes da seguinte forma:

SOMOS surgiu em São Paulo em maio de 78, a partir de uma ideia comum a várias pessoas, para possibilitar o encontro de homossexuais, fora dos costumeiros ambientes de badalação e pegação (boates, bares, saunas, cinema e calçadas); procurava-se com isso um conhecimento mútuo que fosse menos aleatório e a discussão de nossa sexualidade, de maneira franca e digna. Desde a primeira reunião sentimos que isso era inédito, urgente e fascinante, ao mesmo tempo. Nesse período, procuramos alcançar uma identidade enquanto grupo social e recuperar a consciência individual, a partir da homossexualidade comum a todos. (LAMPIÃO DA ESQUINA, maio de 1979, 12, p.02).

As dificuldades encontradas pelo Somos no primeiro ano de existência, ao decorrer de 1978, também podem ser lidas na primeira matéria. Os diversos desafios encontrados pelo caminho, em especial pelo fato de os fundadores neste primeiro momento estarem buscando construir os objetivos de atuação do Somos e sobretudo em manter viva a criação do grupo, que naquele período existia de forma “clandestina e perturbada”.

A construção de sociabilidade pelos integrantes que se interessavam em participar dos encontros acontecia partindo das especificidades que foram verificadas nos desabafos e testemunhos de cada um, além de ser verificado pelos fundadores que cada membro possuía suas especificidades e formas de encarar a vivência da homossexualidade no cotidiano.

Esta fase foi fértil e proveitosa, pois além de proporcionar uma válvula para muitos desabafos pessoais e inúmeros testemunhos de situações de discriminação e repressão, enriqueceu nossa mentalidade coletiva, mostrando que várias ideias que tínhamos a priori não eram verdadeiras –como por exemplo a noção de que, pelo fato de sermos todos homossexuais teríamos pontos de vista semelhantes. Na verdade, a maneira como cada qual encarava sua sexualidade era bastante distinta. Nós não éramos um padrão. Éramos inúmeros, inumeramente diferentes (LAMPIÃO DA ESQUINA, maio de 1979, 12, p. 02).

A criação e manutenção do Somos exigiram superação dos medos sociais e individuais enfrentados pelos membros, como a repressão da sociedade e os medos internos ligados às suas próprias especificidades e formas de vivenciar a homossexualidade. A partir das experiências privadas, surge o desejo e a necessidade de fazer política e buscar objetivos coletivos. O Somos se diferenciou dos grupos estudantis e dos revolucionários, evitando ser dilacerado pelo poder.

Mas devíamos começar do nada, contra a corrente. Enfrentamos fantasmas de todos os tipos e cores, fora de nós e dentro de nossa cabeça já feitas. Discutíamos acirradamente, por exemplo, o que seria para nós fazer política. Queríamos, sem dúvida, propor uma maneira especificamente nossa de fazer política, rompendo possivelmente com as propostas autoritárias e Patriarcais da esquerda tradicional. Muitos achavam que tínhamos contribuições específicas a apresentar, enquanto homos. Era fundamental desfazer o muro entre política e vida pessoal: nossas trepadas (nosso prazer) eram atos políticos e nossa atuação política e no sentido de mudança social direta devia estar cheia da ternura que tínhamos aprendido fora e debaixo dos lençóis. Pretendíamos, portanto, ser um grupo que transasse muito o afeto, não significando com isso a inaceitação das diversidades; apenas queríamos

que nosso "discutir" política já fosse uma "ação" de revisão dos métodos políticos geralmente machistas e autoritários; abominávamos, por ex., a política estudantil que conhecíamos, onde os vários grupos se dilaceravam através do poder, manipulando as massas estudantis com slogans e demagogia – em geral falávamos a partir de experiências pessoais. Como forma de contestar o autoritarismo dos chamados "revolucionários", nossa práxis política queria misturar-se com o prazer e a ternura (LAMPIÃO DA ESQUINA, maio de 1979, 12, p.02).

De acordo com Coelho (2014), os “movimentos (de minorias) chamaram para si a tarefa de politizar questões ligadas ao cotidiano, ao subjetivo, ao privado, às relações pessoais, tendo sido um dos principais responsáveis pela tentativa de reinventar a política nos anos 1970” (COELHO, 2014, p. 48). Em sua décima sexta edição, em setembro de 1979, o *Lampião da Esquina* estampa sua capa com a frase “Homossexuais se organizam”. Nesta edição há uma reportagem, em forma de debate, com os representantes do grupo *Somos*, os editores do *Lampião* avisam que tal debate se deu de “forma prolongada e com a discussão de muita teoria e a ausência do individual, do depoimento dos seres humanos envolvidos nesta nova maneira de fazer política” (LAMPIÃO DA ESQUINA, setembro de 1979, 16, p. 07).

Percebemos no *Lampião da Esquina* neste momento inicial do *Somos*, que no ano de 1979 já se encontrava com um ano de fundação, tem um papel muito importante para os leitores que procuram se informar acerca do surgimento do *Somos*. O jornal exerce aqui um caráter claramente explicativo, permitindo que os leitores compreendam o que eram os grupos de afirmação da homossexualidade. Muito além do que apenas ter um papel de entretenimento no meio homossexual, o *Lampião da Esquina* se compromete em atender a demanda e a necessidade de se fazer política nesse período, tendo um caráter claramente esclarecedor para os leitores, além de exercer o papel fundamental de despertar o interesse do leitor para que se inserisse dentro da luta da primeira “onda<sup>3</sup>” do movimento homossexual.

Uma questão importante feita aos representantes do *Somos* na entrevista para o *Lampião da Esquina* (os nomes que aparecem na entrevista e que representam o jornal neste momento da entrevista são os de Rogério, Hamilton, Eduardo, Ricardo III, Zé Luís, Jorge, Daniel, Teka, Cris, Paulo, Marcos, Mauro e Vicente) era a seguinte: “O que você acha que leva os homossexuais a participarem de um grupo como o *Somos*? Quer dizer, por que eles entram e deixam de entrar? ”. A pergunta foi respondida por três dos representantes, afirmando que entrar no *Somos* é uma “questão de sobrevivência” (LAMPIÃO DA ESQUINA, setembro de 1979, 16, p.07). Essa resposta vai

---

<sup>3</sup> Autores como Green (2015), Simões e Facchini (2009) dividem o movimento homossexual brasileiro em duas ondas. A primeira ocorreu entre o final da década de 1970 e 1985, marcada pela busca de unificação dos homossexuais, porém reduzida pela epidemia de Aids/HIV na década de 1980. A segunda onda concentra-se em ações pragmáticas e na garantia de direitos civis, com foco na organização institucional.

diretamente ao encontro das condições enfrentadas pelos homossexuais no contexto da ditadura civil-militar, fortemente marcada pela repressão e pela “necessidade de mudar uma situação existente” (LAMPIÃO DA ESQUINA, setembro de 1979, 16, p. 07). Outro motivo apresentado pelos representantes do grupo é:

A partir do momento em que o homossexual se conscientiza ou sente realmente a necessidade, como disse o Rogério (representante anterior) de sobrevivência, ele procura um grupo como o Somos, porque sabe que vai encontrar oportunidade de trocar experiências, ideias, e ao mesmo tempo se fortificar, desde os esquemas mais simples aos mais complexos, para enfrentar essa batalha que, queiramos ou não, está aí: a batalha sexista (LAMPIÃO DA ESQUINA, setembro de 1979, 16, p.07).

Percebemos que os representantes do Somos esperam que os homossexuais se conscientizem de suas condições dentro da sociedade homofóbica brasileira daquele período, e de que existe a necessidade de uma tomada de consciência por cada homossexual. Buscar fazer parte do Somos, como podemos perceber no trecho acima, faz parte de encontrar uma rede de apoio também, que ao mesmo tempo em que trocam experiências entre si, procuram criar uma resistência para encarar as dificuldades sociais do dia a dia, como por exemplo o sexismo como é colocado por eles.

Além disso, os representantes dizem que há uma mudança na geração se comparado com a geração que veio do pós-guerra.

Isto é, as pessoas mais jovens não estão mais fazendo o jogo do sistema, dos sistemas não só capitalistas, mas autoritários de qualquer ideologia. Quer dizer, sabem que a vida não é apenas uma acumulação de bens. As pessoas jovens já começaram a descobrir que o importante na vida é ser feliz. E muitos homossexuais sabem que a felicidade deles está no reconhecimento de sua homossexualidade e do seu espaço político dentro do mundo *cio* que vivem. Então, eles começam a se dispor a lutar por sua felicidade. Acho que essa deve ser uma das razões que tornou possível em nossa geração e no Brasil a criação de um grupo como o Somos (LAMPIÃO DA ESQUINA, setembro de 1979, 16, p. 07).

Outras duas questões podem ser destacadas, a primeira delas seria de que forma os homossexuais se inteiravam da existência do Somos que, de acordo com os entrevistados, era de “todas as formas. Boca a boca, cartas pelo Lampião, face a face, caça na rua, distribuição de jornal...” E além disso partindo das “ações de base nos lugares onde a gente trabalha e vive” (LAMPIÃO DA ESQUINA, setembro de 1979, 16, p.07). A segunda questão, já no final da entrevista, diz respeito às posições do grupo perante o contexto da época, que era o da ditadura civil-militar brasileira marcada por forte repressão militar e censura aos meios de comunicação e, se já havia sido tomada alguma medida ou se existia algum tipo de sugestão. Percebemos nas respostas dos entrevistados que haviam algumas divergências no que diz respeito a estas questões, demonstrando que ainda não havia ficado claro quais seriam as propostas tomadas para esses temas.

De acordo com alguns deles, fazer parte do Somos já era “uma saída política para os homossexuais” sendo, portanto, considerado como um “trabalho político”. Os que discordaram de tais respostas, argumentaram que isso “não era uma posição do grupo” e ainda não se havia chegado à conclusões. Percebemos que neste momento do Somos, com cerca de um ano de existência, ainda não havia entrado em consenso qual seria a posição política adotada por eles perante a ditadura militar (LAMPIÃO DA ESQUINA, setembro de 1979, 16, p. 09).

A respeito das relações que a esquerda da época mantinha com os coletivos de minorias que existiam naquele período, Coelho (2014) escreve suas considerações partindo de um outro estudo, e que apresenta os grupos de homossexual, feministas e negros como sendo parte de uma “esquerda fragmentada” ou “esquerda alternativa”, por buscarem se atentar na “transformação de costumes, lutando contra a homofobia, machismo e racismo”, e por conta disso teriam sido deixados de lado pela “esquerda tradicional” que mantinha sua prioridade na luta de classes (COELHO, 2014, p. 48).

É importante também apontarmos que as mulheres lésbicas do período também tiveram determinada participação na emergência do movimento homossexual que surgia nessa época, porém suas participações em matérias do jornal aconteciam com menos frequência que as dos homossexuais masculinos. No entanto, isso não significa que elas não tenham atuado nos grupos de tentativas de politização dos sujeitos homossexuais, em algumas reuniões as mulheres compareciam, mas geralmente acabavam não retornando mais que uma ou duas vezes às reuniões, tanto pelos fatos já apresentados acima, como a falta de objetivos no momento de sua fundação.

Informações sobre espaços de convivência e sociabilidade de mulheres homossexuais são bem mais escassas. Pode-se supor que as luzes da cidade e suas penumbras marginais, que tanto atraem os homens, representem, em contraste, uma ameaça às mulheres. Alguns poucos bares, boates e restaurantes em Copacabana, no Rio de Janeiro, pontos de encontro de intelectuais, artistas e boêmios, passaram a ser ocupados no final dos anos 1950 também por mulheres, num ambiente em que, segundo depoimentos obtidos pela historiadora Nadia Nogueira, “tudo era muito velado” e “praticado com extrema discrição” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 67-68).

Mesmo não integrando o Somos, as mulheres lésbicas também procuraram criar seus meios de sociabilidade assim como ocorreu dentro do Somos, elas realizavam “encontros em residências particulares, que se transformavam ocasionalmente em ‘bares’ ou ‘clubes’” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 69).

De acordo com Green e Quinalha (2015), assim que o movimento homossexual emergiu no final da década de 1970 houve logo um interesse das forças de censura do Estado pelo fato de acreditarem que a emergência dos movimentos sociais naquele período estava diretamente relacionada com o “Movimento Comunista Internacional”.

Em 1978, por exemplo, um agente da CEI escreveu: “é notado um esquema de apoio à atividade dos homossexuais. Este apoio é baseado, em sua quase totalidade, em órgãos de imprensa sabidamente controlados por esquerdistas. Aliando-se à este fato a intenção dos homossexuais de se organizarem em movimentos e de ‘ocupar um lugar certo – inclusive politicamente –’ pode-se estimar alto interesse comunista no proselitismo em favor do tema” (GREEN; QUINALHA, 2015, p.306).

Os locais de sociabilidade de homossexuais, tanto de lésbicas e de gays eram constantemente alvos das forças repressoras do “Estado” e que em suas abordagens utilizavam de muita violência, intimidações e perseguições.

A primeira metade da década corresponde aos nossos Anos de Chumbo, o período mais violento de perseguições, torturas e assassinatos cometidos pelos órgãos da repressão política. Um braço dessa repressão fazia sentir seu peso sobre os costumes, nutrindo as atividades paralelas de intimidação, venda de proteção e extermínio sumário, atuantes em todas as cidades, então conhecidas como "esquadrões da morte". Os territórios ampliados de sociabilidade homossexual eram alvo regular de incursões policiais e parapoliciais desse tipo, a pretexto de combate à vadiagem e ao tráfico de drogas (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 74).

O Lampião da Esquina, em suas trinta e oito edições, denunciou constantemente os ataques sofridos pela comunidade homossexual nesse período, como, por exemplo, a censura imposta às obras da escritora Cassandra Rios, “uma escritora cuja ficção sobre a lesbianidade nada agradou os cães de guarda da ‘moral e bons costumes’” inclusive o próprio Lampião da Esquina sofreu com a censura militar do período. Em sua quinta edição em outubro de 1978 os editores lançam um “Sinal de alerta” na última página da edição.

Vale a pena perguntar o que seria esta chamada "apologia do homossexualismo"; falar sobre o tema com dignidade, pondo em questão determinados preconceitos e discriminações existentes? Em que lei está baseada a suposição de que o homossexualismo, por si mesmo, é um atentado à moral? Optar por esta ou aquela forma de prática sexual deve ser tão legítimo quanto adotar esta ou aquela marca de arroz. A livre escolha sexual consta da Declaração Universal dos Direitos do Homem; desconhecê-la em relação aos homossexuais é retirar destes a própria condição de seres humano; e é bom lembrar que há uma diferença fundamental entre bicha e bicho - e estes também têm os seus direitos. (E não estamos pondo fora da discussão as mulheres homossexuais) (LAMPPIÃO DA ESQUINA, outubro de 1978, 05, p. 16).

A participação em atividades de ativismo pelos membros dos grupos geralmente era muito baixa. Alguns membros da equipe editorial do Lampião da Esquina haviam participado de atividades em movimentos sociais no exterior, como é o caso de João Silvério Trevisan que desde o seu período na universidade havia tido alguns contatos com estudantes politizados nos anos 1960. Outros membros do conselho editorial, também faziam parte dos grupos de organização e politização dos homossexuais no final da década de 1970 e alguns deles, além do João Silvério Trevisan, também haviam tido certa experiência na articulação ou participação em movimentos sociais ou outras atividades ligadas ao ativismo.

Acerca do histórico de envolvimento em lutas pelo ativismo, é possível afirmar que:

Alguns dos editores do *Lampião* tinham também um histórico diversificado de engajamento político. Em Pernambuco, antes do golpe militar de 1964, Aginaldo Silva fora próximo de ativistas do Partido Comunista Brasileiro (PCB), embora não mantivesse vínculo formal com a organização. Em 1969, permaneceu numa cela incomunicável por 45 dias no presídio da Ilha das Flores, no Rio de Janeiro, por ter escrito um prefácio a uma edição dos Diários de Che Guevara (...). João Silvério Trevisan, nos anos 1960, militara nas organizações estudantis da esquerda católica e no grupo Ação Popular (AP) (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 84-85).

Outros como João Silvério Trevisan e João Antonio Mascarenhas já haviam tido algum tipo de contato com os movimentos políticos de homossexuais de outros países onde a movimentação já havia começado há algum tempo, como, por exemplo, nos Estados Unidos.

Nos anos 1970, Trevisan e João Antonio Mascarenhas travaram contato mais intenso com os movimentos políticos homossexuais fora do país. Trevisan morou um ano nos Estados Unidos, em 1975, onde conheceu ativistas do Gay Liberation Front e também vários estudantes de esquerda, inclusive um jovem formado em ciências políticas, James Green, militante de uma organização trotskista, que, estimulado por Trevisan, viria em seguida ao Brasil tornar-se participante ativo do Somos e colaborador do *Lampião*. Mascarenhas teve acesso às informações sobre o movimento homossexual internacional por meio da emergente imprensa gay britânica e norte-americana (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 85).

O ano de 1980 para os grupos homossexuais que se organizavam e surgiam foi de grande importância. Já em janeiro de 1980 o *Lampião da Esquina* publica uma reportagem na seção “Ativismo”<sup>4</sup>, que até aquele momento ainda não existia no jornal, passando a ter somente a partir do ano de 1980. Nesta primeira reportagem da “Ativismo”, foram dedicadas quatro páginas e que possuem vários títulos para divisão das matérias.

A primeira reportagem desta seção tem por título “No Rio, o encontro nacional do povo guei”. Dentro da matéria encontramos as informações de que teria acontecido uma reunião no dia dezesseis de dezembro de 1979, em um domingo. A ideia de realizar a reunião surgiu das reuniões do conselho do jornal *Lampião da Esquina*.

Os lampiônicos e os membros do Grupo Somos/RJ presentes a essa reunião decidiram que tinha chegado a hora de se fazer uma tentativa de organizar e expor o conjunto de pontos de vista e de ideias que começa a tomar corpo como resultado do nascimento de grupos de ativistas homossexuais por todo o Brasil. E quisemos fazer isso antes que se encerrasse a década de 70, isto é, como uma homenagem aos anos, que marcaram o início da luta das minorias oprimidas e, especificamente, da política do corpo (LAMPIÃO DA ESQUINA, janeiro de 1980, 20, p. 07).

---

<sup>4</sup> Foi a partir da edição número vinte do jornal *Lampião da Esquina* que surgiu a seção intitulada de “Ativismo”. Se encontrava geralmente nas primeiras páginas do jornal e trazia assuntos que estavam diretamente relacionados com a criação e organização da militância homossexual.



Há um fato importante na reunião que seria a confirmação do movimento homossexual em se apresentar, tanto na sua constituição quanto na sua forma de militância, como um grupo revolucionário que se afirmava como novo e apresentando suas características que o diferenciava dos demais coletivos de militância revolucionários que existiam na época, mas que também eram dotados de suas especificidades.

Desta vez, pela primeira vez, um movimento revolucionário não está adotando os maneirismos reacionários para poder sobreviver. Ele fala sua própria linguagem, continua vivendo dentro de seus costumes e, à medida que lhe é aberto um espaço ocupa-o com sua presença, sem se mascarar do que não é e sem negar a essência de sua natureza. Isso está acontecendo com os movimentos dos negros, das mulheres e agora dos homossexuais. (...) esse movimento é revolucionário (e não simplesmente reformista), quer mudar o esquema do poder, tem uma visão que difere totalmente tanto da direita como da esquerda, sendo, portanto, indigesto por qualquer lado que queiram consumi-lo. Para aceitá-lo, os regimes modernos, de direita ou de esquerda, terão de modificar-se na essência, acabando com tudo o que há dentro deles de reacionário e perverso. E para destruí-lo, se chegarem a esse extremo, estarão praticando genocídio, pois pela primeira vez na história têm pela frente uma revolução desarmada (LAMPIÃO DA ESQUINA, janeiro de 1980, 20, p. 07).

Vemos que o grupo homossexual se assegurava como um movimento revolucionário, mas procurava se distanciar tanto dos movimentos de esquerda quanto dos de direita. A essência do movimento homossexual em ser revolucionário vem da principal pauta de luta, que é o de lutar contra o sistema machista presente na sociedade, se afastavam tanto da esquerda quanto da direita porque se propõe a fazer isso, combater o machismo e a homofobia que afetam ambos os sistemas econômicos e políticos e interferem no modo de viver da comunidade homossexual naquele momento.

O preconceito contra os homossexuais pode ser identificado dentro da sociedade brasileira da época ditatorial de forma ainda mais intensa por ser este um momento em que o conservadorismo está em exaltação, e o sujeito homossexual é visto dentro da sociedade patriarcal como sujeito desviante do padrão heteronormativo. Nessa sociedade, prevalece a concepção de que há apenas dois padrões, o masculino e o feminino, que são socialmente validados. Esse entendimento limitado resulta na negação da diversidade de identidades de gênero, ignorando a presença de indivíduos homossexuais, transexuais e travestis na comunidade.

Não há a possibilidade de escolha de um gênero que perpassasse a moral binária existente e que se quer impor na sociedade pensada pelo regime militar. Para Butler (2003), “se a existência é sempre marcada pelo gênero, então desviar-se do gênero estabelecido é em algum sentido colocar a própria existência de alguém em questão” (p. 42), e nesse sentido é colocada em pauta a marginalização do homossexual, não que o regime repressor da ditadura militar desconsidere que o homossexual exista, mas o reconhece dentro da sociedade e busca controlar e o associar a formas pejorativas dentro da sociedade.

Esse primeiro congresso, citado acima, que em sua segunda reunião em fevereiro de 1980 teve sua nomenclatura mudada para encontro, possibilitou a organização do Primeiro Encontro Brasileiro de Homossexuais que aconteceu em abril daquele ano na cidade de São Paulo. Os grupos que se dedicaram à realização desse primeiro evento foram o Somos, o Eros e o Libertos, todos paulistas. A reunião aconteceu no Teatro do Centro Acadêmico da Faculdade de Medicina da USP. Os grupos que estavam presentes eram: SOMOS (SP), Ação Lésbico-Feminista (SP), EROS (SP), LIBERTOS (Guarulhos), AUÊ (RJ), SOMOS (RJ), SOMOS (Sorocaba) e BEIJO LIVRE (Brasília). Havia também representantes das cidades de Belo Horizonte, Vitória, Goiânia e Curitiba. Cerca de 200 pessoas participaram.

Recheado de discussões longas e acirradas, o encontro evidenciou que entre os integrantes dos diversos grupos representados havia vários simpatizantes de partidos políticos de esquerda, legais, como o recém-criado Partido dos Trabalhadores (PT), ou clandestinos em via de legalização, como o PCB e o Partido Comunista do Brasil (PC do B), além da Convergência Socialista, que naquele momento aderira ao PT. As decisões tomadas no final, por consenso, reiteraram as resoluções indicativas pela alteração do Código de Doenças referente a "transtornos sexuais" e pela introdução da proteção de direitos relacionados à "opção sexual" na Constituição brasileira. Além disso, decidiu-se promover a legalização jurídica dos grupos, a dinamização dos contatos intergrupais por meio de jornais e boletins, a promoção de debates sobre a homossexualidade durante o congresso anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a denúncia da discriminação contra homossexuais exercida por empregadores e o acompanhamento de investigações sobre arbitrariedades policiais cometidas contra homossexuais (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 106-107).

Logo após o Primeiro Encontro de Homossexuais Brasileiros que havia sido realizado no mês de abril, houve um racha no SOMOS/SP. A edição número vinte e cinco do jornal Lampião da Esquina, traz na seção "Ativismo" uma matéria que contém documentos explicando os motivos que levaram ao racha do SOMOS/SP. O racha teria acontecido pois as lésbicas que participavam do Somos acreditavam em outras questões e ideias que beneficiassem e ajudassem a construir uma luta maior também para elas. O documento 1 (um) que justifica o racha traz exatamente essa noção:

1) a participação de lésbicas em grupos mistos tem impedido o desenvolvimento de uma consciência feminista, essencial, a nosso ver, para o próprio M.H. Dada a especificidade da discriminação que sofremos, enquanto mulheres e homossexuais, consideramos o processo de afirmação somente possível em reuniões separadas das dos homens. As mulheres não podem descobrir o que têm em comum a não ser em grupos só de mulheres. (LAMPIÃO DA ESQUINA, junho de 1980, 25, p. 08).

Além disso, houve também uma outra cisão dentro do Somos que também aparece na edição vinte e cinco.

A outra cisão deu-se em torno da proposta de participação do Somos na manifestação de apoio aos trabalhadores em greve do ABC paulista, por ocasião do 1º de maio de 1980. Incapaz de chegar a um consenso, o grupo se dividira: uma parte compareceu ao estádio da Vila Euclides, em São Bernardo do Campo, enquanto outra parte

promoveu um piquenique no parque do Ibirapuera. Na reunião geral de 1980, a divergência se tornou separação formal. Sob a alegação de que o Somos estava com sua autonomia comprometida em virtude da atuação de membros ligados a organizações político-partidárias, nove membros anunciaram seu desligamento e a formação de um novo Grupo de Ação Homossexualista, posteriormente rebatizado de Outra Coisa. (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 107-108).

Após um ano e um mês do racha no Somos de SP, o jornal *Lampião da Esquina* também chegou a sua última edição, que circulou pelo território nacional em julho de 1981. Com um total de trinta e oito edições mensais e mais três edições extras, o grupo de *Lampiônicos* chegou ao seu fim.

## CONCLUSÃO

Não podemos afirmar que o *Lampião da Esquina* sozinho impulsionou a formação de um movimento unificado de homossexuais em todo o país, mas podemos dizer que o *Lampião da Esquina* proporcionou debates e deu voz aos homossexuais. O jornal explorou a temática da homossexualidade e do surgimento do movimento homossexual naquele período. É importante notar que cada indivíduo homossexual tinha suas particularidades e abordava sua homossexualidade de maneiras diferentes, resultando em divergências tanto entre os grupos quanto dentro deles.

Durante um período de três anos e três meses de circulação, o jornal *Lampião da Esquina* representou para a comunidade LGBTQ+ do período um dos principais meios informativos que contribuiu no processo de organização política das pessoas homossexuais na época. É importante lembrarmos que o *Lampião da Esquina* não circulou sozinho pelo país, junto com jornais de circulação regional ou estadual o *Lampião da Esquina* atuou de forma muito ativa na tomada de posições políticas, que diziam respeito em especial à comunidade homossexual, no sentido de retirá-la das margens da sociedade.

A circulação mensal do *Lampião da Esquina* permitiu, além da possibilidade dos homossexuais se articularem em grupos organizados a proliferação de um discurso que possibilitasse a identificação dos sujeitos homossexuais, e que permitisse a execução de ações em prol desses sujeitos.

O encerramento do *Lampião da Esquina* marcou o fim de um ciclo que também coincidiu com o declínio da imprensa alternativa. Os temas abordados pelo jornal foram posteriormente absorvidos pela grande imprensa. O jornal desempenhou um papel importante na mobilização da comunidade homossexual e no debate sobre questões relacionadas à politização da sexualidade e ao reconhecimento das minorias. No entanto, ao encerrar suas atividades, o jornal enfrentou dificuldades em se reposicionar, perdendo seu caráter contestatório sem conseguir se adaptar como uma publicação comercial.

Nos anos seguintes ao fim do Lampião da Esquina, pode ser verificado uma diminuição nos grupos de organização homossexual, o que pode ser entendido como uma reorganização nas formas de encontros, de militância e da influência do contexto do início da década de 1980, com a chegada da epidemia de Aids/HIV supracitada. É importante destacar que o fim do Lampião não significa o fim das organizações homossexuais pelo Brasil, é interessante perceber que o Grupo Gay da Bahia foi fundado em 1985, quatro anos após o fim do periódico, e tem sua agenda de atuação ativa até os dias atuais, além disso, até a década de 1990 alguns outros grupos também foram fundados no Brasil e que tinham como agenda lutar pelas pautas históricas do então movimento homossexual, mas também para combater o HIV/Aids e os seus estigmas.

É de extrema importância que possamos perceber que o movimento LGBTQ+ não chegou ao fim após o racha no Somos e com o fim do Lampião da Esquina. Muito pelo contrário, o que podemos perceber é que toda a movimentação realizada para a organização dos homossexuais no final da década de 1970 e início da década de 1980 deram as bases necessárias para a continuação da organização de um movimento homossexual, que iniciou sua segunda onda após 1981. Como apontado no trecho acima, haviam menos grupos organizados, porém as sementes para a continuidade do movimento estavam plantadas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade, tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

COELHO, Vinicius. **Lampião da Esquina**: Porta voz dos homossexuais (1978-1981). Rio de Janeiro: Multifoco, 2014.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: A vontade de saber, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

GREEN, James; O grupo Somos, a esquerda e a resistência à ditadura. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan. **Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2015. p. 83-123.

JORNAL LAMPIÃO DA ESQUINA. n. 0-37, 1978 a 1981. Rio de Janeiro, Esquina Editora. Fontes baixadas, disponível em: <http://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina>. Consultado em 05/02/2018.

---

MENDONÇA, Sonia R; FONTES, Virginia M. **História do Brasil Recente 1964-1992**. São Paulo, Editora Ática, 1996.

SADER, Éder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

SILVA, Andrey Tironi da. Organização e resistência do movimento homossexual durante a ditadura militar (1978-1981). *In*: Anais do III Colóquio Nacional de Estudos de Gênero e História: Epistemologias, Interdições e Justiça Social, III., 2018, Marechal Cândido Rondon - PR. **Anais [...]**. Marechal Cândido Rondon: LAPEG, UNIOESTE, 2018. p. 67-77, ISSN: 2357-9544. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1P73P6jTi3\\_8CB7dbDGhQmwybtqp2jl8/view](https://drive.google.com/file/d/1P73P6jTi3_8CB7dbDGhQmwybtqp2jl8/view). Acesso em: 25 jun. 2023.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris**: do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2009, p. 196.

## A ANÁLISE DA TRAJETÓRIA DE VIDA DE PESSOAS COMO OBJETO DE ESTUDO NO ENSINO DE HISTÓRIA: O DIREITO À VIDA, FAMÍLIA E A CIDADANIA A PARTIR DE JOSÉ VICENTE FERREIRA BARROS

### THE ANALYSIS OF PEOPLE'S LIFE TRAJECTORY AS AN OBJECT OF STUDY IN HISTORY TEACHING: THE RIGHT TO LIFE, FAMILY AND CITIZENSHIP FROM JOSÉ VICENTE FERREIRA BARROS

Eliakin Ramos Moura da Silva<sup>1</sup>  
Mabelle de Sousa Almeida<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo, fruto de uma atividade da disciplina de História da Educação, do Programa de Pós-Graduação de Mestrado e Doutorado em Educação da UFPB, analisa a importância das biografias para o Ensino e estudo da História. Para tanto, nos amparamos nas ideias de Pinsky (2010), Xavier e Pereira (2017) ao tratar sobre as biografias no estudo da História, em Sader (2007) ao tratar a respeito dos Direitos Humanos, de vida e cidadania e de Cord (2012) a respeito das ideias de Trabalho e Educação no Brasil oitocentista. Paralelamente, o presente trabalho fundamenta-se na metodologia de pesquisa do estudo bibliográfico. Conclui-se que o uso das biografias pode trazer outro olhar sobre o processo de construção do conhecimento histórico, sobretudo de como as análises de trajetória de vida de pessoas de grupos marginalizados podem contribuir na (re)construção de um Ensino de História mais significativo em sala de aula.

**Palavras-chave:** Biografias; Ensino de História; Brasil Oitocentista;

**Abstract:** This article, the result of an activity in the History of Education discipline, of the Postgraduate Master's and Doctorate Program in Education at UFPB, analyzes the importance of biographies for the Teaching and study of History. To this end, we rely on the ideas of Pinsky (2010), Xavier and Pereira (2017) when dealing with biographies in the study of History, in Sader (2007) when dealing with Human Rights, life and citizenship and by Cord (2012) regarding the ideas of Work and Education in nineteenth-century Brazil. At the same time, this work is based on the research methodology of bibliographical study. It is concluded that the use of biographies can bring another look at the process of building historical knowledge, especially how analyzes of the life trajectories of people from marginalized groups can contribute to the (re)construction of a more meaningful History Teaching in classroom.

**Keywords:** Biographies; Teaching History; 19th century Brazil;

### Introdução, biografia e territorialidade

<sup>1</sup> É graduado em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), especialista em Informática para Educação pelo Instituto Federal do Maranhão (IFMA) e Mestre em Direitos Humanos pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). ORCID: <<https://orcid.org/my-orcid?orcid=0009-0001-0562-511X>>. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/2639806261616000>>. E-mail: aramos.eliakin@gmail.com

<sup>2</sup> É graduada em Serviço Social pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR), especialista em Direitos Humanos e Políticas Públicas pela Faculdade Internacional da Paraíba (FPB), e também possui especialização em Sustentabilidade no Meio Ambiente na Educação Básica pela Universidade do Pernambuco (UPE). ORCID: <<https://orcid.org/0009-0006-4044-664X>> Currículo Lattes: <<https://lattes.cnpq.br/3050956119107511>> E-mail: mabelliliss@gmail.com

Segundo Marc Bloch (2001), a História pode ser definida como a ciência que estuda as ações humanas ao longo do tempo, podendo estas ações apresentarem semelhanças ou diferenças, ou ainda delimitarem um novo evento histórico, assim como o fim de uma era. Seja como for, a História é fundamental para homens e mulheres em suas dinâmicas individuais ou coletivas.

Com efeito, devido ao seu valor e importância, a História se tornou objeto de estudo não apenas nos grandes círculos de saber científico, como as universidades, mas também, foi incorporada aos currículos de escolas, liceus, de movimentos sociais, organização civil organizada entre outros, sendo também discutida em espaços de ambientação individual e/ou coletivas informais.

Nesse sentido, surge o Ensino de História que, conforme aponta Circe Bittencourt (2013), na história do Brasil fora acessível, em um primeiro momento, apenas para os grupos sociais abastados e voltados para o enaltecimento da nação, da memória dos grandes feitos e heróis nacionais. Apenas bem posteriormente é que o Ensino de História fora se tornando acessível para as camadas menos abastadas da sociedade brasileira, com a criação e, posterior, gradativa ampliação do ensino público e gratuito para os cidadãos brasileiros.

Evidentemente, essa mudança de público também foi acompanhada de uma mudança da própria forma que se escrevia a História sendo, em alguns momentos, de caráter metódico e positivista, depois tecnicista, econômica, crítico-reprodutivista, depois social, cultural entre outros. Essas mudanças ocorridas apontam para o caráter polissêmico e multifacetado que o Ensino de História possui (PINSKY, 2010). Mais recentemente, com a Nova História Cultural<sup>3</sup>, um novo tipo de abordagem do Ensino de História tem, gradativamente, ganhado espaço no processo de produção do conhecimento histórico, que são as biografias ou a análise da trajetória de vida de pessoas como objeto de estudo para discussão e compreensão de fatos e eventos históricos.

Desta feita, o estudo da análise da trajetória da vida de pessoas, ou biografia, pode proporcionar melhores condições para absorção e compreensão do conhecimento histórico.

Dadas as possibilidades de relativização de alguns personagens e, ainda assim, dependendo do contexto e lugar social de origem, as biografias conferem uma possibilidade de elucidar muitas questões, tramas, tessituras e ações da atuação dos indivíduos em tela em um determinado momento histórico. De acordo com Xavier e Pereira (2017), o uso de biografias como objeto de estudo no Ensino de História permite:

---

<sup>3</sup>**Nota de rodapé explicativa:** a chamada Nova História Cultural (NHC) é definida como uma corrente historiográfica que se estrutura na construção/narrativa histórica a partir das manifestações de grupos sociais anônimos, sejam eles em caráter individual ou coletivo, de atores sociais antes marginalizados pelas grandes narrativas históricas, como fora a História Positivista. Os principais autores que versam sobre a Nova História Cultural são Roger Chartier, Carlo Ginzburg e Bronislaw Baczko.

admitir uma grande utilidade no ensino/aprendizagem, principalmente porque permitem: Maior vivência dos fatos e, portanto, reconstituição mais fiel dos mesmos o que favorecerá a retenção do conhecimento; maior autoconhecimento pelo confronto de características das personalidades em foco, e, portanto, maior amadurecimento; - maior motivação para o ensino/aprendizagem da História, através de uma técnica reformulada, especialmente com vista a tornar o estudo mais significativo para o aluno (XAVIER; PEREIRA, 2017, p. 2).

Com efeito, também concordamos com François Dosse, quando ele diz que: “A biografia pode ser um elemento privilegiado na reconstituição de uma época, com seus sonhos e angústias” (DOSSE, 2009, p.11). Diante disso, por que não considerar a análise de trajetória de vida de pessoas no ensino de história? Ao assim procedermos, estaremos nos alinhando ao que preconiza os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) de História, demonstrando a relevância de uma prática educativa educacional de caráter inovador e que enseje a capacidade de reflexão sobre a pluralidade das produções historiográficas.

Isso posto, feitos os esclarecimentos teóricos de nossa pesquisa, iniciemos o nosso caminho e compreensão da trajetória de vida do personagem por nós analisado. As poucas informações disponíveis nos indicam que José Vicente Ferreira Barros<sup>4</sup> era um homem de origem humilde, morador da Rua da Assunção, localizada no bairro de São José, bairro este ativo até os dias de hoje na cidade do Recife. Preto, livre e nascido em Pernambuco no final do Setecentos e falecido em 1846, ele trabalhou e cuidou do seu núcleo familiar exercendo o ofício de carpina, sendo este uma representação do ramo da carpintaria, ocupando-se, de maneira geral, dos trabalhos de madeira no campo da construção civil.

Diante das primeiras informações em tela a respeito de nosso personagem de estudo, a primeira inquietação que surge é a da condição do próprio ofício. Seria um requisito obrigatório a liberdade do indivíduo para ser mestre de obras? A condição de escravizado seria um empecilho para o ofício de carpina?

José Vicente Ferreira Barros é tipificado como “preto” no Recife Oitocentista e esse é um dado interessante em questão, isso porque, conforme aponta Cord (2012):

no Sudeste brasileiro, o termo ‘preto’ era considerado sinônimo de ‘escravo’. Nessa região, na primeira metade do Oitocentos, esta ainda era uma referência que designava basicamente os africanos. Ao cotejarmos esse caso com o Recife, esse mesmo epíteto contraria tal tendência, visto que o termo “preto” designavam homens livres e naturais de Pernambuco (CORD, 2012, p. 48).

---

<sup>4</sup> **Nota de rodapé explicativa:** ao longo de todo o texto, optamos por nos reportar ao referido personagem em análise sempre pelo seu nome completo para evitar ‘quebras’ de raciocínio ao tratá-lo apenas pelo sobrenome ou apenas pelo primeiro nome.



Isso posto, ser livre e brasileiro era um posto fundamental na luta e/ou proteção (ou até mesmo conquista/acesso) do mercado de edificações, enquanto mestre de obras. Além disso, o fato do nosso personagem em análise ser livre também mostra, sob uma outra leitura, a acentuação do centro político-econômico do Brasil no Oitocentos, com um maior protagonismo do Centro-Sul do país, em detrimento do Norte agrário canavieiro. Para além da explosão demográfica provocada pelo ciclo do ouro no final do Setecentos e consolidação do Sudeste brasileiro como novo berço político do nascente império, essa mudança política acompanhou a chegada de um maior fluxo migratório de gente e, nesse sentido, de um maior número de cativos, razão pela qual o termo “preto” designa uma coisa em uma região e, na sua antípoda nortista, outro significado.

Sendo, portanto, livre e natural de Pernambuco, José Vicente Ferreira Barros, como homem do seu tempo, viu o fim das Corporações de Ofício através da Constituição de 1824, assinalada por D. Pedro I. Essas, as Corporações de Ofício, era uma organização composta de grupos de profissionais que se especializaram na produção de determinados produtos, como carpinteiros, ferreiros, alfaiates e construtores. Surgidas na Europa no final da Baixa Idade Média, as Corporações de Ofício tinham um papel significativo no Brasil Colônia e, também, Império, isso porque o trabalho era uma forma de distinção social e, paralelamente, uma possibilidade de ascender socialmente por meio do progresso da prática de suas profissões.

### **Das Corporações as Inovações: a leitura de um homem preto das mudanças do seu tempo**

O fim das Corporações de Ofício em 1824, por parte do governo imperial, objetivava fazer com que este liderasse um processo de escolarização de instrução das artes mecânicas em detrimento do ensino artesanal<sup>5</sup>. Todavia, conforme aponta Cord:

O cercamento do tirocínio artesanal não foi acompanhado por uma contundente iniciativa oficial para substituir os tradicionais processos de aprendizagem das ditas ‘artes mecânicas’, ou seja, a necessidade de combater o ‘atraso’ corporativo e de implantar medidas em favor do ‘progresso’ da mão de obra e dos ofícios permaneceram somente no campo das ideias (CORD, 2012, p. 29).

A inoperância deixada pelo governo imperial foi captada pelos profissionais das Artes Mecânicas, qual seja, mestres carpinteiros, ferreiros, carpinteiros, pedreiros, tanoeiros e marceneiros. A

---

<sup>5</sup> **Nota de rodapé explicativa:** no contexto histórico da época (século XVIII e XIX), segundo o *vocabulário português & latino do padre Raphael Bluteau*, os trabalhos denominados como “artes mecânicas” eram considerados como de baixo valor, visto que a sua realização exigiria o uso da força física e, nesse sentido, estaria associado à escravidão e as classes baixas. Por outro lado, as “artes liberais” eram consideradas como trabalhos das classes mais abastadas e de alto valor por não exigirem o uso da força física e, por isso, estaria dissociado da escravidão, tendo como exemplos os ofícios da pintura, música, gramática e arquitetura. Nesta passagem do texto, ao capitanear para si as artes ditas mecânicas, o governo imperial desconsideraria o ensino artesanal, saber este de caráter informal, apreendido por meio da experiência e observação dos trabalhadores das artes mecânicas em seus ofícios.

necessidade de (re)criação de alternativas para manutenção do seu legado na sociedade foi vital na compreensão de uma nova conjuntura que se propunha aos tempos do progresso técnico e científico.

Essa categoria de trabalhadores, apesar do forte abalo sofrido com a decisão unilateral advinda da Constituição de 1824 com o fim formal da regularização de seus trabalhos, teve uma considerável rede de apoio mediante as Irmandades religiosas. Estas foram espaços católicos surgidos na Europa medieval entre os séculos XII e XIII e tinham como função promover a ajuda simbiótica entre os irmãos, além de realizar a caridade entre eles, nesses espaços.

Ainda sobre as Irmandades, no plano constitutivo, ela também teria duas atribuições bastante significativas. A primeira seria a atenção à prece e devoção de algum santo padroeiro, o qual seria o fio-condutor para formação do grupo dos trabalhadores manuais: a identificação com o santo. A segunda atribuição seria a presença de leigos nos quadros e rotinas administrativas, sem a obrigatoriedade dessa pessoa ter sido ordenada sacramente. Finalmente, mesmo com toda essa divisão e sistematização metódica em seu interior, as Irmandades religiosas tinham que ser aprovadas para poder funcionar de forma legal.

No Brasil, as Irmandades religiosas foram de uma importância bastante significativa. Em primeiro lugar, elas foram fundamentais na expansão católica na América Portuguesa. Além disso, tal como as suas congêneres, reuniam leigos em torno da adoração aos santos populares, realizar serviços de ajuda mútua, beneméritos, festas e auxílio aos irmãos necessitados, como doentes, presos e escravizados. Para Caio Boschi, algumas irmandades ultrapassaram os limites religiosos, chegando mesmo a se colocarem como entidades políticas, sendo a intermediadora de conflitos políticos em Minas Gerais (BOSCHI, 1986).

Na cidade do Recife, a Irmandade de São José do Ribamar foi uma das mais importantes da cidade. Datada oficialmente em 1735, é no final do século XVIII e início do século XIX que a referida irmandade se estrutura de forma mais semelhante possível às suas congêneres europeias.

A qualificação reestruturacional pela qual passou a Irmandade de São José do Ribamar e o posterior fim das Corporações de Ofício em 1824, não pôs fim ao sonho dos mestres carpinteiros, pedreiros, carpinteiros, os quais tinham vivos, em suas mentes e corações, os costumes e práticas culturais advindas de seus trabalhos. A valorização do trabalho, o respeito às hierarquias, a hierarquização social existente entre os confrades eram algumas das características pelas quais estavam fundamentadas à organicidade do trabalho e educação daqueles mestres das artes mecânicas.

Desta feita, procurando reativar seus privilégios perdidos por conta da imposição da nova Constituição Imperial de 1824, José Vicente Ferreira Barros, líder dos mestres carpinteiros, cria, em 1841, a Sociedade das Artes Mecânicas na cidade do Recife. Para além de todo o conhecimento

adquirido estar vivo no imaginário desses profissionais do trabalho mecânico, a referida sociedade tinha dois objetivos fundamentais para seu funcionamento.

O primeiro seria o aprimoramento dos seus associados (mestres carpintas, carpinteiros, pedreiros, marceneiros e tanoeiros), implantando aulas teóricas noturnas sobre os seus ofícios. As aulas teóricas foram uma forma de se esquivar das proibições advindas da Carta Magna de 1824. Mais do que uma preocupação com a ideia de progresso e civilização do trabalhador nacional, esse objetivo apontado por José Vicente Ferreira Barros foi, também, uma tentativa de fortalecer os laços corporativos deste grupo de trabalhadores.

Com efeito, deve-se igualmente recordar das disputas pelos postos de trabalho no Brasil imperial. O fim das Corporações de Ofício pela Constituição de 1824, para além da tentativa de desvalorização do trabalho (e do trabalhador nacional) mecânico, marca também o crescimento, gradativo – é verdade –, do número de europeus no Brasil, nos postos de trabalho.

Ao tratar da modernização de Pernambuco no século XIX, Isabel Marson aponta que portugueses e alemães foram alguns dos principais competidores diretos dos trabalhadores nacionais no mercado de edificações, melhoramentos materiais e reformas urbanas no Recife e no interior (MARSON, 1994). Diante disso, enquanto homem de seu tempo, vendo todas as transformações e mudanças pelas quais passava o contexto histórico no qual ele estava inserido, acreditamos que José Vicente Ferreira Barros pusesse, como condição de funcionamento da Sociedade por ele criada, o aprimoramento dos conhecimentos dos seus associados é, também, uma tentativa de valorização dos trabalhadores nacionais e, igualmente, da própria categoria dos trabalhadores mecânicos. Isso fica mais evidente quando analisamos o trabalho de Mike Savage (2004) sobre a história do trabalho no Brasil.

Ao observar o “desenvolvimento” do capitalismo no Brasil, nos primeiros anos do século XIX, ele aponta que os trabalhadores de ofícios manuais, como carpinteiros, ferreiros, escultores, mestres de obras, se sentiam ameaçados com a possibilidade de avanços técnicos e industriais. Com isso, para protegerem-se da chegada de um capital industrial, esses trabalhadores manuais irão se irmanar, criar laços de solidariedade e comunidade para protegerem seus ofícios e, mesmo, se reinventarem diante das mudanças que poderiam ocorrer no mundo do trabalho naquele contexto (SAVAGE, 2004).

O segundo objetivo da Sociedade das Artes Mecânicas visava fomentar o desenvolvimento das práticas de auxílio mútuo mediante reserva financeira feita pela própria instituição, além de promover a captação de serviços na cidade. Para José Vicente Ferreira Barros, essa seria uma forma de manter o trabalho dos artífices daquela instituição em visibilidade para a sociedade pernambucana, visto que tanto o governo imperial quanto o próprio governo pernambucano raramente mostraram um efetivo interesse na criação das escolas de artes e ofício no Recife, como preconizava a Constituição de 1824.

Some-se a isso que, no final da década de 1830 na cidade do Recife, o governo do Barão da Boa Vista acelerou o processo de modernização na capital. Todavia, a necessidade de mudança técnica e civilizatória do Recife esbarrava com o déficit de escolas regulares de artes e ofícios mecânicos.

Em razão disso, em 1844, foi votada no parlamento estadual uma ajuda financeira anual em favorecimento da Sociedade das Artes Mecânicas. O discurso da educação, dos bons costumes, do esforço intelectual e do mérito sensibilizou os parlamentares locais. Além disso, a falta efetiva das escolas de artes e ofício e o baixo custo que a Sociedade das Artes Mecânicas teria ao Erário estadual foram determinantes para a sua aprovação, sobretudo além do exemplo positivo que ela poderia ter para a sociedade pernambucana (FERREIRA DA COSTA, 1900).

### **A Sociedade de Artes Mecânicas não é uma obra de arte pronta e acabada: as tessituras sociais**

A legitimação da Sociedade de Artes Mecânicas com a chancela do Estado conferiu vários atributos ao projeto articulado por José Vicente Ferreira Barros. O primeiro deles deve-se ao seu papel de idealizador de uma Escola Industrial, sendo, portanto, a Sociedade de Artes Mecânicas um referencial concreto para as autoridades pernambucanas no que diz respeito aos trabalhos mecânicos, ao progresso, à civilização, moralidade e controle social.

Novamente, a leitura favorável do cenário à José Vicente Ferreira Barros, e a sociedade por ele idealizada, fez com que este promovesse várias tessituras sociais, teias e negociações que viessem a fortalecer ele, a sua família e a própria instituição. A respeito da família, José Vicente Ferreira Barros direciona três de seus filhos ao posto mais alto de especialização ligada ao trabalho com a madeira, além de torná-los membros da Sociedade ainda na década de 1840.

Isto posto, ressalte-se o fato de que tal ação fora feita logo após o reconhecimento por parte do governo provincial pernambucano da Sociedade das Artes Mecânicas. José Vicente Ferreira Barros poderia ter feito isso antes, como por exemplo, em 1841, quando é criada por ele a associação (sem a legitimação do Estado, contudo). Com efeito, o fato de não ter feito a inscrição dos seus filhos antes de 1844 também não foi por uma questão de idade, visto que, conforme aponta o livro de matrículas dos sócios pioneiros da Sociedade de Artes Mecânicas em 1841, o referido pioneiro fundador tinha 63 anos na época. Até 1844, teria, então, 66 anos de idade.

Outro detalhe merece destaque em tela. A partir da efetivação do Estado pernambucano como financiador da associação, José Vicente Ferreira Barros matricula os seus filhos, no plural, a saber, José Vicente Ferreira Barros Júnior e João dos Santos Ferreira Barros. Dito de outro modo: não bastaria, apenas, matricular apenas um filho. Teria que ser preciso mais de um para atingir uma determinada finalidade, qual seja, um melhor *status* na sociedade pernambucana.

Além disso, compreendemos a urgência que o patrono fundador da Sociedade de Artes Mecânicas teve em matricular os seus filhos como membros logo após a chancela do governo estadual quando analisamos o conceito de aristocracia do trabalho, tipificado por Eric Hobsbawm. Segundo este, a hereditariedade na concepção de trabalho seria um fator de consciência de classe do trabalhador e, também, de coesão entre os seus pares na luta por melhores condições de vida, trabalho e cidadania (HOBSBAWM, 2000). Assim, para José Vicente Ferreira Barros, a entrada dos filhos na associação, para além de uma questão de direito familiar, objetivava o crescimento e consolidação da sociedade após o patrocínio financeiro do governo pernambucano.

Com efeito, as matrículas como membros de José Vicente Ferreira Barros Júnior e João dos Santos Ferreira Barros como pardos também nos permitem questionar que a tentativa de legitimação da associação da Sociedade de Artes Mecânicas, em 1836, teria, talvez, esbarrado na questão racial, visto que, conforme mencionamos anteriormente, o pioneiro fundador é tipificado como ‘preto’ no livro de matrícula dos sócios da instituição, em 1841, sendo a questão racial uma batalha travada pelo referido idealizador e que, para uma maior aceitação e/ou consolidação dos filhos na sociedade, o termo ‘pardo’ poderia resultar em menos conflitos por trabalho e/ou aceitação social no Estado Pernambucano e, com isso, ampliar as tessituras sociais dos filhos, assim como da própria Sociedade de Artes Mecânicas no Estado.

Outro ponto em tela de importante análise de tessituras e alianças sociais da própria associação é a própria mudança estrutural pela qual essa passa em 1850. Ao comemorar dez anos, a Sociedade de Artes Mecânicas refez o seu estatuto e mudou de nome, sendo agora chamada de Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais.

Junto aos artífices, membros das elites ilustradas do Estado, somado aos grandes proprietários de terras, abriram suas matrículas para toda a classe artística, com muitos artífices frequentando escolas primárias e secundárias na cidade do Recife. Some-se a isso o fato da proposta de uma Escola Industrial ainda estar no plano teórico, com nenhuma ação do governo central/imperial a esse respeito (FERREIRA DA COSTA, 1900).

Além disso, o então presidente de província pernambucano, Joaquim Pires Machado Portella, sentia que a associação fundada por José Vicente Ferreira Barros cumpriu com a sua função social, qual seja, promover o aperfeiçoamento de seus sócios, contribuir com a expansão das ideias de progresso, civilidade, moralidade, instrução e disciplina, e que, portanto, deveria receber uma verba maior, advinda dos cofres públicos.

Sob os ventos das Exposições Artísticas Industriais no cenário mundial, as quais, o governo imperial brasileiro participaria de algumas edições, o referido presidente de província acreditava que a aliança entre os artistas mecânicos e os artistas liberais, poderia potencializar os referidos artistas,

além de direcionar o Estado de Pernambuco na vanguarda do desenvolvimento técnico e científico nacional.

A mudança no estatuto para receber os artistas liberais ocorreu sem grandes tensões internas no grupo formado por José Vicente Ferreira Barros. Além disso, com as alterações, o governo estadual aumentou o valor do financiamento estadual junto à associação, sendo este realizado, agora, de forma mais pontual, melhor acesso à instrução, por parte dos membros e, sobretudo, um aumento no espaço de edificações do Estado.

Essa mudança não foi contemplada pelos olhos de José Vicente Ferreira Barros, que havia falecido no ano de 1846. No entanto, ao analisar a sua trajetória de vida, desde a criação embrionária da associação dos artistas mecânicos, em 1836, não há como negar que o seu empenho, em contraposição ao fim das Corporações de Ofício, fortaleceram a sua posição social, sua família e da classe de trabalhadores manuais e da própria Sociedade de Artes Mecânicas, por ele concretizada em 1841.

Com efeito, conforme mencionamos anteriormente, os filhos do pioneiro fundador da associação, uma vez matriculado como membros, contemplaram a expansão da sociedade idealizada pelo pai, além de receber os benefícios advindos dela. José Vicente Ferreira Barros Filho, por exemplo, além de mestre carpina, também fez aulas secundárias no Liceu Provincial, conseguindo frequentar lições de gramática e língua latina. Além disso, o referido filho primogênito de José Vicente Ferreira Barros também se tornou professor vitalício da Instrução Pública de Pernambuco, em 1854.

Esse fato revela não apenas a importância da sociedade orquestrada pelo seu pai para ele, enquanto filho, e para a sociedade pernambucana. Antes, revela também o reconhecimento do filho enquanto cidadão (HOBSBAWM, 2000).

Ressalte-se, ainda, que o aumento de prestígio e poder dos artistas mecânicos foi reconhecido pelos membros das artes liberais e mistas. A título de exemplo, Francisco de Paula Silva Lins merece um destaque. Tipógrafo no mercado editorial na cidade do Recife, sua trajetória de vida foi caracterizada pela boa relação com os artistas mecânicos.

Se por um lado, essa aproximação da agora Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais com grupos como jornalistas se concretizava ainda mais, paralelamente a esse processo havia a fragmentação da ideia de estigma do defeito mecânico que, outrora, mitigava a importância dos trabalhos manuais por conta do esforço mecânico realizado. Com a mudança no estatuto da sociedade, a convivência e trabalho simbiótico entre artistas mecânicos e liberais beneficiaram ambos mutuamente.

Finalmente, vale ressaltar o papel que teve a imprensa na época para visibilidade e reconhecimento da sociedade idealizada por José Vicente Ferreira Barros enquanto agente fomentador das ideias de progresso, desenvolvimento e civilidade. Ao cobrir a realização da Exposição Artística e Industrial, evento organizado com o objetivo de difundir as ideias de modernidade, progresso, trabalho e da inteligência humana no Estado pernambucano, o Diário de Pernambuco trouxe à tona a história de Antonio, pardo escravizado que, representando a Câmara Municipal de Limoeiro (região metropolitana do Recife), acabou conquistando a medalha de bronze, equivalente ao terceiro lugar da referida exposição artística estadual.

No entanto, conforme aponta Cord, ao analisar a seção *Revista Diária* do referido periódico pernambucano:

Todos ficaram muito surpresos e preocupados com a infeliz condição de cativo do premiado, pois isso destituía-o de personalidade. Diante desse dilema, a comissão viu-se reduzida a alternativa de o libertar ou de mandar depositar no arquivo da Câmara Municipal de Limoeiro [o] diploma e a medalha. Contudo, depois de deliberarem que a liberdade é o complemento de todas as perfeições com que Deus beneficiou o homem, resolveram cotizar o montante de 1:500\$000rs e presenteá-lo com a carta de alforria, que seria dada junto com o diploma de mérito artístico e a medalha de terceiro lugar. A contrapartida era que o artista continuasse cultivando metodicamente a rara aptidão que Deus lhe deu para a estatuária (CORD, 2014, p. 5-6).

Posteriormente a conquista de sua liberdade, o agora liberto Antonio se filia a associação idealizada por José Vicente Ferreira Barros em 1871, sendo financiado pela entidade idealizada pelo referido criador e, também, pelo próprio governo estadual no aprimoramento de seus estudos na Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro.

Isso posto, é aceitável pensarmos que houve um uso instrumentalizado por parte do governo estadual pernambucano e da própria Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais do referido ex-cativo anteriormente citado no sentido de fortalecer o peso crítico de ambos os órgãos, com a exploração de seu talento e suas obras. Em contrapartida, não há como negar que o crescimento social vivenciado pelo ex-cativo Antonio igualmente foi fruto de uma pioneira trajetória de mestres carpinas na sociedade pernambucana. Os seus aprimoramentos preconizados obrigatoriamente pelo seu fundador foram determinantes para que Antonio despontasse à nível regional e nacional graças a qualificação profissional dos mestres carpinas e professores presentes naquela associação.

### **Direito Humano como direito à família: a ‘artificização’ da cidadania**

Ao ponto em tela no presente trabalho, define-se Direito Humano como o direito básico pertencente a qualquer ser humano, independentemente de sua crença, religião, posição política, status social, raça, gênero ou qualquer condição econômica. Os Direitos Humanos, enquanto força

normativa, irá surgir logo após a 2ª Guerra Mundial e serão parâmetros internacionais criados mediante assembleia geral da Organização das Nações Unidas (ONU) e que irá ser classificado como direitos inerentes ao ser humano pela sua condição humana, em todas as dimensões da vida das pessoas e das sociedades (ONU, 1948).

No Brasil, os Direitos Humanos irão ganhar relevância na conjuntura do golpe de Estado que culminou com a implantação da Ditadura Militar no Brasil em 1964, o qual perseguiu e torturou presos políticos, civis, homens e mulheres, revogou a então constituição nacional e colocou o país na rota do autoritarismo.

Em tese, e a partir desse breve histórico teórico e conceitual, juridicamente, falar de Direitos Humanos implica tratar de um período histórico que contemple metade dos anos 1940 até os dias de hoje. Todavia, à luz das contribuições oferecidas por Sader (2007), se é verdade que a tipificação normativa dos Direitos Humanos ocorrera em 1945, é considerável afirmar que, mesmo antes disso, o direito humano já fora buscado por homens e mulheres há tempos ao longo da História. Segundo Sader, a noção de Direitos Humanos possui uma raiz com a questão do Direito. Este, por sua vez, foi mudando ao longo do tempo, devendo, portanto, ser entendido no tempo e espaço estudado.

A título de exemplo, sabemos que na democracia grega, apenas os cidadãos filhos de pais nascidos em Atenas teriam o direito a participar da vida política na referida cidade-Estado grega (CARDOSO, 1990). No entanto, vemos que essa noção de direito é restritiva, visto que não considerava como sujeitos portadores desse direito todos aqueles que não foram nascidos em Atenas.

Com efeito, mesmo as Revoluções Burguesas e as suas Declaração de Direitos Inglesa de 1689, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão Francesa de 1789 e a Declaração dos Direitos do Estado da Virgínia de 1776, apesar delas evocarem o direito enquanto um conjunto de garantias e proteção de liberdades e garantias dos indivíduos, elas não tinham, em sua estrutura, o caráter universal que possui a Declaração Universal de 1948. Por essa razão, estava nas mãos de cada indivíduo à busca por melhores condições de vida, cidadania e liberdade. Isso posto, mesmo tendo nascido muito antes da normatização jurídica dos Direitos Humanos como um direito a ter direitos, podemos dizer que a trajetória de José Vicente Ferreira Barros é uma história de luta pelo direito à vida, à família, à cidadania, ao trabalho e educação e, evidentemente, que graças aos movimentos, tessituras, estratégias, teias e redes de solidariedade e contato por ele elaboradas, dezenas e centenas de outros homens e mulheres do seu tempo tiveram acesso aos direitos que eram possíveis buscar naquele lugar social e contexto histórico, senão conferindo os direitos em sua plenitude mas, certamente, apontando o caminho para onde se deveria trilhar na luta contra uma sociedade escravista, elitista e desigual.



## Considerações finais

Ciente do exposto, algumas indagações merecem ser postas à mesa. Em primeiro lugar, as ações de José Vicente Ferreira Barros contrapõem a falácia da ideia de que existem homens à frente do tempo. Primeiramente, a tal utilização desse termo cria um falso paralelo de que, se existem homens à frente do tempo, existem homens parados, estáticos, morosos, indolentes.

Para além dessa ideia preconceituosa e estereotipada, o que de fato existem são os homens no seu tempo. José Vicente Ferreira Barros foi um homem do seu tempo, o qual vivenciou o rumo dos avanços históricos à nível nacional e internacional, que (re)formulou estratégias de sobrevivência para ele, para a sua família e para os seus confrades irmãos dos ofícios mecânicos.

Nesse sentido, nos aproximamos das ideias de Chalhoub (2012) quanto à formação de teias e cadeias no arranjo social no Brasil do Oitocentos em uma sociedade escravista e patriarcal, qual seja, a de protagonismo dos artífices de pele escura nos espaços institucionais, sociais e profissionais. No primeiro, havia a coesão entre os artífices com alguma irmandade religiosa e, junto com ela, a identificação com um santo protetor em comum.

Com a segunda, é latente o protagonismo do preto José Vicente Ferreira Barros com alguns membros da sociedade pernambucana no propósito de legitimar a Sociedade das Artes Mecânicas na província de Pernambuco, em 1841. Na terceira, a obrigatoriedade do aprimoramento para os sócios da referida instituição, estava a ideia de reinvenção do controle do mercado de edificações no Estado, perdido com a imposição da Carta Magna de 1824 e o fim das Corporações de Ofício.

Finalmente, como homem do seu tempo, José Vicente Ferreira Barros entendia que o trabalho mecânico era uma forma de educação e que a transmissão desse ofício para os aprendizes carregava valores como a disciplina, a sistematização, o controle do tempo e a cultura de uma cidade, região, país e até mesmo uma época, sendo à imprensa um importante painel de difusão e debate dessas ideias no cenário local.

Isso posto, atraso e progresso orbitaram no mesmo espaço de maneira difusa, intensa, tensa e contraditória, sendo ensejado na maior parte das vezes – para não dizer sempre – por parte dos artistas mecânicos. Além disso, merece destaque o fato da ausência do governo central/imperial em estender os melhoramentos técnico e científicos ensejados pelos ventos do progresso e da ciência para as províncias da atual região Nordeste. A sensibilidade tátil de José Vicente Ferreira Barros, para além de seu esforço em não deixar morrer o ofício das artes mecânicas, também foi determinante para o desenvolvimento dessas ideias aqui na região, dada a omissão do Estado imperial central com essa região.

Por fim, a análise de trajetória de vida de pessoas é um dos caminhos mais promissores no campo do Ensino de História, seja pela miríade de informações coletadas no processo de análise,

como também pela própria riqueza de detalhes aferidos acerca de um processo histórico e/ou personagem analisado.

Não obstante, trazer à tona figuras de personagens negros como objeto de estudo na História ampliam nossa percepção de que há sujeitos históricos tão importantes quanto Zumbi dos Palmares ou Luíz Gama. Analisar a trajetória de José Vicente Ferreira Barros nos permite ampliar o estudo da História para os sujeitos vistos “debaixo”. Observar a rede de solidariedade, tramas e conexões feitas por sujeitos históricos sem tantas vozes na historiografia, nos possibilitam fomentar a curiosidade e pesquisa nos alunos na sala de aula e, conseqüentemente, mostrar que o Ensino de História se enriquece, quando trabalhado, também, a partir das biografias.

Finalmente, compreende-se como o estudo de biografias de sujeitos históricos de classes sociais menos abastadas podem contribuir para uma proposta de Educação em Direitos Humanos que enseje a formação crítica de sujeitos de direitos históricos, fomentem a criação de estratégias de empoderamento e eduque para uma Educação para o Nunca Mais, a qual, a partir da violação de direitos de diferentes sujeitos históricos, possam, por meio da História, ensejar caminhos que apontem para uma sociedade mais equânime e solidária. Cremos que novos personagens irão surgir, talvez sejam os descendentes do próprio mentor da associação das Artes Mecânicas. No entanto, novas análises serão bem-vindas em trabalhos futuros.

### Referências bibliográficas

BACZKO. Bronislaw. Imaginação Social. In.: **Enciclopédia Einaudi**. Antropos-Homem. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985, p.296-332.

BRASIL. **Constituição do Governo Imperial**. Disponível em: <[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137569/Constituicoes\\_Brasileiras\\_v1\\_1824.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137569/Constituicoes_Brasileiras_v1_1824.pdf)>. Acesso em 04.set.2023.

BITTENCOURT, Circe. **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2013.

BLUTEAU, R. **Vocabulário portuguez & latino**. Coimbra, Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **A cidade-Estado antiga**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

CORD, M. M. **Antonio Benvenuto Cellini: a trajetória de um escultor da escravidão à liberdade**. Recife/Rio de Janeiro, século XIX. Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, v. 8, p. 1-30, 2014.

\_\_\_\_\_. **Artífices da cidadania:** mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2012.

\_\_\_\_\_. **Uma família de artífices 'de cor':** Os Ferreira Barros e sua mobilidade social no Recife Oitocentista. LUSO-BRAZILIAN REVIEW, v. 47, p. 26-48, 2010.

BOSCHI, C.C. **Os leigos e o poder:** irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo, Ática, 1986.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade:** uma história da escravidão na corte. São Paulo, Companhia das Letras, 3ª ed. 2012.

\_\_\_\_\_. **Trabalho, lar e botequim:** o cotidiano dos trabalhadores brasileiros no Rio de Janeiro da belle époque. 3ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural.** Lisboa. Difel, 1990.

DOSSE, F. **O desafio biográfico:** Escrever uma vida. Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes.** São Paulo. Companhia das Letras, 1987.

HOBSBAWM, Eric. **Mundos do trabalho:** novos estudos sobre história operária. 3ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000.

\_\_\_\_\_. **Pessoas Extraordinárias.** Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2005.

MARSON, I.A. “**O engenheiro Vauthier e a modernização de Pernambuco no século XIX: as contradições do progresso**”, In.; S. Bresciani, *Imagens da cidade: século XIX e XX.* São Paulo, Anpuh/Marco Zero/Fapesp, 1994, p.35-59.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>.> Acesso em: 04.set.2023.

PEREIRA DA COSTA, F.A. **Estudo histórico-retrospectivo sobre as artes em Pernambuco.** Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, nº54, 1900, p.3-45.

PINSKY, Carla (org.). **Novos Temas nas Aulas de História.** 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.

SAVAGE, Mike. **Classe e História do Trabalho.** In.: Cláudio H. de Batalha et al (orgs.). **Culturas de classe.** Campinas, Editora da Unicamp, 2004.

---

XAVIER, Milena dos Santos; PEREIRA, Auricélia Lopes. **O pibid e o uso de biografias no Ensino de História:** como histórias de vida podem mudar a percepção dos alunos. ENID, 2017. p.1-8.

## INTERFACES ENTRE CINEMA E ENSINO DE HISTÓRIA: APONTAMENTOS SOBRE A OBRA SILENCIADAS (2021) E A TEMÁTICA FEMININA MODERNA

INTERFACES BETWEEN CINEMA AND HISTORY TEACHING: NOTES ON THE SILENCED WORK (2021) AND THE MODERN FEMININE THEME

Alan Marques de Pinho<sup>1</sup>

**Resumo:** Esta pesquisa tem como objetivo discutir os diálogos possíveis entre cinema e o ensino de história contemplando a inovação metodológica no campo da prática docente. Observa-se que os profissionais da história frente ao cinema e a consequente produção do filme histórico colocam-se por vezes de maneira antagônica, desta forma, a presente pesquisa visa demonstrar as possibilidades do uso das obras cinematográficas no ensino de história, colaborando para a formação da consciência histórica dos indivíduos. Analisaremos a instrumentalização do filme *Silenciadas* (2021), e sua contribuição para a discussão acerca da temática feminina no período moderno, como um ponto de partida para explorar as diversas possibilidades para a relação dialógica entre ensino de história e filmes históricos.

**Palavras-chave:** filme histórico; cinema; ensino de história; identidade feminina.

**Abstract:** This research aims to discuss possible dialogues between cinema and history teaching, contemplating methodological innovation in the field of teaching practice. It is observed that professionals in the history of cinema and the consequent production of the historical film are sometimes placed in an antagonistic way, in this way, the present research aims to demonstrate the possibilities of using cinematographic works in the teaching of history, collaborating for the formation of the historical conscience of individuals. We will analyze the instrumentalization of the film *Silenciadas* (2021) and its contribution to the discussion about the feminine theme in the modern period as a starting point to explore the different possibilities for the dialogical relationship between history teaching and historical films.

**Keywords:** historical film; cinema; history teaching; female identity.

### CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Diante dos possíveis diálogos entre cinema e ensino de história e a constante necessidade de dinamização do ensino por parte dos profissionais da educação, visto que a crescente temática

---

<sup>1</sup> Licenciado (2022) em História pelo Centro de Teologias e Humanidades da Universidade Católica de Petrópolis (CTH-UCP). Pós-graduando em História das Religiões (Cruzeiro do Sul). E-mail: [alanmarques075@gmail.com](mailto:alanmarques075@gmail.com). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9938780415934233>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1189-7920>.

histórica no meio cinematográfico produz uma espécie de difusão do saber e consciência histórica, este artigo propõe alguns apontamentos sobre a instrumentalização das obras fílmicas e seus benefícios ante o processo de aprendizagem histórica nas instituições educacionais. A constante atualização dos meios de se fazer história e seu consequente ensino por parte dos profissionais educadores sucede à busca pelo aparelhamento de novas fontes e materiais que possibilitam um ensino mais efetivo, otimizando o diálogo entre o saber da academia — por vezes “encastelada em uma fortaleza de seguranças epistemológicas da qual possui muitas dificuldades em sair para diálogos sociais mais amplos” (RICON, 2021, p. 1) — e o saber escolar por meio de uma nova metodologia de ensino. Desta forma, tal trabalho indaga a possibilidade de se utilizar de uma obra cinematográfica como um instrumento valioso no ensino de história na conjuntura educacional atual, delimitando uma transposição efetiva para o campo da práxis o diálogo presente entre história e diversas linguagens sociais, no caso da pesquisa em questão, a linguagem cinematográfica.

Logo, o ensaio vigente propõe uma possível análise, por meio do filme *Silenciadas* (2021), sobre a temática feminina — e sua associação com o âmbito diabólico — dentro da historicidade do século XVII junto da possibilidade de trabalhar este assunto dentro de sala de aula através da instrumentalização da obra fílmica em questão. A proposta que se seguirá é a utilização dos filmes históricos como um potencial mecanismo de ensino, demonstrando alguns apontamentos quanto à análise do filme e o papel do historiador — em nosso caso, materializado no filme *Silenciadas* (2021) — como exemplificação e proposta de tal metodologia de ensino.

## **AS POSSIBILIDADES DIALÓGICAS DO FILME HISTÓRICO: A FUNÇÃO DO PROFESSOR NO ENSINO DE HISTÓRIA**

A relação dialógica entre cinema e história evidencia-se no século XX, seja o cinema como um agente histórico, interferindo diretamente na própria história do período no qual a obra em questão foi produzida e consolidando-se como um mecanismo de poder e propagação ideológica (BARROS, 2007), ou como aparato de entretenimento, um aparelho disseminador de ideias, e, acima de tudo, como fonte ou instrumento no ensino de história, sendo de fato esta a função mais valiosa do cinema para o ofício do professor de História. Desta maneira, o cinema se qualifica como um elemento de renovação metodológica no ensino dentro do século XX (SOUZA, 2012), sendo por sua vez um novo instrumento que impulsiona a difusão do saber histórico superando até mesmo a propagação do conhecimento por meio de livros e da historiografia tradicional. Naturalmente, por conta deste fato, há um estranhamento por parte do historiador diante do fenômeno de crescente adesão às obras fílmicas, no entanto, a historiadora Cristiane Nova, em uma de suas contribuições, aponta a postura

adequada que os profissionais desta área devem ter perante as possibilidades da análise cinematográfica:

O historiador não deve menosprezar, nem ficar à margem desse processo de difusão do saber histórico através do cinema e, atualmente, também da televisão e do videocassete, mas sim aproveitar o seu potencial (que pode ser documental ou didático, se aplicado ao ensino da História), contribuindo, dessa forma, para o desenvolvimento de uma leitura cinematográfica da história eficiente e formadora de conhecimento científico e consciência histórica. (NOVA, 1996, p. 7).

À vista disso, compreendemos que a evidenciação do cinema e a sua produção que se relaciona minimamente ou inteiramente com a história, gera a construção do que chamamos de “filme histórico”, “aquele que possui como temática um fato histórico” (NOVA, 1996, p. 2) sendo uma obra passível de ser estudada como testemunho ou representação de uma temática histórica, que por sua vez assume a posição de divulgação efetiva do conhecimento histórico no meio social.

O cinema, tal qual o historiador, por meio destes filmes históricos, adquire um discurso sobre o passado (NOVA, 1996), ainda que geralmente se consolide sem o rigor científico e historiográfico, típico de uma produção técnica do cientista social no que tange o fazer metodológico. O consumo desses filmes torna-se o principal referencial histórico dos sujeitos que o consomem sobre determinado período ou tema que foi abordado na obra, conseqüentemente, há uma crescente necessidade do historiador em trazer esses filmes para dentro de sala de aula, problematizando-os e analisando suas contribuições e incongruências históricas.

Como premissa de nossa análise e partindo das concepções de Marc Ferro (2010), compreendemos que existem duas vias de leitura de um filme histórico. Primeiramente temos a leitura histórica do filme (o filme lido através da história) — que basicamente são percepções sobre a historicidade na qual o filme foi criado e o *status quo* da sociedade em questão — e em um segundo momento temos a leitura cinematográfica da história — a história lida através do cinema e como é representada por meio da obra. Dentro desta discussão mais teórica e tomando como base as definições de Cristiane Nova (1996) observamos diversos tipos de filmes históricos sendo divididos em dois grandes blocos: os documentários e os não-documentários. Aqueles deleitam-se no esforço de reconstruir um período histórico, recorrendo a imagens *in loco* de determinado fato, proferindo um discurso subjetivo acerca do objeto escolhido, já estes são filmes que de alguma forma se referem ao passado<sup>2</sup>, utilizando da criatividade, enredo e ficção para produzir uma obra de ambientação histórica, como cenário inicial da trama, ou produzir um filme que trata sobre algum acontecimento histórico efetivo, contemplando uma espécie de reconstrução histórica.

---

<sup>2</sup> Referem-se ao passado a partir da perspectiva do presente, pois toda produção e todo o conhecimento — também cinematográfico — é essencialmente presentista.

Ora, por qual motivo o historiador utilizaria desses filmes históricos, providos de discursos sobre o passado, como um instrumento efetivo no ensino de história? Para responder tal questionamento Éder Cristiano Souza (2012) recorre ao conceito de “estratégia metodológica dinâmica”, afirmando assim que a utilização de filmes históricos como um mecanismo de ensino didático de história contrapõe o ensino tradicional e maçante das escolas possibilitando uma nova maneira de se adquirir conhecimento sobre o assunto, desta maneira, nesta estratégia “privilegia-se o entendimento de que um trabalho com filmes pode inovar, dinamizar, tornar mais agradável e diversificado o ensino de História.” (SOUZA, 2012, p. 9). A instrumentalização das obras fílmicas possibilita uma inovação metodológica no que tange o ensino de história, conseqüentemente, o aprendizado se torna mais dinâmico e prazeroso, evidenciando também a autonomia do aluno de perceber por conta própria nesses filmes alguns elementos históricos discutíveis dentro da sala de aula, além disso os estímulos visuais à imaginação histórica e a representação histórica nas falas, vestimentas e situações cotidianas dentro do enredo fílmico possibilitam um melhor entendimento e interação por parte dos alunos quanto à temática histórica abordada. Nesta conjuntura o filme configura-se como um elemento motivador e incitador do conhecimento.

A título de conclusão no que se refere ao ato benéfico da utilização de filmes no ambiente educacional, Souza afirma:

A dicotomia entre o conhecimento histórico e a didática da história é ressaltada, com a ideia de que o cinema se torna um meio de facilitação e acesso a conhecimentos instituídos. Nesse processo de didatização do conhecimento, o filme também aparece de forma muito recorrente como um fator motivador, uma inovação que superaria o marasmo e a falta de interesse dos alunos. (SOUZA, 2012, p. 11)

A análise do filme histórico por parte do historiador perpassa tanto pela leitura histórica, quanto pela leitura cinematográfica do filme como já explicitado por Marc Ferro. As possibilidades de análises são ilimitadas para dentro do processo educacional, vale ressaltar o caráter presentista do filme e a sua projeção das questões *pari passu* na reconstrução histórica de um acontecimento passado sendo percebido como fonte para o historiador, mas na mesma medida observar o esforço da obra cinematográfica em representar um conteúdo ou contexto histórico mediante a personagens, acontecimentos factuais ou fictícios que remontam a historicidade do período no qual se passa a trama e suas contribuições no que diz respeito às verossimilhanças entre os elementos do filme histórico e as concepções da historiografia já consolidada.

Quanto às concepções de Ferro sobre os filmes históricos e suas contribuições práticas Cristiane Nova afirma:

Para Ferro, esses filmes contribuem para a difusão dos conhecimentos históricos (função pedagógica), mas pouco intervêm como contribuição "científica" do cinema para a inteligibilidade dos fenômenos históricos. Constituem uma transcrição



cinematográfica de uma visão histórica que foi concebida por outros. (NOVA, 1996, p. 10).

Desta forma, basta para o historiador e professor utilizá-lo como uma ferramenta de ensino e não como referência científica. Os filmes contribuem para uma difusão do conhecimento e imaginação histórica e não necessariamente uma produção científica e metodológica sobre o assunto. Assim sendo, o filme é visto como um “meio de representação histórica ou como veículo interpretante das realidades históricas específicas, ou ainda como linguagem que se abre para imaginação histórica” (BARROS, 2007, p. 2), logo, cabe ao professor buscar verossimilhanças entre a realidade projetada no filme e o fato consolidado pela historiografia, analisando tanto a obra como fonte histórica, uma vez que o cinema é sempre uma construção polifônica por meio de diversos atores sociais que agem na construção fílmica (BARROS, 2007), quanto como uma obra de caráter discursiva sobre o passado passível de criticidade e colaborações pedagógicas no que tange o ensino didático.

Deleitando-se novamente nas contribuições de Cristiane Nova (1996) a função do professor de história é de um analista perante ao filme, deve-se analisar os fatos históricos, perceber o filme como uma obra que emite uma concepção também histórica, atentar-se quanto aos acontecimentos retratados e comparar os elementos do filme com o conteúdo programático da instituição educacional, portanto, a historiadora conclui dizendo que:

O "analista" deve ir em busca das verossimilhanças históricas existentes no filme e principalmente do seu sentido. Primeiramente, devem ser analisados os fatos históricos apresentados pelo filme: são eles comprovados pela historiografia escrita? São eles inventados pelo autor? Inteiramente? Com que critérios? É importante, nesse percurso por vezes tortuoso, estar-se sempre atento à presença dos anacronismos. Depois, deve-se buscar apreender a concepção histórica do filme e as interpretações que ele apresenta sobre o acontecimento retratado. Uma outra etapa importante é a da comparação dos elementos retirados do filme com os conhecimentos oriundos da historiografia escrita ou oral, na tentativa de captar o que ele apresenta de novo. E, com a síntese de todos esses elementos, formular-se-á o sentido histórico do filme. (NOVA, 1996, p. 13).

De acordo com Marcos Napolitano (2003) acerca do papel do professor, para além da função de analista, este deve se colocar fundamentalmente como mediador entre o filme e o aluno, sendo este um ato essencial na construção do aprendizado histórico. Desse modo, o professor se coloca fazendo uma ponte entre emoção e razão, gerando também condições para os alunos elevarem o seu grau de criticidade diante do filme visto, posto que o aluno é agente construtor no processo de aprendizado, a etapa analítica do educador perante o filme é a preparação do terreno para a constituição do conhecimento do estudante. Portanto, é justo afirmar que este é o desafio principal do professor de história de acordo com Napolitano, propor uma relação de linguagem dialógica do filme com o conteúdo escolar da instituição.

Para o prosseguimento da discussão deste ensaio, buscaremos expor rapidamente alguns apontamentos minuciosos sobre a construção da identidade da mulher na modernidade e os pontos

principais desta temática, para depois analisar como o filme *Silenciadas* (2021) pode ser instrumentalizado como uma obra de reconstrução histórica passível de discussão crítica e analítica por parte do professor e seus alunos, acerca da temática feminina no período já exposto.

## A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE INFERNAL FEMININA NO PERÍODO MODERNO

A identidade feminina e sua percepção ao longo do tempo constitui uma série de possibilidades de estudo para o historiador ampliando seu campo de pesquisa e sua relação com os agentes históricos. Ora venerável ora temível, a percepção social sobre a mulher é uma fonte preciosíssima para a decorrente análise da historicidade do período o qual o historiador se deleita em estudar. No caso do período moderno, a construção ou delimitação da identidade da bruxa ou feiticeira — relacionada efetivamente à mulher — acompanha quase de forma simultânea a elaboração e composição do conceito de diabo, estabelecendo, de alguma maneira, uma contribuição mútua para a manutenção da ação pecaminosa e condenável pela Igreja sendo essas figuras percebidas como identidades infernais, desta maneira, a bruxa é identificada como agente de satã (DELUMEAU, 2009).

Partindo das contribuições de Reinhart Koselleck (2006), observamos que o campo de experiência<sup>3</sup> cristão na transição do medievo para o período moderno é repleto de desgraças, o que faz com que a sociedade deste período nutrisse uma contínua expectativa escatológica, desta maneira, “se tinham já visto muitas desgraças, se esperavam piores” (DELUMEAU, 1989, p. 61). Esse é de fato o espírito da época da transição medieval para a modernidade, uma constante sensação de culpabilidade e angústia coletiva, conseqüentemente, esse horizonte escatológico aproximava os homens do fim dos tempos, as desgraças que assolavam a humanidade tinham motivos e sujeitos causadores, desta forma, as reformas e a constante necessidade de resolução das atrocidades carnis da sociedade e da cultura popular são atitudes que acabam eclodindo neste período como uma tentativa de verdadeira purificação social (BURKE, 1995).

---

<sup>3</sup> Conceituação postulada por Koselleck que antecede e possibilita horizonte de expectativas, como categorias do conhecimento capazes de fundamentar a possibilidade de uma história. As possibilidades de uma consolidação histórica são construídas na medida que a experiência vivida — percebida dentro da historicidade do indivíduo, a qual permite tal vivenciar experiência determinada — gera um horizonte de expectativas, que quando não alcançado, possibilita uma análise de um futuro passado, o qual não aconteceu e permaneceu na ideia da expectativa não concretizada. Ver KOSELLECK, Reinhart. (2006), **Futuro Passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora PUC-RJ. p. 306

Dentro deste contexto evidenciamos a figura feminina como também agente causador desse mal, de baixa e inferioridade intelectual, de natureza “corrompida”, “volátil” e “luxuriosa”<sup>4</sup>, tais adjetivos são alguns dos quais eram relacionados à mulher neste período. Quanto a percepção de diferenças naturais entre homens e mulheres, e a percepção daquele sobre esta, Delumeau discorre:

Em contrapartida, e de alguma maneira para valorizar-se, o homem definiu-se como apolíneo e racional por oposição à mulher dionisíaca e instintiva, mais invadida que ele pela obscuridade, pelo inconsciente e pelo sonho. Em razão de suas raízes profundas, a incompreensão entre os dois sexos pode ser descoberta em todos os níveis. A mulher permanece para o homem um constante enigma: ele não sabe o que ela quer — constatação feita especialmente por Freud. Ela o deseja herói e entretanto procura retê-lo em casa, pronta a desprezá-lo se ele obedece. Ela é para ele eterna contradição viva, ao menos enquanto ele não compreendeu que ela é simultaneamente desejo do homem e aspiração à estabilidade: duas condições necessárias para que se realize a obra criadora de que está encarregada (DELUMEAU, 2009, p. 464).

A mulher, para o outro sexo, carrega em si mesma esta contradição, a que dá a vida e traz a morte, é o “santuário do estranho”, obviamente, a marginalização do feminino e a sobreposição sexual se tornou inevitável neste período de grandes tormentos e perigos escatológicos, acreditando-se que a mulher era passível de influência diabólica sendo até mesmo a sua agente, em essência a mulher era a porta de todos males infernais.

Mal magnífico, prazer funesto, venenosa e enganadora, a mulher foi acusada pelo outro sexo de ter introduzido na terra o pecado, a desgraça e a morte. Pandora grega ou Eva judaica, ela cometeu a falta original ao abrir a urna que continha todos os males ou ao comer o fruto proibido. O homem procurou um responsável para o sofrimento, para o malogro, para o desaparecimento do paraíso terrestre, e encontrou a mulher. Como não temer um ser que nunca é tão perigoso quando sorri? A caverna sexual tornou-se a fossa viscosa do inferno. (DELUMEAU, 2009, p. 468).

Tal contextualização remonta a citação de Tertuliano no século I, “Mulher, tu és a porta do diabo. Foste tu que tocastes a árvore de Satã e que, em primeiro lugar, violaste a lei divina” (TERTULIANO, séc. I, apud DELUMEAU, 2009). Logo, a marginalização do feminino concebida antes mesmo da Idade Média, nessa conjuntura, passa por uma resignificação teológica sendo associada ao âmbito pecaminoso e profano. Por intermédio da publicação do *Malleus Maleficarum* (1487) há uma marginalização efetiva do mundo feminino associando atitudes do cotidiano das mulheres com práticas diabólicas, por conseguinte, as ações ordinárias destas mulheres são demonizadas por parte das autoridades rotulando-as como hábitos de bruxaria, gerando uma perseguição não só localizada no período moderno, mas que se estende aos períodos posteriores mesmo sendo de outra ordem.

---

<sup>4</sup> Adjetivos por vezes relacionados às torpezas e atentados contra a castidade, que é o pecado por excelência que permeia a história cristã. O horror ante o pecado contra a sexualidade e o sentimento de culpabilidade acompanha a concepção social cristã perante a sexualidade até hoje. Ver DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 471.

O marco da oficialização do *Malleus Maleficarum* (1487) coloca o mundo feminino como passível de ação diabólica. A partir deste momento a prática da feitiçaria — antes vista como mera ilusão — quando contornada de uma heresia, definia-se como bruxaria, heresia esta que poderia ser uma acusação de pacto ou até mesmo uma ação antidogmática. A partir deste documento diversas associações foram feitas as mulheres suspeitas de realização de bruxarias, primeiramente temos a caracterização feminina, a bruxa contemplava uma fisionomia dicotômica entre feio e belo, eram percebidas como mentirosas, luxuriosas, como um diabo doméstico — ou detentora de uma relação íntima com o diabo e suas variadas formas, como brilhantemente é retratado com Jules Michelet (2003) — ou chamariz de Satã, sendo retratada como um ser, acima de tudo, poderoso relacionando-se através das interferências sobrenaturais, detentora de poderes como, de gerar enfermidades, destruir plantações, causar tempestades, com o poder de metamorfose e como fonte do pecado.

A consolidação da identidade feminina como uma sexualidade marginalizada, um ser passível de corrupção, volátil e de deficiência natural, associado ao mundo da bruxaria, e somado com a angústia coletiva de fim de mundo não tardaram a perseguição às bruxas no período moderno acentuando-se no início do século XVII. Basta agora analisarmos brevemente a obra fílmica *Silenciadas* (2021) e suas verossimilhanças com alguns tópicos básicos da identidade feminina neste período em questão e sua aplicabilidade no ensino de história.

### **A INSTRUMENTALIZAÇÃO DA OBRA FÍLMICA SILENCIADAS (2021) NO ENSINO DE HISTÓRIA**

Dentro desta temática feminina identificamos a obra cinematográfica *Silenciadas* (2021), inspirada em algumas concepções da obra *A Feiticeira* (1862) de Jules Michelet, que retrata o acontecimento da caça às bruxas de Labourd em 1609. Flertando com a ficção histórica, o filme propõe uma reconstrução da historicidade do século XVII no que tange a identidade da mulher, associação do feminino com o diabólico e perseguição das bruxas. Embora o filme não faça questão de retratar com fidelidade os acontecimentos históricos — uma vez que tal obra se preocupa em fazer sentido dentro do seu próprio enredo — é nítido, de acordo com as marcações temporais dentro da própria trama, que se trata da perseguição massiva às mulheres intituladas bruxas no início do século XVII. Com a utilização de personagens inspirados por agentes reais e históricos, mas com suas próprias questões ficcionais dentro da trama, o filme torna-se um grande instrumento para o ensino de história acerca do período da modernidade e a construção da identidade feminina no tempo retratado.

O professor de história quanto a instrumentalização deste filme em sala deve assumir a função analítica — como bem definida por Cristiane Nova (1996) — e a função mediadora pedagógica como

já estipulada por Marcos Napolitano (2003). Tratando primeiramente da análise típica do educador ante o filme *Silenciadas* (2021), necessariamente o historiador deverá observar os fatos históricos presenciados no filme e a concepção histórica deste. Compreendendo que o filme histórico em si contempla um discurso específico sobre o passado, o professor de história deverá localizar este discurso e de qual lugar de fala está vindo, ou seja, deverá propor uma análise presentista do período no qual o filme foi produzido, uma vez que as questões que permeiam a obra dizem mais sobre o presente do que propriamente sobre o passado. No caso de *Silenciadas* (2021) a problemática da marginalização feminina do período atual é refletida na própria produção do filme, logo, a “diabolização” da mulher, a sexualização e a segregação feminina são temas ainda em voga na sociedade. Salientar sobre esta questão e observar, se possível, um ciclo de rupturas e permanências torna-se um caminho seguro para o ensino de história que dialoga com o filme proposto.

Desta maneira, a análise do historiador passará também pela verossimilhança dos fatos (NOVA, 1996): comparar os elementos retirados do filme com a historiografia consolidada sobre o tema é de suma importância. No caso da obra em debate, deparamo-nos com o personagem Rostegui (o inquisidor em evidência no filme), que claramente faz referência ao Pierre de Rosteguy de Lancre (1553 - 1631), um juiz do período moderno. Perceber o seu personagem e sua fixação com o ritual intitulado o “Sabá das Bruxas” enquanto uma reconstrução histórica verossímil é um dos caminhos para a análise do filme.

A dicotomia entre imaginário e real, no que concerne a realização do próprio Sabá e a natureza volátil e pecaminosa feminina, era matéria de constante inquietação para os juízes do período moderno. De acordo com Michel de Certeau (2021), o problema da modernidade consistia em saber se o Sabá e todas as manifestações “sobrenaturais” eram possíveis ou não, logo, a linha tênue entre o discurso religioso, a imaginação genuína dos agentes sociais e a realidade efetiva delimita o *status quo* do início do período moderno. Desta maneira, o autor conclui que a “linguagem da bruxaria é, de fato, a da inversão e é ainda um sinal de vacilação de uma cultura incapaz de determinar se essa linguagem é imaginária ou real” (CERTÉAU, 2021, p. 392). Consequentemente, o filme em questão retrata por excelência essa confusão entre o real e o imaginário representada na figura de Rostegui e a relação com as mulheres perseguidas ao longo da trama.

Outra associação possível de ser feita, é sobre a figura da mulher como o “santuário do estranho”, um espaço de mistério, inacessibilidade, desejo e sedução por parte do sexo oposto. A temática da sexualidade é abordada brilhantemente na obra especialmente na cena entre a personagem Ana e o juiz Rostegui, na qual o inquisidor, o qual acreditava que as bruxas em certa medida tinham algum nível de relação sexual com o demônio, sente-se tentado diante da mulher e prontamente a enxerga como progenitora de males carnais. Nesta cena, apesar do uso da ficção histórica para uma

construção narrativa coerente dentro da trama, o assunto da sexualidade pode ser explorado pelo professor em uma análise da repressão sexual da mulher tanto no período moderno retratado e quanto no próprio tempo no qual a obra foi produzida, tendo em vista que a luxúria e o pecado sexual eram constantemente incitados pelo aspecto diabólico e volátil da natureza feminina.

Analisar a linguagem ativa das mulheres neste período outro meio possível para uma instrumentalização efetiva do filme. Tais personagens são sujeitos ativos, apesar de subalternos, dentro de uma funcionalidade social imposta por outrem, desta forma, as táticas destas mulheres não devem ser menosprezadas em detrimento a uma estratégia<sup>5</sup> pré-estabelecida por outros, pelo contrário, merecem destaque e ser matéria de análise dentro da sala de aula sobre a “não passividade” dos atores sociais ao longo da história.

Para além da atribuição analítica ao professor de história, abordaremos agora a função mediadora do educador perante este filme histórico. Utilizando do conceito da função mediadora do professor, no que tange à instrumentalização do filme no ensino, estipulado por Napolitano (2003) e dialogando com as contribuições da professora Menga Lüdke (2001), compreendemos que o professor é um eterno pesquisador. A relação entre saber docente e pesquisa docente estão interligadas no ambiente de ensino, desse modo, a atualização metodológica de pesquisa sobre seus alunos em sala fazendo uso do seu saber específico é a estrada de êxito para um ensino melhorado.

Utilizando do filme em questão, o professor deverá gerar condições para que seus alunos o observem de forma crítica, seja através de uma leitura histórica, seja sob a perspectiva de uma leitura cinematográfica da história. A evidenciação da possibilidade destas análises deve ser condicionada à mediação docente. Logo, relacionar a temática feminina, a construção da identidade da bruxa e a historicidade do início do período moderno com a trama do filme histórico *Silenciadas* (2021) — junto das observações analíticas — é a grande função mediadora que o professor de história poderá realizar nesta relação dialógica entre cinema e ensino de história.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista a contínua relação entre cinema e história e a importância da elaboração de discussões acerca dos possíveis diálogos entre os dois polos e a instrumentalização das obras cinematográficas no ensino de história, tal ensaio buscou evidenciar o papel do professor de história como um sujeito analítico e mediador no que tange essa proposta de ensino, buscamos também

---

<sup>5</sup> Sobre a definição do conceito de estratégia, também como possibilitador da tática, ver CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 99.

elaborar uma possível percepção sobre o filme *Silenciadas* (2021) e a utilização deste no processo de aprendizagem dos alunos sobre a temática feminina e modernidade.

Logo, podemos concluir que a dinamização do ensino de história através do cinema, frente às metodologias tradicionais, é uma inovação de grande relevância para as questões que envolvem a educação, tomando como base a concepção de consciência histórica de Jörn Rüsen (2015), a atualização constante das metodologias no ensino de história contribuem e muito para a formação desta consciência histórica, a qual é fortalecida pela utilização dos filmes como uma dinamização do processo educacional histórico. Vimos, por fim, que há possibilidade de trabalhar com filmes históricos dentro de sala de aula, basta ao professor assumir a responsabilidade de condutor das análises e possibilitador de um ambiente crítico para a construção do conhecimento dos alunos.

## REFERÊNCIAS

- BARROS, José D. Assunção. Cinema e história—as funções do cinema como agente, fonte e representação da história. *Ler história*, n. 52, p. 127-159, 2007.
- BURKE, Peter. **Cultura popular na idade moderna: Europa, 1500-1800**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CERTEAU, Michel de. **O lugar do outro**. Petrópolis: Vozes, 2021.
- DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- DELUMEAU, Jean. **Nascimento e Afirmação da Reforma**. São Paulo: Pioneira, 1989.
- FERRO, Marc. **Cinema e história**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Paz e terra, 2010.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora PUC-RJ, 2006.
- LÜDKE, Menga. O professor, seu saber e sua pesquisa. *Educação & Sociedade*, v. 22, p. 77-96, 2001.
- MICHELET, Jules. **A feiticeira**. São Paulo: Aquariana, 2003.
- NAPOLITANO, Marcos. **Como usar o cinema na sala de aula**. Editora Contexto, 2003.
- NOVA, Cristiane. O cinema e o conhecimento da História. *O olho da história*, v. 3, 1996.
- RICON, Leandro Couto Carreira. História e Ensino: um ensaio a contrapelo”. *Boletim do Tempo Presente*, v. 10, n. 02, p. 01-09, 2021.

RÜSEN, Jörn. **Humanismo e Didática da História**. Brasília: Editora UNB, 2015

SILENCIADAS; Direção: Pablo Aguero. Produção: Kowalski Films, Tita B Productions. Argentina. Netflix, 2021. (90 min.)

SOUSA, Éder Cristiano de. O uso do cinema no ensino de História: propostas recorrentes, dimensões teóricas e perspectivas da Educação Histórica. **Escritas: Revista do Curso de História de Araguaína**, v. 4, 2012.



## O RELATO DE VIAGEM DE GREGÓRIO JOSÉ MENDES (1785) E A TENTATIVA DE EXPANSÃO DA PRESENÇA PORTUGUESA AO SUL DE BENGUELA

THE TRAVEL REPORT OF GREGÓRIO JOSÉ MENDES (1785) AND THE ATTEMPT TO EXPAND THE PORTUGUESE PRESENCE TO THE SOUTH OF BENGUELA

Paulo Pereira Oliveira Matos<sup>1</sup>  
Mhamed el Bouzidi<sup>2</sup>

**Resumo:** Datam do final do século XVIII os primeiros movimentos oficiais para a ocupação portuguesa da região ao sul de Benguela. Em 1785, após comandar uma expedição de reconhecimento que alcançou o cabo Negro, o sertanejo português Gregório José Mendes escreveu um relato de viagem detalhado, o primeiro documento redigido com interesse específico na descrição das particularidades regionais. O artigo aborda a complexidade apresentada pelo relato, a partir da análise crítica da narrativa presente no documento. Mesmo com a utilização de conceitos eurocêntricos por Mendes em seu discurso, marcadamente na construção do “outro” africano, foi possível constatar o estabelecimento de múltiplas e complexas interações com as sociedades locais, cujos saberes foram fundamentais para a realização da expedição.

**Palavras-chave:** Benguela, Angola, relato de viagem.

**Abstract:** The first official movements towards the Portuguese occupation of the region south of Benguela date from the late eighteenth century. In 1785, after commanding a reconnaissance expedition that reached Cabo Negro, the Portuguese trader Gregório José Mendes wrote a detailed travel report, the first document elaborated with the specific interest in describing the particularities of the region. The article addresses the complexity presented in the report, based on a critical analysis of the narrative of the document. Even with the use of Eurocentric concepts by Mendes in his discourse, especially in the construction of the African "other", it was possible to notice the establishment of multiple and complex interactions with local societies, whose knowledge was essential for the expedition.

**Keywords:** Benguela, Angola, travel report.

### INTRODUÇÃO

Até a segunda metade do século XVIII, a região ao sul de Benguela era virtualmente desconhecida por Portugal. Embora os contatos comerciais entre afro-portugueses e portugueses e as

<sup>1</sup> Graduado em Serviço Social e em História pela Universidade Estácio de Sá (Rio de Janeiro), e Mestre em História, com especialização em História de África, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Correio eletrônico: [paulopomatos@gmail.com](mailto:paulopomatos@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7120-7282>. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9861135838812924>.

<sup>2</sup> Graduado em Relações Internacionais pela Universidade Mohammed V (cidade de Salé, Marrocos) e aluno do Mestrado de História, com especialização em História da África, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Correio eletrônico: [mhamed@edu.ulisboa.pt](mailto:mhamed@edu.ulisboa.pt). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6659-9739>.

sociedades locais fossem frequentes e tivessem se intensificado a partir da publicação do Alvará Régio de 11 de janeiro de 1758, que flexibilizou o comércio no Loango, Congo, Angola e Benguela, havia um relativo desinteresse oficial na expansão da presença portuguesa em direção ao sul<sup>3</sup>. Contribuíam para isso as dificuldades na comunicação marítima com a região, causada pelos ventos e correntes contrários que dificultavam a navegação na direção sul; a percepção, pelos portugueses, das características físicas e ambientais locais como fatores limitantes para um estabelecimento de maior relevância; a resistência e a oposição das populações locais; os interesses das autoridades locais (sobas), que negociavam o trânsito das comitivas portuguesas e condicionavam a sua instalação nos territórios, conforme as próprias aspirações; a lucratividade do comércio de pessoas escravizadas, solidamente estabelecido a partir de Angola e Benguela<sup>4</sup>, que desencorajava novos investimentos de recursos e pessoal em outras regiões; e a necessidade de um constante direcionamento de pessoal militar para consolidar a defesa dos presídios existentes.

A desigualdade no interesse oficial português pelos diferentes espaços geográficos resultou em um desequilíbrio na produção do conhecimento europeu. Enquanto na bacia do rio Congo, em Luanda, nos presídios portugueses ao longo do rio Cuanza e em Benguela, o envolvimento de administradores coloniais, militares e missionários, entre outros, com as diversas formações políticas, foi amplamente registrado pelas fontes, servindo como subsídio para a escrita histórica, foram raras as citações à região ao sul de Benguela. As principais referências documentais à região faziam alusão, basicamente, aos naufrágios ocorridos nas proximidades do cabo Negro, feição situada a cerca de 400 quilômetros de Benguela<sup>5</sup>.

Foi somente no terço final do século XVIII, com o início do fomento oficial da administração colonial à realização de expedições de reconhecimento, que informações detalhadas sobre a região ao sul de Benguela passaram a ser recolhidas pelos portugueses. Os relatos resultantes dessas expedições se tornaram fontes históricas basilares para a historiografia, reunindo um conjunto de

---

<sup>3</sup> Até aquele momento, o comércio do interior esteve vinculado aos capitães-mores dos presídios, aos missionários e aos habitantes locais que tinham permissão para transitar no interior, referidos nas fontes como “negros descalços”. Sobre o assunto, ver Miller (1988, p. 572-580). Sobre o Alvará Régio, ver Portugal (1830, p. 584-586).

<sup>4</sup> O termo “Angola”, quando utilizado sem complementos, refere-se à Capitania-Geral do Reino de Angola, à época uma possessão portuguesa na região centro-ocidental do continente africano, centrada na cidade de São Paulo de Luanda e englobando o seu *hinterland*. Para evitar ambiguidades, ao se referir ao território atual de Angola, utilizou-se a expressão “República de Angola”. Ao se referir ao cargo de Capitão-General e Governador da Capitania-Geral do Reino de Angola, utilizou-se o termo “Governador de Angola”. Analogamente, ao se referir ao cargo de Governador do Reino/Capitania de Benguela, utilizou-se o termo “Governador de Benguela”. Ao se referir ao cargo de secretário de Estado da Marinha e do Ultramar do Reino de Portugal, utilizou-se o termo “secretário do Ultramar”.

<sup>5</sup> Em 19 de novembro de 1673 o governador nomeado para Angola, Pedro César de Meneses, faleceu em um naufrágio ocorrido nas proximidades do cabo Negro (Arquivo Histórico Ultramarino, 1674, p. 1r-2r). Em 1767 naufragou o navio francês *A Augusta*, destinado ao comércio de pessoas escravizadas, sendo os sobreviventes levados até Benguela (Arquivo Histórico Ultramarino, 1767, p. 1r-1v). Em 1770, um naufrágio nas proximidades do cabo Negro motivou a constituição de uma expedição de reconhecimento ao local (Arquivo Histórico Ultramarino, 1785a, anexo, p. 1r-2v).

saberes inéditos sobre a região. Ainda que a análise crítica desses relatos indique a utilização de uma perspectiva eurocêntrica nos discursos que construíram as narrativas, sendo a ação colonizadora exaltada e as sociedades locais intencionalmente invisibilizadas, não pode se desconsiderar a relevância dos documentos para o estudo da história da região.

Dos relatos de viagem resultantes das expedições, um merece destaque pelo detalhamento como foi escrito, à exemplo:

*A Descrição itinerária da derrota que por ordem dos srs. da junta de comissão estabelecida na cidade de S. Filipe de Benguela, pelo ilmo. e exmo. sr. Barão de Moçâmedes, governador e capitão general do Reino de Angola e suas conquistas, fez o sargento-mor Gregório José Mendes, da mesma cidade até ao porto de Moçâmedes, na angra do Negro, em 15° de latitude S., com o exame dos sertões compreendidos entre estes pontos, apresentada à mesma junta em 1 de janeiro de 1786 (Arquivo Histórico Ultramarino, 1786a, p. 54r-64r)<sup>6</sup>.*

O documento foi redigido pelo sertanejo português Gregório José Mendes, morador de Benguela e reconhecido comerciante de pessoas escravizadas, que havia sido nomeado, pelo governador de Angola, José de Almeida e Vasconcelos de Soveral e Carvalho Soares de Albergaria, o Barão de Moçâmedes (1784-1790), comandante de um dos segmentos terrestres da expedição de reconhecimento realizada em 1785.

Devido ao seu detalhamento, a descrição itinerária foi rotineiramente utilizada como fonte pela historiografia. No entanto, a complexidade encerrada pelo documento foi pouco abordada pelos historiadores – um relato de viagem escrito por um comerciante português com interesses particulares na região (notadamente em mercês e em privilégios no comércio de pessoas escravizadas), investido de um considerável poder militar (comandando uma expedição com mais de 1.000 homens que contava com, pelo menos, 400 armamentos), utilizando um discurso direcionado à uma audiência específica (o governador de Angola e o secretário do Ultramar) e compondo uma narrativa que visava defender o projeto de colonização modelado pessoalmente pelo Barão de Moçâmedes.

Durante o Estado Novo em Portugal, os historiadores portugueses que trataram da região ao sul de Benguela privilegiaram a leitura do documento por meio de uma perspectiva celebrativa do empreendimento colonial. Foram enxertados adjetivos e advérbios de intensidade que não estavam presentes no relato original, transformando a expedição em uma ação épica e romanceada. Mendes foi caracterizado como um “arrojado explorador” (Delgado, 1944, v. 2, p. 188), mobilizado pelo “amor da glória, que tão desinteressadamente floria na sua alma simples [...] esforçando-se para captar [...] pela retidão e bondade, a sua confiança [das populações locais]” (Dias, G., 1937, p. 70), ou como o “bom Gregório, com a sua vaidade, o seu desinteresse e a sua valentia” (Dias, G., 1948, p. 209).

---

<sup>6</sup> Deste ponto em diante, as citações ao Arquivo Histórico Ultramarino serão realizadas utilizando o acrônimo AHU.

Após o final do Estado Novo, em 1974, houve uma alteração de perspectiva da historiografia, que passou a receber contributos de historiadores de outras partes do mundo, marcadamente brasileiros, passando o relato de viagem a ser analisado como um documento que refletiu diretamente os diferentes interesses portugueses na região ao sul de Benguela. Ainda que a abordagem tenha sido diferente, não se aprofundou a discussão sobre a complexidade apresentada pelo documento, chave para a compreensão do momento histórico em que a fonte foi produzida.

O presente trabalho aborda essa complexidade, a partir de uma análise crítica do relato de viagem sob o ponto de vista de sua natureza textual, percebendo como a narrativa foi construída e quais as agendas estiveram presentes no discurso do sertanejo, de forma a compreender a motivação para a inserção de determinados termos ou de situações específicas. A investigação indicou que o discurso do sertanejo foi construído em torno de seus interesses particulares, principalmente a garantia de privilégios no comércio de pessoas escravizadas, ressaltando os supostos benefícios que a introdução do trato comercial, em regiões pretensamente intocadas e supostamente desconhecidas por europeus, teria para o Erário Real português. Embora o relato tenha sido construído com a utilização textual de conceitos eurocêntricos, marcadamente na construção do “outro” africano, foi possível apontar a relevância dos saberes africanos para o sucesso na realização da travessia. O relato detalhou apenas marginalmente os contatos realizados com as sociedades locais; porém, a apreciação crítica permitiu apontar a existência de uma diversidade de interações ocorridas entre os diferentes grupos humanos, nem sempre percebidas com nitidez pelo comandante da expedição.

## 1. CONTEXTO HISTÓRICO, POLÍTICA E INTERESSES

O cabo Negro, região de confluência entre duas correntes costeiras (corrente costeira de Benguela e corrente costeira de Angola), era um ponto notável conhecido dos navegadores, que impulsionados pelos ventos e correntes favoráveis, realizavam travessias marítimas de longo curso que demandavam os portos localizados ao norte, como Benguela, Luanda e Loango<sup>7</sup>. Inscrições encontradas em agosto de 1785 pelo tenente-coronel Luís Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado, em pedras situadas na Torre do Tombo, promontório ao sul de Moçâmedes, indicavam que a localidade havia sido visitada por navegadores de diferentes proveniências (AHU, 1785e, p. 1r-1v). De forma análoga, o *hinterland* de Benguela<sup>8</sup> era uma região complexa e dinâmica, onde ocorriam migrações,

<sup>7</sup> Para um estudo sobre as correntes costeiras e oceânicas que atuam na região, ver Webb (2012, p. 13).

<sup>8</sup> Considerou-se o *hinterland* de Benguela como uma região, no interior da colônia, estendendo-se para o leste (em direção ao planalto da Huíla) e para o sul (em direção ao cabo Negro e ao deserto do Kalahari), incluindo regiões sob o controle nominal português, como o presídio de Caconda, e regiões onde não havia presença colonial, não obstante serem áreas percorridas por afro-portugueses e portugueses, sobre as quais Benguela exercia alguma influência. Para um panorama abrangente da região, das sociedades locais e da resposta ao estabelecimento de relações com os portugueses, ver Cândido (2013, p. 239).

interações sociais e trocas comerciais. Os sertanejos afro-portugueses e portugueses eram práticos das travessias das rotas comerciais e acumulavam conhecimentos, se inserindo no cotidiano das sociedades locais e fornecendo produtos europeus (fazendas portuguesas, como panos e missangas), em troca de pessoas escravizadas, marfim e gado (Gonçalves, 2020, p. 191-222; Vieira, 2006, p. 58-69).

Outros relevantes agentes históricos foram as populações locais, que se estabeleceram como importantes construtores de conhecimento. As sociedades se relacionaram, por intermédio do comércio, da diplomacia, das guerras e das múltiplas formas de relação de dependência instituídas, em períodos anteriores à chegada dos europeus, em interações milenares que resultaram em uma ampla partilha de ideias e de práticas sociais e políticas (Dias, J., 1998, p. 324). Os saberes produzidos e acumulados permitiram a apropriação, a cultura e a habitação de extensas áreas, além do estabelecimento de rotas de comunicação de longa distância. No século XVIII as migrações populacionais, como a das sociedades pastoris identificadas como “Hereros”, em direção ao oeste e ao sul, reconfiguraram a demografia local (Carvalho, 1999, p. 65; Vansina, 2004, p. 108). Disputas pelo poder agitaram a região, tendo os sobas se envolvido em conflitos e alianças entre si e com os representantes da administração colonial portuguesa, que evitavam se posicionar em favor de um dos lados em conflito, procurando estabelecer alianças, por meio de tratados de vassalagem, e garantir o acesso às rotas comerciais interiores (AHU, 1785, p. 1r. 24; AHU, 1786a, p. 59v)<sup>9</sup>.

Os primeiros movimentos oficiais para a ocupação da região ao sul de Benguela ocorreram na segunda metade do século XVIII, com a iniciativa do governador de Angola, D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho (1764-1772), de fundar povoações no *hinterland* de Benguela e de organizar uma expedição de reconhecimento ao cabo Negro. No final de 1768, o governador ordenou que a população de origem portuguesa, que transitava pelo interior, se juntasse em agrupamentos fixos, nos quais seriam montadas estruturas administrativas para o desenvolvimento de povoações brancas (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1768, doc. 8, p. 1-2; Santos, 2005, p. 131-151). E, em 1770, o sertanejo João Pilarte da Silva foi designado pelo governador para “examinar aqueles caminhos e sítio, e procurar os naufragados que ali tinham dado à costa em um navio” (AHU, 1785a, anexo, p. 1r)<sup>10</sup>.

Esses movimentos refletiam uma intensificação da mobilização de interesses que já se apresentavam desde períodos anteriores. Com a abertura do comércio do interior, em 1758, o negócio

<sup>9</sup> Para uma discussão sobre os tratados de vassalagem, acordos estabelecidos entre representantes portugueses e as chefaturas locais, muitas vezes com a utilização de coerção e ameaças, ver Heintze (1980, p. 111-131).

<sup>10</sup> Nas transcrições e citações de textos de época, a língua portuguesa foi atualizada para os padrões linguísticos vigentes. A grafia dos topônimos e das formações políticas seguiu o uso e a nomenclatura atuais, quando se tratou de nomes que ainda existem. Ao citar termos africanos, utilizou-se a grafia em língua portuguesa.

de pessoas escravizadas tomou novo impulso e alcançou regiões mais distantes, ampliando o que o historiador Joseph C. Miller denominou de “fronteira de escravidão” (Miller, 1988, p. 148). O reposicionamento do presídio de Caconda, em 1769, possibilitou uma maior participação dos comerciantes portugueses nas redes comerciais do interior de Benguela. O projeto de travessia entre as costas do continente africano, outro pilar do plano para ocupação, foi reorientado para as proximidades de Benguela. Sousa Coutinho, afirmava ser a travessia “a maior obra que pode fazer um vassalo português, e obra extremamente fácil” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1773-1775, p. 2r-2v). O governador buscava uma apropriação da região por colonos brancos e a disseminação dos valores europeus pelo interior, pela via do comércio.

Outro interesse era a garantia da soberania portuguesa. O naufrágio de uma embarcação francesa dedicada ao comércio de pessoas escravizadas, nas proximidades do cabo Negro em 1767, indicou que a costa era frequentada por navios estrangeiros que atuavam à margem do controle oficial português (AHU, 1767, p. 1r-1v). Em 9 de março de 1770, Sousa Coutinho ordenou ao capitão-mor de Benguela, José Vieira de Araújo, que preparasse a defesa da fortaleza da cidade para um possível desembarque de tropas francesas embarcadas em um navio de guerra. que se movimentava em direção ao cabo Negro (Biblioteca Nacional de Portugal, 1770a, p. 155v-156r). E, em 28 de abril de 1770, o governador advertiu a Araújo sobre as supostas atividades conduzidas pelos tripulantes de uma embarcação inglesa nas proximidades do cabo Negro, que teria “saído dali muito enamorada da situação, e da abundância de negros daquela enseada” (Biblioteca Nacional de Portugal, 1770b, p. 176r-177v).

O relato da expedição de reconhecimento de 1770, escrito por João Pilarte da Silva, retratou o cabo Negro e seus arredores como áreas agrestes, com escassos recursos hídricos e de acesso dificultoso, sendo habitadas por sociedades hostis aos estrangeiros (AHU, 1785a, anexo, p. 2v). As informações contrariavam os relatórios anteriormente tramitados por Sousa Coutinho à Coroa portuguesa, que mencionavam uma terra fértil e um clima semelhante ao europeu (AHU, 1769, p. 5r), contribuindo para a interrupção do projeto colonizador, que permaneceu estagnado nos quinze anos seguintes. A povoação civil mais meridional estabelecida por Sousa Coutinho, Alba Nova, havia sido abandonada e, para além de Benguela, a presença oficial portuguesa se restringia ao presídio de Caconda, onde o capitão-mor tinha autoridade apenas nominal, e a um pequeno entreposto militar no distrito de Quilengues, a meio caminho entre Moçâmedes e Caconda (Dias, G., 1957, p. 11; Dias, J., 1998, p. 365-366).

Ao norte de Luanda, a presença estrangeira era cada vez mais frequente. Em 1783, uma expedição militar portuguesa à Cabinda, visando expulsar os franceses que ali comerciavam, teve resultados desastrosos, sendo as forças portuguesas derrotadas e o comércio entre as sociedades locais

e os franceses se fortalecido (AHU, 1784, p. 1r-1v). Ao sul de Benguela, o trânsito de navios estrangeiros era continuamente registrado. O governador de Benguela, António José Pimentel e Castro (1779-1784), informou à Coroa portuguesa a presença de embarcações francesas, sugerindo a ocupação e a fortificação do cabo Negro como uma forma de prevenção à atuação estrangeira. Segundo Castro, a construção de fortificações ao norte de Luanda, onde os franceses estavam acostumados a comerciar, aliada à abundância de pessoas escravizadas, marfim e cera no entorno do cabo Negro, resultaria na reorientação das ações francesas para a região ao sul (AHU, 1782a, p. 1r; AHU, 1782b, p. 1r; AHU, 1783, p. 1r).

Ciente da ameaça representada pelos franceses ao norte, e precavendo-se de uma possível ocupação ao sul de Benguela, o governador de Angola, o Barão de Moçâmedes, elaborou um plano para a expansão da presença oficial portuguesa, o “projeto de cabo Negro” (AHU, 1786c, p. 28v-31v). Embora mais robusto do que o anteriormente apresentado por Sousa Coutinho, o plano também se ressentia de um maior detalhamento geográfico regional. A relação escrita pelo comandante da expedição de 1770 havia sido desacreditada pelo Barão de Moçâmedes: “Não me devendo o menor conceito a relação de João Pilarte a cabo Negro, inteirado da sua ignorância, e má conduta, assim como de quase todos os nossos sertanejos” (AHU, 1785c, p. 59r-59v). Assim, planejou-se uma nova expedição, integrando meios marítimos e terrestres, para realizar o reconhecimento e fundar uma feitoria, que seria o núcleo inicial de ocupação portuguesa. Visava-se, também, encontrar riquezas minerais, revivendo as expectativas criadas pelo conquistador Manuel Cerveira Pereira, por ocasião da fundação de Benguela:

“Lembrando-se sempre de que, anunciando-nos as notícias antigas da Conquista de Benguela abundantes minas de cobre, de que chegou mandar amostras V. Exa. o governador Manuel Cerveira Pereira, em 1621, nada temos tido a fortuna de adiantar, nem de fazer algumas descobertas, reduzindo todo o nosso comércio aos escravos, ao marfim e cera, de que certamente se deve prover abundância, mas a que não é justo se limite a nossa indústria” (AHU, 1785c, p. 59r).

Para o sucesso do “projeto de cabo Negro”, era fundamental o apoio do governador de Benguela, pois a proximidade geográfica àquela colônia facilitaria o apoio logístico. No entanto, as relações entre as administrações coloniais eram conturbadas. Desde a sua fundação, Benguela alternara momentos de relativa autonomia jurisdicional e de subordinação em relação à Angola, situação que se alterou definitivamente em 20 de dezembro de 1779, quando a Rainha D. Maria I ordenou a criação do governo subalterno de Benguela, subordinado administrativamente à Angola (AHU, 1779, p. 1r-3v). Ao mesmo tempo em que a medida elevou o patamar de importância de Benguela, estabelecendo a figura do governador como chefe político (Benguela era, até aquele

momento, governada pelos capitães-mores nomeados pelo governador de Angola), a decisão também reforçou a sujeição em relação àquela colônia.

Os governadores de Benguela foram críticos dessa subordinação, notadamente Pedro José Correa de Quevedo Homem de Magalhães (1784-1788). Em diferentes ofícios, ele reclamou das ordens recebidas do Barão de Moçâmedes, que resultavam, em suas palavras, no florescimento daquela colônia (Angola), em detrimento de Benguela, reduzindo os lucros do comércio de marfim e de pessoas escravizadas (AHU, 1785b, p. 1v). Magalhães queixava-se, ainda, da falta de apoio da administração de Angola em relação ao provimento do dinheiro para o pagamento das relações comerciais cotidianas de Benguela e do soldo dos militares (AHU, 1785b, p. 2r-2v; AHU, 1786e, p. 2v). Durante o seu governo, as reclamações foram recorrentes, tendo como pano de fundo a subordinação de Benguela à Angola e os desacordos com o Barão de Moçâmedes. O governador de Angola, por sua vez, se queixou da inação e da oposição política dos administradores de Benguela. Em ofícios de 11 e 28 de novembro de 1785, o Barão de Moçâmedes mencionou o tempo dispendido para resolver os conflitos causados por Magalhães, sugerindo a sua substituição por alguém de sua confiança. O ofício de 11 de novembro de 1785 reuniu acusações de cumplicidade com comerciantes franceses. Um dos relatos coligidos foi o do capitão-tenente António José Valente:

“Por isso tenho a honra de pôr na presença de V. Exa. que esta cidade e presídio muito parece mais de franceses do que de portugueses, desde o dia oito de julho tem entrado neste porto quatro navios franceses [...] Logo que dão fundo vem os oficiais para terra, vão à casa do governador, e logo tanto ele como as suas equipagens, ficam senhores da cidade passeando de dia, e noite, com a mesma franqueza que fazem os nossos portugueses” (AHU, 1785f, anexo, p. 1r).

As desavenças políticas refletiram-se nos planos para a ocupação da região ao sul de Benguela. Enquanto o projeto do Barão de Moçâmedes previa a exploração a partir do estabelecimento de uma povoação no cabo Negro, Magalhães propunha a construção de um presídio às margens do rio Cunene, a leste-sudeste de Benguela, a fim de possibilitar o controle das rotas comerciais que traziam pessoas escravizadas do interior, além do marfim e da cera (AHU, 1785a, p. 4v; AHU, 1785b, p. 3r). Naquele momento, Benguela era um polo exportador de pessoas escravizadas, atividade que atingira o seu auge em 1784. O marfim era abundante, e na falta de dinheiro para os pagamentos diários na cidade de Benguela, eram utilizadas pontas do material como moeda corrente (AHU, 1785b, p. 1v-2v). Ciente da oposição de Magalhães e visando sobrepujar os obstáculos por ele impostos, o Barão de Moçâmedes nomeou uma junta de providências a ser organizada em Benguela, composta majoritariamente por aliados políticos seus, investida de poderes para organizar e apoiar a expedição (AHU, 1786c, p. 28v-31v).



## 2. A EXPEDIÇÃO DE RECONHECIMENTO DE 1785

Após meses de negociação e de pressão da junta de providências, a expedição teve a sua partida autorizada por Magalhães, sendo constituída por um segmento marítimo e dois segmentos terrestres complementares. Por via marítima, participaram a fragata Nossa Senhora do Carmo de Luanda, um escaler à remo e uma lancha com suprimentos. A fragata partiu de Benguela em maio de 1785, enquanto o escaler, conduzindo Pinheiro Furtado e o capitão-tenente António José Valente, saiu de Benguela em 7 de agosto e encontrou a fragata em 31 de agosto. Após a realização de ações conjuntas, a fragata retornou à Benguela, enquanto o escaler prosseguiu em direção ao sul até o cabo Negro, explorando as reentrâncias da costa e retornando à Benguela em 22 de setembro de 1785 (AHU, 1786d, anexos 1 e 2).

Duas comitivas terrestres foram organizadas: a primeira foi comandada pelo capitão António José da Costa, sendo composta por cerca de cem homens dos batalhões de Angola e de Benguela, e tinha o objetivo de atingir as cabeceiras do rio Cunene. Ali, a expedição deveria reconhecer o local e punir os sobas considerados rebeldes, que estariam alegadamente atacando os comerciantes portugueses em deslocamento à Benguela. A comitiva transitou durante dois anos e três meses, entre setembro de 1785 e dezembro de 1787, não sendo possível indicar qual terá sido o seu itinerário, em virtude de apenas parte do relato de viagem elaborado durante a expedição ter sido publicado. Sem ter alcançado o curso inferior do rio Cunene, a expedição terá chegado até o cabo Negro (AHU, 1787a, p. 1v-2r; Silva, 1813, v. 1, 97 – 100; v. 2: 86 – 98; v. 3: 49 – 60; v. 6, 71-77). Em 1787, após denúncias de comerciantes locais e do governador Magalhães, relatando ações violentas, extorsões, chantagens e prejuízos ao comércio causados pela comitiva, o Barão de Moçâmedes ordenou o encerramento da expedição e o seu regresso à Benguela (AHU, 1786e, p. 1r-1v; AHU, 1791a, p. 4r-4v; AHU, 1791b, p. 1v).

A segunda comitiva foi comandada pelo sertanejo português Gregório José Mendes, morador de Benguela desde 1766 e que havia sido nomeado sargento-mor de ordenança da cidade em 1780 (AHU, 1780, p. 1r). Mendes não fazia parte da junta de providências criada pelo governador de Angola, e a sua participação na expedição de reconhecimento somente foi acordada após o sertanejo ter se apresentado ao local de reunião da junta e se voluntariado para comandá-la e para arcar com os custos decorrentes (Corrêa, 1937, v. 2, p. 130). Gozando das liberdades e isenções que o cargo lhe proporcionava, Mendes exercia uma grande influência nas atividades econômicas locais, chegando a

dispor de seis navios sob a sua responsabilidade fundeados na baía de Benguela, sendo um reconhecido comerciante de pessoas escravizadas no interior (AHU, 1786d, p. 2r)<sup>11</sup>.

A expedição reuniu cerca de 1050 pessoas, sendo vinte soldados de Benguela, e o restante habitantes locais recrutados nos arredores da cidade, junto aos negociantes de pessoas escravizadas a quem Mendes estava associado (AHU, 1786d, p. 1r; Corrêa, 1937, v. 2, p. 131). A agregação de tamanho quantitativo foi percebido, pelo Barão de Moçâmedes, como um capricho de Mendes<sup>12</sup>, e inseria um grau de dificuldade maior ao planejamento e à logística da expedição. Contudo, a opção se mostrou fundamental para o trânsito por espaços geográficos densamente habitados, nos quais havia a probabilidade de encontrar maiores resistências, e para a expedição de assaltos e a demonstração de poder junto às populações locais:

“E para assegurar a subsistência da expedição me vi constrangido a expedir dois assaltos, para que nomeei 700 negros, dirigidos por dois cabos mulatos, filhos do país, em que incluíam 120 armas de fogo, com o objeto de captura de gados, que suprissem ao sustento no resto da marcha” (AHU, 1786a, p. 55v).

Mendes apontou que “por um método semelhante [...] se poderá conseguir que os mesmos negros que me escoltaram tornem, sendo, porém, necessário que se avisem e façam juntar com antecipação de dois meses” (AHU, 1786a, p. 63v). Não restou assente qual teria sido o método utilizado para reunir tal comitiva; porém, como durante a expedição foi capturado um quantitativo de gado superior ao necessário para o autossustento da comitiva, pode-se supor que esses roubos tenham sido um dos atrativos para a formação da comitiva.

É possível supor, ainda, que tais razias e roubos estivessem incluídos no planejamento inicial da expedição, bem como a captura de pessoas entre as populações locais para servirem como guias. No dia 14 de outubro, quinze dias após o início da marcha, todos os provimentos já haviam sido consumidos. Até aquele momento, tinham sido atravessados cerca de noventa quilômetros do trajeto, treze por cento da distância total a ser percorrida. Foi a essa altura da viagem que Mendes se referiu pela primeira vez, no relato, às questões de subsistência:

“Então vi que toda a gente que me acompanhava, chegava ao número de 1038 negros, os quais, com as suas comitivas, consumiam por dia, ordinariamente, dez bois com trinta carneiros [...] este gado capturado aos selvagens, e autorizado com a necessidade, subiu a 500 bois, com 2.000 carneiros, que supriram até chegar à angra do Negro” (AHU, 1786a, p. 55v).

<sup>11</sup> Sobre as atividades comerciais de Mendes, e o seu engajamento na expedição de reconhecimento, escreveu ironicamente o militar luso-brasileiro Elias Alexandre da Silva Corrêa, que testemunhou o momento histórico em Angola: “Vamos admirar Mendes, metamorfoseado de negociante de negros, em coronel de Infantaria” (Corrêa, 1937, v. 2, p. 348-349).

<sup>12</sup> “Dando-lhe o pequeno auxílio da tropa que podia, a que ele por bazófia agregou um poder de negros, marchando dos subúrbios da cidade com um corpo de 1030 homens” (AHU, 1786c, p. 28v-31v).

A comitiva partiu de Benguela em 30 de setembro e retornou à cidade em 29 de dezembro de 1785. Mendes recebeu, antes da partida da expedição, um mapa de instrução elaborado por Pinheiro Furtado, com informações sobre pontos notáveis e referências topográficas. Além disso, um soldado que esteve embarcado no segmento marítimo da expedição de reconhecimento foi incorporado à expedição terrestre, servindo como guia. Trinta e cinco dias foram gastos no trajeto de ida, realizado com poucas paragens longas – a maior parada foi de sete dias, na altura do rio Dongue Amuxito, visando a realização de um assalto para a captura de gado. No regresso, a travessia demorou cinquenta e seis dias, tendo a comitiva se detido por oito dias nas proximidades do rio Bero, em virtude da realização de um novo assalto em busca de gado (o que se repetiria em pelo menos três ocasiões). A expedição acampou, ainda, nas terras do Bumbo, na encosta da serra da Chela, e nas proximidades do monte do Bambo (AHU, 1785d, p. 3v; AHU, 1786a, p. 54r-64r).

### 3. A DESCRIÇÃO ITINERÁRIA

O relato foi redigido com a preocupação de inventariar geográfica e demograficamente a região e de referendar, junto à administração colonial, os conhecimentos prévios que Mendes possuía. Foi encaminhado à Portugal como um dos anexos a um ofício redigido pelo Barão de Moçâmedes, datado de 18 de janeiro de 1786, e atualmente encontra-se arquivado no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa. Trata-se de um documento complexo, construído a partir das observações *in loco* realizadas por Mendes, mas também pela recolha de uma série de informações provenientes de habitantes locais coagidos e capturados durante a expedição. No relato foram mencionados oito informantes (ou grupos de informantes), que desempenharam funções de guias para a comitiva, apontando os caminhos em direção ao interior e as passagens existentes entre montanhas, e de intérpretes, tanto na comunicação *per se*, quanto na interpretação das ações das sociedades locais.

Foram coletadas informações sobre os hábitos e cultura das populações. Segundo Mendes, o informante contactado em 14 de outubro, teria informado que seu grupo habitava as furnas e se sustentava do leite dos seus gados, de caça e de répteis e vermes que encontravam (AHU, 1786a, p. 56v). Sobre o modo de governança, o mesmo informante teria reportado à Mendes que o grupo não possuía governantes estabelecidos (AHU, 1786a, p. 57v). Mendes relatou, ainda, que os informantes contactados nos dias 23 de outubro e 3 de novembro teriam mencionado a existência de chefias, além da informação de que os habitantes do Bumbo não teriam tido contato comercial anterior com europeus, informação obtida nos dias 3 e 17 de novembro (AHU, 1786a, p. 58v).

#### 3.1 - Interesses mobilizados

Embora o Barão de Moçâmedes tenha informado à Coroa portuguesa que Mendes se voluntariara para comandar a expedição por vaidade e a organizaria às suas custas, sem requisitar recursos oficiais ou pagamento pela sua atividade, tal fato deve ser questionado. A organização de uma comitiva que contava com mais de mil pessoas, e a sua administração e manutenção por aproximadamente três meses, resultaria num dispêndio financeiro considerável. O que teria feito o sertanejo arcar com as despesas, que lhes eram imprevistas, já que a sua participação na expedição foi somente decidida após a reunião da junta de providências em Benguela? Quais seriam os reais interesses de Mendes em relação à expedição? Uma primeira resposta pode ser encontrada na carta escrita por Mendes ao Barão de Moçâmedes, em 2 de janeiro de 1786, na qual o sertanejo deixou claro as suas expectativas:

“Desejo merecer, por via de tão honrado mecenas, a remuneração dos meus grandes trabalhos, com uma despesa considerável da minha fazenda, que tudo fiz em obséquio a Sua Majestade, excitado das honrosas expressões de V. Exa, estimulando-me com elas a minha atividade, zelo e desinteresse” (AHU, 1786b, p. 52v).

Em um trecho posterior, Mendes reafirmou o caráter incomum e heroico da expedição, comparando os seus feitos aos do militar brasileiro Rafael Pinto Bandeira, comandante de expedições militares que ampliaram as fronteiras brasileiras no interior do Rio Grande do Sul:

“Em conclusão, devo lembrar a V. Exa. que os serviços de Pinto Bandeira não foram mais relevantes que os meus, se Sua Majestade me animar com o prêmio que eu espero merecer ainda para o futuro, com maiores progressos no seu real serviço, e despesa que aquele não fez” (AHU, 1786b, p. 53v).

A descrição itinerária fornece, ainda, outras indicações. Embora o objetivo da expedição fosse atingir o cabo Negro, o ponto mais meridional atingido foi o porto de Moçâmedes (angra do Negro), cerca de setenta quilômetros ao norte. Tal fato não foi contestado pelo Barão de Moçâmedes nos documentos que sucederam a expedição, sinalizando ter havido um interesse específico, de ambas as partes, no apuramento daquela região. O trajeto da expedição também não foi aleatório. Em uma região com uma rede de drenagem diversificada, buscou-se avançar por vales de rios específicos, como rio Bero. Assim, pode-se supor terem existido informações prévias sobre as áreas consideradas mais aptas ao estabelecimento da feitoria. O conhecimento prévio de Mendes sobre a região restou assente em passagens nas quais o sertanejo discorreu detalhadamente sobre a configuração política da região:

“Aqui seria fácil prover-me de muitos mais mantimentos do que achei, se a destrutiva invasão, forjada em Catala, os não tivesse proximamente destruído com o auxílio do sova de Auyla e Gongá ou Canina, que não podendo sofrer que o Jau, seu escravo, seja mais poderoso que ele, convoca e lhe dirige semelhantes ataques para aniquilar

estas dilatadíssimas províncias, que de outro modo prosperariam, ficando assim sucessivamente débeis” (AHU, 1786a, p. 59v).

Ao atravessar o rio Coporolo, Mendes relacionou as autoridades que ali se situavam:

“As margens deste rio são habitadas por cinco potentados que reconhecem o domínio português: o primeiro [...] é o já dito Muene Calunga (senhor do mar); segundo, Muene Mama; terceiro, Capembe; quarto, Muene Chela; e quinto, Muene Quizamba. Este é o mais próximo de Benguela e todos abundam de muitos gados, bois, cabras, ovelhas; todos resistem até à violência por não venderem os gados; mas [...] presenteiam com eles por costume o chefe das expedições que transitam pelos seus domicílios, igualmente com alguns mantimentos, tais como feijão, milho e algum aipim” (AHU, 1786a, p. 54v).

### 3.2 - Ação das sociedades locais

A resistência ao trânsito da expedição foi constante. Embora Mendes tenha minimizado a relevância dessas ações, diversas informações sobre ataques à comitiva constam do relato. No dia 9 de outubro, na travessia do rio Dongue Amuxito, houve o primeiro ataque:

“Fui, contudo, mais feliz conseguindo que o chefe de alguns outros habitantes que neste lugar se ocupam da pesca de zimbo, se viesse submeter com os seus reconhecendo vassalagem; em consequência os fiz vestir de pano, e ele me forneceu um dos seus negros que, como guia me acompanhou [...] Alguns de seus vizinhos pretenderam na minha chegada oporem-se, porém, alguma força os fez mais dóceis” (AHU, 1786a, p. 55r).

Nos dias 10 e 11 de outubro, Mendes descreveu uma negociação realizada para o trânsito da comitiva pelo litoral: “Demorei-me a fim de oferecer aos negros comunicação e trato menos receoso de sua parte, o que não foi sem efeito” (AHU, 1786a, p. 55r-55v). No dia 25 de novembro houve um outro relato de ataque:

“Em 25, por meio de inteligências sórdidas, se resolveram os do Bumbo a vir reconhecer obediência, gosto que vi interrompido na mesma noite com o ataque de outros povos que ficam na margem esquerda, que com grande algazarra, e muitas flechas, nos certificavam da repetição da cena no seguinte dia, a que fiz responder-lhes que, bem que não era minha intenção molestá-los, sendo eles agressores, experimentaríamos todo o rigor das armas; semelhante declaração motivou entre os meus grande desordem nesta noite” (AHU, 1786a, p. 61r).

Embora a região do Bumbo tenha sido apontada como o sítio preferencial para o estabelecimento da feitoria, o espaço geográfico não era vazio. Novos ataques das populações locais, ameaçadas pelo trânsito de um contingente fortemente armado em seu território, ocorreram entre os dias 26 de novembro e 1º de dezembro: “Para a parte do norte do Bumbo há outros potentados, fortificados na mesma serra, que me inquietaram por muitas noites com flechadas sobre o acampamento” (AHU, 1786a, p. 61v). As hostilidades prosseguiram no dia 2 de dezembro, com a invasão do acampamento montado pela expedição ao norte do Bumbo:

“Estes negros pretenderam aqui surpreender-me de noite, com o ardil de um negro, que de gatinhas pretendia entrar no campo e incendiar-me a pólvora, tentativa que lhe custou a vida, porque sendo descoberto, o fiz imediatamente enforcar em uma árvore, em que ficou suspenso no dia 2 para horror e exemplo dos seus” (AHU, 1786a, p. 61v-62r).

A resistência apresentada pelas sociedades buscava expulsar os estrangeiros e estava relacionada, também, à tentativa de reaver o gado roubado anteriormente pela expedição. Os animais acompanhavam a comitiva que, pelo seu tamanho, prosseguia em um ritmo lento. Isso ensejou uma tentativa de recuperação do gado, pelas populações locais, entre 4 e 6 de dezembro:

“Cessaram as flechadas nos dias 4 e 5, mas em 6 de tarde se descobriu um assalto do inimigo, com o fim de furtar o nosso gado que andava pastando, a que se acudiu, e recobrou sem perda de parte a parte, retirando-se o gentio” (AHU, 1786a, p. 62r).

A alegada “docilidade” dos povos avassalados, mencionada por Mendes em diferentes trechos do relato de viagem, foi uma construção narrativa que não coincidiu com o encontrado pela expedição no terreno. A informação da pouca resistência ao trânsito da expedição, a ser lida pelas autoridades coloniais e pela Coroa, era de vital importância para a autorização e para o apoio ao estabelecimento comercial vinculado ao sertanejo. Por esse motivo os atos de resistência foram pouco assinalados, sendo marginais à narrativa, construída por um discurso que enalteceu a exequibilidade e as vantagens econômicas decorrentes da ocupação da região.

Houve outras formas de interação, como o estabelecimento de embaixadas, a negação e o condicionamento ao acesso à determinadas áreas. O soba do Bumbo, por exemplo, não autorizou a entrada de portugueses nos seus domínios e, nos dias 26 e 28 de novembro, mandou representantes até o acampamento da comitiva, montado no sopé da serra da Chela, que se identificaram a Mendes e informaram que o seu chefe não se apresentaria ao sertanejo. Para convencê-lo, Mendes ofereceu o envio de um refém branco, em sinal de que não teria intenções beligerantes. Os representantes não aceitaram, pedindo pela presença específica de um dos integrantes da comitiva expedicionária, denominado Moindo dos Cuandos, habitante das proximidades do litoral que acompanhava voluntariamente (segundo a narrativa de Mendes) a comitiva desde a localidade de São João da Quimina. Somente após a reunião com o Moindo dos Cuandos, o soba aceitou se deslocar até o acampamento (AHU, 1786a, p. 61r-61v).

O motivo pelo qual a personagem Moindo dos Cuandos havia se juntado à expedição não restou assente durante a narrativa. Uma hipótese é a de que ele fosse um informante infiltrado, repassando informações sobre o deslocamento da expedição. Outra possibilidade é a de que ele fizesse parte da mesma sociedade do planalto, e que se encontrasse comerciando ou estabelecendo relações junto à outras sociedades. A solicitação específica por seu nome suscitou possibilidades que não

foram percebidas – ou não foram transcritas – por Mendes. Contudo, o relato da presença de Moindo dos Cuandos exemplificou uma interessante e relevante forma de interação entre as sociedades e a comitiva expedicionária: a integração ao convívio diário da expedição, a fim de extrair informações e repassá-las às autoridades locais. Como a expedição contava com mais de mil pessoas, era virtualmente impossível coordenar a entrada e saída de participantes ou controlar o trânsito das informações.

Ainda em relação ao soba do Bumbo, Mendes relatou que ele havia se prontificado a acompanhar a comitiva até os limites do território, supostamente em sinal de boa vontade:

“Em 1º de dezembro, depois que o novo avassalado Bumbo teve sossegado os seus, quis espontaneamente guiar-me, como efetivamente fez até os seus confinantes pelo norte andando seis léguas sempre próximos à serra, da qual saem vários regatos de agua, que fertilizando toda esta baixa, excessivamente povoada, formam um ribeiro de agua, que desemboca em outro do Bumbo” (AHU, 1786a, p. 61v).

A proposta do soba, entretanto, pode ser compreendida como um direcionamento do trânsito da comitiva expedicionária, em uma negação ou restrição da circulação pelo interior.

### 3.3 - A construção do “outro africano”

As anotações sobre os costumes e as características das populações foram realizadas com o objetivo de construir um conhecimento que permitisse, à administração colonial, ter subsídios para futuros projetos de ocupação e exploração. Foi através de um filtro eurocêntrico que a região e seus habitantes foram observados, utilizando os estereótipos disseminados à época. Os habitantes locais foram adjetivados como “selvagens”, “gentios” e “despossuídos de cultura”; caracterizados pela constituição física (“este gentio é bem figurado, e fornido de membros”); quando avassalados, eram considerados “dóceis” (AHU, 1786a, p. 59v).

Mendes construiu uma “hierarquia” entre as sociedades, de acordo com conceitos pré-definidos sobre o que seria o “processo civilizador”: a sedentarização, o conhecimento de técnicas agrícolas e a realização de comércio, entre outros estágios. No primeiro grupo, encontravam-se as populações contactadas na travessia do rio Dongue Amuxito: “um gentio, de idioma gutural, desentendido de todos os negros que me acompanhavam [...] este gentio parece ainda muito distante de todas as vias de comércio” (AHU, 1786a, p. 55r-55v). Segundo Mendes, o grupo não possuiria um governo constituído, habitando esparsamente as franjas dos montes e vivendo do leite de seus gados, da caça e da coleta de frutos silvestres e da pesca. A utilização do estalo na linguagem é um indicativo da possível relação entre essas sociedades e as populações “Mocorocas”, anteriormente contactadas pelos portugueses, nas proximidades da foz do rio Curoca e do cabo Negro, pelo capitão José da Rosa

em 1665 e por João Pilarte da Silva em 1770 (Cadornega, 1972, v. 2, p.172-174; AHU, 1785a, anexo, p. 1v-2r).

O segundo grupo descrito por Mendes fazia parte de uma sociedade pastoril nômade, criadores de gado bovino (do qual possuíam grande quantidade) e de carneiros, e que não praticavam a agricultura. Habitavam a área entre o porto de Moçâmedes e o vale do rio Bero, e foram identificados no relato como Cubales ou Cobaes, nome relacionado ao rio que corria pelas suas terras. O terceiro grupo, uma sociedade pastoril que possuía conhecimentos agrícolas, foi contactada na travessia em direção à região conhecida como Bumbo, designados como Mucuanhangues<sup>13</sup>. Sobre a sociedade, Mendes escreveu: “contudo, já se abrigam com a proteção de cabanas ou palhoças barreadas com bosta e barro amassado, que a força do sol consolida” (AHU, 1786a, p. 59v), indicando não serem nômades, de forma oposta aos grupos que haviam sido encontrados anteriormente. De acordo com Mendes, cultivariam feijão, milho e tabaco, utilizando técnicas específicas de plantio e de represamento de água por açudes. Nas proximidades do monte do Bambo, semelhantes observações foram realizadas: “A subida do monte [...] é singularmente povoada de negros meio civilizados [...] os habitantes domicíliam em aldeias; plantam milho e feijão na mesma proporção que os do Bumbo e seus confinantes” (AHU, 1786a, p. 62v-63r). Mendes apontou que seriam os maus tratos dos portugueses que frequentavam aquela região o principal motivo das populações rejeitarem o contato e o comércio com os portugueses: “até agora estes gentios foram rebeldes, porque os que aqui têm passado têm sido para destruí-los, e tomar-lhes os seus gados [bovinos], que possuem em número infinito” (AHU, 1786a, p. 63r).

Mendes justificou a escolha dos locais mais propícios à ocupação pela fartura de gado bovino, o que permitiria a alimentação dos colonos portugueses, e pelo conhecimento técnicas agrícolas pelas populações, o que tornaria desnecessária a importação de mão-de-obra para fins agrícolas. Apontar esses fatores e demonstrar um conhecimento detalhado das sociedades locais foi a estratégia utilizada para ressaltar a exequibilidade da ocupação da região.

### 3.4 - “Os fiz vestir de panos”

Em diferentes pontos da descrição itinerária, Mendes citou a captura de habitantes locais que, ao serem posteriormente libertados, foram vestidos com panos ofertados pela expedição. A expressão “os fiz vestir de pano”, recorrente no relato, pode ser entendida através de diferentes significados: fazer com que os habitantes se vestissem como os colonos europeus, alterando o seu *status quo* e os “civilizando”; ou tornar a utilização da vestimenta um símbolo do avassalamento e da subjugação das

<sup>13</sup> Segundo Ruy Duarte de Carvalho, a denominação terá sido uma referência a serra chamada Cuanhangue, hoje conhecida por Vinganjanja (Carvalho, 1999, p. 39).



populações; ou ainda apresentar às sociedades os panos europeus, para fomentar o interesse pelo produto e a abertura de uma nova via comercial. Outra possibilidade é de que a oferta de vestimentas como presentes significasse atos de paz e boa vontade, sugerindo que o relacionamento entre a comitiva e as sociedades se desse por meio de contatos pacíficos: “se aprisionou uma negra selvagem, que fiz vestir para que fosse mostrar aos seus segurando-os das nossas pacíficas intenções” (AHU, 1786a, p. 55v-56r).

A análise crítica do relato indicou uma combinação dessas intenções nos diferentes contatos realizados. A utilização de vestimentas foi percebida, por Mendes, como um marco civilizador a ser incutido no universo cognitivo das sociedades, como pode ser percebido pelos trechos da descrição: “se bem que pela primeira vez visse panos, não pôde resolver-se abandonar o seu antigo traje de coiros, que conduziu consigo” (AHU, 1786a, p. 59v), e “me responderam que não absolutamente, sem outro conhecimento para vestir-se que o mais antigo de todos os povos do mundo: as peles dos seus gados e carneiros” (AHU, 1786a, p. 59v). A característica da vestimenta seria uma evidência da diferença do estágio evolutivo dos portugueses, estabelecendo uma hierarquia onde a dicotomia “branco civilizado” *versus* “negro não civilizado” se impunha.

### 3.5 - Circulação do conhecimento

Mendes concluiu favoravelmente pelo estabelecimento da feitoria na região do Bumbo, o que reforçou o projeto delineado pelo Barão de Moçâmedes para a ocupação da região ao sul de Benguela. As notícias do pretense “sucesso” da expedição, e a informação do encontro de terras férteis e com abundante mão-de-obra, foram instrumentalizadas politicamente pelo Barão de Moçâmedes, reforçando a sua solicitação por um maior quantitativo de recursos humanos, econômicos e bélicos, com a finalidade de ocupar a região (AHU, 1786d, p. 1). O governador de Angola utilizou o relato de viagem como um trunfo político ao encaminhá-lo para Portugal, algo que o sertanejo sabia que ocorreria, tendo isso em mente – a audiência que teria acesso à descrição itinerária – por ocasião da redação do documento.

As informações colhidas durante a expedição foram aproveitadas por Pinheiro Furtado, que produziu um plano e um mapa, ambos de grande escala, representando a região entre Benguela e o cabo Negro, entre 1785 e 1786 (Furtado, 1785, 1786). Posteriormente, em 1790, o militar produziu uma carta geográfica mais abrangente, representando desde a foz do rio Zaire até a região ao sul do cabo Negro (Furtado, 1825). Essa representação, embora não incluísse informações do interior para além do rio Cunene, estendeu a territorialização das possessões centro-africanas portuguesas, no sentido norte-sul, para limites próximos dos atuais. A região ao sul de Benguela, representada

cartograficamente com detalhamento pela primeira vez, era assim inserida no imaginário colonial português.

O relato de viagem, após a tramitação para a metrópole, foi arquivado, sem que fossem tomadas providências imediatas para a sua circulação ou divulgação. De forma análoga, não houve ratificação, por parte da Coroa portuguesa, do “projeto de cabo Negro”, do qual o relato de viagem era peça fundamental. A primeira publicação de trechos da descrição itinerária foi realizada pelo viajante inglês Thomas Edward Bowdich em *An account of the discoveries of the portuguese in the interior of Angola*, em 1824 (Bowdich, 1824, p. 26-64; Lima, 1846, v. 3, p. 43; Mota, 1964, p. 178). A primeira transcrição completa do documento foi feita por Antonio Augusto de Oliveira, no artigo *Primeiras explorações no sul de Angola*, escrito para o Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa em 1887, sendo essa a referência utilizada pela historiografia que se ocupou da região ao sul de Benguela (Oliveira, 1887, p. 449-450).

## CONCLUSÃO

A escolha pelo nome de Gregório José Mendes para o comando da expedição de reconhecimento de 1785 refletiu a sua experiência no trato com as autoridades locais, o conhecimento dos costumes e das línguas do interior e, principalmente, a capacidade de reunir uma numerosa comitiva com os seus próprios recursos (AHU, 1786d, p. 1r-2v; Corrêa, 1937, v. 2, p.13). O saber prático tornava os sertanejos a escolha mais adequada e coerente para o comando das expedições, viagens que tiveram um forte cunho comercial e cujos trajetos seguiram os corredores de comunicação estabelecidos previamente pelas populações africanas. A utilização dos saberes desses personagens garantiu, à administração colonial, uma relevante economia de recursos, enquanto possibilitava, aos sertanejos, privilégios comerciais livres das regras e dos controles das administrações coloniais.

Mendes buscou retratar a expedição como uma epopeia, engrandecendo a ação dos integrantes da comitiva e exacerbando a relevância da comunicação estabelecida com as sociedades locais, reportando esses contatos como pioneiros e fadados ao sucesso comercial. As sociedades, por seu turno, constaram do relato como acessórios do avanço colonial, sendo-lhes negada quaisquer possibilidades de ação. Mendes buscou atender aos seus próprios interesses, indicando uma suposta boa receptividade das populações à sua presença, em um local virtualmente desconhecido pelos europeus, ao mesmo tempo em que reforçava o projeto político pessoal do Barão de Moçâmedes. Para Mendes, os resultados foram significativos: após a conclusão da expedição, o sertanejo foi recompensado com o cargo honorífico de coronel da Legião dos Descobertos do Sul e Diretor de seus Estabelecimentos, e com a autorização para o estabelecimento de uma feitoria exclusiva (fundada em

1786, no sopé da serra da Chela, com o nome de São Florêncio do Bumbo). Para o governador de Angola, no entanto, os resultados foram pífios, uma vez que a Coroa portuguesa não ratificou o seu plano de ocupação. A falta de apoio foi traduzida pelo silêncio sobre o assunto, nos dois anos seguintes à realização da expedição. O Barão de Moçâmedes lamentou a falta de respostas aos ofícios e a ausência de orientações em relação à ocupação:

“Empenhando-me em maiores conhecimentos de todo o Reino [...] fiz o esforço de explorar o sul desta costa por mar, e terra, a fim de captar o ânimo do gentio, de lhe introduzir o nosso comércio, e de nos dispormos a estabelecer um presídio para cabo Negro, antes que os estrangeiros ao norte e ao sul nos entalassem. Esperei até 1786, que Sua Majestade aprovasse os meus desígnios, e que as suas Reais ordens os ilustrassem, auxiliando-me com as forças requeridas [...] Tem decorrido a maior parte do ano de 1787, estão completos os três anos da minha missão em África, e não cedendo o meu zelo a nenhum na fidelidade, vivo na desconsolação de me faltarem os auxílios, e incerto do agrado da Soberana” (AHU, 1787b, p. 46r-48r).

Embora o discurso de Mendes tenha privilegiado a ação dos colonos portugueses e silenciado intencionalmente sobre as sociedades contactadas pela expedição, a importância dos saberes locais restou assente no relato, tendo os habitantes desempenhado funções importantes para o trânsito da comitiva, como guias e intérpretes, além de outras funções pouco ou não ressaltadas pelo sertanejo, como carregadores, cabos encarregados da disciplina, negociadores, caçadores e outros. O percurso pelo interior, retratado por Mendes como tendo sido realizado sem percalços ou dificuldades, foi conduzido através das rotas comerciais abertas e percorridas pelas comitivas africanas nos séculos anteriores, sendo a presença e o trânsito da comitiva constantemente negociado com as autoridades locais. Acessos foram permitidos ou negados de acordo com os interesses dos sobas que, por vezes, estabeleceram tratados de vassalagem com os portugueses, visando obter privilégios comerciais e formar alianças militares. Além desses acordos, que eram percebidos pelos portugueses como a sujeição das autoridades locais ao seu poderio bélico, outras múltiplas relações e interações, forçadas, negociadas, disfarçadas e acordadas, ocorreram entre os portugueses e as populações do *hinterland* de Benguela, em muitos casos não percebidas nitidamente pelos próprios portugueses.

## REFERÊNCIAS

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Fundo do Conselho Ultramarino. **Consulta do Conselho Ultramarino ao Príncipe Regente D. Pedro, de 12 de julho de 1674**. Série Angola, cx. 11, doc. 1342. 1674.

\_\_\_\_\_. Fundo do Conselho Ultramarino. **Ofício do governador e capitão-general de Angola, D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar,**

**Francisco Xavier de Mendonça Furtado, de 30 de outubro de 1767.** Série Angola, cx. 51, doc. 52. 1767.

\_\_\_\_\_. Fundo do Conselho Ultramarino. **Ofício do governador e capitão-general de Angola D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado, de 18 de outubro de 1769.** Série Angola, cx. 53, doc. 71. 1769.

\_\_\_\_\_. Fundo do Conselho Ultramarino. **Ofício do secretário de Estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro, ao novo governador de Benguela, António José Pimentel Castro de Mesquita, de 20 de dezembro de 1779.** Série Angola, cx. 62, doc. 102. 1779.

\_\_\_\_\_. Fundo do Conselho Ultramarino. **Requerimento de Gregório José Mendes à Rainha D. Maria I, de 15 de novembro de 1780.** Série Angola, cx. 63, doc. 57. 1780.

\_\_\_\_\_. Fundo do Conselho Ultramarino. **Ofício do governador de Benguela António José Pimentel e Castro de Mesquita, ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, de 16 de junho de 1782.** Série Angola, cx. 65, doc. 14. 1782a.

\_\_\_\_\_. Fundo do Conselho Ultramarino. **Ofício do governador de Benguela António José Pimentel e Castro de Mesquita, ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, de 20 de novembro de 1782.** Série Angola, cx. 65, doc. 101. 1782b.

\_\_\_\_\_. Fundo do Conselho Ultramarino. **Ofício do governador de Benguela António José Pimentel e Castro de Mesquita, ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, de 27 de janeiro de 1783.** Série Angola, cx. 66, doc. 8. 1783.

\_\_\_\_\_. Fundo do Conselho Ultramarino. **Ofício do governador e capitão-general de Angola, Barão de Moçâmedes, ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, de 15 de dezembro de 1784.** Série Angola, cx. 69, doc. 50. 1784.

\_\_\_\_\_. Fundo do Conselho Ultramarino. **Ofício do governador de Benguela, Pedro José Correia de Quevedo Homem e Magalhães, ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, de 24 de fevereiro de 1785.** Série Angola, cx. 70, doc. 5. 1785a.

\_\_\_\_\_. Fundo do Conselho Ultramarino. **Ofício do governador de Benguela, Pedro José Correia Quevedo Homem e Magalhães, ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, de 4 de maio de 1785.** Série Angola, cx. 68, doc. 12. 1785b.

\_\_\_\_\_. Livro de Registo de correspondência confidencial, da Secretaria do Governo-Geral de Angola. **Ordem que deve executar a tropa transportada na fragata Loanda, que se destina à**

exploração dos sertões de Benguela, foz do rio Cunene e altura do cabo Negro, de 21 de maio de 1785. Códice 1642. 1785c.

\_\_\_\_\_. Fundo do Conselho Ultramarino. **Ofício do tenente-coronel Luís Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado ao governador e capitão-general de Angola, Barão de Moçâmedes, de 22 de setembro de 1785.** Série Angola, cx. 70, doc. 48. 1785d.

\_\_\_\_\_. Fundo do Conselho Ultramarino. **Ofício do tenente-coronel Luís Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado, ao governador e capitão-general de Angola, Barão de Moçâmedes, de 4 de outubro de 1785.** Série Angola, cx. 70, doc. 52. 1785e.

\_\_\_\_\_. Fundo do Conselho Ultramarino. **Ofício do governador e capitão-general de Angola, Barão de Moçâmedes, ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, de 11 de novembro de 1785.** Série Angola, cx. 70, doc. 56. 1785f.

\_\_\_\_\_. Livro de Registo da Correspondência com o Reino, da Secretaria do Governo-Geral de Angola. **Descrição itinerária da derrota que por ordem dos srs. da junta de comissão estabelecida na cidade de S. Filipe de Benguela, pelo ilmo. e ex. sr. Barão de Moçâmedes, governador e capitão general do Reino de Angola e suas conquistas, fez o sargento-mor Gregório José Mendes, da mesma cidade até ao porto de Moçâmedes, na angra do Negro, em 15° de latitude S., com o exame dos sertões compreendidos entre estes pontos, apresentada à mesma junta em 1 de janeiro de 1786.** Códice 1643. 1786a.

\_\_\_\_\_. Livro de Registo da Correspondência com o Reino, da Secretaria do Governo-Geral de Angola. **Carta de Gregório José Mendes para o governador de Angola, Barão de Moçâmedes, de 2 de janeiro de 1786.** Códice 1643. 1786b.

\_\_\_\_\_. Livro de Registo de correspondência confidencial, da Secretaria do Governo-Geral de Angola. **Carta do governador e capitão-general de Angola, Barão de Moçâmedes, a José de Siabra e Silva, de 12 de janeiro de 1786.** Códice 1642. 1786c.

\_\_\_\_\_. Fundo do Conselho Ultramarino. **Ofício do governador e capitão-general de Angola, Barão de Moçâmedes, ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, de 18 de janeiro de 1786.** Série Angola, cx. 71, doc. 7. 1786d.

\_\_\_\_\_. Fundo do Conselho Ultramarino. **Ofício do governador de Benguela, Pedro José Correia de Quevedo Homem e Magalhães, ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, de 18 de agosto de 1786.** Série Angola, cx. 71, doc. 45. 1786e.

\_\_\_\_\_. Fundo do Conselho Ultramarino. **Ofício do naturalista e secretário do Governo de Angola, Joaquim José da Silva, ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, de 20 de maio de 1787.** Série Angola, cx. 72, doc. 19. 1787a.

\_\_\_\_\_. Livro de Registo de correspondência confidencial, da Secretaria do Governo-Geral de Angola. **Carta do governador e capitão-general de Angola, Barão de Moçâmedes, ao Arcebispo Inquisidor Geral D. João Cosme da Cunha, de 12 de agosto de 1787.** Códice 1642. 1787b.

\_\_\_\_\_. Fundo do Conselho Ultramarino. **Ofício do capitão-tenente António José Valente ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, de 3 de fevereiro de 1791.** Série Angola, cx. 76, doc. 8. 1791a.

\_\_\_\_\_. Fundo do Conselho Ultramarino. **Ofício do capitão-tenente António José Valente ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, de 8 de fevereiro de 1791.** Série Angola, cx. 76, doc. 9. 1791b.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. Fundo Conde de Linhares. **Bando que ordena as feiras nos sertões de Benguela e Caconda, de 23 de setembro de 1768.** Maço 46 (1765/1774). Código (PT/TT/CLNH/0046/08). 1768.

\_\_\_\_\_. Fundo Conde de Linhares. **Memórias do Reino de Angola e suas conquistas, escritas por D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, governador e capitão-general do mesmo Reino (1773-1775).** Maço 44. Código (PT/TT/CLNH/0044/02), p. 2r-2v. 1773-1775.

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL. Microfilmes – Cartas e ordens do governador de Angola, Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho. **Carta do governador e capitão-general de Angola, D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, ao capitão-mor de Benguela, José Vieira de Araújo, de 9 de março de 1770.** Cota F. 6377, vol. II. 1770a.

\_\_\_\_\_. Microfilmes – Cartas e ordens do governador de Angola, Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho. **Carta do governador e capitão-general de Angola, D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, ao capitão-mor de Benguela, José Vieira de Araújo, de 28 de abril de 1770.** Cota F. 6377, vol. II. 1770b.

BOWDICH, Thomas Edward. **An account of the discoveries of the portuguese in the interior of Angola and Mozambique.** Ed. John Booth. Londres: Howlett and Brimmer, 1824.

CADORNEGA, António de Oliveira de. **História geral das guerras angolanas,** anotado e corrigido por José Matias Delgado. Vol. 3. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 1972.

CANDIDO, Mariana P. **An African Slaving Port and the Atlantic World: Benguela and its Hinterland**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

CARVALHO, Ruy Duarte de. **Vou lá visitar pastores: exploração epistolar de um percurso angolano em território Kuwale (1992-1997)**. Lisboa: Edições Cotovia, 1999.

CORRÊA, Elias Alexandre da Silva. **História de Angola**. Vol. 2. Lisboa: Editora Ática, 1937.

DELGADO, Ralph. **Ao sul do Cuanza: ocupação e aproveitamento do antigo Reino de Benguela**. Vol. 2. Lisboa: Imprensa Beleza, 1944.

DIAS, Gastão de Sousa. **Pioneiros de Angola: explorações portuguesas no sul de Angola (séculos XVII e XVIII)**. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1937.

\_\_\_\_\_. **Julgareis qual é o mais excelente...: figuras da História Angolana**. Lisboa: Museu de Angola, 1948.

\_\_\_\_\_. **A cidade de Sá da Bandeira**. Sá da Bandeira: Gráfica da Huíla, 1957.

DIAS, Jill. Angola. In: ALEXANDRE, Valentim; DIAS, Jill (coord). **O Império Africano (1825-1890)**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

FURTADO, Luís Cândido Cordeiro Pinheiro. **Plano de uma parte da costa ocidental de África compreendida entre a cidade de São Filipe de Benguela e a grande enseada das Areias, examinada pelo tenente-coronel engenheiro Luís Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado e pelo tenente do Mar e Armada Real António José Valente**. Lisboa, [s. n.], 1785. Petipé de 10 léguas, 46,2 x 32,4 cm. Arquivo Histórico Ultramarino. Fundo Cartografia Manuscrita. Código PT/AHU/CARTM/001/00279.

\_\_\_\_\_. **Mapa de uma parte da costa ocidental de África compreendida entre a cidade de São Filipe de Benguela e a enseada das Areias, examinada pelo tenente-coronel engenheiro Luís Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado e pelo tenente do Mar e Armada Real António José Valente, em que se nota a marcha feita nos sertões limítrofes pelo sargento-mor Gregório José Mendes**. Lisboa, [s. n.], 1786. Petipé de 12 léguas. Arquivo Histórico Ultramarino. Fundo Cartografia Impressa. Código PT/AHU/CARTI/001/00335.

\_\_\_\_\_. **Carta geográfica da costa ocidental da África, compreendida entre 5° e 19° de lat. sul, mostrando parte do Congo, e os Reinos de Angola e Benguela**. Paris: [s. n.], 1825. Escala 1:9800, 52,6 x 36,7 cm. Disponível em: <https://purl.pt/33036/1/>. Acesso em: 25 mar. 2023.

GONÇALVES, Ivan Sicca. Às margens do Império, por dentro dos sobados: estratégias comerciais de sertanejos e centro-africanos no Planalto Central Angolano (décadas de 1840 a 1860). **Faces de Clio**, v. 6, n. 11 (2020). p. 191-222. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/facesdeclio/article/view/29692/20792> Acesso em 25 mar. 2023.

HEINTZE, Beatrix. **Luso-African feudalism in Angola?** The vassal treaties of the 16th to the 18th century. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1980.

LIMA, José Joaquim Lopes de. **Ensaio sobre a estatística das possessões portuguesas na África ocidental e oriental; na Ásia ocidental; na China, e na Oceania.** Vol. 3. Lisboa: Imprensa Nacional, 1846.

MILLER, Joseph C. **Way of Death: Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730–1830.** Madison: University of Wisconsin Press, 1988.

MOTA, Avelino Teixeira da. **A cartografia antiga da Africa Central e a travessia entre Angola e Moçambique, 1500-1860.** Lourenço Marques: Sociedade de Estudos de Moçambique, 1964.

OLIVEIRA, Antonio Augusto de. Primeiras explorações no sul de Angola. **Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa**, 7ª série, no. 7. p. 417-453. 1887.

PORTUGAL Alvará de 11 de janeiro de 1758. **Alvará para ser livre o Comércio de Angola, e dando certas providências ao mesmo respeito.** Collecção da Legislação Portuguesa, Lisboa, p. 584-586, 1830. Disponível em: [http://www.governodosoutros.ics.ul.pt/?menu=consulta&id\\_partes=105&acao=ver&pagina=607](http://www.governodosoutros.ics.ul.pt/?menu=consulta&id_partes=105&acao=ver&pagina=607). Acesso em: 25 mar. 2023.

SANTOS, Catarina Madeira. **Um Governo ‘polido’ para Angola:** reconfigurar dispositivos de domínio (1750-c. 1800). 2005. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2005.

VANSINA, Jan. **How societies are born:** governance in West Central Africa before 1600. Charlottesville: University of Virginia Press, 2004.

VIEIRA, Carla da Costa. **Os portugueses e a travessia do continente africano: projetos e viagens (1755 - 1814).** 2006. Dissertação (Mestrado em História dos Descobrimentos e Expansão) - Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2006.

WEBB, Paul; ROMERO, Julio (org). **Introduction to Oceanography.** Bristol: Roger Williams University, 2012. Disponível em: <https://openlibrary-repo.ecampusontario.ca/jspui/handle/123456789/944>. Acesso em: 25 mar. 2023.



## PALACETE BOLONHA: A HISTÓRIA DE UMA “CASA PROMETIDA” NA CIDADE DE BELÉM-PA<sup>1</sup>

PALACETE BOLONHA: THE HISTORY OF A “PROMISED HOUSE” IN THE CITY OF BELÉM-PA

Luciana Cristina de Oliveira Azulai<sup>2</sup>

**Resumo:** O trabalho tem por objetivo abordar a trajetória histórica de um dos ícones da arquitetura palaciana presente na cidade de Belém-PA, o Palacete Francisco Bolonha, também conhecido como “Palacete Bolonha”. Este casarão encontra-se situado no bairro de Nazaré, onde também existem outros palacetes. Ao pesquisar esta construção do início do século XX, em uma época que vigorava as riquezas das elites durante a economia do ciclo da borracha na Amazônia, percebemos o quanto sua arquitetura retrata não só elementos artísticos ou paisagísticos, mas também de símbolo de poder e influência intelectual de seu dono e projetor, o engenheiro Francisco Bolonha. Assim, procuraremos mostrar os principais aspectos desse Patrimônio histórico da cidade, bem como suas dinâmicas atuais, como um Museu-Casa.

**Palavras-chave:** Palacete Bolonha. Patrimônio. Museu-Casa.

**Abstract:** The work aims to approach the historical trajectory of one of the icons of palace architecture present in the city of Belém-PA, the Palacete Francisco Bolonha, also known as “Palacete Bolonha”. This mansion is located in the Nazaré neighborhood, where there are also other palaces. When researching this early twentieth century construction, at a time when the riches of the elites during the rubber cycle economy in the Amazon prevailed, we realize how much its architecture portrays not only artistic or landscape elements, but also a symbol of power and intellectual influence of its owner and projector, the engineer Francisco Bolonha. Thus, we will seek to show the main aspects of this historical heritage of the city, as well as its current dynamics, as a House-Museum.

**Keywords:** Palacete Bolonha. Heritage. Museum-Home.

---

<sup>1</sup> O presente artigo é fruto de parte do processo de pesquisa de doutorado na Universidade Federal do Pará, status em andamento. Incentivos apoiados pelo Programa DS/CAPES.

<sup>2</sup> Graduada em Museologia (bacharelado, UFPA), doutoranda no Programa de Pós-graduação em Antropologia com ênfase em Arqueologia pela Universidade Federal do Pará - PPGA/UFPA. E-mail: [lucianaazulai@gmail.com](mailto:lucianaazulai@gmail.com). Link para o Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3954222598149272>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7707-2676>.

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O engenheiro civil Francisco Bolonha (1872-1938), nascido em Belém do Pará, proporcionou no espaço urbano desta cidade importantes exemplares de um novo estilo de arquitetura incorporando: o ecletismo, que reúne estilos como o neoclássico, o art-nouveau, o barroco e o rococó. Esse modelo arquitetônico introduziu novas técnicas e materiais de construção com uso harmônico associando: estruturas metálicas, vidros, azulejos, pastilhas, estuques, telas de alvenaria, coberturas em ardósia, tijolos em vidro e o concreto armado (LOBATO et al., 2005; TRINDADE; PALÁCIOS, 2017).

Ao retornar da Europa no final do século XIX, onde completara seus estudos de engenharia, Bolonha resolveu fixar residência em Belém e dar início a uma série de obras que enriqueceram o acervo arquitetônico da capital paraense, tais como: o Mercado Municipal; a Sucursal dos Bombeiros; a Fábrica de Gelo; os Palacetes; o Sistema de Abastecimento de Água Potável do Utinga; os Quiosques; o prédio do Jornal “Folha do Norte”; a fundação da Escola de Engenharia do Pará e muitas outras realizações que, até hoje, são admiradas. Seu ícone principal de influência europeia é a obra que construiu para ser sua residência, o Palacete Bolonha (LOBATO et al., 2005).

No Palacete Bolonha, construído na primeira década do século XX, é evidente o requinte semelhante aos palacetes europeus, aliados a forte influência das técnicas das exposições industriais europeias. Suas formas arquitetônicas refletem como uma espécie de “bordado” delicado, misturando estilos como o barroco e o rococó (LOBATO et al., 2005; DERENJI, 2009). Desse modo, Francisco Bolonha se dedicou plenamente ao planejamento e construção do Palacete, que se insere na paisagem urbana da cidade atraindo os olhares de quem passa em frente ao prédio até hoje, percebendo sua beleza icônica como uma obra-prima.

Dessa forma, este trabalho pretende abordar o histórico desse Palacete em Belém, considerando não apenas o seu passado, como também o presente, no qual este funciona como um Museu, após uma série de tempos de abandono e de restaurações realizadas, bem como de troca de posses administrativas. Assim, primeiramente será apresentado o histórico do prédio, sua arquitetura e seu projetor e dono, e em seguida será abordado as transformações do mesmo ao longo dos anos até ser um lugar de mostras artísticas e culturais. Também apresentamos alguns resultados do levantamento de pesquisa através de recortes de jornais sobre o Palacete.

### 1. A CONSTRUÇÃO DO PALACETE BOLONHA: UMA “CASA PROMETIDA”

O Palacete Bolonha (figuras 1 e 2) teve seu projeto de construção iniciado no período de 1905 e término consolidado em 1909, localizado na antiga estrada São Jerônimo, nº 145 (atual, avenida Governador José Malcher, 295) e esquina com a Rua Dr. Moraes, no bairro de N<sup>a</sup>. Sra. de Nazaré. Logo na sua fachada nota-se o requinte inspirado nos palacetes europeus – principalmente nos

franceses – possuindo uma grande influência de técnicas e estilos. A construção tem cinco pavimentos, sendo incluso a mansarda, na qual o engenheiro Francisco Bolonha criou espaços que eram usados como depósitos (LOBATO et al., 2005; NORMATIVA DO IPHAN, 2012; TRINDADE; PALÁCIOS, 2017). Sem dúvida é um dos palacetes mais emblemáticos da “época da borracha”<sup>3</sup> em Belém.



Figura 1. Palacete Bolonha na década de 60, vista da rua Dr. Moraes. Fonte: revista Belém 350 anos, 1966.



Figura 2. Palacete Bolonha atualmente. Foto: autora, 2022.

<sup>3</sup> Período comercial da extração do látex da seringueira (matéria-prima da borracha) na Amazônia que impulsionou a economia, proporcionando diversas transformações nas cidades brasileiras.

Segundo observam os autores do livro “*Palacete Bolonha: uma promessa de amor*” (2005), de acordo com relatos de familiares, a construção do Palacete foi fruto de uma promessa e testemunho de amor que Francisco Bolonha dedicava por sua esposa (figura 3), a pianista carioca Alice Tem Brink Bolonha (1873-1950), que não tinha intenção de deixar a capital do país, na época o Rio de Janeiro, para vir firmar residência em Belém do Pará (LOBATO et al., 2005). Mas ao visitar o espaço do Palacete percebe-se o quanto o engenheiro pensou em cada detalhe do casarão, não só para fins funcionais e políticos, mas também para agradar a sua amada. Bolonha e sua esposa não tiveram filhos, mas o engenheiro teve duas filhas adotivas, a sua sobrinha Elza de Campos Soares – filha de sua irmã Julieta – e Nair Cordeiro, filha de um de seus empregados domésticos.



Figura 3. Francisco Bolonha e sua esposa Alice com a família em Paris. Fonte: LOBATO et al., 2005, p.35.

Sobre a localização do Palacete Bolonha, este encontra-se situado em uma das áreas mais bem valorizadas de Belém, na avenida Governador José Malcher, tendo uma proximidade de apenas uma quadra da Praça da República e da avenida Nazaré, outra via de importância. O lote foi dividido de forma longitudinal por uma via, a passagem Bolonha, onde foram construídas as residências da Vila Bolonha (figura 4). O terreno fazia parte da propriedade da Intendência de Belém sob vigência de Antônio Lemos. Francisco Bolonha comprou o lote no ano de 1905. Interessante destacar que o terreno era muito alagadiço e também dificultoso com um matagal no verão, por isso Bolonha ao contar para amigos e familiares o que pretendia fazer no local foi motivo de risos, pois não acreditavam que ele conseguiria (LOBATO et al., 2005).



Figura 4. Casas na Passagem Bolonha. Foto: autora, 2022.

Derenji (2009) observa que o Palacete ao formar um conjunto com as outras residências da Vila Bolonha, todas de Francisco Bolonha, há uma distribuição por toda uma rua estreita e com um certo declive. Estas residências, excetuando a sua de habitação, são de uma simetria neoclássica e uma decoração mais contida, e foram construídas para parentes e agregados da família de Bolonha, bem como para alguns funcionários.

### **1.1. Francisco Bolonha: o engenheiro e sua genialidade**

Francisco Bolonha nasceu em 22 de outubro de 1872 em Belém do Pará, e faleceu na mesma cidade em 08 de julho de 1938, era filho do casal Francisco de Paula Bolonha e Henriqueta Barreto Bolonha, que tinha mais dois filhos. Moraram na residência onde hoje é a Casa da Linguagem (avenida N<sup>a</sup> Sra. de Nazaré e esquina da avenida Assis de Vasconcelos). O proprietário e projetor do Palacete Bolonha (figura 5) era um homem de elegância, formado em Engenharia civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro (1894).



Figura 5. O engenheiro Francisco Bolonha no hall social do seu Palacete. Fonte: LOBATO et al., 2005, p.5.

O engenheiro foi responsável por construir muitos edifícios para intendência da capital, na época administrada por Antônio José de Lemos que investia na urbanização da cidade. Na iniciativa privada, algumas de suas obras tiveram destaque para a feição da área central da cidade. Bolonha também foi empresário de algumas atividades – possuindo uma fábrica de Gelo<sup>4</sup>, por exemplo –, sendo concessionário de prédios públicos de grande porte, como os mercados, e de quiosques de vendas que existiram no centro de Belém (DERENJI, 2009).

Bolonha era um homem conhecedor das práticas de inovação que surgiam na Europa, fruto de suas frequentes viagens ao exterior, também era grande admirador e amigo de Gustave Eiffel, o engenheiro francês criador da famosa torre homônima em Paris. Em 1900 esteve presente na grande exposição em Paris, de onde tomou conhecimento de padrões estéticos e ao retornar à sua terra natal trouxe muitas ideias para a produção de prédios públicos do governo como de encomendas particulares. Os projetos de Bolonha utilizaram muitas estruturas metálicas, mas elas também são relacionadas a vários outros elementos da arquitetura eclética, elaborando edificações características de uma “linguagem” própria de Bolonha, sendo até hoje marcantes na cidade (BASSALO, 2008; DERENJI, 2009).

Dentre as diversas obras em Belém realizadas por Bolonha que se transformaram em símbolos do Patrimônio histórico e arquitetônico da cidade, destaca-se também o prédio sede do antigo jornal “Folha do Norte” de 1895 com três pavimentos (hoje funciona o Jornal “O Liberal”), e o Palacete

<sup>4</sup> Registrada com o nome de “Empresa de Gelo Paraense, de Bolonha, Paiva & Comp.” (LOBATO et al., 2005, p.28).

Bibi Costa ou José Júlio de Andrade com dois pavimentos, construído entre 1904-1906. Segundo a análise da dissertação de mestrado de Felipe Melo da Costa (2016), o mesmo informa que essas duas edificações e mais o Palacete Bolonha formam construções em verticalidade maior do que os sobrados vistos na cidade (pelo menos até o fim do século XIX e início do XX). Para este autor, Bolonha introduziu nessas construções o que ele chama de Técnicas não destrutivas (TND) com o uso integrado de sistemas estruturais empregados por Bolonha que permitem a avaliação de estudos sem intervenção destrutiva.

Bolonha além de ter sido engenheiro civil e alguns dizem também ter sido arquiteto, foi dedicado ainda ao Magistério Superior da Escola de Engenharia do Pará, tendo assumido a direção da instituição. Também foi professor na Escola de Agronomia, na disciplina hidráulica agrícola entre 1923 a 1924. Obteve o cargo de Secretário de Estado e viação de obras públicas no governo de José Carneiro da Gama Malcher. Além disso, foi um homem muito popular na cidade, que adorava crianças, usava roupa branca no cotidiano e gostava de andar de bonde, apesar de ter automóvel. Bolonha partiu em 8 de julho de 1938 em Belém, aos cuidados de sua esposa e acolhimento médico, devido a uma antiga diabete de que era acometida a sua saúde (VILHENA, 1988). De fato, Francisco Bolonha deixou marcas na cidade até os dias de hoje.

## 1.2. Detalhes da arquitetura do Prédio

Falando um pouco sobre a arquitetura do palacete, o portão principal é feito em gradil elaborado em estilo art-noveou<sup>5</sup> muito presente em outros exemplares de edificações em Belém. O Palacete Bolonha é um significativo exemplo do ecletismo ou estilo eclético na cidade, Bolonha investiu em uma mistura de estilos. Possui cinco pavimentos, incluindo a chamada mansarda<sup>6</sup>, sob a qual o engenheiro Bolonha criou espaços que usava como depósito. Nesse pavimento mais alto, há um mirante que foi pensando para observação da cidade (LOBATO et al., 2005). Sem dúvida, é um lugar privilegiado no sentido de uma visualização de quem vê de cima.

De acordo com arquitetos e historiadores, o palacete possui um excesso de elementos nas fachadas (figura 6) o que faz dele um prédio de exagero decorativo, mas há uma determinada harmonia na composição. A ornamentação das fachadas foi inspirada no que estava “em alta” na tabela de materiais de construção no início do século XX. Dessa forma, o palacete possui:

(...) rincões, calhas e cumieiras em chapas e elementos de metal, ricamente trabalhados e decorados. Balaustradas em pedra e em argamassa, vãos e janelas em

<sup>5</sup> Estilo internacional de arquitetura e de artes decorativas, segundo Célia Coelho Bassalo (2008) os artistas dos finais do século XIX e início do XX buscavam por renovação, procurando uma forma artística que fosse adaptada aos novos materiais trazidos pelo desenvolvimento tecnológico.

<sup>6</sup> Elemento do arquiteto francês J. H. Mansart (1648-1708), a mansarda possibilita espaços oblíquos sob o telhado (LOBATO et al., 2005).



arco pleno, arco abaulado e plano – obedecendo a critério do projetista, de diferenciação por pavimento. Nas fachadas principais, pela Governador José Malcher e Passagem Bolonha, existem apliques de anjos e guirlandas em estuque, nichos com estátuas, entre alguns elementos decorativos (LOBATO et al., 2005, p.33).

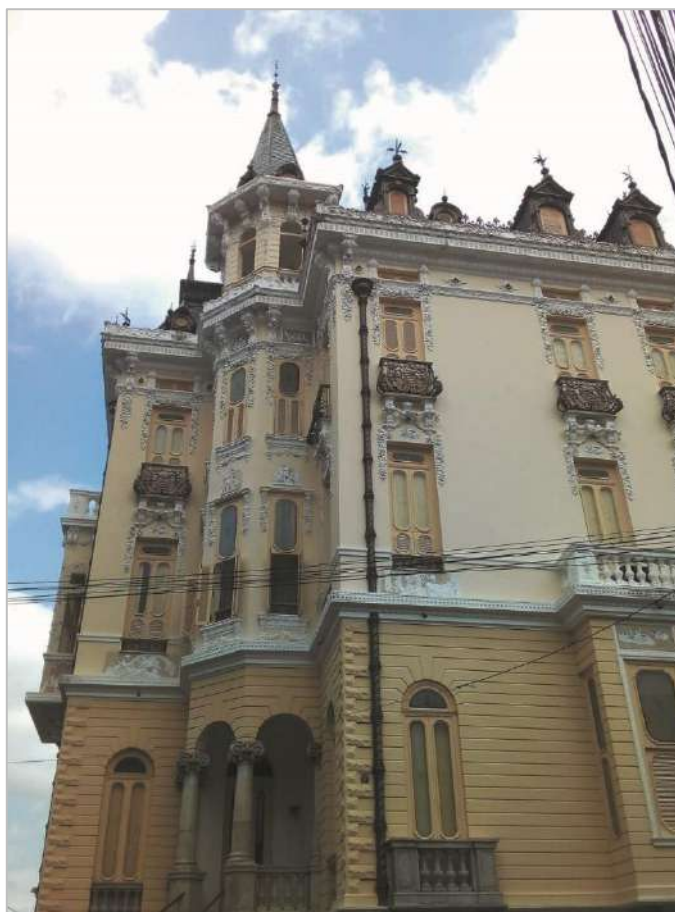


Figura 6. Fachada do Palacete, vista da av. Gov. José Malcher. Foto: autora, 2022.

O Palacete foi construído de forma verticalizada (já foi um dos mais altos da cidade) e voltado para as funções sociais, íntimas e de serviços, por isso foram planejados os pavimentos. Citando-os, temos o pavimento térreo destinado a área de serviços e empregados. O 1º pavimento é todo voltado para a função social do palacete e a área de maior prestígio do prédio. O 2º e o 3º pavimentos, são destinados à família e aos ambientes íntimos. O último pavimento é um salão/mansarda, com cobertura de telhas de vidro e o mirante para o nascente. A mansarda tem três “águas furtadas” (espaços entre duas ou mais tesouras no telhado) que possibilitam vista para quase toda a cidade, além de completar as áreas íntimas do casarão (LOBATO et al., 2005). Assim, a mansarda tem uma dupla função, servir como mirante e depósito.

Conforme Derenji (2009) a decoração do Palacete é “carregada” de dourados e estuques – estes são de produção do maranhense Newton de Sá –, azulejos decorados, mosaicos e revestimentos diversificados. Também são utilizados na decoração de reprodução de mosaicos de Pompéia, isto é,



relevos com temática greco-romana, azulejos art nouveau, pisos em vidro, e no exterior, telhas em ardósia colorida, com detalhes de acabamento em ferro para o telhado em mansarda com torreão (o tipo de torre no alto do prédio).

A arte decorativa do Palacete também diz respeito à intimidade presente na casa referente à “promessa de amor” de Bolonha ao procurar encantar a esposa. Assim, destacam-se os ricos detalhes nas paredes e tetos indo de motivos florais (azulejos, figura 7) a elementos da mitologia clássica greco-romana (figura 8), além do uso da cor branca nos estuques e em alguns espaços do prédio representando o significado da “pureza”. De acordo com Miranda et al. (2018) estes elementos dão um aspecto erudito do romantismo de inspiração clássica que configuram um “ar romântico” no casarão.

“(…) Em seus cômodos internos, profusamente decorados com revestimentos importados, de alta qualidade, destacando-se os azulejos e mármore, define-se uma atmosfera de intimidade primordialmente a partir de um conjunto ornamental estucado. Por meio da análise dos temas simbólicos pertencentes ao classicismo da mitologia greco-romana, adotados nos ambientes da sala de música, sala de jantar, Quarto de vestir da senhora e Biblioteca, pode-se construir uma narrativa que nos conduza ao entendimento das aptidões e inclinações de seu idealizador, integrado na dinâmica do *fin de siècle* belemense” (MIRANDA et al., 2018, p.62).



Figura 7. Detalhes decorativos florais no teto e paredes do Palacete. Fotos: autora, 2022.



Figura 8. Sala de música com figuras decorativas nas paredes ao fundo. Foto: autora, 2022.

Destaca-se que Bolonha dispôs de um grande terreno para a construção do Palacete, criando uma rua particular (atualmente de circulação pública, a passagem Bolonha, ver figura 4), onde foram distribuídas as casas que compunham o conjunto da vila, colocando sua casa numa disposição central. O Palacete é voltado para o interior sem jardins (o que me parece uma distinção de outros que tem jardim), sem grandes aberturas, deixando assim a vista e a ventilação somente para o uso da torre. Parece que a ideia de Bolonha, um dos engenheiros mais conhecidos na Belém do início do século XX, era construir uma residência próspera, ricamente detalhada em decoração, mas que para alguns arquitetos houve pouca praticidade (DERENJI, 2009).

No entanto, visitando o prédio pude notar a inteligência do engenheiro evidente em várias partes da casa, como por exemplo as janelas, têm uma dupla abertura com dobradiças específicas e um mecanismo que funciona para quem está do lado de dentro obter ventilação e iluminação, mas do lado de fora permanece a discricção para quem observa. Além disso, o palacete foi pensado em uma localização estratégica do bairro, fazendo parte do conjunto de construções arquitetônicas representativas da época.

Assim como em muitos outros Palacetes da cidade, o casarão histórico também incorpora um imaginário que trata aspectos sobrenaturais. Parece ser normal ter elementos associados a assombração em museus, casas antigas, e também em sítios arqueológicos, principalmente aqueles que possuem ruínas. Citando um exemplo, temos o Sítio histórico do engenho do Murutucu em Belém, no qual durante estar acompanhando as escavações (de 2014 a 2016) ouvi muitas histórias de

visagens, homens vestidos de branco, entre outros. O Palacete Bibi Costa também construído por Francisco Bolonha, possui os mesmos elementos de “coisas” sobrenaturais que rondam o casarão, no qual muitas pessoas têm certo medo.

Destaca-se que há pelo menos dois livros publicados a respeito do Palacete Bolonha sobre o tema: “Assassinato no Palacete Bolonha” por Zulemay Ramos (2011) e “O fantasma do Palacete Bolonha” de J. Angelini (2021), ambos na classificação de literatura do horror e ficção. Acredito ser pertinente destacar esse assunto, pois quando olhamos para a arquitetura de prédios de “época” que remontam um longo tempo, é compreensível que o passado tenha esse “ar” de mistério, uma mistura de fantasia e ficção. Enfim, o que se pode considerar é que todo Patrimônio material têm o seu aspecto imaterial, uma vez que essas instâncias não estão de fato separadas, assim como cultura e natureza.

## **2. DE CASA HISTÓRICA A UM “MUSEU-CASA”: MUDANÇAS DE USOS E FUNÇÕES DO PALACETE**

Em 1938, após o falecimento de Francisco Bolonha, o palacete é vendido para a família de Armando Santos Chermont, que vende para a família do senhor Antonio Augusto Fonseca, posteriormente vende para a CODEM- Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém e na década de 1980 foi cedido para a SECULT/PA que faz o tombamento pelo DPHAC- Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico. Em 1997 o casarão é retomado pela Prefeitura Municipal de Belém- PMB, e em 2020 é assumido pela FUMBEL/PMB (Fundação Cultural de Belém). Atualmente sob a administração da Fumbel o Palacete abriga o Museu Casa Francisco Bolonha. A seguir podemos visualizar a biografia do Palacete a partir do quadro com a cronologia mais detalhada do mesmo.

Cronologia e proprietários do Palacete Bolonha		
Períodos	Evento	Usos/Funções
1905	Início da construção	
1908	Finalizado a construção e passa a ser a residência de Francisco Bolonha e Alice, sua esposa	Residencial
1938	Falecimento de Francisco Bolonha	
1938	O Sr. Armando da Silva Chermont compra a edificação em um leilão realizado a pedido da viúva de Bolonha para a liquidação das contas após a morte do esposo.	Residencial
1944	Éneas Lalor Barbosa compra a edificação	Residencial
1974	O prédio é transferido para a Companhia de desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém- CODEM	Administrativo
1975	A partir de um termo de permuta, o prédio é transferido para a Prefeitura Municipal de Belém-PMB	Administrativo
1982	No dia 02 de julho foi tombado pelo Departamento de Patrimônio, Artístico e cultural do Governo do Estado do Pará - DPHAC	
2020	Assume a gestão do Palacete a Fumbel/PMB	Administrativo
2023	Atualmente a edificação está funcionando como um Museu-casa, realizando exposições temporárias e atividades como concertos musicais, entre outros eventos culturais e artísticos	Museológico e administrativo

Quadro - Cronologia e proprietários do Palacete Bolonha. Elaborado pela autora com base nas informações consultadas no site: <https://acasasenhorial.org/acs/index.php/pt/casas-senhoriais/pesquisa-lista/647-palacete-bolonha>.

De acordo com Derenji (2009) sobre as principais reformas e restaurações, ocorreram primeiramente quando a casa foi vendida ao poder municipal após o falecimento do proprietário e, na década de 70, cedida ao Governo do Estado. O Prédio histórico serviu de local para a Secretaria de Cultura do Estado na época chamada de Secdet e ficou vários anos sem nenhuma utilização até ser obtida de volta em 1977, em um estado de precariedade. O Palacete foi reformado, recebendo um elevador para receber a portadores de necessidades especiais, sendo que sua modificação não causou interferência em suas características arquitetônicas.

No levantamento histórico do Palacete foi realizada uma parte da pesquisa a partir dos documentos digitalizados concedidos pelo acervo do IPHAN-PA, dentre estes arquivos optou-se pela análise dos recortes de jornais (figura 9). A partir desse material foi feita a análise de 51 recortes de jornais que consistiu na leitura e observação das informações, datas, quais jornais publicaram os artigos, e quais assuntos tratavam os mesmos. Os jornais identificados foram: “A Província do Pará”; “Diário do Pará” e “O Liberal”. Os arquivos dos recortes estão inseridos numa ficha de identificação (indicando jornal, data, coluna/caderno e página) feita pelo IPHAN, porém 13 recortes não têm tal identificação. Reunindo essas informações foi feita uma tabela no Excel com a organização dos

dados, contendo um resumo de análise da leitura dos recortes de jornais, gerando-se alguns gráficos representativos que serão mostrados a seguir.



Figura 9. Recortes de jornais sobre a conservação e restauro do Palacete Bolonha. Fonte: acervo do IPHAN-PA, Biblioteca Ernesto Cruz.

As publicações dos jornais do acervo do IPHAN datam dos anos de 1987 a 2005, sendo que no ano de 2000 observou-se o maior número de publicações nos jornais (ver gráfico 1), isso se deve principalmente pelo fato de neste ano em questão ter ocorrido um amplo processo de restauração no Palacete obedecendo várias etapas. O outro ano com mais publicação é 2004 e os anos com menos artigos publicados são respectivamente: 1993, 1996 e 2001. Em relação à quantidade de artigos publicados por jornal local, observamos que entre os três identificados o jornal “O Liberal” foi o que teve mais publicações, seguido da “Província do Pará” como podemos ver no gráfico 2. Também é possível ver no gráfico que há quatro recortes sem indicação de qual jornal pertence a publicação.

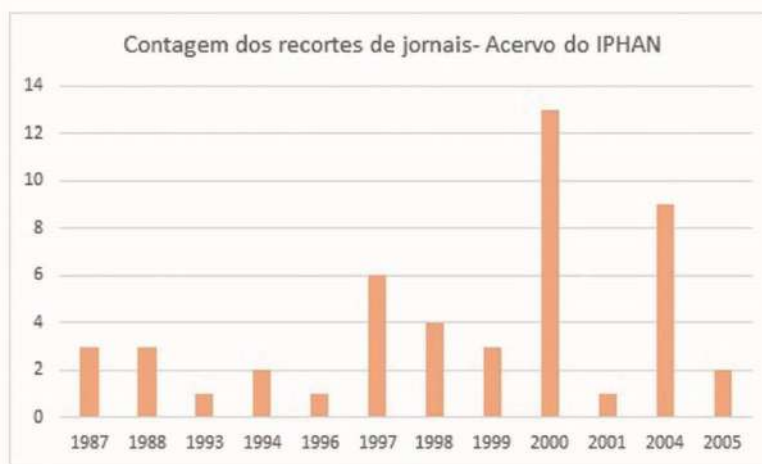


Gráfico 1. Anos de publicação dos jornais- Acervo do IPHAN. Fonte: autora, 2023.





Gráfico 2. Quantidade de artigos publicados pelos Jornais- Acervo do IPHAN. Fonte: autora, 2023.

A partir das informações dos recortes de jornais foi observado oito categorias que indicam os principais assuntos tratados pelos jornais publicados a respeito do Palacete Bolonha. Podemos observar no gráfico 3 a seguir a representação dessas categorias, sendo que o item *restauração* (referente as reformas que estavam ocorrendo ou sendo entregues, ou que ainda iriam ser feitas) foi o tema mais recorrente nas publicações (aparecendo 29 vezes, correspondendo há mais de 80%).

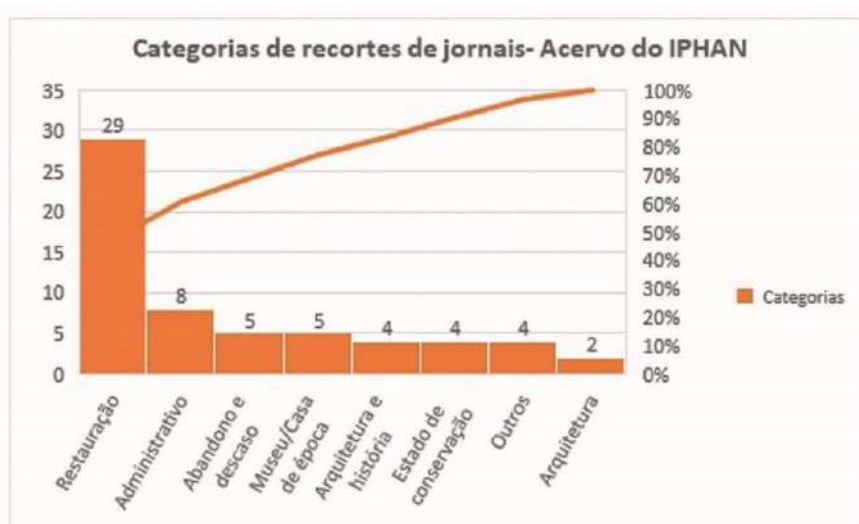


Gráfico 3. Categorias de recortes de jornais do Acervo do IPHAN. Fonte: autora, 2023.

Em alguns recortes de jornais destacam-se a história e a importância do Palacete e sua arquitetura, bem como de seu projetor o engenheiro Francisco Bolonha. No entanto, notou-se outros assuntos principais representados nas categorias na maioria dos recortes de jornais, tais como: o trabalho administrativo no Palacete; o descaso e abandono; o estado de conservação do Palacete; a proposta de Museu/Casa de época; os detalhes da arquitetura do prédio e a categoria “*outros*” relativo a assuntos diversos. Pelos recortes de jornais também se percebe as gestões administrativas do

Palacete que estavam atuando na época. A questão dos descasos e tempo longo de abandono do prédio, a emergência de realização de reformas em diversas partes do Palacete e a situação de carência de verbas é ressaltada nos artigos.

Também foram analisados 40 recortes de jornais a partir da pesquisa realizada na biblioteca do DPHAC- Departamento do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural (figura 10), possibilitando informações relevantes. Os materiais estavam com fichas de identificação na parte superior dos documentos, com indicações de jornal, data, página, caderno e coluna. Porém, alguns dos recortes analisados não têm essas fichas, estando com identificações incompletas ou alguns não apresentam uma informação de qual jornal ou datas foram publicados. Assim como os materiais do IPHAN, foi feita uma tabela no Excel com as informações dos mesmos, inserindo a identificação, bem como um resumo do assunto dos artigos de jornais, gerando alguns gráficos representativos.



Figura 10. Recortes de jornais sobre a conservação e restauro do Palacete Bolonha. Fonte: acervo da biblioteca do DPHAC.

Nos recortes de jornais do DPHAC os anos verificados vão de 1938<sup>7</sup> até 2009. Também há três recortes que não indicam datas. O ano que se observa mais publicações foi o de 1999, sendo que os anos de 1991 e 2000 também tiveram uma quantidade significativa (ver o gráfico 4). Dentre os jornais identificados destacam-se: “A Província do Pará”; “Diário do Pará”; e “O Liberal”. Há cinco recortes sem indicação. Tratando-se da quantidade de artigos publicados pelos Jornais identificados,

<sup>7</sup> Considerando o recorte que está sem identificação de jornal ou data, porém a notícia indica o falecimento de Francisco Bolonha ocorrido em julho do ano de 1938.

verificou-se a maior ocorrência no Jornal “O Liberal” (assim como no do acervo do IPHAN), seguido do jornal “Diário do Pará” como podemos ver no gráfico 5.

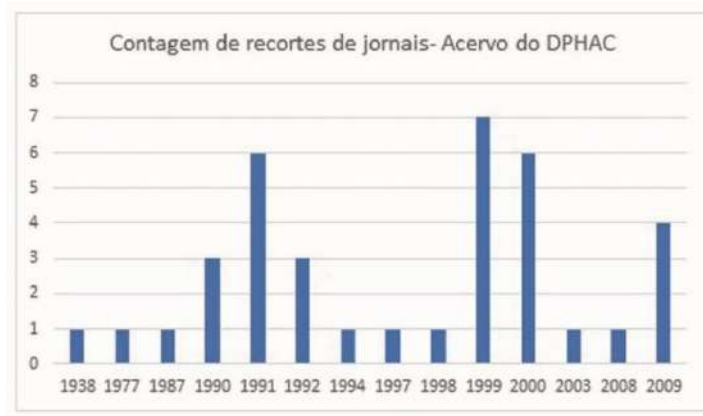


Gráfico 4. Anos de publicações de jornais- Acervo do DPHAC. Fonte: autora, 2023.

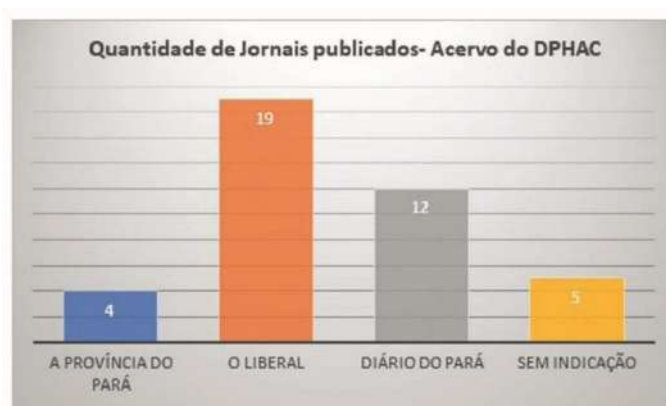


Gráfico 5. Quantidade de artigos publicados pelos jornais- Acervo do DPHAC. Fonte: autora, 2023.

Assim como foi feito na análise dos recortes de jornais do acervo do IPHAN, nos do acervo do DPHAC<sup>8</sup> também foram observadas categorias representativas que indicam os assuntos principais dos artigos, sendo que neste caso foram dez (incluindo a categorias “*outros*” em relação aos temas diversos). Podemos observar pelo gráfico 6 que a categoria que mais aparece é a da *restauração* (ocorrendo 16 vezes, correspondendo a 90%), seguido pela do estado de conservação do Palacete (avaliações técnicas) que também tem grande relevância nos artigos. Os outros assuntos identificados são referentes a: história e arquitetura do Palacete; sobre Francisco Bolonha; abandono e descaso; propostas de Museu/Casa de época; a gestão administrativa; o item segurança também aparece, assim como a Vila Bolonha e outros que se enquadram em assuntos diversos.

<sup>8</sup> Destaca-se que a maioria desses recortes de jornais não são os mesmos referentes ao arquivo do IPHAN, são recortes diferentes, tendo apenas três publicações iguais.



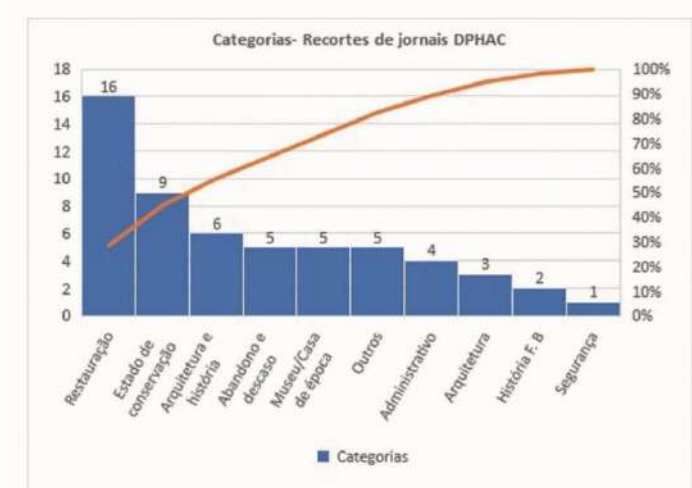


Gráfico 6. Categorias de recortes de jornais do Acervo do DPHAC. Fonte: autora, 2023.

A partir dos recortes de jornais (tanto do IPHAN, quanto do DPHAC) também pude notar que a ideia do Palacete Bolonha em se tornar um museu não é de agora, o prédio chegou a ser sede do Museu do Estado do Pará (1988), dirigido pelo arquiteto Euler Santos Arruda. Em 2000, com as novas reformas chegou à proposta de ser um Museu de época ou Casa de época e até ter exposições com o mobiliário característico da *Belle époque*, com objetos e móveis emprestados do acervo do Museu de Arte de Belém. No entanto, por passar um período sob custódia do Governo do Estado e depois passa para a Prefeitura de Belém – além dos anos em que esteve fechado –, a ideia de Centro de cultura e arte, bem como a de Museu sempre esteve indo e voltando a cada gestão política e administrativa em Belém.

Hoje o Palacete está inserido no complexo Memorial dos Povos<sup>9</sup> administrado pela Fumbel/PMB. No Palacete funciona o Museu Francisco Bolonha ou Museu-casa como é conhecido também atualmente, pois antes já foi chamado de Casa-Museu. Porém, de acordo com as informações em conversa com a atual diretora do Museu, a senhora Rosa Arraes, ela me explicou que para que o Palacete fosse uma Casa-museu<sup>10</sup>, este teria que ter grande parte do mobiliário original do mesmo. Mas recentemente foi adquirido no acervo um mobiliário original da família Bolonha, adquirido pela prefeitura de Belém em leilão. Trata-se de uma mesa de jantar de madeira que servia a sala de reuniões de Francisco Bolonha (figura 11).

<sup>9</sup> Criado em 2004 para ser um complexo turístico de lazer do qual fazem parte o Palacete Bolonha, as casas 38 e 50 da Vila Bolonha, um prédio novo construído pela Link Amazônia (onde funcionava antes a União Espanhola) e um Anfiteatro.

<sup>10</sup> “Uma Casa-Museu é uma tipologia especial de museu; cada uma delas possui uma particularidade, um tipo de acervo; consiste num refúgio doméstico que expõe um recorte de determinada época, projeta a memória de um personagem social, evidencia uma coleção de valor inestimável, retrata a vida doméstica de determinado grupo, satisfaz a curiosidade dos visitantes em observar um aspecto de uma intimidade, entre outros” (AFONSO; PRIMON SERRES, 2016, p.40).



Figura 11. Mobiliário antigo que pertenceu à família Bolonha. Foto: autora, 2022.

Durante as minhas visitas no Museu Casa Francisco Bolonha pude ter algumas observações dos espaços do museu, as salas que possuem exposição. O primeiro e o segundo pavimentos do Palacete estão servindo para exposições e outras atividades. Conversando com os mediadores, estes me informaram que a ideia do Palacete como Museu ainda está sendo desenvolvida à medida em que pesquisas estão sendo feitas sobre o mesmo e formas de expor a história do casarão, bem como a de seus primeiros proprietários, o engenheiro Bolonha e dona Alice.

À senhora Alice Tem-Brink foi dedicada uma mostra expositiva sobre moda na sala de vestir do Palacete, lugar onde eram guardados suas roupas e acessórios da época. De acordo com a pesquisa feita para exposição que visitei, a Sr.<sup>a</sup> Alice era muito íntima a questões de moda, foi um exemplo de elegância e estilo na época da *Belle époque* paraense, sendo bastante presente nos eventos da cidade e também recebia convidados em sua casa para ouvi-la tocar no piano, na sua sala de música. Na ocasião da exposição, a proposta do tema focava nos 50 anos de moda, mostrando a evolução desse processo por meio de um painel ilustrativo apresentando de forma cronológica, indo de 1900 a 1950.

No Museu Casa Francisco Bolonha, além das exposições também ocorrem visitas agendadas e eventos solenes referentes à música e teatro (concertos e apresentações culturais), bem como atividades diversas promovidas pela Fumbel/PMB. Além disso, o Museu também recebe visitas provindas de roteiros temáticos como o que participei, o “Roteiros do Patrimônio<sup>11</sup>” com o título “Percurso comentado- um quarteirão de memórias”. O Roteiro em questão ocorreu num sábado na manhã de 05 de novembro de 2022, partindo da caminhada a pé do Centro Cultural Palacete Facíola (avenida Nazaré) e teve o deslocamento guiado pela historiada Dayseane Ferraz com o apoio de

<sup>11</sup> Programação parte do encerramento do Evento Preamar do Patrimônio ocorrido em novembro de 2022.

funcionárias do DPHAC e SIMM/SECULT. O Palacete Bolonha esteve incluído no percurso e recebeu visita do grupo que participava.

O grupo que visitou o Museu/Palacete neste referido roteiro era bem diverso, integrado por estudantes, professores, pesquisadores, servidores de órgãos do Patrimônio, entre outros. Durante a visita das exposições dentro do museu, os visitantes foram divididos em dois grupos para visitar os dois pavimentos (1º e 2º) que estavam tendo mostras expositivas, contando um pouco da história do lugar e do engenheiro Francisco Bolonha (figura 12), assim como uma parte das exposições também falava sobre a história de Belém através dos azulejos e a evolução destes no processo de desenvolvimento da cidade.



Figura 12. Visitação do roteiro do Patrimônio. Fotos: autora, 2022.

O Palacete Bolonha seja como casa histórica ou como Museu-casa tem sido valorizado na atual gestão da Prefeitura de Belém e da administração da Fumbel, recebendo diversos eventos abertos ao público e divulgados nas redes sociais. No entanto, talvez esse seja um ponto a ser refletido pois o impasse de um Patrimônio tombado pelo Estado é esse, a nuance de gestões que ora o valorizam, ora deixam ao descaso por motivos que aqui não caberiam enumerar nesse momento. Mas a expectativa é que o Palacete seja mantido como um lugar de memória<sup>12</sup> e centro de cultura da cidade, considerando sua preservação, socialização e valorização como Patrimônio.

<sup>12</sup> De acordo com o historiador francês Pierre Nora (1993) “lugares de memória” são compreendidos a partir de uma tripla significação: material, onde a memória social se alicerça e pode ser assimilada pelos sentidos do corpo; simbólica, pois a memória coletiva se expressa e se demonstra; e funcional porque tem ou obtém a função de ancorar memórias coletivas. Dessa forma, são lugares dotados de uma “vontade de memória”, não sendo objetos espontâneos ou naturais, pois são, portanto, uma construção histórica baseada numa intenção, primeiramente.

## BREVES CONSIDERAÇÕES

A partir das informações apresentadas até aqui sobre a história do Palacete Bolonha, assim como o mesmo está hoje, podemos pensar a respeito de alguns aspectos importantes. Primeiramente, trata-se de um Patrimônio edificado de mais de cem anos desde a sua construção no início do século XX, refletindo assim uma trajetória que vivenciou diversas mudanças não só do próprio Palacete em questões estruturais (externas e internas), mas também de usos e funções diferenciadas. Além disso, não há como deixar de notar sua própria significância na paisagem da cidade, do bairro em que se destaca, e também como um fragmento de importância para a memória da cidade de Belém ao longo do tempo.

No passado o Palacete foi criado para servir de casa para o seu idealizador, Francisco Bolonha e sua esposa a quem o mesmo demonstrou o desejo de impressionar com cada detalhe e beleza do prédio eclético com “um ar romântico francês”, fazendo de fato uma construção icônica única que encanta quem passa em frente até hoje. Assim como outros palacetes em Belém, é claro que o mesmo não teria para sempre a função de residência, tendo então outras funções conforme suas ocupações ou não (em período de abandono). O Palacete Bolonha já serviu como local administrativo e agora é um Museu, dentro da categoria Museu-casa com a proposta de marcar sua trajetória e o nome do homem quem o projetou, sendo figura muito importante para a arquitetura na cidade.

O Palacete Bolonha está situado próximo de outros Palacetes também emblemáticos como o Palacete Montenegro e o Palacete Bibi Costa que se encontram na mesma via, a avenida governador José Malcher. Portanto, um patrimônio como o “Bolonha” reflete uma parte da história urbana de Belém, é um registro de uma época em que a cidade se expandia fortemente. Assim, é válido dizer que o prédio histórico não permanece estático, mas sim em constante transformação na paisagem cotidiana, dentro de uma nuance de “velho e novo” ou “antigo e moderno” que coexistem no mesmo espaço.

## REFERÊNCIAS

### Fontes Documentais

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Normativa- **Levantamento de dados históricos do Palacete Bolonha**, Belém, 2012.

**Revista Belém 350 anos.** Revista comemorativa, publicada em 1966. Vitória Régia Publicidade, Governo do Pará e Prefeitura de Belém. Disponível em [https://issuu.com/belemantiga/docs/revista\\_bel\\_m\\_350\\_anos](https://issuu.com/belemantiga/docs/revista_bel_m_350_anos). Acesso em 03 de dez. 2022.

**Bibliografia**

AFONSO, Micheli Martins; SERRES, Juliane Conceição Primon. Casa-Museu, Museu-casa, Casa histórica: um lugar de memórias. **Vox Musei Arte e Patrimônio**. Revista semestral, ano 1, nº 1, jan-jun., p. 37-47, 2016. ISSN 2357-7495. Disponível em <https://revistas.ufpi.br/index.php/voxmusei/article/view/6748/3939>. Acesso em 21 de out. 2022.

BASSALO, Célia Coelho. **Art Nouveau em Belém**. Orgs. Célia Coelho Bassalo, DF: Iphan/Programa Monumenta. 2008. 130p. (Roteiros do Patrimônio).

COSTA, Felipe Melo da. **A tecnologia estrutural do engenheiro Francisco Bolonha em Belém-PA**. **Dissertação** de mestrado – Universidade Federal do Pará, Instituto de Tecnologia, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Belém, 2016.

DERENJI, Jussara da Silveira. **Igrejas, palácios e palacetes de Belém**. Organizado por Jorge Derenji e Jussara da Silveira Derenji. Brasília, DF: Iphan/Programa Monumenta, 2009. 228 p. (Roteiros do Patrimônio, 6).

LOBATO, Célio Cláudio de Queiróz. **Palacete Bolonha - Uma promessa de amor** / Célio Cláudio de Queiroz Lobato, Euler Santos Arruda, Aurea Helyette Gomes Ramos. Belém: editora, 2005.

MIRANDA, Cybelle Salvador; MARQUES DE CARVALHO, Ronaldo N. F.; LEA, Larissa Silva. Interiores a branco e dourado: o enobrecimento e as alusões aos temas clássicos da mitologia greco-romana no Palacete Bolonha- Belém-PA. In **Colóquio Internacional Casa Senhorial: anatomia dos interiores**. Caderno de resumos [recurso eletrônico]. Org. Ana Pessoa e Mardjory Pereira – Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2018. Disponível em [http://antigo.casaruibarbosa.gov.br/arquivos/file/Seminarios/caderno\\_Resumos\\_V\\_Coloquio\\_Internacional\\_Casa\\_Senhorial.pdf](http://antigo.casaruibarbosa.gov.br/arquivos/file/Seminarios/caderno_Resumos_V_Coloquio_Internacional_Casa_Senhorial.pdf). Acesso em 25 de nov. 2022.

NORA, Pierre. Entre Memória e História – a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, (10) dez. 1993. Tradução: Yara Aun Khoury.

TRINDADE, Doriene M; PALÁCIOS, Flávia O. Ornamentos metálicos dos Palacetes da cidade de Belém (Brasil): história e tipologia. **1º Simpósio científico Icomos Brasil**, Belo Horizonte, de 10 a 13 de maio de 2017. Disponível em [https://www.even3.com.br/anais/eventosicomos/59830-ornamentos-metalicos-dos-palacetes-da-cidade-de-belem-\(brasil\)--historia-e-tipologia/](https://www.even3.com.br/anais/eventosicomos/59830-ornamentos-metalicos-dos-palacetes-da-cidade-de-belem-(brasil)--historia-e-tipologia/). Acesso em 22 de nov. 2022.

VILHENA, Evanildo. Palacete Bolonha. Monografia (Trabalho de conclusão de curso em Arquitetura), orientador: Euler Arruda. 1988. Arquivo do DPHAC, caixa 011.

## **“LOLONOIS (QUE NO HAZIA GRAN CASO DE LA MUERTE DE UNA DOZENA DE ESPAÑOLES)”<sup>1</sup>: PIRATARIA, VIOLÊNCIA E HIDRARQUIA NA REGIÃO CARIBENHA DO SÉCULO XVII**

**“LOLONOIS (QUE NO HAZIA GRAN CASO DE LA MUERTE DE UNA DOZENA DE ESPAÑOLES)”:  
PIRACY, VIOLENCE, AND HYDRARCHY IN THE CARIBBEAN REGION OF THE 16TH CENTURY**

Camila Acosta Queiroz<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo trabalha a hipótese de que a violência foi um dos elementos marcantes na oposição entre o Estado marítimo e hidrarquia, de acordo com Linebaugh e Rediker (2008), através de um estudo de caso. Para isso, lanço mão dos recursos conceituais propostos pelo antropólogo Fredrik Barth (1981) e conecto tais ideias com as propostas por Erica Charters, Marie Houlemare e Peter H. Wilson (2020). Utiliza-se como documentação histórica a tradução em espanhol da obra Piratas e Bucaneiros de la América (1681) de Alexander Oliver Exquemelin para compreender como o caso do capitão Lolonois se inseriu nas dinâmicas da Era de Ouro da Pirataria.

**Palavras-chave:** Pirataria. Violência. Hidrarquia.

**Abstract:** This paper works on the hypothesis that violence was one of the defining elements in the opposition between the maritime state and hydrarchy, according to Linebaugh and Rediker (2008), through a case study. To this end, I draw on the conceptual resources proposed by anthropologist Fredrik Barth (1981) and connect these ideas with those offered by Erica Charters, Marie Houlemare, and Peter H. Wilson (2020). I use as historical documentation the Spanish translation of the work Pirates and Buccaneers of America (1681) by Alexander Oliver Exquemelin to understand how the case of Captain Lolonois was inserted in the dynamics of the Golden Age of Piracy.

**Keywords:** Piracy. Violence. Hydrarchy.

---

<sup>1</sup> EXQUEMELIN, 1681, P. 127-128.

<sup>2</sup>Mestranda em História com financiamento concedido pela CAPES, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (PPGH/UFSM), E-mail: [camilaacosta1901@gmail.com](mailto:camilaacosta1901@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-2131-7981>. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2532496074321857>.

## Introdução

O processo de expansão marítima europeu que se iniciou no século XV, protagonizado por Portugal e Espanha, tornou o oceano Atlântico o principal palco das atividades comerciais a partir do século XVI (Soares, 2009). O eixo comercial que antes se centrava no Mediterrâneo agora dava lugar à Lisboa, Antuérpia, Sevilha e outros pontos portuários conectados ao Atlântico. Isso permitiu o contato com outros continentes e, conseqüentemente, uma expansão comercial europeia na qual “[...] armas, velas e império estavam fortemente unidos”<sup>3</sup> (CIPOLLA apud CLULOW; HANG, 2020, P. 143, tradução nossa).

David Armitage em *The British Atlantic World* (2009) discute acerca da chamada História Atlântica, cujas bases se localizam nos estudos em torno das conexões entre Europa, América e África características da idade moderna, com ênfase no império britânico mas que não se limita a ele (ARMITAGE; BRADICK, 2009). A ideia de uma história atlântica serve aqui como prisma para observar os fenômenos que criaram, conectaram e mobilizaram diferentes pessoas, mercadorias, costumes e, portanto, ideias através do atlântico e cujos impactos refletiram em diferentes esferas e escalas nas comunidades envolvidas (ARMITAGE; BRADICK, 2009). Por essa razão, Armitage propõe três conceitos de história Atlântica: história *circum*-atlântica, história *trans*-atlântica e história *cis*-atlântica. Neste trabalho, lançamos mão do primeiro deles.

Conforme o autor indica, a história *circum*-atlântica considera o atlântico enquanto uma zona de intercâmbio e circulação, seja de mercadorias, pessoas ou ideias sob uma ótica mais ampla (ARMITAGE, 2009). Ou seja, incorpora análises pontuais na medida em que elas se envolviam nesse processo de conexões em larga escala (ARMITAGE, 2009). Portanto, a ênfase da história *circum*-atlântica recai, também, sobre os sujeitos e comunidades cuja existência foi tanto determinada por meio das redes atlânticas quanto determinante para elas. Essa condição perpassa, necessariamente, pelos trabalhadores do mar. Esse processo só foi possível através da atuação de proletários anônimos em terra e mar, fossem piratas ou não. Na medida em que estes sujeitos circulavam pelas diferentes regiões do atlântico, circulavam com eles as notícias, culturas, hábitos e ideias que serão a principal característica da história *circum*-atlântica (ARMITAGE, 2009). Portanto, embora trate-se de um processo em larga escala, ele foi construído através da atuação cotidiana dos sujeitos. Afinal, “sem marinheiros, não há Marinha; sem Marinha, não há Império” (BRUNSMAN, 2019, P. 11).

As novas formas de lidar com o além-mar da idade moderna foram acompanhadas por novas formas de disputas por poder. Em um território cujas fronteiras não podiam ser demarcadas de

---

<sup>3</sup> No original: “[...] guns, sails, and empire were bound tightly together.” (CIPOLLA apud CLULOW; HANG, 2020, P. 143).

maneira estática e definida, as formas de se garantir domínio pelo mar perpassaram, sobretudo, por conhecimentos de rotas marítimas e de navegação.<sup>4</sup> Neste cenário fluido e tenso, impérios europeus garantiam sua expansão e manutenção de soberania em mar através da mobilização de corredores marítimos jurisdicionais (BENTON, 2010) e de agentes formais e informais do império (POLÓNIA, 2004). Trata-se de um jogo no qual se utilizaram tanto acordos diplomáticos internacionais quanto agentes cujo principal papel era atacar embarcações de oponentes. Os chamados corsários eram aqueles que saqueavam em alto mar resguardados pela autorização de uma coroa, manifestada através de uma Carta de corso (GARRIDO, 2016). Informações sobre rotas, portos e cargas eram, portanto, valiosas tanto para construir corredores de soberania (BENTON, 2010) quanto para atacá-los através da predação marítima.

Entretanto, além daqueles que predavam sob autorização oficial, havia também aqueles que não navegavam sob nenhuma bandeira, ou, como era comum, navegavam sob todas elas, os piratas. Lauren Benton utiliza a expressão “piratas como advogados” (BENTON, 2010, P. 112) pela habilidade com qual estes indivíduos manejaram seus conhecimentos sobre soberania e legislação de maneira a favorecer seus objetivos, chegando a carregar consigo bandeiras de diferentes impérios, hasteadas conforme seus interesses para com as embarcações que encontravam. A partir da terceira década do século XVII até a segunda década do século XVIII, quando as rotas marítimas que conectavam a península ibérica à América e África já estavam solidificadas, casos de ataques piratas se popularizaram pelo Atlântico e impactaram tanto os circuitos comerciais quanto as ideias das populações através de figuras como Henry Morgan, Bartholomew Roberts, John Rackman, William Kid e Edward Teach, vulgo Barba Negra. Hoje conhecemos esse período como Era de ouro da pirataria.

### **Impérios saqueiam e piratas avançam**

O termo Era de ouro da pirataria se refere a um período no qual piratas, bucaneiros e flibusteiros acentuaram sua atuação no Atlântico entre o século XVII e a primeira metade do século XVIII. Marcus Rediker e Peter Linebaugh (2008) desenvolveram os conceitos de Estado marítimo e hidrarquia no intuito de compreender as dinâmicas de circulação e transmissão de ideias no que eles intitulam como Atlântico Revolucionário. Os autores sustentam que um dos agentes chave para o

---

<sup>4</sup> Benton (2010, P. 106) ilustra esse jogo de informação e poder através do caso da primeira viagem de Colombo. Em seu retorno, o navegador indicou ter percorrido uma distância maior do que o fez de fato, isso fazia com que outros marinheiros não conseguissem empreender a mesma viagem e garantia que Colombo permanecesse como mestre da rota para as Índias. Este domínio também passa por tensão, por um lado, manter o conhecimento de uma nova rota em segredo poderia garantir certa exclusividade e domínio, por outro, o conhecimento público era necessário para o estabelecimento de acordos internacionais.



processo de domínio dos territórios que vão além da terra firme foi o chamado Estado marítimo, ou seja, o domínio imperial - oficial e institucional- em territórios marítimos. De acordo com Lauren Benton em *A Search for Sovereignty: Law and Geography in European Empires* (2010), os navios representavam fontes de ordem no oceano, uma espécie de ilha de direito e soberania, vetores da lei imperial empurrados para o alto mar. Benton indica que “[...] a autoridade legal dos capitães de navios era uma variedade de uma gama mais ampla de autoridades legais subordinadas e semiautônomas” (BENTON, 2010, P. 112. Tradução nossa)<sup>5</sup>. Essa configuração foi peça-chave para o estabelecimento de uma rígida ordem disciplinar no cenário marítimo.

Portanto, a criação e fortificação de Estados marítimos operou como recurso político para a construção de jurisdições que se estendessem à regiões além da terra, estendendo os domínios imperiais. Esse fator conectou as metrópoles e suas colônias na modernidade, com impactos diretos no controle colonial (BENTON, 2010).

Linebaugh e Rediker identificam que a partir da dura experiência enquanto trabalhadores das Marinhas Real e Mercante, o proletariado marítimo constituiu formas de organização diretamente opostas a elas, unindo sua experiência e conhecimentos sobre navegação, afinal, “a maioria dos piratas, tendo sofrido anteriormente maus-tratos dos seus oficiais, tomava cuidadosas providências para evitar esse mal” (LINEBAUGH; REDIKER. 2008, P. 175). Isto é, a partir da metade do século XVII observa-se o estabelecimento de um mundo paralelo<sup>6</sup> àquele do Estado marítimo, a chamada hidrarquia, cuja manifestação mais evidente foi a pirataria. Trata-se, portanto, de uma forma de organização ímpar, definida pelos autores como uma “hierarquia de baixo para cima” (LINEBAUGH; REDIKER, 2008, P. 174) . Essa configuração social pode ser observada em diferentes passagens na obra de Exquemelin:

Eles têm entre si tais ordens, que nas presas de navios defendem rigorosamente para não usurpar nada que se queira em seu particular, assim, distribuem tudo o que encontram igualmente; de tal modo sei que eles fazem um juramento solene de não esconder a menor riqueza [...] essas pessoas são muito educadas entre si, de modo que se a um deles falta algo

<sup>5</sup> No original: “[...] *the legal authority of ship captains was one variety of a wider array of subordinate and semiautonomous legal authorities*” (BENTON, 2010, P. 112).

<sup>6</sup> Aqueles que saqueavam em alto mar resguardados pela autorização de uma coroa eram chamados corsários. A autorização se dava no formato de uma Carta de corso (GARRIDO, 2016, P. 99-107). Entretanto, conforme comentado na nota n. 5, a diferenciação entre pirata e corsário é circunstancial e volátil Cabe destacar que a classificação de sujeitos dentro do termo pirataria requer cautela. Lauren Benton (2010, P. 112) indica que até mesmo os indivíduos que se encontravam na marginalidade e a uma distância territorial considerável ainda carregavam consigo algum vínculo com a autoridade legal, o que também era de interesse dos soberanos (BENTON, 2010, P. 110). Ou seja, antes de rejeitarem qualquer autoridade, aqueles que praticavam predação marítima na idade moderna manejaram seus negócios utilizando-se de determinadas legislações conforme lhes convinha. Por essa razão, a autora propõe a expressão “piratas como advogados” (BENTON, 2010, P.112)

do que o outro tem, com bravura faz o outro parceiro. (EXQUEMELIN, 1681, P. 71-72, tradução nossa)<sup>7</sup>

Eles já estão a bordo, juntando-se em forma de conselho, para decretar, onde devem ir primeiro para buscar ganhos? [...] O Navio sendo provido dessa sorte, voltam para juntar conselho, para deliberar, que parte cruzarão para buscar a fortuna arriscada? Eles têm um costume de fazer entre eles um contrato de Escritura, no qual especificam, quanto o Capitão deve ter por seu Navio [...] (EXQUEMELIN, 1681, P. 70-71, tradução nossa).<sup>8</sup>

Para aquele local levaram e descarregaram tudo o que haviam roubado [...] e distribuíram as presas entre todos eles na ordem a que cada um pertencia. [...] cada um também recebeu peças de seda, tela e outras coisas. [...] os feridos receberam primeiro a sua parte [...] e ficaram com o dinheiro; mas muitos, inúteis de alguns de seus membros. [...] cada um fez o juramento de não se encarregar do comum em coisa alguma, de que este foi devidamente cumprido; Eles passaram a distribuir o tocante daqueles que foram mortos entre eles na batalha, a de outra sorte, cujas porções foram dadas para a proteção de seus Amigos; para que em seu tempo o entregassem aos Parentes, que legitimamente lhes pertenciam como herdeiros (EXQUEMELIN, 1681, P. 121-122, tradução nossa).

Os trechos de Exquemelin revelam um microcosmo no qual há divisão igualitária de butim, votações para escolher o destino das próximas empreitadas e até uma espécie de previdência social ao buscarem as famílias dos marinheiros mortos em viagem para lhes ressarcirem financeiramente. Em síntese, na longa duração a ação do Estado marítimo deu origem à hidrarquia dos marinheiros, seu oposto complementar. As tripulações de piratas, aqueles que não serviam ao interesse de nenhuma coroa em particular<sup>9</sup>, operaram, portanto, como microcosmos cujo cotidiano foi permeado por contatos entre diversas culturas e etnias que estabeleceram formas próprias de comunicação, lazer e trabalho.

Para além de outras fontes, grande parte das configurações de hidrarquia podem ser observadas na literatura sobre pirataria característica do período. Esse tipo de documentação dificilmente se encaixa em uma categorização de gênero literário rígida, pois inclui tanto elementos de ficção quanto de realidade, mas que, sobretudo, apresentam as ideias sobre pirataria que circulavam através do Atlântico nesse período.<sup>10</sup>

<sup>7</sup> No original: “*Tienen entre si tales órdenes, que en las presas de navios defienden con rigor el no usurpar nada que sesea en su particular, asi, reparten todo loque hallan igualmente; de tal suerte se, que hazen juramento solémne de no escondér la menor halaja [...] Esttas gentes son muy civiles entre ellos mesmos, desuerte, que si à alguno le falta algo de loque ótro tiene, con galanteria le haze participante al otro*” (EXQUEMELIN, 1681, P. 71-72)

<sup>8</sup> No original: “*Estàndo yâ estos á bordo, juntando-se em forma de consejo, para decretar, donde han de ir priméro à buscar virtualar? [...] Estando el Navío proveído de esta suerte, buelvan à juntar consejo, para deliberar, hazia que parte cruzarán para buscar la arriesgada fortuna? Tienen por costumbre de hazer entre ellos una Escritura de contrácto, en la qual especifican, quanto deve tener el Capitan por su Navio [...]*” (EXQUEMELIN. 1681. P. 70-71.)

<sup>9</sup> Aqueles que saqueavam em alto mar resguardados pela autorização de uma coroa eram chamados corsários. A autorização se dava no formato de uma Carta de corso (GARRIDO, 2016, P. 99-107). Entretanto, conforme comentado na nota n. 5, a diferenciação entre pirata e corsário é circunstancial e volátil.

<sup>10</sup> Para mais sobre literatura na – e sobre a – Era de ouro da pirataria, ver: GANSER, A. **Crisis and legitimacy in atlantic american narratives of piracy: 1678-1865**. Vienna, Austria: Palgrave Macmillan, 2020.

A documentação abordada neste artigo se encaixa nesse conjunto de obras: Trata-se da obra *Piratas de la America: y luz à la defensa de las costas de Indias Occidentales* (EXQUEMELIN, 1681) de Alexander Oliver Exquemelin. O autor atuou como cirurgião nas tripulações dos capitães piratas Francisco Lolonois e Juan Morgan por cerca de três ou quatro anos, e dedica a obra a contar suas vivências neste período. Em Amsterdã, o autor publicou a primeira versão impressa de sua obra, *De Americænsche Zee-Roovers* (EXQUEMELIN, 1678), em holandês e em parceria com o editor Jan ten Hoorn (OULLET, 2004). Neste trabalho utilizo a versão espanhola da obra, editada por Alonso de Buena Mansion. Em meio à descrições sobre a flora e a fauna da América, Exquemelin reserva três capítulos<sup>11</sup> para narrar a história de Francisco Lolonois, um capitão pirata famoso por sua crueldade e violência. frente aos seus inimigos espanhóis (MAXWELL, 1999). Exquemelin aponta que Lolonois tem origens no oeste da França, em Sables de Olone, o que Maxwell (1999, P. 74) julga justificar seu apelido “O homem de l’Ollone”. De acordo com Exquemelin, Lolonois chegou às ilhas caribenhas e foi escravizado “segundo os costumes da França [...]”<sup>12</sup> (EXQUEMELIN, 1681, P. 95, tradução nossa).

Com o término de seu período de escravidão, Lolonois rumou à Hespanhola<sup>13</sup>, onde se uniu a um grupo ao qual o autor se refere como “cazadores” (EXQUEMELIN, 1681, P. 95). Tendo em vista que nesta região predominavam os grupos de bucaneiros, caçadores de bovídeos da América Central (PÉREZ, 2007), o termo utilizado pelo autor sugere que o contato ocorreu entre estes grupos. Lolonois iniciou então sua vida na pirataria. Devido ao bom desempenho como marujo nas duas ou três primeiras viagens que fez, o governador de Tortuga, monsieur de la place, lhe deu um navio e o intitulou Capitão “para que fosse buscar sua fortuna” (EXQUEMELIN, 1681, P. 95, tradução nossa)<sup>14</sup>.

Considerando que o capitão se inseria na dinâmica de disputas entre o Estado marítimo espanhol e a hidrarquia dos piratas, de acordo com a proposta da história *circum-atlântica*, sustento a

---

<sup>11</sup> São eles: Capítulo 1: *Origen de Francisco Lolonois, y Pincípio de sus insultos*; Capítulo 2: *Lolonois arma una Flota para echar gente en tierra en las Islas Españolas de la America, con inténto de saquearlas, abrasarlas, y despojarlas de todo bien* e Capítulo 3: *De una nueva armazon que hizo Lolonois para ir à tomar la Ciudad de S. Tiago de Leon: como tambien à Nicaragua, donde murió miserabilissimamente*.

<sup>12</sup> No original: “según las costumbres de Francia [...]” (EXQUEMELIN, 1681, P. 95).

<sup>13</sup> Hespanhola é uma ilha localizada nas Antilhas, no mar das Caraíbas. Hoje é conhecida como Santo Domingo. No século XVII, um terço de seu território era colônia francesa ao tempo que o território restante era dominado pelo império espanhol. Por sua localização estratégica vinculada ao comércio Atlântico, Hespanhola, bem como as pequenas ilhas a ela vizinhas, como Tortuga, se tornaram um reduto estratégico para a predação marítima.

<sup>14</sup> No original: “para que fuesse buscar à su fortuna” (EXQUEMELIN, 1681, P. 95).

hipótese de que é possível compreender como essas dinâmicas em grande escala se manifestaram na trajetória do capitão e como este alimentou este processo enquanto agente da hidrarquia.

### **O que move um pirata? Um prisma analítico**

Ao analisar as relações entre o império Tokugawa e a Companhia Holandesa das Índias Orientais, os historiadores Adam Clulow e Xing Hang (2020) ressaltam como o cenário de expansão territorial europeia foi embebido pela violência marítima enquanto estratégia de conquista. Quando colocada em paralelo com as propostas de Linebaugh e Rediker, essa ideia demonstra não apenas que a ação do Estado Marítimo se baseava em procedimentos violentos, mas que toda a esfera de interação marítima também era tocada pela violência em certa medida. O caso de Lolonois não se faz exceção.

Compreendendo a trajetória do capitão dentro do contexto político, econômico e social do século XVII, cabe dialogar com as propostas das historiadoras Erica Charters e Marie Houllémare e do historiador Peter H. Wilson (2020) sobre as noções e nuances do conceito de violência na introdução da obra *A Global History of Early Modern Violence*. Os autores compreendem violência como um ato social que emite uma mensagem comunitária tanto àquele que a infringe quanto àquele a quem é infringida. Trata-se de um gesto doloroso direcionado contra a integridade física, dignidade ou crenças culturais de alguém. Ou seja, nessa perspectiva, a violência deve ser entendida como uma transgressão socialmente definida através de uma cultura. Nessa lógica, um ato é considerado violento ou não conforme as convenções estabelecidas por uma determinada cultura.

O historiador Daniel Inclán, em seu artigo *La lógica de la violencia y la cultura de la crueldad: Las mutaciones sociales en tiempos de crisis civilizatoria* (2018) destaca que violência é um processo através do qual o uso de uma combinação de forças -físicas, simbólicas, ou cognitivas- resulta em uma diferença nos corpos, objetos, percepções, imaginários e afetos onde antes ela não existia (INCLÁN, 2019). Portanto, conforme o autor, “na violência não se busca a igualdade, mas a distinção” (INCLÁN, 2019, P. 181, tradução nossa).<sup>15</sup> Ela viola a norma de estabilidade vigente, trata-se menos do uso da força do que do processo que transgride as formas de existência estabelecidas e repercute em uma escala determinada.

Em diálogo com os autores supracitados, Inclán (2019) observa que todos os processos violentos dispõem de razões e dinâmicas de compreensão que justificam sua existência enquanto tal. Ainda que frágeis, limitadas ou contraditórias, as justificativas são válidas para um grupo ou parcela de grupo, isto é, fazem sentido para uma comunidade e cultura específicas. Nessa perspectiva, a

---

<sup>15</sup> No original: “En la violencia no se persigue la igualdad, sino la distinción” (ICLÁN, 2019, P. 181).

violência pode ser considerada como um conjunto de ações sucessivas organizadas em uma lógica instrumental que opera dentro de estruturas de sentido determinadas.

De acordo com Charters, Houlemare e H. Wilson (2020), a análise tanto de um episódio quanto de um processo violento evidencia categorias de entendimento que variam entre aquele que perpetra o ato, a vítima e o observador. Em consonância, Inclán (2019) enfatiza que uma vez produtora de diferenças, a violência produz dinâmicas de identidade e alteridade e constrói sentidos de integração ou exclusão. Um processo violento está sempre atrelado à tentativa de imposição de um tipo de organização, com impactos em corpos, percepções, objetos e ideias. Isso envolve os sujeitos que estão inseridos nessa lógica, sejam eles os que a executam ou suas vítimas. Dessa maneira, é possível localizar os limites da validade e legitimidade do ato violento conforme o grupo onde ele se manifesta. Nessa lógica, há formas de violência consideradas mais honrosas e legítimas que outras, além de serem embebidas por elementos justificadores em maior ou menor grau (CHARTERS; HOULLEMARE; WILSON, 2020). No caso de Lolonois a violência se insere dentro do sistema de significações do grupo, operando ora como incentivo ora como limitador das ações dos sujeitos.

Quando observamos o caso do capitão através dessa perspectiva, percebemos que a violência se manifesta de diferentes formas, impulsionada por diferentes agentes que se movimentam dentro do cenário conforme os papéis de vítima, perpetrador e observador. Na narrativa de Exquemelin percebe-se que essas categorias não operam de maneira fixa, de modo que podem ser observados diferentes direcionamentos de violência, aqui agrupados da seguinte maneira: violência de piratas contra espanhóis; violência de espanhóis contra piratas; violência de terceiros contra piratas; violência de piratas contra terceiros; violência de piratas contra presas; violência mútua/combate entre espanhóis e piratas; laços de confiança/afetividade/respeito mútuo entre piratas.

Para a análise, proponho relacionar esses agrupamentos com as ideias de Fredrik Barth (1981), considerando as ordens de perpetrador, vítima e observador como status. Em *Process and form in social life. Selectes essays of Fredrik Barth* (1981) o próprio antropólogo analisa as dinâmicas de um grupo de pescadores de arenque ao norte da Noruega cujo esforço para o sucesso da pescaria envolve relações complexas. O êxito na empreitada, conforme Barth (1981), é resultado da cooperação da tripulação, de sua confiança nas habilidades do capitão e, ainda, dos resultados do montante pescado pelos demais barcos.

Para a análise, Barth propõe considerar os sujeitos como compostos de status, ou seja, características sociais que os fazem movimentar-se ou não em determinada situação (BARTH, 1981). Em outras palavras, os status são uma coleção de estímulos e constrangimentos - incentivos e limitações - que mobilizam os sujeitos em suas interações, ou como o autor propõe, suas transações.

O conceito de transação diz respeito à ideia de uma sequência de interações entre sujeitos que são orientadas a partir de relações de reciprocidade (BARTH, 1981, P. 38), isto é, um status se relaciona com outro correspondente. Conforme os sujeitos experienciam as transações, portanto, seus status são postos em evidência - com um ou mais deles atuando simultaneamente (COMISSOLI, 2009).

Desse modo, as elaborações de Barth, o conceito de hidrarquia e as categorias de entendimento de casos violentos demonstram o funcionamento da ordem cultural do grupo pirata. Semelhante ao exemplo discutido por Barth, o caso de Lolonois envolve status e transações que operam dentro de um sistema de significações. As ações violentas do Capitão frente a seus inimigos - que operam dentro da lógica da hidrarquia- são canalizadas através de constrangimentos e incentivos, gerando transações com impactos e significados particulares. Nessa lógica, é possível compreender esse caso a partir de três elementos-chave: os status ativados quando das interações, os constrangimentos e incentivos que movimentam esses status e os significados e impactos dessa mobilização. Aqui desenvolvo esta análise a partir de dois episódios.

No primeiro capítulo, Lolonois conseguiu escapar de um ataque espanhol que sofreu na cidade de Campeche, na atual Venezuela. Escondeu-se em meio a pessoas mortas e usando areia e sangue como camuflagem deitou-se no chão, despercebido por seus inimigos espanhóis. A estratégia funcionou de tal maneira que correu o boato na região de que o cruel pirata Lolonois estaria morto. Exquemelin escreve:

Os espanhóis tinham entretanto alguns dos seus camaradas na prisão, perguntavam-se: onde está Teu Capitão / ao que responderam, estava morto; com cujas Notícias os espanhóis fizeram muitas celebrações entre si, acendendo luzes; e não sabendo o contrário, deram graças a Deus, por tê-los livrado de um tão maldito pirata (EXQUEMELIN, 1681, P. 97, tradução nossa).<sup>16</sup>

Esse trecho evidencia o que Kenneth Maxwell já indicava. O autor se refere a Lolonois como o ““Mangual dos Espanhóis”, um psicopata cujas torturas e assassinatos de prisioneiros – que praticava com diversão - eram temidos por todo o Caribe” (MAXWELL, 1999, P. 74). Sabendo da ameaça que o pirata representava tanto aos espanhóis quanto aos demais moradores da região, sua suposta morte causa alívio àqueles que poderiam ser suas próximas vítimas. Credo que estavam livres das crueldades do capitão, pescadores da ilha de Cuba foram surpreendidos quando se depararam com o próprio Lolonois diante deles. No trecho, os moradores da ilha recorrem ao governador de Havana

---

<sup>16</sup> No original: *“Los Españoles tenían entre tanto algunos de sus camaradas en prission, preguntaron: donde esta Vuestro Capitan/ à loque respondieron, era muerto; con cuya Nueva los Españoles hizieron muchos festejos entre si, encendiendo luminarias; y no constandoles lo contrario, dieron gracias à Dios, por haverlos librado de un tan maldito Pirata.”* (EXQUEMELIN, 1681, P. 97).

após serem atacados pelo pirata. A categoria de violência contra terceiros é evidenciada quando Exquemelin escreve:

Lolonois pode bem acreditar que pegou lá (Villa de los Cayos), mas por causa de alguns pescadores que o viram e com a ajuda de Deus escaparam de suas mãos tirânicas, foram por terra a Havana e lamentaram o governador, dizendo: que o Pirata Lolonois havia chegado com duas canoas, para arruiná-los (EXQUEMELIN, 1681, P. 98, tradução nossa).<sup>17</sup>

Neste caso os moradores atuam como vítimas, o pirata como perpetrador e o governador como observador. A violência é identificada através do temor dos moradores locais frente a ameaça que o pirata representa, ilustrando que um ato violento não se limita à lesão física, conforme já indicaram Charters, Houllemare e H. Wilson (2020). A documentação não descreve violência física, apenas menciona que Lolonois foi visto pelos pescadores. Entretanto, a simples informação de que o capitão não estava morto foi o suficiente para conferir aos pescadores o status de vítima.

A partir do momento em que os pescadores divulgam a mensagem de que Lolonois estava vivo, o governador é inserido na dinâmica como aquele que testemunha o ato, mesmo que através de relatos de terceiros, trata-se da mensagem coletiva emitida nos atos de violência mencionada por Charters, Houllemare e H. Wilson (2020). Nesse caso, a mobilização dos agentes dentro de seus status converge na mensagem coletiva de que o capitão Lolonois está atacando novamente, representando uma ameaça coletiva, de modo que todos estão novamente vulneráveis às suas investidas.

O episódio prossegue: embora cético em um primeiro momento, o governador de Havana atende aos pedidos dos pescadores e decide enviar uma tropa para confirmar se Lolonois estava vivo ou morto. A conduta violenta do pirata já era conhecida, conforme demonstrado no primeiro trecho da documentação. Sabendo da ameaça que o capitão representava, o governador faz questão de que a tropa parta para a missão bastante preparada, conferindo-lhes uma munição considerável. A violência de espanhóis contra piratas é evidenciada quando Exquemelin escreve que

No entanto, a pedido e clamação dos impetrantes (o governador de Havana enviou) um navio com dez peças de artilharia e noventa pessoas bem armadas, com ordem expressa de não voltar sem ter aniquilado ditos Piratas; para tal efeito foi dado a eles um negro, para servir como verdugo, para fazer o que quer que eles quisessem das coisas ditas, exceto o capitão Lolonois, que levariam vivo para Havana (EXQUEMELIN, 1681, P. 96, tradução nossa).<sup>18</sup>

<sup>17</sup> No original: “*Bien creya Lolonois coger alli (Villa de los Cayos) mas por cicha de algunos Pescadores que le vieron, y con ayuda de Dios se escapron de sus tyranicas manos, fueran por tierra à la Havana, y se lamentaron al Governador, diziendo: que el Pirata Lolonois havia llegado con dos canoas, para arruynarlos*” (EXQUEMELIN, 1681, P. 98).

<sup>18</sup> No original: “*No obstante, por las instancias, y ruegos de los impetrantes (o governador de Havana) embió un Navio con diez piezas de artilleria, y Noventa personas bien armadas, con orden expressa, de no bolver sin haver anichilado à dichos Piratas; para cuyo effecto les dió un Negro, que sirviesse de Verdugo, que haorcasse quantos cogieran de dichos cossarios, excepto al Capitan Lolonois, que llevarian vivo à la Havana.*” (EXQUEMELIN, 1681, P. 96).

O grande contingente de recursos bélicos encaminhados pelo governador, bem como sua ordem de aniquilamento deixam seu status de perpetrador bastante evidente. Somado a ele, aqueles que faziam parte das tropas também exercem o papel de perpetradores em razão da tarefa delegada. Por esse viés, Lolonois e sua tripulação acabam por desempenhar o status de vítima. Semelhante ao anterior, esse episódio não retrata a consumação de um ato de violência física: a ação do perpetrador ocorre através de um plano para capturar o pirata e aniquilar sua tripulação.

Quando o governador mobiliza homens e armas para capturar o capitão e aniquilar sua tripulação, é importante dar atenção ao fato de que ele não tem o objetivo de matar Lolonois. O governador de Havana, em verdade, é mobilizado enquanto perpetrador pelo objetivo de colocar Lolonois em uma situação de vulnerabilidade e romper com o padrão de antecedentes que originou a fama do pirata: Lolonois agindo enquanto perpetrador e os demais atores sociais como vítimas. Além disso, é possível perceber que o governador também pretende exibir o capitão rendido, neutralizado e, por fim, preso. A partir da exibição de Lolonois enquanto vítima, o perpetrador deseja afirmar sua competência enquanto autoridade em uma performance da violência.

Nesse caso, é necessário que o público assista seus impactos e contribua para essa reafirmação da qualificação do governador. Isso demonstra o que Maxwell (1999) já apontava: a narrativa de Exquemelin demonstra como a fama de Lolonois enquanto uma ameaça aos espanhóis provocava uma oposição firme e marcante. Aqui ela é manifestada através da ordem do governador e da mobilização significativa de recursos bélicos. Em outras palavras, o governador não deseja simplesmente a morte e o fim do capitão. Seu objetivo é “virar o jogo”, rendendo o perigoso pirata Lolonois e provando sua competência enquanto autoridade.

Retornando à narrativa de Exquemelin, ainda que o governador tenha mobilizado artilharia e homens para o encontro com o pirata, Lolonois, adiantado, já havia reunido uma tripulação e partiu para a investida contra os espanhóis que o procuravam. Bem sucedidos, os piratas renderam seus inimigos e os colocaram na parte interna do navio, pondo em evidência a categoria de violência de piratas contra espanhóis. O autor escreve:

Lolonois ordenou que subissem um por um e assim ia cortando a cabeça, tendo assim morrido uma parte, saiu o negro (graduado de verdugo pelo governador de Havana) gritando e implorando: que não o matassem, que ele era o capitão daquele navio, e que diria francamente a Lolonois o quanto gostasse: fez com que confessasse o quanto queria, mas por isso não deixou de continuar a matá-lo, com o resto, na reserva daquele, que serviu de mensageiro ao Governador por parte de Lolonois, que escreveu os seguintes motivos: “Não darei jamais algum quartel à Espanhol: Tenho



firme esperança de executar em sua pessoa o mesmo que naqueles que aqui enviou com o Navio [...]” (EXQUEMELIN, 1681, P. 99-100, tradução nossa).<sup>19</sup>

O verdugo estava disposto a colaborar com informações e assim o fez, além disso, a tripulação espanhola já estava rendida. Entretanto, isso não foi razão suficiente para Lolonois cessar seus atos violentos. Pelo contrário, fez questão de cortar-lhes as cabeças um a um e enviar um recado ao governador de Havana. De acordo com Charters, Houllémare e H. Wilson (2020), um ato violento não ocorre de forma aleatória, pelo contrário, é embestado de sentidos, elementos motivadores e, por vezes, táticas. Daniel Inclán (2019) vai ao encontro dessa afirmativa quando afirma que não existe violência irracional. Quando observado sob essa perspectiva, o trecho acima demonstra que Lolonois não agia apenas violentamente, mas estrategicamente: uma vez os espanhóis rendidos, o controle da situação passava as mãos dos piratas, o que garantia ao capitão a liberdade para dar aos espanhóis o destino que desejasse.

Além disso, o fato de não fazer acordos com representantes da coroa espanhola - ou apenas não cumpri-los - garante ao capitão uma imagem de prestígio frente à sua tripulação a partir de uma lógica de inegociabilidade com o inimigo. Embora o verdugo - vítima - tivesse lhe dado informações possivelmente valiosas em troca de sua própria vida, Lolonois - perpetrador - não cumpre o acordo, matando-o tal como fez com os demais.

Conforme já comentado, Fredrik Barth frisa a volatilidade dos status e a possibilidade do mesmo ator social desempenhar mais de um deles conforme se movimenta socialmente (COMISSOLI, 2009). Nesse caso, a tripulação pirata não desempenha apenas o papel de perpetrador ao lado de seu capitão, mas também de observador do ato. Desse modo, aos seus companheiros Lolonois demonstra que não é do seu feitio formar qualquer tipo de aliança ou vínculo com aqueles que servem à coroa espanhola. Isso acaba por certificar aos seus pares sua fidelidade com a pirataria, o que garante a manutenção da relação de hidrarquia, confiança e prestígio com a própria tripulação.

Por fim, o marinheiro cuja vida é poupada é peça chave para compreender o alcance da mensagem emitida. O capitão deixa sua ideia bastante clara: “Tenho firme esperança de executar em sua pessoa o mesmo que naqueles que aqui enviou com o Navio.” (EXQUEMELIN, 1681, P. 99-100, tradução nossa). Dentro da ideia de Barth, o marinheiro encarregado de enviar a mensagem ao

---

<sup>19</sup> No original: “Lolonois los mandó venir uno à uno arriba, y los iba assi haziendo cortar la cabeça: haviendo de este modo muerto una parte, Salió el Negro (graduado de Verdugo por el Governador de Havana) gritando, y rogando: que no le matasen, que el era el Capitan de aquel navio, y que le diria francamente à Lolonois quanto gustase: hizole confessar quanto quiso, mas por esso no dexo de continuar a matarle, con el resto, à la reserva de uno, que sirvió de correo al Governador de la parte de Lolonois, À queien escribió las siguientes razones: No dará Jamas Algun quartel à Español: tengo firme esperança de executar en vuestra persona lo mismo en losque aqui embiasteis con el Navio[...]” (EXQUEMELIN, 1681, P. 99-100).

governador não desempenha apenas o status de vítima, mas também de observador responsável por divulgar a mensagem coletiva daquele ato. Poupar a vida do sujeito para que ele divulgue sua palavra torna evidente que Lolonois deseja expandir o alcance da mensagem emitida naquele episódio. Utilizando os status envolvidos no ato violento de forma estratégica e intencional (CHARTERS; HOULLEMARE; WILSON, 2020), o capitão contribui para a manutenção de sua fama enquanto pirata violento através de ameaças.

Além do marinheiro mensageiro, Exquemelin também acaba por exercer este papel, afinal, *Piratas de la America* foi editado e publicado mais três vezes após a primeira versão holandesa. O manuscrito original em holandês ou francês que data de cerca de 1672 deu origem a primeira publicação impressa de 1678, publicada em Amsterdã e que ganhou uma reedição em alemão no ano seguinte. Em 1684, foram publicadas simultaneamente em Londres duas traduções inglesas. A primeira edição em francês foi publicada em Paris por Jacques Lefebvre em 1686 e ganhou mais uma edição em 1699 (CAMUS, 1990).

Antoine Baehler nos indica que na edição espanhola há detalhes que faltam à primeira edição holandesa, títulos diferentes e algumas passagens alteradas (CAMUS, 1990). Na realidade, o objetivo de Mansion, o editor era tornar a leitura menos ofensiva ao público espanhol, o editor se encarregou de amenizar as passagens que relatam episódios de violência, alterar títulos e se referir aos crimes que os piratas cometiam contra espanhóis como “pirataria e roubos cometidos contra a nação espanhola” (CAMUS, 1990, P. 82). A fama de Lolonois correu para muito além da América através das conexões atlânticas na medida em que a obra de Exquemelin operou como seu vetor em uma escala muito maior do que aquela narrada nos episódios.

Outro episódio também é útil para compreender o papel da violência do caso de Lolonois. No segundo capítulo, Exquemelin relata o episódio no qual os piratas atacam a cidade de Maracaibo, na atual Venezuela. Nesse episódio, Exquemelin narra como Lolonois fez espanhóis de prisioneiros a fim de obter informações sobre a localização de possíveis vigias.

O trecho a seguir soma a categoria violência de piratas contra presas à violência de piratas contra espanhóis. Isso ocorre pois os sujeitos que se mobilizam dentro do status de vítima o fazem tanto através do papel de espanhol quanto de presa, uma vez que eram reféns do capitão. A documentação aponta que os piratas

[...] colocaram alguns daqueles Prisioneiros em tormento, para que eles descobrissem o resto dos bens que haviam transportado; mas eles não queriam confessar nada. Lolonois (que não fazia grande caso da morte de uma dezena de espanhóis) pegou seu Alfange e cortou um em muitos pedaços, na presença de todos os outros, dizendo: “se não quereis confessar e mostrar onde eles estão cobertos, e

escondidos todos os bens, farei o mesmo com o resto!” (EXQUEMELIN, 1681, P. 111-112, tradução nossa).<sup>20</sup>

Outro episódio semelhante também é útil para ilustrar a análise. No terceiro capítulo, Exquemelin narra a cena onde Lolonois e sua tripulação estão cercados por espanhóis na Vila de São Pedro, localizada na atual Guatemala. Alguns dos espanhóis foram capturados, feitos reféns e obrigados a apontar saídas onde não houvesse vigia espanhola. A documentação indica que Lolonois

Depois de ter examinado a todos, e vendo que não lhe mostravam outro caminho, ficou tão furioso que pegou um dos espanhóis, e com sua Alfange abriu toda a frente, arrancando seu coração com suas mãos sacrílegas, mordendo ele com os próprios dentes e dizendo aos outros: eu farei o mesmo com vocês se vocês não descobrirem outro caminho para mim! (EXQUEMELIN, 1681, P. 127-128, tradução nossa)<sup>21</sup>

A intensa violência em ambas passagens reitera o que Maxwell já apontava no posicionamento de Lolonois frente aos espanhóis. Quando Lolonois age como perpetrador tanto frente ao Espanhol cortado em pedaços quanto àquele cujo coração foi devorado, é possível entender que suas ações dentro do status desempenhado são mobilizadas pela mensagem emitida em ambos casos. Novamente, tem-se mais de um status manifestando-se ao mesmo tempo: além de vítimas, os prisioneiros espanhóis desempenham o status de observadores. A eles são emitidas duas mensagens. A primeira e mais óbvia é a de que terão o mesmo destino de seus companheiros caso não cumpram o exigido. Em segundo lugar, quando Exquemelin escreve que Lolonois “[...] não fazia grande caso da morte de uma dúzia de espanhóis[.]” (EXQUEMELIN, 1681, pp. 127-128, tradução nossa)<sup>22</sup> os assassinatos violentos operam como garantia de que as ameaças do capitão são facilmente concretizáveis e serão cumpridas. Para além dos reféns, os demais piratas também desempenham o status de observadores e recebem a mensagem sobre as diretrizes da conduta do capitão. Semelhante à mensagem emitida durante o assassinato do verdugo comentado anteriormente, à tripulação é reiterado o posicionamento do seu capitão. Na medida em que Lolonois demonstra que não oferece

---

<sup>20</sup> No original: “*Pusieron algunos de esos Prissioneros en tormento, paraque descubriessen el resto de bienes que havian transportado; mas no quisieron confessar cosa alguna. Lolonois (que no hazia gran caso de la muerte de una dozena de Españoles) tomó su Alfange, y cortó en muchas piezas à uno, en presencia de todos los otros, diciendo: sino quéreis confessar, y monstar donde estan Cubiertos, y escondidos todos los bienes, haré lo mismo con el resto!*” (EXQUEMELIN, 1681, P. 111-112).

<sup>21</sup> No original: “*Despues de haver examinado los à todos, y viendo no le monstravan otro camino, se encholorizó de tal modo, que tomó uno de los Españoles, y con su Alfange le abrió toda la parte anterior, arrancandole el corazón con sus sacrílegas manos, mordieéndole con sus propios dientes y diciendo à los otros: yô os hare lo mismo si no me descubris otro camino!*” (EXQUEMELIN, 1681, P. 127-128).

<sup>22</sup> No original: “[...] *no hazia gran caso de la muerte de una dozena de Españoles [...]*” (EXQUEMELIN, 1681, P. 127-128).

piedade aos espanhóis e age violentamente mesmo que seus inimigos já estão sobre seus domínios, ele inflama o sentimento de confiança que mantém a coesão do grupo.

Esses significados operam como mobilizadores da conduta do pirata na medida em que contribuem para a manutenção dos laços da hidrarquia daquele grupo. Uma vez que Lolonois mantém um padrão de comportamento violento para com seus inimigos e incentivador para com seus pares, a tripulação tem a oportunidade de projetar que não será traída ou surpreendida pelo seu líder nas futuras investidas do grupo. O produto dessa série de mobilizações é, novamente, a manutenção dos laços de confiança, sociabilidade e hidrarquia entre o capitão e seus comandados.

Exquemelin prossegue a narrativa: os piratas partiram em direção ao pequeno vilarejo de Gibraltar, ao leste do lago Maracaibo, na atual Venezuela, com intenção de ir rumo à Mérida em seguida, no atual México. Sabendo da investida dos piratas, os moradores de Gibraltar alertaram o governador de Mérida sobre o perigo. A autoridade então enviou homens armados à Gibraltar e afirmou “que não dê a eles nenhum cuidado, que ele esperava exterminar tais piratas rapidamente” (EXQUEMELIN, 1681, P. 113, tradução nossa).<sup>23</sup>

A semelhança entre os discursos dos governadores (o de Mérida, nesse caso e o de Havana no caso anterior) pode ser somada ao seguinte trecho que trata do embate entre espanhóis e piratas:

[Os piratas] Utilizando tais crueldades com os espanhóis que fizeram a sua opinião espalhar-se por todas as índias; por isso, quando os espanhóis o encontravam no mar, lutavam até morrerem, certos de que ao se render ele não os concederia um quartel, pequeno nem grande (EXQUEMELIN, 1681, P. 96, tradução nossa).<sup>24</sup>

As três situações ilustram uma das principais características da hidrarquia: sua oposição direta ao Estado marítimo (LINEBAUGH; REDIKER. 2008). Por representarem uma forma de organização antagônica a das coroas europeias, a ordem social dos piratas acabava por constituir uma ameaça ao funcionamento do Estado Marítimo, através de saques, ataques e assassinatos. De acordo com Linebaugh e Rediker (2008), é em virtude da ameaça que a hidrarquia representava que a violência em larga escala passou a ser adotada como medida oficial de combate à pirataria. Sob essa perspectiva, o empenho em suprimir as ações de Lolonois e sua tripulação também se insere na série de providências do combate à pirataria do século XVII.

A narrativa segue: ao chegar em seu primeiro destino, Exquemelin menciona que os piratas “[...] descobriram a Bandeira Real erguida e sabiam que os de Gibraltar tinham ânimo para lutar”

---

<sup>23</sup> No original: “que no les diesse Cuidado alguno, que el tenia esperanza de exterminar bien presto tales piratas” (EXQUEMELIN, 1681, P. 113).

<sup>24</sup> No original: [Os piratas] “Usando de tales crueldades, con los Españoles, que ellas hízieron correr su opinion por todas las índias; por cuya razon quando los Españoles le hallavan en la mar, peleavan hasta morir, estando ciertos que rendiendose no les concederia quartel, pequeño ni grande” (EXQUEMELIN, 1681, P. 96).

(EXQUEMELIN, 1681, P. 113, tradução nossa).<sup>25</sup> A violência de terceiros contra piratas é pouco mencionada ao longo do documento, corresponde a 2 de um total de 48 passagens sobre a violência, demonstrando que não era um caso frequente. Entretanto, o curto trecho revela que as investidas dos piratas também contavam com dificuldades. Nesse caso específico, fica evidente que os moradores de Gibraltar eram possíveis - se não de fato - perpetradores, o que coloca os piratas em uma situação de vulnerabilidade como potenciais vítimas. A mensagem transmitida a eles, portanto, é a necessidade de maior empenho na investida, estratégia e coesão de grupo para enfrentar a situação, elementos marcantes do trecho a seguir.

Diante da ameaça dos moradores de Gibraltar e dos espanhóis enviados para conter os piratas, Lolonois convoca uma reunião com sua tripulação, evidenciando a coerção interna do grupo. Exquemelin menciona que

[...] vendo isso, Lolonois juntou conselho para deliberar o que ele faria em tal caso, propondo aos seus Oficiais, e Marinheiros que a mordida que eles tinham que morder era muito ruim e dura; porque os Espanhóis tiveram tanto tempo para se colocar na defesa, e recolheram muita gente, com outros apetrechos de guerra [...] mas disse-lhes, porém, (encorajando-os) “tenham coragem: a nós importa nos defender como bravos soldados, ou perder nossas vidas, com todas as nossas ricas presas: faça como eu faço, que sou seu capitão: outras vezes lutamos com menos pessoas do que agora, e vencemos um número maior do que aqui pode ser. Quanto mais forem, mais glória atribuiremos à nossa fortuna, e maior riqueza aumentaremos ao nosso poder (...)” Dito isso, cada um prometeu segui-lo e obedecê-lo em tudo; o que Lolonois disse: “está bem: mas saibam que o primeiro que mostrar medo, ou escrúpulos, lhe darei um pistoletazo” (EXQUEMELIN, 1681, P. 113-114, tradução nossa).<sup>26</sup>

Quando Lolonois convoca um conselho para deliberar em torno da estratégia a seguir diante da situação, demonstra o funcionamento do que Maxwell (1999) denomina como democracia pirata, um dos elementos principais dentro da hidrarquia (LINEBAUGH; REDIKER, 2008). Embora o capitão representasse a autoridade final nas batalhas, o navio era governado pela maioria a partir de votações e conselhos como esse, daí o termo de Linebaugh e Rediker (2008, P. 174) “hierarquia de baixo para cima” ou “mundo de ponta cabeça”. Desse modo, a responsabilidade pelas investidas é coletiva, uma vez que é fruto de um acordo de grupo.

<sup>25</sup> No original: “[...] (os piratas) *descubrieron el Estandarte Real enarbolado, y conocieron tenian los de Gibraltar ànimo de pelear*” (EXQUEMELIN, 1681, P. 113).

<sup>26</sup> No original: “[...] *viendo esto Lolonois junto consejo para deliberar, que haria en tal caso? proponiendo à sus Oficiales, y Marineros, que el bocado que devian Morder era muy malo, y duro; pues que los Españoles havian tenido tanto tiempo para ponerse en defensa, y recogido mucha gente, con otros petrechos de guerra [...] però díxoles, no obstante, (dandoles ànimo) tened corage: à nosotros nos importa el defendernos como bravos Soldados, ó perder la vida, con todas nuestras ricas presas: hazed como yó harè, que soy Vuestro Capitan: otras vezes hemos peleado con menos gente que agora somos, y hemos Vencido mayor numero, que aquí pode haver. Mientras mas sean, mas gloria atribuiremos à nuestra fortuna, y mayor riqueza aumentaremos à nuestro poder (...) Sobre este razonamiento cada uno prometió serguirle, y obedecer en todo; aque dixo Lolonois: està bien: però sabed; que el Primero que monstráre temor, ó escrupulo, le daré un pistoletazo*” (EXQUEMELIN, 1681, P. 113-114).

Ao norte da Noruega, os pescadores de arenque e seu capitão se relacionavam a partir de trocas onde o capitão oferecia segurança e confiança nas sugestões dos seus comandados e recebia prontidão para o trabalho e confiança dos seus marinheiros em suas decisões (COMISSOLI, 2009). Através de elementos relacionais, o grupo garantia a coesão cujas consequências se refletiam em uma relação harmoniosa e uma pesca lucrativa (BARTH, 1981). Semelhante a isso, quando Lolonois recorre a tripulação para deliberar sobre os próximos passos do grupo diante da situação de ameaça, também ocorre uma relação de troca.

Por um lado, os comandados confiam em seu capitão para tomar a decisão correta em última instância, por outro, a escolha da estratégia não é apenas encargo de Lolonois, mas fruto da discussão em grupo. Dessa maneira todos colaboram para a construção da tática que seja mais coerente diante dos olhos do coletivo. Outro aspecto é observado quando o capitão usa a si mesmo como exemplo de bravura e coragem. Ao ostentar seu status de líder, denota a si próprio como modelo a ser seguido, incentivando a tripulação a fazer o que seu capitão fará. Esse tipo de discurso também é presente quando o capitão recorre a memórias de outros combates que a tripulação já enfrentou, relembrando o passado vitorioso e incentivando as futuras batalhas.

Além disso, a preocupação com a repercussão desses processos violentos é um elemento regular nas atitudes de Lolonois e seus comandados. Para garantir a manutenção de sua fama enquanto ameaçadores e perigosos, os piratas necessitam que as mensagens emitidas nesses atos atinjam se não os olhos, os ouvidos de terceiros. Desse modo, a confiança do grupo e o prestígio do capitão se mostram como novamente elementos relacionais (COMISSOLI, 2009) que atuam como uma das engrenagens principais para o funcionamento interno: para o sucesso da empreitada é necessário que capitão e marinheiros apostem na estratégia escolhida, reconheçam o prestígio de Lolonois enquanto autoridade e confiem uns nos outros.

Por fim, seguindo seu padrão de comportamento, Lolonois recorre novamente a violência, dessa vez contra seus próprios companheiros. O status de perpetrador, nesse caso, é mobilizado pelo mesmo objetivo do discurso afetivo anterior: estimular seus comandados a cooperar com coragem na batalha que estava por vir. A ameaça de atirar em seu próprio companheiro reitera o padrão de comportamento do pirata: apesar do discurso e de incentivo, o capitão retoma sua postura usual, recorrendo à intimidação como recurso para o encorajamento. De qualquer maneira, seja pelo uso do discurso de incentivo, seja pela ameaça da violência, ao final a tripulação foi mobilizada rumo ao embate.

Dando continuidade à narrativa, uma vez que piratas são perpetradores em quatro das seis categorias de violência e vítimas em três delas, naturalmente, uma dessas categorias integra ambas condições. Na categoria violência mútua/combate entre espanhóis e piratas, os dois grupos

desempenham ambos papéis: vítima e perpetrador. Novamente é ilustrado como um sujeito é capaz de desempenhar mais de um status conforme interage com os demais. No trecho adiante, Exquemelin aponta que após estabelecerem um consenso sobre a investida, Lolonois e sua tripulação avançam no embate, um confronto direto entre espanhóis e piratas. Neste episódio identifico diferentes menções à violência:

“[...] Enquanto isso, o povo de Gibraltar disparava muitos tiros de canhão, tão furiosos e tão contínuos que mal se viam ou se entendiam, por causa do barulho e da fumaça. [...] Lolonois retirou-se repentinamente com seu povo, fingindo querer fugir: os espanhóis os seguiram, era o que os piratas procuravam, lutaram com a espada na mão e mataram mais de 200 homens. [...] mas no dia seguinte, eles estavam bem fortificados; todos os seus medos se dissiparam. Eles recolheram todos os mortos, para enterrá-los; Encontrando, em número, mais de 500 espanhóis apenas, além dos feridos, e aqueles que se refugiaram na mata, que ali morreram posteriormente, por causa de seus ferimentos. De todos esses, os piratas tinham mais de 150 prisioneiros e cerca de 500 escravos, muitas mulheres e crianças. (EXQUEMELIN, 1681, P. 115-117, tradução nossa).<sup>27</sup>

Apesar da vitória dos piratas, Lolonois e sua tripulação não se movimentaram enquanto perpetradores em todo o episódio. Os status de perpetrador, vítima e observador são flutuantes nesse evento, uma vez que representam papéis que se modificam rapidamente em função do fervor do combate. Nesse sentido, os status mobilizam as ações dos envolvidos em dois âmbitos. O primeiro se dá por meio de ações/reações mais imediatas de defesa e ataque. De acordo com Charters, Houllémare e H. Wilson (2020), a violência ocorre em diferentes esferas, nesse caso, ela é observada conforme as circunstâncias imediatas da disputa.

O segundo âmbito se relaciona com as motivações pelas quais os grupos se envolvem no conflito. Partindo da premissa de que a violência é usada de forma estratégica e intencional (CHARTERS; HOULLEMARE; WILSON, 2020), entende-se que nenhum dos combatentes entra no confronto com o intuito de desempenhar o status de vítima, ambos objetivam ser os perpetradores e, ao final, derrotar seu oponente, o que foi demonstrado nos episódios anteriormente apresentados. No caso da violência mútua, quando o perpetrador é espanhol, sua mobilização se dá por motivos mais imediatos: o espanhol perpetra o ato pois ataca os criminosos inimigos da coroa que, naturalmente,

---

<sup>27</sup> No original: “[...] Entretanto los de Gibraltar disparavan muchos cañonaços, tan furiosamente, y tan continuados, que apenas podian vérsse ni entendérse los unos à los otros, à causa del estruendo, y humareda. [...] Lolonois se retiró subitaneamente con su gente, haziendo figura de quererse huir: sobre loqual los Españoles dieron trasellos, que era loque los Piratas buscavan, y se bolvieron con la espada en mano, y mataron mas de 200 hombres; [...] però el dia siguiente, que estavan bien fortificados; todos sus temores si dissiparon. Recogieron todos los muertos, para enterrarlos; hallando en numero, mas de 500 Españoles solamente, ademas de los heridos, y losque de ellos se havian refugiado à los bosques, que despues murieron allâ, de sus heridas. Fuera de todos estos, tenian los Piratas mas de 150 prisioneros, y cerca de 500 Esclâvos, muchas mugeres, y Niños” (EXQUEMELIN, 1681, P. 115-117).



devem ser eliminados<sup>28</sup>, ilustrando a lógica de oposição entre Estado marítimo e hidrarquia (LINEBAUGH; REDIKER. 2008). Cabe enfatizar que a escassez de detalhes atribuídos às trajetórias dos espanhóis se dá em decorrência das próprias intenções de Exquemelin com a obra, seu objetivo era narrar a vivência na pirataria. Em contrapartida, quando os piratas assumem o papel de perpetradores, são mobilizados através da coesão do próprio grupo por meio de uma estratégia coletiva. Isto é, diante da desvantagem frente ao inimigo, os piratas entram no conflito movidos pela confiança entre eles próprios e na estratégia articulada pelo grupo, na expectativa de que com tal artifício eles serão os perpetradores naquele cenário.

Para conquistar o domínio da situação, a hidrarquia do grupo - mobilizada através da confiança, credibilidade e coletividade - foi um fator determinante. Apesar do medo de que os espanhóis convocassem reforços para exterminá-los e do risco de morte diante dos consecutivos e intensos ataques, os piratas mantiveram sua estratégia calcada não apenas na relação de confiança interna, mas também no crédito e prestígio de seu capitão. Uma vez fortalecida a coesão do grupo, a estratégia foi aplicada e a vitória conquistada.

Diante disso, independentemente da classificação atribuída a cada ato, a violência se faz presente e marcante nas páginas que Exquemelin dedica ao capitão. É impossível encarar a trajetória de Lolonois de maneira alheia a esse elemento. Ainda que dois episódios em particular foram selecionados para ilustrar como ela se manifestou na conduta de Lolonois, os demais casos identificados na análise de conteúdo também evidenciam o sistema de significações daquele grupo em torno da violência.

Conforme Charters, Houlemare e H. Wilson, casos de violência interpessoal podem ser interpretados como relacionados a contextos de violência em uma esfera mais ampla, representando, muitas vezes, como uma forma de violência justifica a outra. Nesse sentido, as

histórias de violência interpessoal estão, portanto, ligadas a histórias de guerra de estado e violência coletiva, e podem destacar como as alegações sobre uma forma de violência explicam e justificam a aplicação de outra, como uma forma de força legítima (CHARTERS; HOULLEMARE; WILSON, 2020, P. 6, tradução nossa).<sup>29</sup>

---

<sup>28</sup> Investigar os elementos em torno das ações dos Espanhóis é uma proposta complexa que envolve o diálogo com outras produções historiográficas e abordagens metodológicas. Por hora, a prioridade dessa análise é a ação de Lolonois, portanto, não nos deteremos em análises refinadas sobre a mobilização espanhola. Para mais, cabe a leitura de SOARES, Luiz Carlos. As guerras comerciais no século XVII: uma “longa guerra” entre as potências europeias. **Império de Várias Faces: Relações de poder no mundo ibérico da Época Moderna**. São Paulo: Alameda, 2009, p. 217-239.

<sup>29</sup> No original: “*Histories of interpersonal violence are thus linked to histories of state warfare and collective violence, and can highlight how claims about one form of violence explained and justified the application of another, as a form of legitimate force.*” CHARTERS, Erica. HOULLEMARE, Marie. WILSON, Peter H., 2020, P. 6.



Ainda, os autores ressaltam que traçar análises sobre a violência na idade moderna permite compreender que “o início do mundo moderno não foi uma coleção aleatória de violências bárbaras, mas sim um período em que a violência foi usada de forma brutal e racional” (CHARTERS; HOULLEMARE; WILSON, 2020, P. 2, tradução nossa).<sup>30</sup> Sob essa perspectiva, percebe-se que a postura violenta de Lolonois - seja contra seus inimigos, seja contra terceiros - não é um posicionamento ilógico, mas atitudes embebidas por elementos de sentido. Aos papéis de vítima, perpetrador e observador são atribuídas uma série de significações que acabam por atuar como elementos que mantêm a coesão do grupo pirata através da lógica da Hidarquia.

No caso de Lolonois e sua tripulação, a violência operou como componente central a partir do qual emergem diversos outros elementos daquelas relações sociais. Em uma relação triangular, os status de perpetrador, vítima e observador foram mobilizados a partir de incentivos e constrangimentos que dão liga à teia social entre moradores locais, pescadores, autoridades da coroa, espanhóis, piratas e demais atores sociais. Refletindo o cenário político mais amplo, o Estado marítimo operou como antônimo da hidarquia pirata, resultando na oposição constante entre piratas e espanhóis que originou grande parte dos episódios violentos apresentados neste trabalho.

### Considerações finais

Tendo em vista a ideia de uma história *circum*-atlântica de David Armitage (2009), percebemos que dialética entre Estado marítimo e hidarquia, um processo de longa duração, se construiu através da tensão tanto em maior escala, através de construções jurisdicionais, políticas e culturais dos Impérios, quanto em menor escala, através da trajetória de Lolonois, por exemplo. Lolonois não era adversário pessoal dos marinheiros e soldados espanhóis, mas do que eles representavam. A pirataria significou um refúgio para aquele sujeito que foi escravizado no passado e agora se voltava contra as autoridades legais e institucionais. O pirata e sua tripulação tinham como alvo menos os trabalhadores civis do que o próprio Estado marítimo. Daí a necessidade - e vontade - de infringir tamanha violência: trata-se de uma performance didática que deve ecoar entre aqueles que representam o Estado marítimo. Um posicionamento intimidador que não apenas fere fisicamente, mas agride, humilha e, acima de tudo, repercute. E essa repercussão não se limita àqueles envolvidos diretamente nos episódios narrados: Exquemelin e sua obra serviram como canal que

---

<sup>30</sup> No original: “[...] the early modern world was not a random collection of barbarous brutalities, but rather a period in which violence was used brutally as well as rationally.” (CHARTERS; HOULLEMARE; WILSON, 2020, P. 2).

emitiu a mensagem ameaçadora de Lolonois através de quatro edições em no mínimo três línguas diferentes para diferentes leitores.

Assim, elementos materiais e simbólicos mobilizaram os status envolvidos através de um sistema de significações que operou com base na hidrarquia e sua oposição ao Estado marítimo. Foi através de elementos relacionais como a confiança, coletividade e respeito - em maior ou menor grau - que Lolonois e seus comandados promoviam a manutenção de trocas entre si, garantiram sua coesão de grupo e confrontavam o Estado marítimo.

### **Referências Documentais**

Alexander Oliver EXQUEMELIN. **Piratas de la America**: y luz à la defensa de las costas de Indias Occidentales. 1681. John Carter Brown Library. Brown Digital Repository. Brown University Library. Disponível em: <<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:580028/>>(<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:580028/>)>

### **Referências Bibliográficas**

ARMITAGE, D.; BRADDICK, M. J. (EDS.). **\*\*The British Atlantic world, 1500-1800**. 2nd ed. Houndmills, Basingstoke, Hampshire; New York, NY: Palgrave Macmillan, 2009.

BARTH, Fredrik. Models of social organization I. In: BARTHES, F. **Process and form in social life**: selected essays of Fredrik Barth. London; Boston and Henley: Routledge & Kegan Paul, 1981a. v. 1.

BENTON, Lauren. **A Search for Sovereignty**: Law and Geography in European Empires, 1400 – 1900. New York: Cambridge University Press, 2010.

BRUNSMAN, Denver. **Pirates vs. Press Gangs**: The Battle for the Atlantic. Tradução: PINHEIRO, Marcos Sorrilha. Revista História UNESP, São Paulo, vol 38, p. 1-16, 2019. Disponível em: [História São Paulo (unesp.br)](<http://historiasp.franca.unesp.br/piratas-vs-bandos-de-recrutamento-a-batalha-pelo-atlantico/>). Acesso em 23 jan 2022.

CAMUS, Christian Michel. Une note critique à propos d'Exquemelin. In: **Revue française d'histoire d'outre-mer**, vol. 77, n. 286,. P. 79-90. primeiro trimestre, 1990.

CASTILLO-GÓMEZ, Antonio. Ler na rua. Versos, Avisos e Panfletos. In. **Livros e leituras na Espanha do século de ouro**. Cotia: Ateliê Editorial, 2014. P. 154.

CHARTERS, Erica. HOULLEMARE, Marie. WILSON, Peter H. Introduction: violence and the early modern world. In:\_\_\_\_\_. **A Global History of Early Modern Violence**. 1ª Ed. Manchester: Manchester University Press. 2020. P. 1-16.

CLULOW, Adam; HANG, Xing. Restraining violence on the seas: the Tokugawa, the Zheng maritime network, and the Dutch East India Company. In: CHARTERS, Erica.

HOULLEMARE, Marie. WILSON, Peter H. **A Global History of Early Modern Violence**. 1ª Ed. Manchester: Manchester University Press. 2020. P. 105-124

COMISSOLI, Adriano. Pescadores que explicam estancieiros ou mais uma sobre história e antropologia. **MÉTIS: história & cultura**, Caxias do Sul, v. 8, n. 15, p. 13-31, jan./jun. 2009.

GANSER, A. **Crisis and legitimacy in atlantic american narratives of piracy: 1678-1865**. Cham: Palgrave Macmillan, 2020.

GARRITO, Daniel Calixto. **Las ordenanzas de corso y el marco de actuación corsario**. Tese de Doutorado, Universidad Carlos III de Madrid, Madrid, 2016.

ICLÁN, Daniel. **La lógica de la violencia y la cultura de la crueldad**. Las mutaciones sociales en tiempos de crisis civilizatoria. *Constelaciones: Revista de Teoría Crítica*, vol 10, p. 181-182, 2019. Disponível em: [Vol. 10 (2018): Violencia socializadora y dinámicas autoritarias en el horizonte de la crisis | *Constelaciones. Revista de Teoría Crítica* (constelaciones-rtc.net)](<http://constelaciones-rtc.net/issue/view/135>). Acesso em 23 jan 2022.

LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. **A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

MAXWELL, Kenneth. Democracia Pirata. In: MAXWELL, Kenneth (Org.). **Chocolate, Piratas e outros Malandros: Ensaio Tropicais**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

POLÓNIA, A. Redes informais de comércio ultramarino. Em: SILVA, F. R. DA; RAMOS, L. A. DE O. (Eds.). **Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos**. Porto: Faculdade de Letras da Univ. do Porto, 2004. p. 881–891.

SOARES, Luiz Carlos. As guerras comerciais no século XVII: uma “longa guerra” entre as potências europeias. **Império de Várias Faces: Relações de poder no mundo ibérico da Época Moderna**. São Paulo: Alameda, 2009, p. 217-239.

## “QUE A FRUCTUOSA PROVÍNCIA DO MARANHÃO GOZE DA MESMA LIBERDADE”: TRANSIÇÃO, ADESÕES E UNIDADE POLÍTICA NO IMPÉRIO DO BRASIL (1820-1829)<sup>1</sup>

### MAY THE FRUCTUOUS PROVINCE OF MARANHÃO ENJOY THE SAME FREEDOM”: ACCESSIONS AND POLITICAL UNITY IN THE EMPIRE OF BRAZIL (1820-1829)

Mário Augusto Carvalho Bezerra<sup>2</sup>

**Resumo:** No Brasil, em 1820, os efeitos da Revolução Liberal do Porto ocasionaram intensa movimentação na dinâmica interna das províncias com a formação de grupos políticos antagônicos: uns com lealdade aos comandos da Família Real residente no Rio de Janeiro e outros conservando intensa ligação com Lisboa, seguindo ordens expedidas pelos portugueses do outro lado do Atlântico. Partindo do movimento liberal de 1820, o presente artigo consiste em analisar o processo de unidade política do Maranhão no Império brasileiro, observando as particularidades das “adesões” da província aos revolucionários do Porto em abril de 1821 e em julho de 1823 à Independência do Brasil, destacando a reorganização administrativa com os comandos despachados do Rio de Janeiro – centro de autoridade política do Brasil.

**Palavras-chave:** Brasil. Império. Maranhão.

**Abstract:** In Brazil, in 1820, the effects of the Liberal Revolution of Porto caused intense movement in the internal dynamics of the provinces with the formation of antagonistic political groups: some loyal to the commands of the Royal Family residing in Rio de Janeiro and others maintaining an intense connection with Lisbon, following orders issued by the Portuguese across the Atlantic. Starting from the liberal movement of 1820, this article consists of analyzing the process of political unity of Maranhão in the Brazilian Empire, observing the particularities of the province’s “adherences” to the Porto revolutionaries in April 1821 and in July 1823 to the Independence of Brazil, highlighting the administrative reorganization with the commands dispatched from Rio de Janeiro – center of political authority in Brazil.

**Keywords:** Brazil. Empire. Maranhão.

<sup>1</sup> Título retirado do artigo de ofício redigido em 26 de julho de 1823 por Thomas Cochrane e publicado em 04 de agosto de 1823 na primeira edição da *Gazeta Extraordinária da Província do Maranhão*, destacando aos habitantes da província a entrada do Maranhão no Império do Brasil como “vontade” e “desejo” de Dom Pedro I. A *Gazeta* é disponível no site da Biblioteca Nacional Digital do Brasil (<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>).

<sup>2</sup> Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão – PPGHIS/UFMA. Mestre em História pela Universidade Federal do Maranhão (PPGHIS/UFMA). Especialista em Ensino de História do Brasil e Maranhão pelo Instituto de Ensino Superior Franciscano (IESF). Especialista em História do Brasil - CEAD/UFPI. Graduado em História - Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Integrante do Núcleo de Estudos do Maranhão Oitocentista (NEMO), da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) coordenado pelo professor Dr. Marcelo Cheche Galves. Contato: [marioaugusto769@gmail.com](mailto:marioaugusto769@gmail.com). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7075-8835>. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1981214842988959>

## INTRODUÇÃO

A historiografia brasileira nas últimas décadas buscou analisar novos questionamentos e rever pontos específicos do processo que conhecemos como Independência do Brasil ou dos episódios de Independências que tomaram de conta das realidades regionais dos Brasis na terceira década do século XIX. Os novos estudos ocuparam-se de desmembrar um território extenso, agrário e escravista, com distintas elites regionais que mantinham a defesa de interesses próprios.

As explicações sobre o nascimento do país desenvolvidas por Francisco Adolfo de Varnhagen, Oliveira Lima e Tobias Monteiro foram repensadas e colocadas em constante observação. A crise do sistema colonial com o crescimento industrial na Europa, o avanço das tropas napoleônicas, a disseminação das ideias e princípios liberais, a liberdade constitucional, os direitos e soberania popular, a submissão dos monarcas às leis e as revoluções de Cádiz e do Porto são alguns dos acontecimentos que marcam a revisão historiográfica atual, tanto no campo bibliográfico como no levantamento de documentações. As novas perspectivas históricas levantam hipóteses que colocam a formação do Estado Nacional brasileiro nas múltiplas redes de conexões atlânticas do início do Oitocentos.

A Independência do Brasil não foi singular. Sobre isso, a atual historiografia brasileira vem destacando em pesquisas, congressos científicos e produção de materiais impressos e em plataformas virtuais. Os recentes trabalhos de João Paulo Pimenta (2008), Miriam Dolhnikoff (2005), Maria Lúcia Bastos Pereira da Neves (2003), Iara Lis Carvalho Souza (1999), Andréa Slemian (2006), Camila Borges da Silva (2018) ajudam a pensar as estruturas de poder, os projetos das elites políticas e econômicas concentradas em diferentes regiões, criação e dinâmica das culturas políticas deflagradas com a experimentação da filosofia liberal no território brasileiro e sua organização como corpo autônomo<sup>3</sup>.

No Maranhão, os anos seguintes do pós-adesão à Independência brasileira reservaram agitações políticas no cenário provincial, foi o momento da apresentação mais intensa de personagens políticos oriundos da educação coimbrã. São Luís e importantes vilas comerciais, compostas por membros apoiadores ou contrários a incorporação da província no Império, vivenciaram os dissensos políticos dos princípios liberais e constitucionais.

---

<sup>3</sup> Os trabalhos dos autores citados são, respectivamente: *Independência do Brasil e o liberalismo português*: um balanço da produção acadêmica; *Entre o centro e a província*: as elites e o poder legislativo no Brasil oitocentista; *Corcundas e Constitucionais*: a cultura política da independência (1820-1822); *Pátria Coroada*: o Brasil como corpo político autônomo (1780-1831); *Sob o império das leis*: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834); *As ordens honoríficas e a Independência do Brasil*: o papel das condecorações na construção do Estado imperial brasileiro (1822-1831).

No período de 1821 a 1825, a movimentação política na província foi marcada pelas pressões quanto aos rumores da Revolução do Porto de 24 de agosto de 1820, a adesão do governador Pinto da Fonseca ao movimento liberal portuense em 6 de abril de 1821, a proclamação da Independência do Brasil, reorganização política do Maranhão e da construção da unidade política do novo Império.

Um processo revolucionário que agitou os ânimos dos sujeitos que residiam no Maranhão, apoiando ou repudiando as novas ordens administrativas do recente corpo autônomo de governo desse lado do Atlântico. Em São Luís e diversas localidades do interior, foram atingidas pelos efeitos da revolução independentista, destacando atores políticos cautelosos no cenário de poder, escrita (imprensa) e nas redes de sociabilidade nos rumos do constitucionalismo do período.

Após a presença da bancada maranhense nas Cortes portuguesas de 1821 a 1822, a representatividade de Francisco Martins, Bráulio Muniz, Telles Lobo e Odorico Mendes na Assembleia Geral compreendeu a segunda participação política do Maranhão em Parlamento legislativo, agora no Brasil.

Marcada por acirramentos entre os distritos eleitorais e a capital, as eleições em São Luís (1825) foi ponto central da reorganização política no espaço provincial, demarcado por figuras políticas – portuguesas e “brasileiros” – que “renovaram” o quadro administrativo e representativo da província nos debates parlamentares na via de construção da unidade nacional.

A prosopografia será o método para analisar as biografias coletivas no conjunto social dos cidadãos eleitos para o cargo de deputado geral da província. Permitindo observar relações internas entre grupos, redes de relacionamentos, representações e configurações sociais. É a construção de biografia sem perder o ponto de partida: a dimensão coletiva.

As análises da dimensão coletiva desses cidadãos configuram o desenvolvimento da política imperial em terras maranhenses, principalmente nos cargos públicos e na imprensa. Pensar o Império brasileiro a partir do Maranhão requer trilhar por particularidades de personagens na cena política nos variados impressos da província, que estreitaram relações dentro e fora da província e do quadro de transformações sociais do liberalismo vigente.

## AS “ADESÕES” NO MARANHÃO<sup>4</sup>

Em 6 de abril de 1821, o governador Pinto da Fonseca aderiu ao movimento liberal do Porto, dando início a inserção dos princípios constitucionais na política frente às práticas do sistema

---

<sup>4</sup> A palavra “adesão” entre aspas é em razão às discussões da independência serem impostas pelas ordens da Corte do Rio de Janeiro com a presença de tropas militares do interior para a capital São Luís. De acordo com as conclusões de Marcelo Galves, a “adesão” [do Maranhão] ao Império deu novos contornos às próprias novidades, corporificadas nas noções de “eleição”, “Constituição” e “pedagogia constitucional, introduzidas pela Revolução do Porto” (GALVES, 2015, p. 416).

absolutista de governo. Como resultado, Matthias Röhrig Assunção destacou que “quando as notícias da Revolução do Porto chegaram a São Luís, em abril de 1821, ocorreu a primeira cisão no seio das elites, entre absolutistas e os que apoiavam o movimento do Porto, chamado de ‘conspícuos’” (ASSUNÇÃO, 2005, p. 348)<sup>5</sup>. Portanto, o impacto da Revolução do Porto no Brasil e no Maranhão foi marcante, pois estabeleceu/difundiu um ideário liberal e constitucionalista, ponto de partida para os conflitos políticos entre os grupos de elites do período.

Em geral, as peculiaridades entre a “adesão” à revolução portuense e a incorporação do Maranhão no futuro Império do Brasil, decorre da conjuntura da Constituição portuguesa vigente, das lutas pelo poder local entre as elites econômicas, políticas e presença de representantes no Parlamento português.

Na adesão, Pinto da Fonseca colocou em risco essa fidelidade ao declarar-se “constitucional”, justificando ser a melhor solução para satisfazer os desejos da população maranhense que apoiava a revolução. Ao mesmo tempo, valia-se dessa estratégia política para manter-se à frente da administração. Marcelo Galves, afirma que o governador estava dividido “entre o rei que o nomeara governador da província, em 1819, e as novidades do tempo” (GALVES, 2015, p. 95). A ocultação das notícias em São Luís sobre a revolução é parte dessa divisão.

Com a permanência de Pinto da Fonseca no comando da administração, o dia da adesão à política de Lisboa configurou o fim do despotismo no Maranhão. Naquele momento, às 6 horas da manhã, o Sargento-Mor Rodrigo Pinto Pizarro, leu uma proclamação advertindo que “o Pará, a Bahia e Pernambuco já nos mostraram o caminho da honra, da virtude e da glória. Sigamos-lhes a trilha do heroísmo” (SILVA, 1972, p. 37).

Com intensa ligação com Pinto da Fonseca, o militar Antônio Bernardino Pereira do Lago destacou com ênfase o dia da adesão, reafirmando a conservação patriótica com a metrópole portuguesa. A escrita de Lago positivando a administração de Fonseca, pode ser explicada, de acordo com os dados apresentados por César Augusto Marques, pela “incumbência feita pelo Governador para levantar a Carta Topográfica da Capitania, percorrendo toda a província acompanhado de seu desenhista, guiado por meio dos matos pelo piloto Cipriano José de Almeida” (MARQUES, 2008, p. 425).

Nas páginas do primeiro periódico político do Maranhão, o reconhecimento do poder e soberania portuguesa, era constituído pela fidelidade à Constituição e denominação da própria folha,

---

<sup>5</sup> Dunshee de Abranches traça um perfil dos cidadãos políticos que faziam parte dos chamados conspícuos. Segundo Abranches, “em ambos os partidos os ânimos estavam exaltados até à loucura. De parte a parte, os moderados, os amigos sinceros da ordem e da harmonia entre portugueses e nativos, os conspícuos, enfim, só serviam para ser escarnecidos e cobertos das piores injúrias” (ABRANCHES, 1970, p. 39).

*O Conciliador do Maranhão*<sup>6</sup>. Exaltando os sucessos da revolução portuense, a primeira edição aclamava a ação de Pinto da Fonseca pela adesão.

Raiou nos horizontes do Maranhão hum dia, que será para sempre memorável nos fastos de sua história: e com ele brilhou aquele entusiasmo de Fidelidade e Patriotismo, que em todos os factos, e épocas caracterizou os portugueses de ambos os Mundos. A fausta notícia da Regeneração Política havia dado aos habitantes do Maranhão a infalível esperança de participarem dessa vantagem nacional (...) mas bastará dizer-se, o Excelentíssimo Governador Bernardo da Silveira Pinto achou tudo em ruínas; as finanças esgotadas, edifícios públicos nenhuns, toda a cidade intransitável (...) Nesta situação he fácil que todos anciavão a Constituição, todos desejavam ligar-se de interesse, e manifestar os mesmos sentimentos, e opiniões que seus irmãos das províncias de Portugal, e do Brazil: esta linguagem era comum, e sem reserva (...) (*O CONCILIADOR*, nº 15, 15/4/1821, p. 1-4)<sup>7</sup>.

Vieira da Silva destaca a atuação de Fonseca, compreendendo “as suas intenções e a responsabilidade que pesava sobre seus ombros numa hora difícil e longe como se achava, do Governo Central” (SILVA, 1972, p. 31). Lembra ainda que era apoiado ou criticado por parte dos grupos de comerciantes, agricultores, militares, funcionários públicos e advogados da província, de acordo com os interesses de cada grupo.

O projeto de unidade política da Corte administrativa do Rio de Janeiro após o 7 de setembro deve ser analisado levando em consideração as dinâmicas de organização de cada província brasileira. A “adesão” em São Luís foi registrada em 28 de julho de 1823, após a passagem das tropas por vilas e povoados da província.

Em Caxias, uma proclamação de 3 de agosto da Câmara expressando unidade entre “brasileiros” daquele momento, destacava ser o momento da liberdade e novos horizontes. A Independência, destaca a proclamação, “é bem do céu, une os brasileiros: quem vive unido tem amizade e quem é amigo faz o bem que pode e nunca o mal” (SILVA, 1972, p. 155).

A entrada do Maranhão na unidade política do Império do Brasil possui característica de pressão ao invés de vontade coletiva das elites administrativas e políticas do período. A problemática da “adesão” do Maranhão oficializada em 28 de julho de 1823, configurou em um processo político “de fora para dentro”, como afirma o historiador Mário Meireles em sua *História do Maranhão*, pautado na formação da unidade política nacional “sem mesmo existir tal clima em terras maranhenses” (MEIRELES, 2015, p. 264).

<sup>6</sup> A partir do nº 77, de 6 de abril de 1822, o jornal passou a se chamar *O Conciliador*. Passou a ser impresso a partir da edição de número 35, em 10 de novembro de 1821, com a instalação da Tipografia Nacional do Maranhão. Na obra de José Maria Corrêa de Frias (2001, p. 15), - primeira edição é de 1866 - o autor chama a tipografia de “tipocaligrafia”, pelo fato do jornal *O Conciliador* ser manuscrito.

<sup>7</sup> A escrita original será mantida ao longo do presente trabalho.



Matthias Assunção destaca três aspectos principais do processo de adesão à Independência no Maranhão: “a luta ferrenha entre as facções da elite pelo poder local e regional, a relativa violência dos conflitos durante esse período e o alto grau de envolvimento das classes populares” (ASSUNÇÃO, 2005, p. 345). Pontos centrais para identificar a movimentação política do período, enfatizando a dinamização das elites políticas em busca do poder administrativo, assim:

A adesão tardia da província do Maranhão ao Império do Brasil, assim como de outras províncias como a Bahia, Piauí, Pará e a Cisplatina (atual Uruguai) mostra como a separação política com a metrópole portuguesa não era um consenso entre as elites “brasileiras” (ABRANTES; MATEUS, 2018, n.p.).

Com a inserção do Maranhão no Império do Brasil, os anos seguintes do pós-adesão à Independência brasileira reservaram agitações políticas no cenário do provincial, foi o momento da apresentação mais intensa de personagens políticos oriundos da educação coimbrã. São Luís e importantes vilas comerciais, compostas por membros apoiadores ou contrários a incorporação da província no Império, vivenciaram os dissensos políticos quanto as pressões a causa brasileira.

Em agosto de 1823, a *Gazeta Extraordinária do Governo da Província do Maranhão* destacava um Artigo de Ofício de Cochrane datado de 26 de julho, enfatizando o quanto a província deveria usufruir da liberdade constitucional instaurada no Brasil. Vejamos:

As forças de S. M. I., o Imperador do Brasil, tendo livrado a Cidade, e Província da Bahia dos Inimigos da sua Independência, eu conforme a vontade de S. M. I., dezejo **que a fructuosa Província do Maranhão goze da mesma liberdade** venho agora offerecer aos desgraçados habitantes o auxílio, e proteção que percizarem contra o jugo estrangeiro desejando acabar a sua liberação, e os saudar como parentes e como amigos. Porém se houver quem se oppuzer por motivos interessados a liberação deste paiz, fiquem taes pessoas na intelligencia que as forças militares, e navaes, que do Sul deitarão fora os Portuguezes, tornarão-se promptas desembainhar a espada em semelhante couza tão justa, e desembainhando-a, das consequencias não se pode duvidar (*GAZETA EXTRAORDINÁRIA*, 04/08/1823, p. 1, grifo nosso).

A liberdade pregada na maioria dos impressos locais trazia o catecismo explicativo do momento, com amplas produções escritas, alguma anônimas, sobre os conceitos e entendimentos pessoais do vocabulário utilizado durante o processo de Independência e princípios do liberalismo desse lado do Atlântico.

No período de 1822 a 1825, a movimentação política na província foi marcada pelas pressões quanto a Independência do Brasil, reorganização política do Maranhão e da construção da unidade política do novo Império, gerado com a concentração política dos representantes do Brasil no Parlamento português. Na configuração da cultura política brasileira, coube às câmaras de cada província a ligação entre a Constituição e o Imperador, permeando o processo de construção da

soberania política, pois “esse sistema de adesão ocorreu de modo desigual em todo o Brasil” (SOUZA, 1999, p. 143).

Entendida como conjunto de práticas simbólicas, hábitos, costumes e discursos, a cultura política do Maranhão na década de 1820 pode ser dividida em duas: a primeira: defendida por portugueses ligados aos comandos e manutenção da fidelidade política de Lisboa como centro de autoridade política; a segunda: brasílica e separatista, ou seja, fruto das transformações políticas e sociais do liberalismo constitucional vintista, pautada na inserção de ideais independentistas, visando autonomia política do Império. Ambas ficam evidentes ao observar os dissensos entre defesas da “causa portuguesa” e “causa brasileira”, pois “até o momento definitivo da ruptura, em fins de 1822, a noção de “brasileiro” e “português” não incorporavam ainda o sentido das rivalidades que foram se desenrolando” (ARAÚJO, 2018, p. 133).

A participação política do Maranhão no Império do Brasil foi marcada por dois aspectos: o primeiro, referente a organização do Estado Imperial, composto por elites políticas e econômicas com formação ilustrada pela Universidade de Coimbra, daí decorrentes ao processo de independência brasileiro “capitaneado por uma geração de homens que acalentara o ideal ilustrado de um vasto império luso-brasileiro, a quem caberia a tarefa de construir as bases político-institucionais do jovem Estado” (CABRAL, 2015, p. 31).

Ao estudar sobre a formação do Estado brasileiro a partir da atuação dos membros da elite oitocentista, José Murilo de Carvalho destacou que a formação superior foi um “elemento poderoso de unificação ideológica da elite imperial”. De acordo com Carvalho, estava presente na composição das elites os “estudos superiores”<sup>8</sup>, concentração da educação superior no campo “jurídico” e forte “formação homogênea”, oriunda da Universidade de Coimbra e dos cursos jurídicos instalados no Brasil após a Independência (CARVALHO, 2003, p. 65); a segunda, relacionada com a inserção e transição da política constitucional no Maranhão após a “adesão” ao novo Estado.

Com a Independência do eixo Centro-Sul, cabia a Corte do Rio de Janeiro a unificação das províncias do Norte do Brasil, com objetivo de construir a nação através da unidade política nacional, em razão de que “o novo Império não dispunha de um território unificado prévio, mas de um conjunto heterogêneo de territórios coloniais herdados da colonização” (MAGNOLI, 2003, p. 294).

No Maranhão, a primeira Junta Provisória e Administrativa de Governo do Maranhão foi eleita em 15 de fevereiro de 1822, possuindo como marca os laços políticos e econômicos com a

---

<sup>8</sup> Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves ao estudar as Cortes portuguesas e o vintismo, destacou a formação acadêmica dos deputados eleitos no Brasil para o Parlamento português. Dos 82 cidadãos eleitos, 42 passaram pela Universidade de Coimbra (NEVES, 2003, p. 63-64).

Corte portuguesa, resultando em lento processo de inserção no Império brasileiro. De acordo com a historiadora Edyene Lima:

O fim do governo de Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca não significou uma trégua nas disputas políticas entre os principais grupos familiares da província do Maranhão. Entre os conflitos, rivalidades e interesses, práticas estas que compunham a agenda do processo de constituição das Juntas de Governo, a organização política do Maranhão foi sendo desenhada de acordo com a demanda de poder em mãos de grupos específicos das elites locais (LIMA, 2009, p. 83).

Naquele período, o Marechal Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca, que administrou a província de 1819 a 1822, partia para a Europa. Luís Antônio Vieira da Silva descreve o momento da partida de Fonseca com entusiasmo, motivado, talvez, pela imagem positiva durante os anos de sua administração e das “novidades do tempo” implantadas na província.

No dia 28 do mesmo mês [fevereiro], saiu deste porto com destino ao de Lisboa a Galera inglesa George, transportando a seu bordo o Marechal Silveira que, com as formalidades devidas ao cargo que ocupava, acompanhando dos membros da Junta do Governo, autoridades e numerosos cidadãos, embarcou das 9 para as 10 horas da manhã, deixando um nome benquisto e levando as bênçãos dos maranhenses (SILVA, 1972, p. 57-58).

Composta por alguns cidadãos formados na Universidade de Coimbra, o cargo de presidente foi exercido pelo bispo D. Frei Joaquim de Nossa Senhora de Nazaré, residente em São Luís desde 1820, “que, desse modo, cada vez mais se envolvia na crise política superveniente, mas no curso da qual sempre se manteria incondicional e intransigentemente ao lado do legitimismo português” (MEIRELES, 1977, p. 199).

Como secretário, o brigadeiro Sebastião Gomes da Silva Belfort. Vale lembrar que Sebastião Belfort participou das eleições de 1821, referente a primeira bancada do Maranhão nas Cortes portuguesas, concorrendo com Raimundo de Brito Magalhães e Cunha em segundo escrutínio, ficando empatado em número de votos, saindo Cunha eleito. Naquele momento, “a eleição para deputados foi resultado de uma composição entre os partidários do Antigo Regime e o movimento constitucional” (ASSUNÇÃO, 2005, p. 350).

No pleito de 1825, Belfort reaparece concorrendo a uma cadeira de deputado geral para a Câmara dos Deputados instalada em 1826 no Rio de Janeiro. Portanto, figura política ativa em São Luís durante e após a adesão a Revolução do Porto. Os nomes do chefe-de-esquadra Filipe de Barros e Vasconcelos, o desembargador João Francisco Leal, coronel Antônio Rodrigues dos Santos, tenente Caetano José de Sousa e o tesoureiro Tomás Tavares da Silva, compuseram o restante dos membros da Junta.

Para o Comando das Armas, fora nomeado o Marechal de Campo Agostinho Antônio de Faria, em razão de ser oficial de maior patente e mais antigo residente na Província. Vieira da Silva, tece alguns apontamentos da trajetória do marechal. Dentre as informações destaca que “tendo participado da Junta Consultiva da Província, instalada em 9 de abril de 1821, foi depois Governador das Armas desde 1822 até o último dia de feroz resistência à Independência no Maranhão” (SILVA, 1972, p. 57).

No âmbito das províncias e para benefício das elites políticas regionais e locais, a formação de Juntas de Governos aliadas com a administração dos comandantes de armas – garantindo o controle das Cortes sobre as Juntas – proporcionou aos grupos de elites, maior atuação nas decisões políticas, ou melhor, “evitando secessões nas províncias” (ASSUNÇÃO, 2015, p. 313).

No Maranhão, a formação das Juntas, composta por membros das elites políticas locais tanto de São Luís quanto da vila de Itapecuru, foram marcadas pelos dissensos políticos entre a causa portuguesa e brasileira. Desse modo, a favor da união com as Cortes lisboetas, os membros da Junta, que tomaram posse em 16 de fevereiro de 1822, ocuparam-se em repudiar as ordens vindas do Rio de Janeiro, enviando às Cortes informações e papéis oficiais do governo, zelando pela manutenção da legalidade.

As sucessivas adesões das províncias vizinhas ao longo de 1822 foram responsáveis pelo sucessivo avanço das tropas independentistas pelo interior até a capital São Luís. Depois de passar pelo Ceará e Piauí, as tropas avançaram pelo rio Parnaíba até as vilas de Brejo, São José dos Matões e Pastos Bons. Em 18 de junho de 1823, diante das ameaças e ações de queimadas de fazendas e saques aos armazéns dos portugueses contrários a causa brasileira, a adesão do comandante geral da Vila de Itapecuru-Mirim, José Félix Pereira de Burgos, contribuiu no aumento da causa brasileira.

As adesões das vilas e cidades do interior foram sentidas na capital, a cidade de São Luís ficou isolada com a manutenção das relações políticas com Lisboa, perdendo apoio dos ricos proprietários e comerciantes portugueses residentes nas vilas com os avanços das tropas militares desde abril de 1822.

Oficializada em 28 de julho de 1823, a “adesão” da província do Maranhão ao Império do Brasil configurou duas etapas do processo de reconhecimento da autoridade política daquele momento: a primeira, de cunho local, centrada nas vilas da província reconhecendo a cidade de São Luís como interlocutora junto a Corte; a segunda, a subordinação da capital ao centro político do novo Império fixado no Rio de Janeiro. Ambas foram responsáveis pela movimentação política com destaque para cidadãos que outrora mantinham participações cautelosas: Francisco Gonçalves Martins e João Bráulio Muniz, são alguns exemplos.

Em 1825 a atuação política de Francisco Martins e Bráulio Muniz, somadas as de Manoel Telles da Silva Lobo e Manuel Odorico Mendes – cidadãos eleitos para o cargo de deputado para a Assembleia Geral Legislativa do Império do Brasil, instalada em 1826 – marca outra etapa da dinamização política com a atuação parlamentar na Câmara dos Deputados<sup>9</sup>. De fato, as análises da dimensão coletiva desses cidadãos configuram o desenvolvimento da política imperial em terras maranhenses. Na Câmara dos Deputados, constituiu a primeira experiência representativa do Maranhão no Império brasileiro.

Eleitos em junho do ano de 1825, Francisco Martins, Bráulio Muniz, Telles Lobo e Odorico Mendes compuseram o cenário político e jornalístico, agitando debates políticos com palavras impressas em torno de um objetivo: a eleição. Os representantes maranhenses percorreram um demorado processo eleitoral motivado pelo reordenamento político da província.

Para Galves, a instabilidade política que marcara a província desde a incorporação ao Império talvez justificasse os receios das câmaras em iniciar um processo eleitoral (GALVES, 2013, p. 10). O conturbado período da adesão ao Império aumentou a inconstância da produção algodoeira, acirrando a crise quanto a exportação e queda de preço no mercado. Em 1825, momentos da realização das eleições, o quadro econômico apresentou recuperação significativa em razão do processo de reorganização política na província.

## CONSTITUIÇÃO E ELEIÇÃO NO MARANHÃO EM 1825

Em março de 1824, o 7º artigo do decreto imperial de regulamentação das eleições para a Assembleia Geral Legislativa do Império do Brasil, afirmava que “o eleitor deve ser homem probo, e honrado, de bom entendimento, sem nenhuma sombra de suspeita, e inimizado à causa do Brasil”<sup>10</sup>. À vista disso, compreendia um dos primeiros passos para a manutenção da unidade nacional brasileira, estabelecido pela Carta Magna de 1824.

A Constituição de 1824 é o ponto de partida para analisar os procedimentos eleitorais dos cidadãos que foram eleitos para a representação nacional, ou seja, para compor os órgãos públicos e de debates políticos com a função de organizar e manter a unidade nacional, conquistada sob “adesões” marcadas pela resistência e ligações políticas com as ordens do “velho” centro administrativo de poder – Lisboa.

---

<sup>9</sup> O primeiro a retornar de Coimbra foi Francisco Gonçalves Martins, seguido de João Bráulio Muniz, Manoel Telles da Silva Lobo – nomeado por ordem imperial para a secretária de governo em 1824 – e, por fim, o escritor e poeta Manuel Odorico Mendes.

<sup>10</sup> O eleitor era um personagem político com as características de compromissário do povo, que devia amar a pátria e o bem público. Estes seriam cidadãos proprietários, escolhidos a partir das suas rendas, por isso faziam parte de um grupo seletivo em cada província (BEZERRA, 2017, p. 45).

Centrada no Rio de Janeiro, a Assembleia Geral Legislativa do Império do Brasil, dividida em duas casas de governo – Câmara dos Deputados e Senado – formada por membros das elites econômicas e políticas das províncias brasileiras (elites regionais), formavam as regras, ordens e leis para administrar o recente Império. Dessa forma,

A Constituição não apenas modelaria a formação do Estado, como teria importante papel no projeto de instituição e manutenção do Império brasileiro. A elaboração da Constituição passaria a representar uma demanda política vinculada à organização e ao estabelecimento de limites dos poderes políticos do Estado, e também à garantia de direitos individuais e liberdades civis dos súditos convertidos em cidadãos (CABRAL, 2015, p. 38).

Elemento criador da ordem, o texto constitucional de 1824 é a composição de ideias com foco na construção e manutenção da unidade política. Definindo como forma de governo a monarquia constitucional hereditária e representativa, possuía suas bases na figura e ação do Imperador e na Assembleia Geral Legislativa sob o comando dos representantes da nação.

A Constituição definiu a condição de ser cidadãos, político e representante, dotando os indivíduos dos grupos de elites regionais de direitos políticos, em razão de “o Império do Brasil é a associação política de todos os cidadãos brasileiros” (BRASIL, 1824, Art. 1º). Incitando os preceitos constitucionais do Império e a clara posição política a causa brasileira em construção da “campanha” almejando a cadeira de deputado geral, Odorico Mendes publicou em sua folha política que:

Constituição do Estado é a regra fundamental que determina o modo porque se deve exercer a autoridade pública. Vê-se nela a forma debaixo da qual obra a nação como um corpo político; qual é o teor porque deve o povo ser governado, e quais são os direitos e os deveres dos governantes. Esta Constituição é, em último resultado, o estabelecimento da ordem porque deve trabalhar uma nação para obter as vantagens que a incitaram a formar a sociedade política (ARGOS DA LEI, nº 5, 21/1/1825).

O estabelecimento da ordem expressa pelo reconhecimento dos poderes Legislativos, Moderador, Executivo e Judicial sob “a sansão do Imperador”, denotam o quanto a centralização política residia na imagem do soberano. Do poder Legislativo, delegado à Assembleia Geral, cabia a função de “fazer as leis; velar na guarda da Constituição e promover o bem geral da nação” (BRASIL, 1824, Art. 15).

Andréa Slemian destaca que a viabilização da estrutura do novo Estado do Brasil é resultado da representação política no espaço legislativo e dos desdobramentos da administração na criação de leis, visto pela historiadora como pilar de sustentação do Império (SLEMIAN, 2006). Deste modo, “o Parlamento funcionou como espaço decisivo de negociação e confronto entre setores distintos da elite brasileira” (DOLHNIKOFF, 2005, p. 80).

De acordo com a ata eleitoral disponível no Arquivo Histórico da Câmara dos Deputados, a apuração dos votos para Deputados Gerais ocorreu em 6 de junho de 1825 em São Luís, na sala do Teatro União, “local designado pela Câmara da capital para a última apuração dos votos dos Senadores e Deputados da Assembleia Geral e Legislativa do Império do Brasil”. As eleições do Maranhão em 1825 contaram com a participação de antigas figuras políticas, envolvidas nos tumultos da adesão a Revolução do Porto pelo governador Pinto da Fonseca em 6 de abril de 1821.

Os “velhos” cidadãos políticos presentes na eleição eram Joaquim Antônio Vieira Belfort e José João Beckman e Caldas, de acordo com a ata eleitoral de 1825, obtendo baixo número de votos. Outros cidadãos, envolvidos na administração pública e ligados a elite política maranhense e de outras províncias, garantiram as maiores quantidades de votos no pleito, entre os quais: João Bráulio Muniz, Manoel Telles da Silva Lobo, Francisco Gonçalves Martins e o recém-chegado de Coimbra, Manuel Odorico Mendes.

#### **A BANCADA DO MARANHÃO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS (1826-1829)**

Em São Luís, finalizadas as eleições provinciais em junho de 1825, seguiram os deputados eleitos para o Rio de Janeiro com o propósito de compor a bancada maranhense nos debates da Assembleia Geral de 1826. Centro político misto – Câmara e Senado – na consolidação da organização política-administrativa da nação, regido pelo Artigo 15, incisos 8º e 9º, de “fazer leis, interpretá-las, suspendê-las e revoga-las” e, “promover o bem geral da Nação”, instituídos pela Constituição de 1824. Exercício que caberia aos “novos” oficiais representantes políticos: o Imperador, os Deputados e Senadores do Império.

Nessa perspectiva, Marcelo Galves e Yuri Costa destacam que após a Independência “a produção legislativa foi tida como elemento que viabilizava o surgimento da própria nação” (GALVES; COSTA, 2011, p. 64), transformando hábitos e costumes absolutistas na formação da cultura política brasileira constitucional. Desde 1826, enquanto órgão de reunião dos representantes das elites políticas das províncias brasileiras, a Câmara dos Deputados foi composta por Francisco Martins, Telles Lobo, Bráulio Muniz e Odorico Mendes em diferentes níveis de frequência, articulação e desempenho político.

Após a Independência, a província do Rio de Janeiro concentrou o centro de autoridade política do Brasil, com a instalação de importantes órgãos administrativos do Império, reunindo em seus recintos as elites políticas das provinciais sob o pacto imperial com o Imperador na construção e consolidação da unidade nacional em bases jurídicas legais. A pedagogia constitucional do período atrelada a ideia de ordem, disciplina, unidade e organização jurídica compreendiam a premissa central da construção do Estado a partir do Parlamento.

Instalada na efervescência da emancipação, a Assembleia Constituinte de 1823 não obteve saldo positivo quanto a criação de uma Constituição brasileira e organização institucional do Estado pelos deputados gerais, “que representavam o que de mais expressivo havia na elite local e que, no período de agravamento da crise política com Portugal, tinha se organizado em torno da figura de D. Pedro” (CABRAL, 2015, p. 36). Mais tarde, a quebra do equilíbrio político entre súditos e o monarca favoreceram as divergências quanto a organização institucional do Brasil.

Na Câmara, o exercício parlamentar no quadriênio de 1826 a 1829, configurou a consolidação da promulgação da Constituição; a operacionalização das medidas expressas no texto constitucional; a reunião de alguns cidadãos com experiências parlamentares desde as Cortes portuguesas e Constituinte brasileira; e, atuação de cidadãos eleitos por grupos políticos províncias para a primeira experiência de representação política. Tal como havia sido estabelecido em 1821 nas Cortes Extraordinárias portuguesas e no Brasil pós-independência desde 1823,

O papel do Parlamento como lugar dos “representantes da nação”, era, à época, um dos pilares de uma verdadeira crença liberal de que a racionalização das formas de funcionamento dos governos poderia atender aos interesses dos indivíduos na composição de uma sociedade que igualasse os homens perante a lei (SLEMIAN, 2006, p. 14-15).

O momento de instalação da Assembleia como espaço representativo e de participação política constituía a fixação institucional da nação, pautada na liturgia política liberal propagada no Brasil com ecos da Revolução do Porto. Para isso, quatro poderes políticos foram estabelecidos pela Constituição brasileira de 1824 – o Poder Legislativo, formado pela composição e instalação da Assembleia Geral em duas casas: Câmara eletiva e Senado vitalício; o Executivo (com amplos poderes, exercido pelos ministros de Estado chefiado pelo Imperador); Moderador (concentrado na figura do Imperador) e o Judiciário – poder independente, composto de juízes e jurados. Por ela foram também definidos os princípios básicos que nortearam o exercício de cada um. Ao Poder Legislativo foi atribuído à composição e instalação da Assembleia Geral, havendo a sanção do Imperador para seu devido funcionamento durante as legislaturas com duração de quatro anos.

Durante as sessões preparatórias, a bancada do Maranhão manteve-se em poucas atividades parlamentares. Francisco Martins, que tivera maior presença durante as sessões preparatórias do ano anterior, não compareceu, sem causa apresentada à mesa, nas cinco primeiras sessões de 1827. O deputado Bráulio Muniz em 27 de abril foi nomeado para compor a deputação que “cumpriria saber em que dia, hora e lugar se designaria a solene abertura da Assembleia”.

Foi Odorico Mendes o primeiro parlamentar da bancada a manifestar-se sobre algo relacionado ao Maranhão na sessão datada de 5 de maio – dessa vez para “inocentar” a província sobre os ecos da Confederação do Equador proclamada em 2 de julho de 1824 na província de



Pernambuco. Vale destacar que a atuação dos deputados também estava compreendida na defesa de ideias forjadas sobre o Maranhão ou região em qual estava compreendida a província, assim como, as ligações que nutria com o Pará.

Quanto a Telles Lobo, rumou para o Rio de Janeiro em 5 de julho de 1825, com pouco menos um mês após a finalização das eleições em São Luís. Lobo foi o último da bancada a tomar assento em 22 de maio de 1826. Em 19 de maio seu diploma de deputado foi examinado e aprovado de acordo com a lei e ata eleitoral pela Comissão de Poderes, formada por eleições internas e composta pelos deputados Nicolau de Campos Vergueiro, Lúcio Soares Teixeira de Gouvêa, Manoel Caetano de Almeida e Albuquerque, Januário da Cunha Barbosa e Bernardo Pereira de Vasconcellos. O primeiro registro de atuação parlamentar de Lobo na Câmara ocorreu em 27 de maio de 1826, sessão em que estavam presentes todos os deputados da bancada maranhense em apoio aos benefícios que seriam implantados na província do Pará e Maranhão.

De volta à Câmara, o deputado Francisco Martins manifestou-se na sessão de 7 de maio de 1827, como membro da Comissão da Saúde em que foi realizada a leitura do parecer sobre o requerimento do cidadão João Gonçalves dos Santos, natural da Bahia, sobre a criação da cadeira de higiene pública no colégio médico-cirúrgico da Bahia. Além de Martins, compunha a Comissão de Saúde Pública os deputados Francisco Xavier Ferreira, Antônio Ferreira França, José Lino Coutinho e José Avelino Barbosa. Eleita em 10 de maio de 1826, foi a única comissão em que participou o deputado Francisco Martins – “eleito com total de 9 votos” – durante a primeira legislatura (ANAI, 10/5/1826, p. 38).

O ano legislativo de 1828 apresentou uma diminuição na atuação dos deputados do Maranhão, principalmente de Lobo e Odorico. Sobre este último, nenhum registro de pronunciamento ou discurso foi registrado no *Índice Onomástico da Câmara dos Deputados (1826-1889)*. O fato foi em razão da partida de Odorico para o Maranhão. Por sua vez, Lobo na sessão datada de 13 de maio, foi nomeado para compor a deputação formada pelo presidente da mesa “que deve dirigir ao trono a resposta da Câmara à fala da abertura da Assembleia”. Francisco Martins seguiu designado como componente da deputação enviada ao Imperador.

Quanto ao deputado Bráulio Muniz, iniciou o terceiro ano de exercício parlamentar como membro da Comissão de Comércio. Com votação realizada na sessão de 6 de maio, foram eleitos os deputados Clemente Pereira com 53 votos; Galvão: 45; Pires Ferreira: 32; Paula e Souza: 25 e Bráulio Muniz com 27 votos. Foi a segunda eleição para compor uma comissão. A primeira ocorreu em 10 de maio de 1827, em que saiu eleito com 29 votos, juntamente com o Arcebispo da Bahia: Romualdo Antônio de Seixas (49 votos); Cunha Barbosa (36); Odorico (28) e Nabuco (28) como membros da Comissão de Colonização.

Com 118 sessões, divididas entre extraordinárias e ordinárias, o quarto e último ano de funcionamento da Câmara dos Deputados concentrou os debates sobre a crise do tesouro nacional, destacado pelo Imperador em seu discurso de abertura da sessão extraordinária em 2 de abril de 1829, uma vez que “até agora não tem obtido desta Assembleia medidas eficazes e salutares”, e acrescentou a necessidade de soluções no transcorrer da “sessão extraordinária, e no decorrer da ordinária, a despeito das minhas tão reiteradas recomendações, não arranja um negócio de tanta monta, desastroso deve ser o futuro que nos agrada” (ANAI, 2/4/1829, p. 1).

Tal contexto obteve reflexo nos debates que se seguiram na Câmara em que as discussões sobre o projeto de imposto sobre as companhias de comércio; deliberação da proposta do governo sobre o banco do Brasil e da proposta do ministro da Fazenda ganharam intensidade. Em geral, o período é marco importante da crise estrutural e política entre o Parlamento e os interesses do Imperador, processo que culminou em crescente oposição seguida da Abdicação de D. Pedro I.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os efeitos da Revolução do Porto foram sentidos no Brasil em diferentes níveis. Cada província recebeu informações e comandos de dois centros de autoridades políticas – Lisboa e o Rio de Janeiro – criando conflitos entre os grupos que apoiaram ou repudiavam as ideias liberais e a separação com os portugueses do outro lado do Atlântico. Nesse processo, havia um denominador comum: manter a unidade da “nação” portuguesa nos dois lados do Atlântico. Tarefa complexa que originou na divisão de grupos com afinidade com as elites do eixo Centro-Sul e outros com forte ligação com os revolucionários de Lisboa.

No Maranhão não foi diferente, a adesão a Revolução do Porto em 6 de abril de 1821 provocou a agitação política e os dissensos políticos entre cidadãos partidários as ordens de Lisboa, que se encontravam diante de princípios liberais e constitucionais. Naquele momento, a circulação de novas ideias e a impressão cada vez mais ampla de folhetos e jornais disseminavam o catecismo político constitucional. Em 28 de julho de 1823, as configurações políticas do Maranhão, especialmente em São Luís, foram voltadas para o Rio de Janeiro, reconhecendo-o como centro de autoridade administrativa do Brasil.

Modificações que marcaram os rumos das elites políticas locais e contribuíram para a visibilidade de outros cidadãos descendentes das famílias abastadas da província nas disputas políticas, após formação intelectual na Universidade de Coimbra – ambiente e espaço inicial de contato de estudantes brasileiros que ocuparam os cargos de órgãos da nação brasileira no pós-Independência.

A elite circulou entre cargos e regiões, tomando decisões e deliberando sobre os rumos do Brasil autônomo. Bráulio Muniz, Francisco Martins, Odorico Mendes e Telles Lobo foram protagonistas na primeira bancada maranhense na Câmara dos Deputados, defendendo pontos de interesses da “nação” e da província. Na primeira legislatura da Câmara dos Deputados, composta por membros das elites regionais, formaram uma unidade política territorial com o objetivo de construir e organizar um projeto de Estado Nacional.

## REFERÊNCIAS

### Fontes:

#### a) Manuscritos:

##### - Arquivo Histórico da Câmara dos Deputados (Brasil):

- *Anais da Assembleia Geral Legislativa do Império do Brasil (1826-1829).*
- *Constituição Política do Império de 1824.*
- *Cópia autêntica da última apuração dos votos dos Deputados do Maranhão (1825)*
- *Decreto imperial de 26 de março de 1824;*
- *Índice Onomástico dos Anais da Câmara dos Deputados (1826-1889) – (1978).*

#### b) Periódico (impresso):

- *Argos da Lei (MA) – 1825.*
- *Conciliador do Maranhão (MA) – 1821-1823*
- *Gazeta Extraordinária do Governo da Província do Maranhão – 1823*

### Bibliografia:

ABRANCHES, Dunshee. **A Setembrada:** a revolução liberal de 1831 em Maranhão. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas da S.A. Jornal do Brasil. 1970.

ABRANTES, Elizabeth Sousa; MATEUS, Yuri Givago Alhadeff Sampaio. **Adesão do Maranhão à Independência:** entre lembranças e esquecimentos. 2018. disponível no site Portal Guará (<https://portalguara.com/adesao-do-maranhao-a-independencia-o-dia-28-de-julho-entre-lembrancas-e-esquecimentos/>). Acessado em 16/05/2023.

ARAÚJO, Roni César Andrade de. **Entre a Província e a Corte:** “Brasileiros” e “Portugueses” no Maranhão do Primeiro Reinado (1823-1829). Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 342f. 2018.

ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. Miguel Bruce e os “horrores da Anarquia” no Maranhão, 1822-1827. In: JANCSÓ, István. **Independência: história e historiografia** (Org.). São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2005.

BEZERRA, Mário Augusto Carvalho. “**Soûu mais perto o clarim da liberdade**”: as Cortes portuguesas e a política constitucional no Maranhão (1821-1823). 87f. Monografia (Curso de História Licenciatura). Universidade Estadual do Maranhão, 2017.

CABRAL, Dilma. Estado e administração na formação de um país independente. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Estado e Administração: a construção do Brasil independente (1822-1840)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015.

\_\_\_\_\_; ALVES, Salomão Pontes. Os entornos institucionais do Estado brasileiro. In: CABRAL, Dilma. (Org.). **Estado e Administração: a construção do Brasil independente (1822-1840)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro das Sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COSTA, Yuri; GALVES, Marcelo Cheche. **O Epaminondas Americano: trajetórias de um advogado português na Província do Maranhão**. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2011.

DOLHNIKOFF, Miriam. Projetos liberais. In: **O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil**. São Paulo: Globo, 2005.

\_\_\_\_\_. Entre o centro e a província: as elites e o poder legislativo no Brasil oitocentista. **Almanack braziliense**, nº 01, maio, 2005, p. 80-92.

GALVES, Marcelo Cheche. “**Ao público sincero e imparcial**”: Imprensa e Independência no Maranhão (1821-1826). São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2015.

\_\_\_\_\_. Entre o centro e a província: a primeira eleição para deputado geral no Maranhão pós-independência. **Cad. Pesq.**, São Luís, v. 20, nº 1, jan./abr. 2013.

LIMA, Edyene Moraes dos Santos. **Honradas Famílias: poder e política no Maranhão do século XIX (1821-1823)**. PPGH / UFPB. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2009.

MAGNOLI, Demétrio. O Estado em busca de seu território. In: JANCSÓ, István (Org.). **Brasil: formação do Estado e da nação**. São Paulo: Hucitec; Unijuí; Fapesp, 2003.

MARQUES, César Augusto. 1826-1900. **Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão**. 3ª. ed. São Luís: Edições AML, 2008.

MEIRELES, Mário Martins. **História do Maranhão**. 5 ed. Promovida e revista por Jomar Moraes. São Luís: Academia Maranhense de Letras, 2015.

\_\_\_\_\_. **História da Arquidiocese de São Luís do Maranhão**. São Luís: Universidade Federal do Maranhão / SIOGE, 1977.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **Corcundas e Constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)**. Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2003.

PIMENTA, João Paulo Gomes. Independência do Brasil e o liberalismo português: um balanço da produção acadêmica. **Revista de História Ibero-americana**, vol. 1, nº. 1, 2008, págs. 70-105.

SLEMIAN, Andréa. **Sob o império das leis: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)**. 339f. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo. 2006.

SILVA, Camila Borges da. **As ordens honoríficas e a Independência do Brasil: o papel das condecorações na construção do Estado imperial brasileiro (1822-1831)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018.

SILVA, Luís Antônio Vieira da Silva. **História da Independência da Província do Maranhão (1822-1828)**. 2 ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972. Coleção São Luís, v. 4.

SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho. **Pátria Coroada: o Brasil como corpo político autônomo (1780-1831)**. São Paulo: UNESP, 1999.

## UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO ACERCA DA HISTÓRIOGRAFIA E TERRITORIALIDADE DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS PIAUIENSES CONTEMPORÂNEAS

### A BIBLIOGRAPHIC STUDY ABOUT THE HISTORIOGRAPHY AND TERRITORIALITY OF CONTEMPORARY QUILOMBOLA COMMUNITIES IN PIAUÍ

Francisca Cibebe da Silva Gomes<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo possui como objeto de estudo a historiografia das comunidades quilombolas piauienses no que tange a sua trajetória de luta e resistência. Fez-se uso da pesquisa bibliográfica apoiada em autores que abordam a produção historiográfica acerca desses grupos comunitários em sua constituição territorial e simbólica na contemporaneidade enquanto coletivos históricos e culturais munidos da territorialidade para ressignificar suas reivindicações e pertencimentos. Diante dos fatos apresentados, concluiu-se que em meio à necessidade do fortalecimento da sua identidade, o acesso às suas necessidades educacionais, territoriais e autônomas ainda não é uma realidade alcançada mesmo após longínquos anos de luta e reivindicação.

**Palavras-chave:** Brasil. Piauí. Comunidades Quilombolas.

**Abstract:** This article has as its object of study the historiography of quilombola communities in Piauí in terms of their trajectory of struggle and resistance. Bibliographical research was used based on authors who address the historiographical production about these community groups in their territorial and symbolic constitution in contemporary times as historical and cultural collectives equipped with territoriality to give new meaning to their claims and belongings. Given the facts presented, it was concluded that amid the need to strengthen their identity, access to their educational, territorial and autonomous needs is not yet a reality achieved even after many years of struggle and demands.

**Keywords:** Brazil. Piauí. Quilombola Communities.

---

<sup>1</sup> Graduada em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). E-mail: cs6445758@gmail.com.

## Introdução

A presente pesquisa se debruça sobre a historiografia das comunidades quilombolas piauienses no que tange a sua trajetória de luta e resistência, de modo a analisar às suas representações e construções identitárias no processo de titulação das terras. Nesse contexto, têm-se como objetivos específicos descrever os múltiplos conceitos de quilombo no Brasil, analisar a intervenção promovida pela Constituição de 1988 na composição territorial dos quilombolas e na sua incorporação a exercício da cidadania, além de destacar a realidade das comunidades piauienses remanescentes atuais. Entende-se que os territórios quilombolas são fontes históricas e culturais de sociabilidades, resistências e identidades que nem sempre foram herdadas da escravidão brasileira, mas incorporadas no processo de territorialidade e valorização étnico-racial contemporâneo.

A metodologia fundamentou-se na pesquisa bibliográfica a partir da produção historiográfica que aborda a História dos Quilombos brasileiros e no Estado do Piauí partindo com base nos autores: Gomes (2005), Brandão (2015), entre outros, para trazer nuances teóricas sobre os conceitos de Quilombo e a identidade dos territórios remanescentes. Bem como utilizou-se das abordagens críticas analíticas e dados estatísticos presente em site como a Comissão Pró-Índio de São Paulo (2022) e Portal Geledés (2011) para esmiuçar a realidade territorial dos povos remanescentes na contemporaneidade e os contextos sociais, históricos e culturais de suas constituições ao longo dos últimos anos pós-abolição, sobretudo na região piauiense.

A formação e o desenvolvimento dos quilombolas perpassam-se pela trajetória de luta e resistência que levaram a composição de um legado identitário forjado na rebeldia contra as suas opressões, mas também na representatividade étnica construída nos agrupamentos coletivos pelas heranças, memórias e laços de pertencimento que não foram criados necessariamente pela resistência escravagista.

Essa composição histórica evidenciou que o cativo escravagista não foi uma Democracia Racial, onde negros, brancos e indígenas viviam em comunhão, sem discrepâncias ou discriminações aos moldes de Freyre (2003), mas o epicentro efervescente de conflitos e mobilizações contrárias a exploração escrava humana e da condição de inferiorização e exclusão. Os quilombos foram uma base fundamental dessa organização solidária e compensatória dos cativos que ansiavam liberdade para além da morte ao fundarem novos contextos de intercambio social e coletivo.

## Formação e organização dos quilombos brasileiros

As Comunidades Tradicionais<sup>2</sup> Negras na contemporaneidade pautam-se na defesa dos grupos étnicos que foram criados na forja do Brasil Colonial ou em períodos posteriores, mas que mesmo assim se constituem marginalizados e esquecidos às margens da nação e ressurgidos no contexto de redemocratização no final do século XX ou criados após a abolição como intermédio coletivo para trabalho e convivência nos espaços rurais e urbanos. Segundo Almeida (2011), essas ocupações territoriais de uso comum, com base na apropriação dos recursos naturais utilizam variadas formas e inúmeras combinações entre o privado e o público, perpassando fatores étnicos, parentescos, interacionais, religiosos, culturais, raciais e sucessões de gerações, unidos por questões históricas em comunhão com elementos identitários e critérios políticos-organizativos e econômicos com representações próprias e em comum acordo. Essas “ocupações especiais” foram chamadas de Terras de Preto, Terras de Santo e Terras de Índio, de acordo com o grupo social pertencente e classificado em zonas tensas de conflito (Almeida, 2011).

A dinâmica da formação quilombola inicialmente, para Moura (1986), se dava pela necessidade de mudança que a estática estrutural nos primórdios do Brasil Colônia não permitia por intermédios pacíficos, mas apenas impulsionado pela força e pela audácia que envolvia a sua massa cativa. Precisava-se, por sua vez, negar a condição de escravo, pois ela não oferecia nenhuma possibilidade de alteração do cativeiro. Essa conjuntura levou os escravizados a organizarem movimentos ou grupos de rebeldia ao sistema escravagista. Mas também “[...] não só porque conseguiram se proteger e assim escaparam da sanha reescravizadora, como também, e fundamentalmente, impuseram derrotas aos poderes coloniais, forçando ou estabelecendo negociações e tratados de paz” (Gomes, 2005, p.26).

Essa dinâmica foi transpassada ora pela repressão do governo, ora pela taxaço violenta das revoltas ou organizações quilombolas pelas propriedades escravagistas. No polo senhorial, conforme Moura (1986), desenvolveram-se mecanismos de defesa contra os levantes e fugas em que se utilizavam da legislação repressiva que impulsionava à criação das milícias, legitimava os capitães do mato e o seu arsenal instrumentário de tortura e aprisionamento.

Apesar das baixas nos ataques e, principalmente na defesa quilombola, ainda eram vistos como o terror do governo e dos senhores de escravos. Sua destruição era comemorada, pois não seria mais um mau exemplo aos demais cativos e nem um foco de esperança aos possíveis fugitivos.

---

<sup>2</sup>Os quilombos como unidades remanescentes da cultura e história afro-brasileira se desenvolveram conforme Arruti (2006) no contexto colonial pela necessidade dos seus integrantes sejam indígenas, negros, foragidos, etc., em lutarem pela liberdade outrora ausente no cativeiro escravista desde os primórdios do século XVI. Nessa conjuntura, a fuga era o distanciamento da sua realidade opressora, mesmo sem saber para onde iria, o êxodo seria a alternativa mais viável e a solução mais próxima da sua formação identitária despida na escravidão.



Para além da visão depreciativa das comunidades, eram regiões de autoconsumo com capacidade de reprodução e manutenção a partir de unidades familiares de trabalho e/ou produção e de consumo. Na perspectiva de Almeida (2011), também se constituiu tanto por relações do grupo com comerciantes que atuavam no mercado rural, quanto nas plantações monoculturas. Foram estas transações comerciais que ajudaram a consolidar suas fronteiras físicas, tornando-as mais concretas e viáveis para a interação social e reduzido os ataques vindos dos fazendeiros e do próprio Estado.

No entanto, não eram âmbitos isolados, para além da civilização e da cultura, confinados na autossuficiência e negando o trabalho, pois era também uma ação coletiva de moradia, trabalho e luta que se opõe aos mecanismos repressores da *plantation*. Contrariando ainda o discurso oficial que deslegitimava sua ação sob a ótica da vadiagem ou que os transformava em presas de guerra nas mãos das ações militares como parte de um projeto de colonização.

Mesmo após a Abolição em 1888, a população afrodescendente quilombola ficou aquinhoada sobre uma trajetória de exclusão social e invisibilidade que negou o direito ao reconhecimento dos seus territórios na estrutura agrária brasileira. Sem políticas reparatórias ou indenizações pelos séculos de exploração escravista e ainda impregnado pôr a uma política de branqueamento ou eugenismo condizente com o imaginário da democracia racial que negligência a memória social das lutas emancipatórias e as resistências, bem com a própria escravidão, torna-se invisível aos olhares da sociedade e do Estado.

Acreditava-se ainda, segundo Almeida (2011), que no período pós-abolição, os quilombos automaticamente tinham desaparecidos ou não precisariam mais existir após o fim da Escravidão, em 1888. Fez-se o silenciamento nos textos constitucionais sobre a relação entre ex-escravos e a terra, especialmente sobre a simbólica autonomia dos seus integrantes e a sua própria existência. E na Constituição de 1988, cem anos depois, surgem como “sobreviventes”, como “remanescentes” como uma extensão do passado e não uma ressignificação contemporânea.

Reconhecidos como o que sobrou, o que é residual, ou ainda, aceitou-se o que já passou. Foram menosprezadas as situações de ocupação efetiva e posse fundiária e ainda descaracterizados de sua própria história e cultura. Um quadro tenso instalado no século XX se manteve persistente nos posteriores, sendo um motim de antagonismos e conflitos agudos.

Ao se reafirmar contemporaneamente como quilombola perpassa-se pela noção de expulsão das suas terras e não mais pelo aprisionamento e regresso ao autoritarismo da Casa-Grande, mas pelo direito em exercer a sua autonomia, identidade e valores culturais. A análise do conceito de Quilombo no tempo presente significa discutir o passado, mas o que é e como esta nomenclatura foi sendo construída e reconstruída historicamente. Portanto, não faz sentido trabalhar com uma percepção acrítica e ossificada sustentada em estigmas e preconceitos. Faz-se necessário analisar os

deslocamentos nessa definição e como ainda é incluindo aspectos objetivos e representações dos agentes sociais envolvidos na constituição de suas identidades.

As comunidades quilombolas representam uma categoria social relativamente recente, sobretudo no seio do espaço rural brasileiro, dando nova representação às “Comunidades Negras Rurais”, “Terra de Preto” que são organizações reivindicatórias da regularização dos territórios sociais ocupados tradicionalmente, cujas origens remetem, não necessariamente, ao período da escravidão. (Arruti, 2006, p.26).

Essa mobilização coletiva iniciou-se no final do século XX, de acordo com Arruti (2006), sete anos após a promulgação da Constituição Federal, no tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares, o tema “Quilombo”, surgiu como rebeldia e luta anti-escravidão e ganhou fôlego a partir dos seus remanescentes no reenquadramento da memória recalçada e excluída. O ressurgimento dos sujeitos políticos levou à revisão das formas de interpretação do quilombamento e suas relações étnicas, ou seja, no conjunto dos fenômenos objetivos e subjetivos implícitos na adoção dos rótulos étnicos, bem como suas condicionalidades e os seus efeitos.

Nesse contexto, a constituição identitária das comunidades quilombolas se baseou no resgate da sua relevância social, dos seus modos de vida, das experiências coletivas partilhadas oralmente entre os seus integrantes, como parte da sociedade brasileira, no qual foi marcada pela perversão escravagista, mas que necessitam ainda serem incluídas em planos e ações do planejamento público e na valorização de sua contribuição histórica e cultural. Faz-se necessário legitimar as áreas ocupadas pelos remanescentes como passíveis de titulação pública que legitima a sua relação de pertencimento a suas terras e ainda atribuem valores identitárias, étnicos e representativos construídos em relação ao local onde habitam.

Essas definições entraram em disputas, dispondo-se em campos de interesses opostos. Nesse contexto, os povos tradicionais brasileiros se constituíram a partir de espaço de resistência e ressignificação dos sentidos do quilombamento como âmbitos sociais, culturais e históricos. Onde os laços hereditários têm-se articulações entre unidades familiares com divisão de trabalho própria. Logo, “[...] a questão do ‘quilombo hoje’ passa também pelo entendimento do sistema econômico intrínseco a estas unidades familiares, que produzem concomitantemente para o seu próprio consumo e para diferentes circuitos de mercado”. (Almeida, 2011, p. 62)

As “Terras de Preto”, “terras de Santíssimo” e “Terras de Santa”, dentre outras denominações que passaram a transitar dentro do conceito de Quilombo também são complexos sistemas étnicos e identitários que se interconectam com os territoriais geográficos. Para Almeida (2011), eles se colocam frente aos aparatos de poder e estão vivenciando uma profunda reorganização das suas representatividades no âmbito civil e frente aos antagonismos históricos. Nesses lugares existem

vínculos mais fortes e duradouros que fazem alusão à ancestralidade. O pertencimento não emana dos somente dos laços de consanguinidade, não existe a preocupação com a origem comum, mas dos aspectos culturais e históricos.

O princípio classificatório surge da construção de um repertório de ações coletivas e representações perante outros grupos. É o que se manteve preservado e o que garantia condições independentes de sobrevivência, cujo reconhecimento formal é o resultado de mobilizações organizadas pelos próprios agentes sociais com o movimento quilombola. A unidade social dos quilombos baseia-se em solidariedades internas combinadas como a resistência e a luta, que se consolidaram na história, capaz de expressar as suas próprias estruturas de poder que regem a vida social na defesa do território e na formação de confrontos com as imposições frente à trajetória de afirmação étnica e política dessas comunidades e povos denominados quilombolas.

As comunidades, na visão de Arruti (2006), se constituem em torno de um objetivo. Em geral, a conquista fundiária, definidos com base em preceitos identitários coletivos reivindicados através de fatores compartilhados como: a origem ancestral comum, hábitos, rituais ou religiosidades partilhadas, vínculos centenários com a terra ou não, parentesco generalizante, homogeneidade racial, trabalho coletivo, entre outros. Nenhuma destas características estão presentes em todas as situações, unidades ou experiências e configurações espaciais, mas a sua auto-identificação e a forma como eles mesmos identificam em suas coesões sociais e interações com base na origem e formação territorial influenciam com maior rigor.

Territorialidade, para Gallois (2004), também permite não somente recuperar e valorizar a história da ocupação de um grupo étnico, como também propicia uma melhor compreensão dos elementos culturais e das experiências de ocupação e gestão territorial relativas à formação, manejo da terra e dos recursos naturais, assim como a convivência interétnica entre seus membros e as futuras gerações.

Nesse contexto, o Estado possui papel de catalisador das ações políticas diante da reivindicação dos direitos negados as comunidades quilombolas. Principalmente porque lutam pelo reconhecimento da sua formação etnogênese e como sujeitos de deveres e direitos perante as ações do Estado e o respeito dos seus direitos como algo que deve ser sanado ou reparado e que irá contribuir com o movimento de reorganização sociopolítica, econômica e cultural da ação coletiva em prol da espacialidade e da ação jurídico-administrativa na figura da legitimidade territorial formal.

Como os grupos étnicos se construíram a partir da reprodução de sua territorialidade, que relaciona os modos de vida comuns ou heranças culturais advindas da relação com a terra com a necessidade de regularização fundiária com o “direito costumeiro” que inclui a dimensão simbólica e as relações sociais (Maíche, 2009, p.8). Logo, “[...] as identidades são construções de caráter

simbólico e de domínio da luta política, buscando afirmar a diferença do grupo, a fim de garantir a continuidade de seus valores e modo de vida” (Maíche, 2009, p.10).

O território é essencial para a reprodução, segundo Maíche (2009), simbólica das identidades e se constrói na relação mutualista com o espaço territorial e os seus sujeitos identitários. Ele é um âmbito político, econômico, social e cultural. Onde se reproduz sua vida material comunitária, as relações sociais e as manifestações coletivas. A comunidade luta pela manutenção de seu espaço, território e contra sua possível perda, ao assumir essa identidade introduz a valorização dos seus traços culturais, defende a permanência, reforça as relações coletivas e luta pelo direito a posse tornando-se valor de vida, memória, experiência pessoal e grupal compartilhada.

A imensa diversidade sociocultural brasileira para Little (2004) é adjunta de uma variedade fundiária e de povos que nela habitam. Cada um deles relacionados com seus respectivos ambientes geográficos marcam uma heterogeneidade interna e entre seus componentes humanos. Nesse contexto, a questão da redistribuição de terras se tornou uma problemática central nos processos de ocupação e afirmação territorial que envolve a luta pela reforma agrária equitativa na distribuição de terras produtivas, e não apenas para permanecer encurralados em confrontos que parecem não ter fim pela morosidade do sistema. Os povos tradicionais vinculam suas semelhanças, reivindicações e lutas fundiárias e descobrem eixos de articulação social e política no contexto jurídico brasileiro.

Os quilombos, embora por muito tempo fossem invisíveis ao Estado, para Fiabini (2015), eles são movimentos sociais negros organizados pelas comunidades que forjaram sua luta e reivindicação ao direito fundiário pelo pertencimento e relação com a terra e seus habitantes. Encontraram forte resistência nos representantes do latifúndio e do agronegócio, pois temiam que a titulação coletiva retirasse parte significativa das terras de suas próprias mãos e ainda no imaginário das elites agrárias, o negro não era figurado como proprietário fundiário. Para o autor, essa resistência direta ou indiretamente tornou os processos de titulação morosos e extremamente burocráticos.

As primeiras organizações sociais quilombolas reivindicatórias iniciaram no Maranhão e no Pará e depois espalhou-se por todas as regiões brasileiras. No entanto, não foi um processo rápido de reconhecimento coletivo, mas uma conquista adjunta das mobilizações sociais em prol das comunidades negras tradicionais (Fiabini, 2012).

Esse entendimento das fronteiras e dos contextos para Little (2011) mesmo em meio ao fortalecimento do neoliberalismo e da expansão do transporte e das indústrias para zonas mais afastadas, fez com que se agravassem as pressões sobre os povos tradicionais, particularmente na utilização dos recursos naturais que provocou uma reação de defesa dos seus limites territoriais. A nova onda de territorialização consistiu em forçar o Estado brasileiro a reconhecer sua existência em meios às formas de expressão territorial para não tornar sua existência patente de extinção.

Sendo a regularização fundiária uma possível solução para amenizar a pobreza rural, eliminar conflitos, aumentar a produção alimentícia, reduzir o êxodo rural, fornece a base familiar para o desenvolvimento da nação, mas, sobretudo para evitar sua invisibilidade frente ao Estado. As reivindicações e as lutas dos remanescentes, para Brito (2018), estão relacionadas ao acesso pleno a terra e as políticas de inclusão social. Sua representação identitária congrega valor de pertencimento coletivo e relacionamento com a terra que perpassa a noção capitalista contemporânea ao assimilar a descendência ancestral e a valorização do espaço-lugar de memória.

### **Comunidades Quilombolas remanescentes no Piauí**

Pode-se perceber que no Piauí, segundo Santos e Lima (2012), não foi exceção em nenhuma instância das marcas do cativo negro e sendo ainda uma das principais características da estrutura econômica e social regional. Foram essas sapiências na montagem de espaços sociais coletivos negros na escravidão que possibilitaram por meio das fugas o estabelecimento das primeiras comunidades quilombolas no interior do Piauí, que eram denominadas Negras Rurais.

Tal formação possibilitou a continuidade dos remanescentes da luta e resistência dos libertos, embora a formação não seja exclusivamente pelo intermédio do cativo escravagista, muito surgiram após a Abolição (1888) na forma de comunidades negras rurais espalhadas em diversas regiões do Estado. Também possuíam como marca as relações ancestrais, descendências comuns e pertencimentos ao seu território, com suas práticas agrícolas familiares e a criação de animais que contribuem para a valorização de suas identidades e vidas comunitárias.

O trabalho de mobilização, conforme Brito (2018), na organização do movimento quilombola iniciou no Estado piauiense como a influência da Igreja Católica em 1985, no qual identificou as comunidades, introduziu temas políticos e religiosos na evangelização e organização dos trabalhadores para discutir e propor soluções aos problemas existentes. Nesse período, a organização social dos grupos adjuntos as comunidades afrodescendentes possibilitou a orientação e congregação dos povos no Piauí. Também tiveram a participação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Foram atos de conscientização e organização para manifestação coletiva em prol da posse fundiária definitiva e o reconhecimento das comunidades enquanto tradicionais.

As organizações coletivas piauienses emergidas na década de 1980 lutavam inicialmente pela elevação de 170 comunidades identificadas no Estado, direito à cidadania plena e visibilidade pelo governo. Surgiram também pelo crescente número de demandas e fatores sociais como o movimento quilombola voltando-se para o reconhecimento e atendimento das suas demandas envolvendo a ampliação dos direitos e o reforço a reconstrução dos laços de solidariedade nos grupos no âmbito da

sociedade civil. Lutavam pelo seu reconhecimento como pertencentes à cidadania brasileira com direito ao seu próprio território e a manutenção do seu *status quo* linguístico, territorial, simbólico, histórico e cultural.

A valorização da cultura quilombola, conforme Moura Fé e Gomes (2019), desenvolvida na década de 1990, ocorreu especialmente com o Grupo Coisa de Negro, em Teresina, que atuou na introdução de novos militantes para o fortalecimento cultural e artístico das comunidades. Onde incluiu a participação feminina na mobilização e sensibilidade identitária na formação política, destacando que a constituição das comunidades antes e depois da escravidão foi evidenciada pela exclusão social e política da população negra brasileira. Os direitos adquiridos a partir da Constituição de 1988 despertaram discursos sobre a definição do seu grupo social diretamente ligado ao território e a necessidade de rever a noção de cidadania não expandida plenamente aos remanescentes. Essas políticas públicas aparecem em respostas as articulações dos movimentos sociais e pressões no Estado.

Em razão da atuação dos movimentos, incluindo duas representantes piauienses em 1996 foi criada a Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (CONAQ) voltada para a valorização e o exercício democrático da cidadania e o direito à diversidade étnico-cultural. Atuando junto aos movimentos sociais do país em busca da inclusão dos quilombos remanescentes. Embora, ainda estejam em curso na garantia das melhores condições de vida e acesso à terra, resta um percurso longínquo, visto que “fez-se o ‘alargamento’ do sentido da palavra quilombo. Este passou a significar também comunidade negra contemporânea com história ligada à escravidão, formada antes ou depois da data da Abolição” (Fiabini, 2015, p.20-21).

Em Teresina, o Movimento Negro, segundo Santos e Lima (2012), também colaborou com a formação das coordenações de lideranças e na criação do núcleo de articulação estadual que incitou debates sobre a consciência negra, identidade, reconhecimento, política e religião. Tornou-se fundamental para despertar o desejo pela reivindicação e luta pela liberdade e a terra por meio da sindicalização e associações comunitárias que passaram a atuar no desenvolvimento sociopolítico e na implementação das políticas públicas voltadas para atender as necessidades dos quilombolas.

E ainda na década de 1990, foi criado a Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Piauí, diversos Sindicatos e Associações Comunitárias quilombolas, estreitando as relações entre o governo e os povos remanescentes na articulação com as organizações nacionais. Foi possível identificar uma parte dos quilombos, trabalhar com a formação política e as ações públicas mais eficazes direcionadas as condições de vida e no acesso as intervenções governamentais.

No entanto, para Fiabini (2015), a negligência do Estado deixou essas comunidades à mercê dos especuladores, agronegócios e grileiros que pretendiam aniquilar ou reduzir suas organizações

coletivas, onde a terra é para reprodução da vida, do grupo e não para comercialização. Embora somente 10% das comunidades piauienses foram tituladas em mais de duas décadas e meia da existência da Constituição de 1988. O Estado na perspectiva do autor não se opôs aos interesses degradantes dos latifundiários, fazendeiros ou empresários. Limitando-se às políticas públicas pontuais como fornecimento de energia elétrica, construção de escolar, estradas, fomento à produção agrícola familiar, mas absteve-se na titulação das terras com mais efetividade. A longa espera pela titulação permite o abandono das comunidades em busca de melhorias para suas coletividades e territorialidades.

Nessa conjuntura, Moura Fé, Nascimento e Gomes (2019), citam como exemplos os quilombos encontrados em Esperantina: os Curralinhos, Vereda dos Anacleto e Olho D'Água dos Negros. Onde a primeira comunidade apenas uma família possuía posse da terra por herança e os demais trabalhavam como arrendados e o resultado do plantio era dividido com o proprietário do local ou pago pela produção realidade na forma de remuneração ao dono da propriedade. Já a segunda localidade – Veredas dos Anacleto – foi apropriada por grandes proprietários e apenas em 2002, os moradores reivindicaram sua regularização, nesse período foram ameaçados de despejo e com muitos esforços e lutas apoiadas pela Diocese de Parnaíba conseguiram uma parte das terras. Outras entidades financiaram a aquisição das terras que foram insuficientes e o arrendamento ainda permaneceu sendo praticado conforme normas dos proprietários próximos a região. A terceira – Olho D'Água – comunidade realizou a maior mobilização social e articulação política pela titulação fundiária definitiva em prol da efetivação da posse.

Nesse contexto, a ausência das políticas públicas levou o êxodo de muitos grupos quilombolas como, por exemplo: a saída dos moradores da Comunidade Curralinho em Esperantina-Piauí, para outros estados ou para o espaço urbano em busca de melhores oportunidades de emprego. Nessa conjuntura de abandono e exclusão dos grupos quilombolas, para Moura Fé, Nascimento e Gomes (2019) foi criado em 2003, a Associação do Desenvolvimento Comunitário dos Pequenos Produtores Rurais para exigir mais atuação do governo federal nos quilombos remanescente do município em questão.

A organização contribui com a conquista de um projeto de distribuição de água e o Programa Luz Para Todos. E em 2005, a comunidade Curralinho buscou a certificação da Fundação Cultural Palmares junto aos movimentos sociais e a Pastoral da Terra. Com o autodeclaração foi possível lutar contra as manifestações preconceituosas e racistas nos quais eram submetidos, onde foi por muito tempo invisível a sociedade e as políticas públicas. E ainda definem sua luta pelo reconhecido da sua representatividade identitária.

A burocratização na efetivação da titulação serve para não reconhecer a referida comunidade que se autodeclarou quilombola. E a titulação que cabe ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) não tem afinidade com o tema racismo e negritude, limitando-se a regularização agrária, e para Sousa (2005) não há institucionalidade para lidar com o tema e o quadro de pessoal não é suficiente realizar a burocracia criada pelo Decreto nº 4.887/03 pelo IN nº57/09 do INCRA.

Conforme Sousa (2015), essa morosidade na titulação acabou desvalorizando as representações identitárias e as construções territoriais das populações quilombolas como inferiores sejam nas licenças ambientais, atos de gestão, inserção fiscal e descumprimento de normal legal como a MP 2.186-16/2001 e a desaprovação inicial do seu texto em virtude dos argumentos da academia, política, governo e empresários. Tornando-as vítimas da desterritorialização sob a justificativa conforme o autor em suas análises sobre as comunidades quilombolas que ainda as ações governamentais e privadas insistem em implantar projetos de desenvolvimento econômico com interesses econômicos, falseado a realidade e transformado às terras em interesses empresariais. Como exemplo, o autor cita o êxodo desenvolvido pela Empresa Terracal que removeu grupos familiares pertencente ao Quilombo Artur Passos e ameaçou retirar todas as comunidades ribeirinhas que vivem entre os estados do Piauí e Maranhão. Esses dados foram produzidos a partir de uma pesquisa realizada pelo pesquisador na comunidade através de entrevistas.

Mesmo assim, Conforme Brito (2018), uma parte da comunidade Artur Passos também foi certificada pela Fundação Palmares e enfrentava problemas fundiários relacionados à ausência de titulação ou insuficiência das terras para o desenvolvimento produtivo em razão da sua fragmentação pela empresa, assim como enfrentavam problemas com a baixa escolaridade, pobreza, exclusão social e negligência do Estado. Apesar de possuírem Planos de Desenvolvimento Sustentável, elaborado pelo Projeto Ater iniciado pelo EMATER/MDA/nº056/2007, que visa uma produção agrícola e trabalhista.

No Piauí, de acordo com o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) em 2011, estava com o processo de regularização em andamento na comunidade Tapuio, com 29 famílias, em áreas de 550 hectares, que faziam parte no município de Queimada Nova. Iniciados a partir de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) feito pela equipe multidisciplinar de serviço do INCRA/PI. Esse mesmo órgão estadual foi destaque nacional em reconhecimento das titulações, em parceria com o Instituto de Terras do Piauí (INTERPI), reconhecendo o Território Olho D'Água dos Pires, em Esperantina; Território Sítio Velho, em Assunção do Piauí; Território Volta do Campo Grande, em Campinas do Piauí; Território Fazenda Nova e Território Morrinhos, em Isaías Coelho (Geledéz, 2011).



Em 2012, segundo Santos e Lima (2012), o Piauí possuía 172 comunidades quilombolas reconhecidas como remanescentes pelo EMATER, com apoio da Organização das Nações Unidas (ONU), Organização Mundial de Combate à Fome (FAO) e a Secretaria Nacional de Igualdade Racial (SEPPIR). Reforçado com a criação em 2004 do Programa Brasil Quilombola (PBQ) na mobilização ao acesso à terra, infraestrutura, qualidade de vida e educação tendo como coadjuvante em 2007 o Programa de Aceleração do Crescimento Quilombola (PAC) na educação das estradas, abastecimento de água e regularização fundiária.

Segundo o Portal Geledés (2011), o Piauí caminhava para se constitui como uma das maiores populações quilombolas brasileiros. Fazendo com que a Superintendência Regional piauiense inicie a regularização fundiária das terras que pertencem às comunidades mais expressivas em famílias. No qual, fazem parte as áreas dos municípios de São Raimundo Nonato, Fartura, Bonfim, Várzea Branca, Dirceu Arcoverde e São Lourenço, composto por 1.498 grupos familiares em uma abrangência territorial delimitada em mais de 62 mil hectares. Com a titulação das terras, as comunidades passam a ter posse dos títulos e acesso as políticas públicas do Governo Federal como o abastecimento de água, estrada, eletrificação, serviços de saúde e saneamento, e vários outros, embora ainda seja uma luta marcada pela dificuldade em seu reconhecimento e pela posse coletiva dos grupos quilombolas esbarando na morosidade do processo e pela negligência dos seus reivindicantes.

A Superintendência Regional do INCRA, conforme Santos e Lima (2012), conseguiu titular cinco territórios quilombolas juntamente com o Instituto de Terras do Piauí (INTERPI) em 2012 sendo eles: Território Olho D'Água do Campo Grande, em Campinas do Piauí; Território Sítio Velho, em Assunção do Piauí; Território Volta do Campo Grande, em Campinas do Piauí; Território Fazenda Nova e Território Morrinhos, em Isaías Coelho. Nota-se um aumento considerável entre 2011 e 2012, mesmo a demanda sendo ainda maior do que a quantidade de titulações contempladas.

Esse aumento se deu em parte pela organização dos movimentos quilombolas, para Santos e Lima (2012), a partir do Movimento Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, uma das organizações mais ativas na causa rural dos afrodescendentes na defesa dos territórios sob constantes ameaças de invasores.

Essa conjuntura, para Lima (2015), possibilitou que entre as 174 Comunidades Quilombolas mapeadas no Piauí na primeira década do século XXI, após cinco anos, oitenta e duas tinham a certidão e oito estavam em processos abertos de emissão da certificação e cinco territórios com certificação que haviam sido contemplados com a titulação expedida pelo Governo Federal, estes contemplavam dezenove comunidades. A maioria tinha como gênese o processo de destruturação das fazendas que faziam uso do trabalho escravo dominante e sistêmico na sociedade piauiense.

No entanto, após sete anos observa-se que as comunidades tituladas em 2022, foram reduzidas apenas a quatro titulações em comparação com os demais anos evidenciando um gritante retrocesso, embora a demanda dos processos ainda seja alta. Nessa remessa de titulações organizada pela Fundação Cultural Palmares (2022) com os dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) pode perceber que a introdução de novas comunidades remanescentes que não estavam presentes no monitoramento da Comissão Pró-Índio de São Paulo (2022), tais como: as Comunidades Saco do Curtume, Baixa da Onça, Belmonte dos Cupiras, Queiroz, Poço do Cachorro, Periperi, Santa Maria do Canto, Mourões, Grotões, entre outros, que agora fazem parte da demanda pela legitimação da posse através da titulação. (Pró-Índio de São Paulo, 2022).

As comunidades negras tradicionais piauienses, segundo Comissão Pró-Índio de São Paulo (2022) tituladas e em processo de titulação não contemplam todos os grupos remanescentes, ao excluírem os grupos chamados: quilombos Carnaúba Amarela, Lagoa da Serra, entre outros. Em conformidade a Moura Fé, Nascimento e Gomes (2019), a primeira comunidade foi fundada em 1910 pelos trabalhos negros das fazendas abastadas da região, apesar de não relatarem o processo de escravidão, trabalhavam em regime análogo com jornadas de trabalho longas, maus tratos e péssimas condições alimentícias e moradias. A segunda comunidade – Lagoa da Serra – foi construída inicialmente com apenas dez famílias que mantinham seu sustento com a produção agrícola por meio de roças, cultivo de plantas medicinais, extrativismo do babaçu e carnaúba. O último era liderado pelas mulheres que concorrem com grandes produções extrativistas dos proprietários próximos, cujas principais mãos de obra são realizadas pelos homens que também atuam nos arredamentos, está localizada no município de Batalha-Piauí e ainda sem titulação definitiva.

No entanto, também foi possível nota ao longo da análise que existe uma discrepância das informações ao longo dos anos sobre o mapeamento das áreas de incidência quilombola piauiense entre órgãos oficiais e mapeamentos não-governamentais como o caso da Comissão Pró-Índio de São Paulo. Que pode ser justificado em razão da morosidade do processo complexo de titulação em que demanda ações governamentais profundas e incisivas, e a falta de atuação do poder público em emitir os laudos antropológicos e prestar assistência à população dos locais. Essas questões corroboram para o agravamento da situação de negligência pública nas áreas ainda não tituladas. O título representa a permanência da comunidade na região com suas histórias e culturas na garantia de sua reprodução física e costumes centenários.

As comunidades piauienses, conforme Saéz (2015), enfrentam diversos problemas que limitam a sua atuação e representação cultural e histórica. Sua sobrevivência e resistência dependem da organização dos seus movimentos sociais em busca da melhoria na qualificação profissional, acesso às políticas públicas e a regularização fundiária. Ainda se constitui como único caminho para

ressignificar sua inserção na sociedade e o exercício da cidadania para além da discriminação, marginalização social e discrepância racial no acesso à moradia. Não se trata de quantidade de terras vinculadas às condições e modos tradicionais de vida, mas a memória histórica do povo e um território próprio do ordenamento jurídico distante da noção solo-propriedade/mercadoria que se faz explícito na contemporaneidade.

Soma-se ainda como afirma Fuestes (2021), as comunidades também podem enfrentar problemas veiculados a questão do racismo estrutural no espaço territorial dos quais as comunidades quilombolas também se congregam em prol da atuação do Estado que impedem ou tornam ainda mais lento a legitimação das terras remanescentes. O racismo ambiental também pode afetar o reconhecimento dos povos tradicionais quilombolas como patrimônio, sendo alvejada com punição e criminalização nas práticas religiosas, defesas territoriais, representações simbólicas e dignidade humana. Atuando em intervenções que afetam a biodiversidade e os conhecimentos tradicionais e colocando-os em situação de desvantagem no acesso aos serviços prestados pelo governo.

Mesmo assim, a quantificação das comunidades quilombolas no Piauí, segundo Lima (2015), remete também a uma trajetória de resistência cultural que se perpétua na ressignificação e na preservação dos seus modos de vida ao longo de diversas gerações. Para o autor, as comunidades quilombolas piauienses procuram significar a sua busca pela cidadania ao colocar o aquilombamento caracterizado como uma forma de protesto reivindicatório para que não fossem vendidas ou transferidas suas terras originárias, atuando na manutenção da mesma com condições dignas e legítimas. Buscam transformar suas vidas não somente pelo acesso às políticas públicas, mas a reconstrução de sua história por meio da articulação das lutas em prol da legitimação das posses de sua cultura, história, economia e sociedade.

E ainda na perspectiva do pesquisador Moura (2015), os quilombolas piauienses estão se reorganizando para exigir a regularização fundiária das suas terras e políticas públicas que, possibilitem inicialmente o reconhecimento entre os membros da sua cultura e história e depois por parte do Estado. Volta-se para o desenvolvimento sustentável das suas comunidades, mas ainda se fazem necessários maiores e efetivas intervenções do governo. Contradizendo os discursos que os inferiorizam e os tornam vulneráveis nas mazelas sociopolíticas e econômicas.

A relevância dos quilombos na atualidade, segundo Nascimento (2021), pode ser compreendida por fazer parte de um universo simbólico em seu caráter libertário e na afirmação racial e cultural dos povos tradicionais. E não como seres primitivos, malfeitores e irresponsáveis, ou destituídos de caráter político como define a literatura tradicional, sua expressividade tangenciava deveras dessas perspectivas distorcidas. Na medida em que se constituem *lócus* identitários em diferenciação étnica, social e política detentores de suas próprias simbologias e experiências culturais.

Somente uma História contada pelos seus descendentes levando em consideração suas vivências poderá erradicar o complexo de existência entre eles e dirimir o preconceito racial. Como uma atitude para se conservarem o seu sentido histórico e social coletivo, que cria uma nova ordem interna e estrutural. Onde não pode ser reduzido a uma fuga, mas uma etapa para se compreender uma luta de combate à sociedade negada e que se sentem encorajados a desenvolverem um núcleo social, autonomia e articulados com o mundo externo.

### Considerações finais

Os povos negros tradicionais para Nascimento (2021), são símbolos que abrangem a resistência étnica e política. Como prática comunitária, apregoa-se às ideais de emancipação nos momentos de crise de nacionalidade brasileira no começo do século XX, ao inserir o Dia da Consciência Negra com a memória do esfacelamento do Quilombo de Palmares no seio dos movimentos sociais negros. Unindo o fascínio pelo herói de uma comunidade negra que se volta para uma atitude crítica frente às desigualdades sociais.

Por tudo isso, foram instrumentos de reconhecimento da identidade negra nacional para a afirmação étnica que reforçam à identidade cultural. Contrariando o preconceito histórico expelidos nos quilombos como sendo âmbitos de banditismo, rebeldia e contraversão, os quilombolas em sua gênese mantinham redes de transição mercadológica, autonomia agrícola e identidade étnica que transformou seus redutos em espaços de territorialidade para além do aspecto geográfico.

Como redutos de memória coletiva e identidade histórica de pertencimento e resgate da História fazem-se necessários, mais uma vez, o apego ao direito de cidadania e representatividade afro-brasileira para que possa um dia tornar-se a sua causa um parâmetro efetivo na sociedade em nome da sua territorialidade.

A busca por uma condição de vida digna pautada na cidadania ainda não é totalmente uma realidade, embora após diversos reconhecimentos das necessidades e o apoio legislativo presente na Constituição Federal de 1988 e das emendas constitucionais, ainda seja uma objetivação em construção. A titulação territorial, a educação quilombola e a sua cidadania como um todo são pautas contemporâneas e reivindicações das comunidades remanescentes em busca da autonomia e liberdade.

### Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os Quilombos e as Novas Etnias. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Quilombolas e novas etnias**. Manaus: UEA Edições, 2011. 196 p. Disponível em:<

<https://seppirhomologa.c3sl.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/3053/QUILOMBOS%20%20OE%20AS%20NOVAS%20ETNIAS.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>>. Acessado em: 20 mar. 2023.

ARRUTI, José Maurício. **Mocambo**: antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru, SP: Edusc, 2006. 370 p. Disponível em:<[https://www.academia.edu/1801515/Mocambo\\_antropologia\\_e\\_hist%C3%B3ria\\_no\\_processo\\_de\\_forma%C3%A7%C3%A3o\\_quilombola\\_PDF\\_DO\\_LIVRO\\_COMPLETO/](https://www.academia.edu/1801515/Mocambo_antropologia_e_hist%C3%B3ria_no_processo_de_forma%C3%A7%C3%A3o_quilombola_PDF_DO_LIVRO_COMPLETO/)>. Acessado em: 02 abr. 2023.

BRANDÃO, Tanya Pires. **O escravo na formação social do Piauí**: perspectiva histórica do século XVII. Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí, 2015.

BRITO, Thiago Oliveira da Silva. Os herdeiros de Ancelmo: uma história da delimitação do território quilombola de Riacho dos Negros (São João do Piauí, 2007-20014).In:X Congresso Brasileiro de Pesquisas Negras: (re) existência intelectual negra e ancestral. (re) existência intelectual negra e ancestral, 10 anos de enfrentamento,2018, Uberlândia –MG, **Anais do X Congresso Brasileiro de Pesquisas Negras: (re) existência intelectual negra e ancestral. (re) existência intelectual negra e ancestral, 10 anos de enfrentamento**, Uberlândia –MG: Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as –ABPN, Consórcio Nacional de Estudos afro-brasileiros-CONEABs, Universidade Federal de Uberlândia –UFU, out./ 2018. Disponível em:<[https://www.copene2018.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/1538175647\\_ARQUIVO\\_HerdeirosdeAncelmoparaXCOPENE.pdf](https://www.copene2018.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/1538175647_ARQUIVO_HerdeirosdeAncelmoparaXCOPENE.pdf)>. Acessado em: 07 out. 2022.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. **Observatório Quilombos**.05Out. 2022. Disponível em:<<https://cpisp.org.br/>>. Acessado em: 25 set. 2022.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**: formação da família sob o regime da economia patriarcal. 48 ed. São Paulo: Global, 2003. Disponível em:<[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/229314/mod\\_resource/content/1/Gilberto%20Freyre%20-%20Casa-Grande%20e%20Senzala.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/229314/mod_resource/content/1/Gilberto%20Freyre%20-%20Casa-Grande%20e%20Senzala.pdf)>. Acessado em: 25 set. 2022.

FERRARI, Márcio. “A economia dos quilombos”. **Revista Pesquisa Fapesp**. São Paulo, ed. 242, p.80-83, abr./ 2016. Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br/a-economia-dos-quilombos/>>. Acesso 12 set. 2022.

FIABANI, Adelmir. Comunidades Remanescentes de quilombo: da invisibilidade à luta pela terra. In: LIMA, Solimar Oliveira; FIABANI, Adelmir. **Sertão quilombola**: comunidades negras rurais no Piauí. Teresina: EDUFPI, 2015. 259 p.

FUESTES, Patrick. Racismo ambiental é uma realidade que atinge populações vulnerabilizadas. **JORNAL DA USP**, 09 dez. 2021. Disponível em:<<https://jornal.usp.br/atualidades/racismo-ambiental-e-uma-realidade-que-atinge-populacoes-vulnerabilizadas/>>. Acessado em: 06 abr. 2023.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Comunidades Certificadas**: certidões expedidas às Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs) publicadas no DOU em 22 ago. 2022. Disponível em:< [https://www.palmares.gov.br/?page\\_id=37551](https://www.palmares.gov.br/?page_id=37551)>. Acessado em: 09 out. 2022.

GALLOIS, Dominique T. Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades? In:RICARDO, Fany (Org.). **Terras Indígenas & Unidades de Conservação da natureza**: o desafio das sobreposições. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004. 687 p. Disponível em:<<https://acervo.socioambiental.org/acervo/publicacoes-isa/terras-indigenas-unidades-de-conservacao-da-natureza-o-desafio-das>>. Acessado em: 03 abr. 2023.

GELEDÉS. **O Piauí terá uma das maiores comunidades quilombolas do país**. 2011. Disponível em:<<https://www.geledes.org.br/piaui-tera-uma-das-maiores-comunidades-quilombolas-dopais/#:~:text=S%C3%A3o%20cinco%20territ%C3%B3rios%2C%20titulados%20em,ambos%20n%20munic%C3%ADpio%20de%20Isa%C3%ADas>>. Acessado em: 25 set. 2022.

GOMES, Flávio. **Palmares**: escravidão e liberdade no Atlântico Sul. São Paulo: Contexto, 2005. Disponível em:<<https://livrogratuitosja.com/wp-content/uploads/2021/03/GOMES-Palmares.pdf>>. Acessado em: 26 set. 2022.

HENRIQUE FILHO, Tarcísio. Quilombola: a legislação e o processo de construção de identidade de um grupo social negro. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, a.48, n.192, p.147-170,out./dez. 2011. Disponível em:< <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242936>>. Acessado em: 29 set. 2022.

LIMA, Solimar Oliveira. Sertão Quilombola: comunidades negras rurais no Piauí. In: **IV Encontro Internacional de Literatura, História e Cultura Afro-brasileira e Africana**, Universidade Estadual do Piauí-UESPI, Teresina –Piauí, **Anais do IV Encontro Internacional de Literatura, História e Cultura Afro-brasileira e Africana**, nov./2015. Disponível em:<<https://silo.tips/download/sertao-quilombola-comunidades-negras-rurais-no-piaui>>. Acessado em: 08 out. 2022.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Tempo Brasileiro**, Anuário Antropológico/2002-2003, Rio de Janeiro, 2004, p.251-290. Disponível em:< <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6871>>. Acessado em: 21 mar. 2023.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma História feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. Disponível em:< <https://dlivros.com/livro/historia-feita-por-maos-negras-beatriz-nascimento>>. Acessado em: 21 mar. 2023.

MAICHER, Maria Albenize Farias. Identidade Quilombola e Território. **Observatório geográfico americalatina MAF Malcher do III Fórum Mundial de Teologia**, 2009, p.1-23. Disponível em:< <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiacultural/120.pdf>>. Acessado em: 03 abr. 2023.

MOURA, Clóvis. **Os Quilombos e a rebelião negra**. São Paulo: Brasiliense, 1986. Disponível em:< <https://regabrasil.files.wordpress.com/2018/10/os-quilombos-e-a-rebelic3a3o-negra-1986.pdf>>. Acessado em: 25 set. 2022.

MOURA FÉ, Elisângela Guimarães; GOMES, Jaira Maria Alcobaça. As comunidades quilombolas do Território dos Cocais (PI) nas políticas de desenvolvimento rural. In: **IX Jornada Internacional de Políticas Públicas: civilização ou barbárie: o futuro da humanidade**, Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Anais da IX Jornada Internacional de Políticas públicas: civilização ou barbárie: o futuro da humanidade, São Luís (MA), 2019. Disponível em:< [http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho\\_submissaoId\\_1017\\_10175cca9d1a1a480.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_1017_10175cca9d1a1a480.pdf)>. Acessado em: 08 out.2022.

MOURA FÉ, Elisângela Guimarães. NASCIMENTO, José Edilson do; GOMES, Jaíra Maria Alcobaça. Organização socioprodutiva e a questão da terra na comunidade Quilombola Currealinho – Esperantina (PI). **BrazilJournalofDevelopment**, Curitiba, v.5, n.8, p.12846-12868, aug. 2019. Disponível em:< <https://brazilianjournals.com/ojs/index.php/BRJD/article/view/2867>>. Acessado em: 09 out. 2022.

SANTOS, Daniely Monteiro; LIMA, Solimar Oliveira. Quilombolas do Piauí: organização para além da terra. **III Seminário Internacional História e Historiografia. X Seminário de Pesquisa do Departamento de História–UFC, Anais do III Seminário Internacional História e Historiografia, X Seminário de Pesquisa do Departamento de História –UFC**, Fortaleza: Expressão Gráfica, out./2012. Disponível em:<[https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/42762/1/2012\\_eve\\_dmsantos.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/42762/1/2012_eve_dmsantos.pdf)>. Acessado em: 07 out. 2022.

SANTOS, Daniely Monteiro; LIMA, Solimar Oliveira. Movimento Quilombola do Piauí: participação e organização para além da terra. **Informe Econômico**, ano. 14, n.30, p.35-41, ago/2013.

---

Disponível em:< <https://periodicos.ufpi.br/index.php/ie/article/view/1788>>. Acessado em: 09 out. 2022.

SÁEZ, Oscar Calavia. 2015. O território, visto por outros olhos. **Revista de Antropologia/USP**, vol. 58, n. 1, p. 257-284. Disponível em:< <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/102108>>. Acessado em: 03 abr. 2023.

SOUSA, Maria Sueli Rodrigues de. Conhecimentos tradicionais associados a biodiversidade, racismo e territorialidades quilombolas: racismo institucional e ambiental na titulação de territórios quilombolas. In: LIMA, Solimar Oliveira; FIABINI, Adelmir. **Sertão quilombola: comunidades negras no Piauí**. Teresina: EDUFPI, 2015. 259 p.



## “CORREIO TRABALHISTA”: O JORNAL DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO NA BAHIA (1946)

**CORREIO TRABALHISTA: THE NEWSPAPER OF THE BRAZILIAN LABOR PARTY IN BAHIA (1946)**

Hebert Santos Oliveira <sup>1</sup>

**Resumo:** O *Correio Trabalhista* foi publicado pelo Partido Trabalhista Brasileiro, seção Bahia, no ano de 1946. O artigo tem como objetivo principal analisar os conteúdos políticos presentes no periódico, em que expressava a linha política e ideológica adotada pela agremiação na esfera nacional, na qual tinha como base o discurso getulista e trabalhista, além da orientação anticomunista. Ademais, apresentar a postura do PTB baiano diante dos trabalhadores, organizados em sindicatos, no momento em que o país iniciava uma nova fase de experiência democrática será fundamental para entendermos o partido e o espaço em que ele ocupava no estado da Bahia. O jornal será objeto e fonte de estudo.

**Palavras-chave:** Correio Trabalhista. PTB baiano. Trabalhismo.

**Abstract:** *Correio Trabalhista* was published by the Partido Trabalhista Brasileiro, Bahia section, in 1946. The main objective of the article is to analyze the political content present in the journal, in which it expressed the political and ideological line adopted by the association at the national level, in the which was based on the Getulist and labor discourse, in addition to the anti-communist orientation. Furthermore, presenting the position of the Bahian PTB towards the workers, organized in unions, at the moment when the country began a new phase of democratic experience will be fundamental for us to understand the party and the space in which it occupied the state of Bahia. The newspaper will be object and source of study.

**Keywords:** Labor Mail. PTB Bahian. Labor.

---

<sup>1</sup> Mestre (UFBA) e Doutorando em História (UFRRJ). Professor de História da SEMEC/Tapiramutá-BA. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0337622446504563>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3003-9112>. Bolsista Capes. E-mail: [oliveirahebert1@gmail.com](mailto:oliveirahebert1@gmail.com).

## Considerações Iniciais

O golpe sobre Getúlio Vargas em outubro de 1945 decretou o fim do Estado Novo (1937-1945) e com ele oito anos de regime ditatorial. O país, mesmo antes de sua derrubada, já respirava intensas movimentações sociais e políticas, que se pautavam pela redemocratização. Os trabalhadores organizados em sindicatos, movimentos grevistas, a formação de partidos políticos nacionais, o confronto de ideologias (comunistas, trabalhistas e liberais) dentre outros, constituíram um conjunto de elementos fundamentais que caracterizou a transição para a democracia.

Na Bahia, os novos ares democráticos impulsionavam a divulgação e difusão dos programas políticos partidários, que encontrava esteio basicamente na grande imprensa, jornais tradicionais que se alinhavam a elite política e econômica. A União Democrática Nacional (UDN), conhecido partido de direita liberal, tinha um espaço cativo de defesa de seus líderes e de suas propostas no jornal *A Tarde*. Este periódico era o porta-voz da Concentração Autonomista da Bahia que preenchia uma ala da UDN baiana, liderado por Otávio Mangabeira<sup>2</sup> e defendia a candidatura de Eduardo Gomes à presidência da República. Já o Partido Social Democrático (PSD) encontrava nos jornais *O Imparcial* e *Diário da Bahia*, um apoio em defesa do novo partido e da candidatura do militar político Eurico G. Dutra que se tornaria presidente da República em fins de 1945<sup>3</sup>.

O espectro ideológico à esquerda, sob a égide do Partido Comunista do Brasil (PCB), não encontrava respaldo na grande imprensa baiana, pelo contrário, havia um clima de animosidade entre eles, na qual os jornais utilizavam seus espaços para emitir críticas contumazes à postura política e ideológica do Partidão, não condizente com as premissas democráticas e liberais que se estabelecia. Dessa forma, o PCB se rearticulava para orientar a classe trabalhadora por meio de seu semanário (depois foi publicado diariamente), *O Momento*, criado em abril de 1945, o principal jornal difusor das perspectivas comunistas sobre o território baiano naquele momento. Essa não foi a primeira experiência do partido na Bahia em estabelecer uma comunicação com as classes populares. Entre 1938 e 1943, o PCB baiano foi pioneiro na leitura do país, que vivenciava o período autoritário do Estado Novo, criando a *Seiva*, primeira revista do partido. A ideia central era articular um pensamento antifascista diante de um quadro internacional de avanço e domínio de partidos e lideranças fascistas,

---

<sup>2</sup> A Concentração Autonomista da Bahia (CAB) foi um partido criado em 1935 por intelectuais, políticos e profissionais liberais opondo-se a Revolução de 1930 e seus desdobramentos. Tinha como lema “a autonomia”, por considerar que a Bahia foi usurpada pelo poder central de Vargas, especialmente quando indicou um cearense, Juracy Magalhães, como Interventor no Estado. Foi extinto em 1937 depois do golpe de Estado e retomou suas atividades com suas lideranças Otávio Mangabeira, Aloisio de Carvalho e Ernesto Simões Filho, dono do jornal *A Tarde*, sob a legenda da UDN.

<sup>3</sup> “A Bahia está com o General Eurico Dutra” (*Diário da Bahia*, 31/05/1945, p. 2); “A candidatura Dutra na Bahia: valiosas adesões e apoio popular” (*Diário da Bahia*, 02/06/1945, p. 3); “A candidatura Dutra na Bahia: continuam as expressivas adesões” (*Diário da Bahia*, 06/06/1945, p. 3); “A candidatura Dutra marcha para a vitória” (*O Imparcial*, 13/05/1945, p. 1).

assim como promover a luta dos comunistas baianos no seio conflituoso da sociedade brasileira (FERREIRA, 2012, p. 10).

O jornal *O Momento* teve a condução de jovens comunistas baianos, como por exemplo, João Falcão (advogado e jornalista), Aristeu Nogueira (advogado), Armênio Guedes (jornalista) entre outros. O jornal tinha como objetivo divulgar as atividades do PCB, especialmente quando se tratava da sua participação na organização sindical e na luta dos trabalhadores por direitos, mas também trazer uma diversidade de notícias da Bahia, do Brasil e do mundo. Na avaliação do historiador Muniz Ferreira,

o jornal concorreu decisivamente para a compreensão dos problemas associados à liberdade de imprensa no Brasil pós-Estado Novo, bem como para as estratégias utilizadas pelo PCB em seu esforço de aproximação em relação as massas populares soteropolitanas em meio às condições de clandestinidade e perseguição (FERREIRA, 2004, p. 169).

Como sabemos, o Partido Comunista do Brasil obteve sua legalidade, tendo seu registro deferido para concorrer às eleições de 1945, elegendo inclusive deputados para a Constituinte. Na sequência, com a pressão oposicionista e o quadro político internacional polarizado entre União Soviética e Estados Unidos, ocorreu a cassação do partido em 1947 e conseqüentemente a perda dos mandatos parlamentares em 1948. O excerto acima chama atenção para o fato de os comunistas terem aliado seu direito constitucional de liberdade de expressão e de imprensa em um momento de democracia no país, o que revela que esse regime democrático tinha suas limitações e os resquícios autoritários do Estado Novo ainda prevaleciam.

Não obstante, *O Momento* sofreu com o peso desse autoritarismo quando foi empastelado em maio de 1947, o que os comunistas intitularam de “fascistas, inimigos da liberdade de imprensa, inimigos da verdade e da democracia”. Além disso, o referido periódico atribuiu esse ato violento aos “bandidos que estavam a serviço da ditadura Dutra, dos latifundiários e negociastas” que queriam calar a voz do povo baiano (*O Momento* 22/05/1948, p. 3). Ademais, em fevereiro de 1948 houve repressão policial a um comício na Praça da Sé em protesto pela cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas na Câmara e no Senado Federal, nas Assembleias estaduais e Câmaras municipais. O comício foi convocado por sindicatos e organizações populares dias após a cassação do mandato dos deputados Jaime Maciel e Giocondo Dias (TAVARES, 2001, p. 463). Mesmo diante de toda situação persecutória, o diário comunista sobreviveu até 1957 quando ocorreu seu fechamento, não antes de sofrer outro empastelamento nos idos do segundo governo Vargas em 1953. A segunda metade da década de 1940 promoveu esses movimentos de circulação das ideias defendidas pelos partidos através dos jornais.

O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) na Bahia, como uma agremiação que mirava e disputava com o PCB os anseios da classe trabalhadora, criou também o seu periódico. Naquele momento, início de 1946, era propício para divulgar as premissas em que o PTB se sustentava para atingir a população baiana. Assim, esse artigo tem como objetivo principal analisar os conteúdos políticos presentes no periódico, em que expressava a linha política e ideológica adotada pela agremiação na esfera nacional, na qual tinha como base o discurso getulista e trabalhista, além da orientação anticomunista.

### **O *Correio Trabalhista***

O jornal *Correio Trabalhista* foi o porta-voz do trabalhismo e do PTB na Bahia. Não se sabe ao certo em que ano foi criado, mas suas publicações remontam ao ano de 1946. São edições incompletas e esparsas – disponíveis no setor de periódicos raros, sob a guarda da Biblioteca Pública do Estado da Bahia –, mas que nos dão a dimensão do quadro político e social em que o partido estava imerso. Havia na composição do jornal membros do próprio partido, como o presidente Herosílio Baraúna (gerente) e o secretário-geral Oscar Péricles Noblat (secretário), além do diretor Avio de Novais Freire e do redator-chefe, o sr. Euzebio de Oliveira Carvalho. O logotipo preenchia o nome do jornal e uma ilustração de um operário com sua ferramenta.



Imagem 1: Recorte do logotipo do jornal

O *Correio* era inteiramente produzido e financiado pelo PTB baiano, mas angariava recursos também pela sua venda semanal. Sua circulação se deu basicamente na capital soteropolitana, mas provavelmente atingiu as regiões mais próximas de Salvador e sendo recepcionado por entidades sindicais. O seu conteúdo editorial estava voltado prioritariamente ao perfil do próprio partido e dividido da seguinte forma: Noticiário trabalhista (movimento partidário), sindical e artigos sobre doutrina e política geral; também compunha as edições notícias diversas sobre cinema, esporte e aspectos sociais. Aqui, vamos dar ênfase nas análises referentes a como o partido, através do jornal, se colocava diante desse momento democrático que se consolidava, sob o ponto de vista trabalhista e/ou getulista.

### **Trabalhismo, getulismo e anticomunismo nas páginas do *Correio Trabalhista***

Um dos destaques que o jornal empreendia era o da expansão do PTB baiano e da fundação de diretórios municipais Bahia afora. O intuito era demonstrar o crescimento do partido e com isso atrair um número significativo de filiados, além de demarcar posição frente aos partidos adversários que gozavam de maior adesão tanto na capital quanto no interior. Nesse sentido, podemos ilustrar tal assertiva com a chegada do PTB na cidade de Aratuípe, sudoeste do Estado:

Em continuação ao seu programa de divulgação dos seus postulados, vai o Partido Trabalhista Brasileiro, seção da Bahia, penetrando os Rincões do Estado e aí estalando [sic] quer na Sede quer nos distritos novos Diretórios que, se encarregarão de arregimentar novos sócios para o Partido. Aratuípe também teve seu dia de festa com a instalação do Diretório Municipal [...] (*Correio Trabalhista*, 19/03/1946, p. 2).

Em outra oportunidade, o noticioso divulgou a instalação do PTB na região do Recôncavo Baiano, espaço estratégico de organização dos trabalhadores, onde se verificava a indústria do fumo e usina de açúcar, tendo Santo Amaro como uma das principais cidades:

O diretório do PTB, instalado no dia 3 de fevereiro, vem cumprindo com satisfação geral o programa do trabalhador. Em carta dirigida ao Dr. Dorival Passos os trabalhadores de Santo Amaro denotam o entusiasmo com que, lido ali o “*Correio Trabalhista*” e acreditam que o “*Correio Trabalhista*” é o jornal do operário. Essas notícias que são confortadoras e que compensam o nosso esforço em prol da massa trabalhadora, nos animam e nos colocam cada vez mais na defesa do trabalhador (*Correio Trabalhista*, 19/03/1946, p. 2).

Dorival Guimarães Passos foi um membro atuante do PTB baiano, vindo de Santo Amaro. Advogado, Passos atuou junto a sindicatos baianos desempenhando uma intensa atividade no sindicato dos bancários e dos empregados da estiva, além de ter participado da criação do partido na Bahia. Depreende-se também a presença do *Correio* no meio operário, o jornal que buscava estar ao lado dos trabalhadores na luta por direitos. O próprio jornal, em diversas passagens, enfatiza a “defesa intransigente dos direitos das classes trabalhistas” e é com esse imperativo que sempre enaltece a expansão de diretórios em municípios do interior. Assim, na região do vale do São Francisco, Chapada Diamantina, Sertão baiano, etc., foram contemplados com a presença do Partido Trabalhista Brasileiro.

Uma vez assentado nas diversas plagas baianas, o PTB procurava arregimentar, através dos sindicatos, a mobilização dos trabalhadores e, como já vimos, o *Correio* seria esse interlocutor do partido com a classe. A mensagem no jornal seguia a orientação do programa do partido, como vemos na entrevista concedida pelo vice-presidente da sigla soteropolitana, Ormeu Castelo Branco Caldas:

Como em qualquer Estado: pugnar pela valorização das massas trabalhadoras. O PTB da Bahia deseja, antes de mais nada, a elevação do nível de vida do trabalhador baiano, no que respeita às circunstâncias de ordem econômica, social e cultural. Esse é o ponto central do nosso programa. E tudo isso fora de extremismos (*Correio Trabalhista*, 26/02/1946, p. 2).

Neste fragmento, as propostas e intenções seguem uma orientação nacional da agremiação e ainda salienta que isso é reivindicado sem apelar para extremismos. Quando ele menciona “extremismos”, provavelmente diz respeito ao comunismo e ao integralismo, tendências políticas antagônicas entre si e criticadas pela sigla petebista. Aliás, os articulistas do *Correio* destinavam alguns de seus artigos com intuito de deslegitimar o seu adversário, no caso do PCB e dos comunistas, frente aos trabalhadores e alertá-los sobre os objetivos de “escraviza-los” sob a nefasta ideologia “bolchevique”. Assim, o jornalista Inácio Dias de Souza descreveu o comunismo:

[...] O comunismo é inadapável ao grão de cultura e evolução social e nosso tempo; ele só sobreviverá na ilegalidade, porquanto seus métodos são da violência e do crime, isto é, subversivo e destruidor, visando por todos os meios implantar a desordem, social-econômica, para formar assim condições favoráveis, e oportunidades que lhe permita assaltar o poder e exercer-la criminosamente em proveito de seus patrões estrangeiros. Esse regime não medrará em nossa Pátria, pois, o povo brasileiro tem sua mentalidade formada, dentro dos seus princípios do Cristianismo, e não acompanharão por certo esses embusteiros. A dissimulação e a calúnia constituem as suas armas; proclamam-se nacionalistas e recebem o dinheiro da traição (*Correio Trabalhista*, 26/02/1946, p. 2).

O autor do artigo era um dirigente do PTB estadual. Inácio Dias, engenheiro e advogado, era um getulista de primeira hora e teve atuação destacada na criação da CTB e USTB, assumindo a representação da Confederação Sindical na Bahia (SOUZA, 2015, p. 53) ou seja, tinha significativo trânsito no meio dos trabalhadores. Dias compreendia o comunismo como um sistema incompatível com as características socioculturais do país pelo fato de que o povo brasileiro tem suas raízes morais fincadas na religião cristã e que as ideias e práticas comunistas estariam no campo da ilegalidade e a serviço da potência estrangeira, no caso a União Soviética. As críticas incisivas continuam:

O Snr. Carlos Prestes, símbolo da hipocrisia e pusilanidade, apóstolo do comunismo Russo, que tantas promessas tem feito ao povo e ao proletariado nacional, devia lembrar como foi bolchevizada a terra de Stalin. Porque os defensores do proletariado vermelho suprimiram a liberdade e instituíram o trabalho escravo? Porque prometeram as terras e despojaram os camponeses das suas lavouras, obrigando-os a trabalhar para o Estado, sob o jugo de uma Ditadura Militar, sanguinária e cruel, reduzindo os mesmos à miséria? A situação não permite mais dúvidas do perigo que nos ameaça. As Forças Armadas e as forças políticas da Nação fortalecerão por certo a ação do Governo na concretização das medidas necessárias a salvaguarda das instituições democráticas e da ordem pública. Também o trabalhador brasileiro, numa reação exemplificante [sic], sempre combateu os regimes extremistas [...] (*Correio Trabalhista*, 26/02/1946, p. 3).

Esse tom adotado pelo dirigente petebista coaduna com o que Ormeu Caldas sublinhou em sua entrevista: estar fora de extremismos. Isso de fato tem uma razão de ser, se olharmos para o

próprio fundamento da criação do PTB, quando, ainda em 1945, havia o discurso por parte de Vargas de que o partido seria uma alternativa ao extremismo de esquerda, direcionando claramente ao PCB, visto que este crescia no meio sindical. Era preciso, então, defenestrar seu adversário político, utilizando-se de argumentos de como funcionava o regime comunista na prática, com sua miséria e ausência de liberdade na URSS. De certa forma, os discursos petebistas se aproximavam daqueles irradiados pela grande imprensa, de caráter liberal e de direita, o que podemos concluir que ambos encontravam no PCB um inimigo em comum, embora sob aspectos distintos. Ao final de seu artigo, Inácio Dias de Souza chama os trabalhadores à reflexão quanto à ameaça comunista sobre eles próprios e a luta contra o extremismo que, na sua visão, solapa a democracia:

Trabalhadores bahianos: os sectários do comunismo, tentam por todos os meios, fomentar a desordem dentro do país. Eles invadem os sindicatos e todas as organizações trabalhistas, com o fim único de pregar a desarmonia entre as classes. As seduções do comunismo como doutrina prática, para curar males políticos, desaparecerão no dia em que a massa trabalhista opor-lhe resistência por convicções próprias, condições definidas no âmbito social-econômico [...]. Na tarefa gigantesca de combater os extremismos, empenhamos o nosso interesse e responsabilidade direta. Os trabalhadores terão de compreender as consequências da propaganda comunista entre nós e as ameaças que ele representa, como fator permanente de inquietude e desordem a Nação. O Partido Trabalhista Brasileiro defende os princípios fundamentais, de uma Democracia Social-Econômica, única que trará a família trabalhista os meios necessários para um padrão de vida estável (*Correio Trabalhista*, 26/02/1946, p. 3).

O texto termina com uma exclamação de morte ao comunismo escravizador. Esse clima político de animosidade entre as duas agremiações, revela um quadro catalisador sócio-político no estado, pois tanto o PTB quanto o PCB surgem nesse novo cenário com acenos mais incisivos a classe trabalhadora, com programas e ações que tentavam contemplar os seus anseios que surgiam com a retomada da democracia.

Com efeito, o PTB baiano e o jornal *Correio Trabalhista* estavam atentos às movimentações dos sindicatos em seus diversos segmentos, seja na capital ou no interior. Páginas eram destinadas ao tratamento sobre os direitos dos trabalhadores e as mobilizações grevistas das diversas categorias. Uma delas, a dos bancários, teve uma organização a nível nacional e a Bahia foi um dos destaques no movimento paredista de 29 de janeiro de 1946. Naquele momento, a greve dos bancários representou um marco significativo na retomada do movimento sindical no pós-guerra, e serviu para consolidar, na prática, a reconquista do direito de greve, contrariando os resquícios autoritários da carta de 1937 (SOUZA, 2015, p. 116). O ano de 1946 foi o estopim para a eclosão da greve, visto que desde o ano anterior os bancários já articulavam negociações que pudessem ser atendidas suas reivindicações, que envolviam dez modificações no contrato de trabalho, dentre elas: uma carreira de progressão funcional e gratificações de comissionamento (SILVA, 2017, p. 3). Essas demandas não

foram atendidas e em janeiro declararam a greve. Em fevereiro foi feito acordo para encerrar a paralisação, com a expectativa de o patronato atender as reivindicações, o que não ocorreu inteiramente. O PTB se mostrava ao lado dos grevistas:

Aderindo ao justo movimento bancário, reuniu-se ontem à noite o III Congresso Sindical para tomar lugar as medidas de ajuda moral e financeira. Por isso foi deliberado um apelo aos Exmos. Srs. Presidente da República, Ministro do Trabalho e ao Parlamento Nacional para as suas imediatas intervenções na solução do caso dos bancários atualmente em greve. Entrementes se nomeou uma comissão incumbida de angariar donativos para o fundo de greve (*Correio Trabalhista*, 12/02/1946, p. 2).

Tendo ocorrido este conclave no dia 11 de fevereiro, o dia seguinte foi de acordo e término da greve. Entretanto, o acordo não foi cumprido por alguns bancos que não pagaram os dias paralisados, e em alguns casos ocorreram punições e até demissões aos grevistas (LINS, 2022, p. 55). A greve dos bancários foi um momento profícuo para que, as principais lideranças partidárias, PCB e PTB, se posicionassem em defesa do movimento, conseguindo superar seus entraves estratégicos internos e sua aproximação institucional ao governo Dutra, respectivamente.<sup>4</sup> De certo, os trabalhistas do Partido Trabalhista Brasileiro baiano buscaram as vias institucionais de solução para a questão grevista, não se valendo de ações de confronto para obter o êxito desejado pela classe dos bancários:

[...] Movimento grevista simpático, foi em último recurso, a única fórmula encontrada pela classe bancária, para quebrar as grilhetas que se lhe ataram aos braços, pela ambição desmedida dos patrões cegos e surdos. Nós do Partido Trabalhista nos sentimos também vitoriosos não só pelo fato de termos encarado com simpatia o movimento grevista como também de colocarmos a voz da nossa imprensa a serviço das razões que dirigiam o próprio movimento. E vale apenas acrescentar que o Diretório do Partido dirigiu à bancada do Partido um telegrama no sentido que fosse o movimento bancário solucionado. Assim procedemos em perfeita coerência como os nossos postulados partidários [...] (*Correio Trabalhista*, 19/02/1946, p. 2).

Dessa forma, denota-se que o PTB baiano estava atento às demandas grevistas dos bancários, mas também coadunava com as premissas defendidas pela classe, tendo como fundamento do partido a defesa dos direitos trabalhistas. Tal defesa se espelha no trabalhismo, ideologia política produto do Estado Novo e que se consagrou no pós-1945, caracterizando-se por um projeto que se vinculou ao nacionalismo e à promessa de justiça social centrada nos direitos do trabalho (GOMES, 2016, p. 305).

---

<sup>4</sup> Se até então as greves eram vistas pelos comunistas como “provocação, agora passarão a ser vistas como direito dos trabalhadores” (WEFFORT, 1973, p. 92). A chegada de 1946 vai fazer o partido procurar dar conta do ascenso do movimento operário que vai “provocar uma mudança na lógica de ação dos comunistas. Estes “continuarão a tentar evitar as greves; mas não conseguindo, passarão a apoiá-las e mesmo dirigi-las” (SANTANA, 2001, p. 46). Já os petebistas, que juntamente com Vargas apoiaram a candidatura Dutra, apropriaram dos mecanismos do trabalhismo herdado pelo seu criador, fazendo uso ostensivo dos organismos por ele criados, como os órgãos subordinados ao Ministério do Trabalho (SANTANA, 2007 *apud* RODRIGUES, 1968, p. 22-23).



Os primeiros meses de 1946 foram de intensas disputas na arena sindical e patronal. As mobilizações por garantias de melhores salários não se restringiam a capital Salvador e a região metropolitana. No interior baiano, as pautas reivindicatórias ganhavam espaço entre os trabalhadores, como no caso dos ferroviários de Ilhéus, litoral sul do estado, que desde maio de 1945, pleiteavam acordo com a empresa Estrada de Ferro Ilhéus-Conquista, levando a uma curta paralisação das atividades em maio daquele ano. Em fevereiro, após meses de conversas sem uma posição a favor dos ferroviários, os ferroviários decidem em Assembleia tomar atitude contra a empresa, conforme telegrama enviado ao *Correio*:

Sindicato Ferroviários Ilhéus reunidos assembleia geral resolveu instaurar dissídio coletivo contra Estrada de Ferro Ilhéus Conquista se nega peremptoriamente atender justificado pedido aumento de salário. Esperamos contar com vibrante órgão Partido Trabalhista defesa nossos sagrados interesses (*Correio Trabalhista*, 26/02/1946, p. 2).

João Batista de Souza, presidente do sindicato, disse em mensagem ao jornal que a empresa tratava os trabalhadores com menosprezo, atribuído a falta de higiene e segurança no trabalho, demonstrando total desrespeito à legislação do Trabalho e negando o pagamento de bonificação solicitada e o aumento geral dos salários (*Correio Trabalhista*, 19/03/1946, p. 2). Após a apresentação do dissídio à Justiça, houve um protelamento por parte da empresa, o que inviabilizou a resolução das reivindicações da classe. Em Assembleia Geral realizada no dia 6 de março, foi decidido pela paralisação das atividades a partir do dia seguinte e, como uma das decisões, relatar todos os fatos ao Presidente da República que constituem suas reivindicações, acreditando que o mesmo irá intervir para fazer justiça (*Correio Trabalhista*, 19/03/1946, p. 2). O que ocorreu alguns dias depois do início da greve foi a promulgação de Eurico Dutra do decreto-lei nº 9.070 que regulamentava o direito de greve e assim o restringia fortemente, especialmente nas chamadas “atividades essenciais”, como os bancos e indústrias, por exemplo. Assim, o presidente dos ferroviários de Ilhéus, compreendendo e aceitando essa regulamentação, decidiu em assembleia pela extinção da greve pacífica, enviando esse comunicado para o PTB baiano.

Essa medida adotada pelo Presidente trouxe desconforto e indignação em setores sindicais e principalmente dentro do PCB, que classificou o decreto como fascista e que contribuía para aumentar a intranquilidade e a desconfiança do povo ao governo, atendendo apenas aos interesses dos empresários “tubarões do capital colonizador” (*O Momento*, 26/03/1946, p. 2). No entanto, seguindo uma orientação de alinhamento ao governo Dutra, o PTB e suas seções estaduais apoiaram essa nova legislação que praticamente centralizava o poder de decisão sobre as greves dentro da esfera do Executivo. O Partido Trabalhista na Bahia veiculou sua posição, explicando que essa medida seria para o bem do trabalhador, evitando que posturas intempestivas dos comunistas colocassem em xeque

os direitos dos trabalhadores e encontrando na figura presidencial um perfil de equilíbrio e sobriedade diante dos anseios das massas. Em dado momento, no texto escrito pela direção do partido no estado, chama a atenção para que o país caminhe na direção de uma relação harmoniosa entre capital e trabalho, pois o modelo de greves que existia, afugentaria o primeiro:

Precisamos estabelecer um verdadeiro equilíbrio entre o capital e o trabalho, evitando que o primeiro desmorone com prejuízo ao segundo. Em nenhum país do mundo, mesmo na Rússia, se exclui o capital, como fator de progresso e de utilidade. O que se quer e deseja é que esse capital se movimente e não seja objeto de resultados gananciosos e condenáveis de seus possuidores. Se condenarmos e dispersarmos o capital, teremos, em consequência, a paralisação da lavoura, das indústrias, do comércio e todas as atividades, e assim, a nossa própria morte. Devemos contribuir, como trabalhadores, para o desenvolvimento e progresso do país, vivendo em perfeito espírito de harmonia – empregados e empregadores (*Correio Trabalhista*, 19/03/1946, p. 3).

Aqui, o pensamento e movimento no meio sindical reivindicam duas tendências que dialogam entre si e que está presente, com maior ou menor intensidade, na dinâmica interna do PTB: o “peleguismo” e o trabalhismo. O primeiro tem sua gênese ainda no Estado Novo em que se percebia o elo (pelego) que transitava entre os órgãos governamentais e sindicais e favorecia os interesses do Estado em detrimento dos direitos reclamados pelos trabalhadores, assim, colocavam-se os interesses nacionais de desenvolvimento acima da classe. Além disso, em relação a disputas políticas e ideológicas, apresentavam ações marcadamente anticomunistas. O segundo reivindica a política social de Vargas e se locupletam dos órgãos subordinados ao Ministério do Trabalho (RODRIGUES, 1968, p. 62). O que percebemos, nessa espécie de editorial do jornal acima citado, é que o discurso está alinhado a uma política de defesa de modernização da relação trabalhador e empresa, em que o direito de greve deve ocorrer em uma situação extrema, e que os trabalhadores em seus sindicatos devem considerar o imperativo do desenvolvimento nacional, ou seja, nessa passagem, a perspectiva “peleguista” ainda persistia. Ademais, o PTB baiano acrescenta em seu texto:

TRABALHADOR BRASILEIRO: a ti o apelo do nosso partido. A ti, homem católico, coração de bondade, o apelo do Brasil. De ti, de teu trabalho, de tua cooperação, há de resultar a grandeza de sua própria Pátria. Ajuda o Brasil a vencer, ajudando a obra iniciada pelo teu grande amigo Getúlio Vargas, e hoje seguida e melhorada por esse espírito de clarividência, justiça e amor, que é a encarnação da honra e patriotismo – General Eurico Gaspar Dutra. Abandona e **condena as tentações de doutrinas exóticas**. Nem para a direita nem para a esquerda [...]. Foge às insinuações e as tentações dos inimigos do Brasil. Tens um dever a cumprir perante Deus, e a tua fé nos destinos de nossa Pátria (grifos meus) (*Correio Trabalhista*, 19/03/1946, p. 3).

O PTB baiano seguia a linha de confronto com os comunistas. Quando se fala em “doutrinas exóticas”, pretende-se estabelecer um distanciamento entre os trabalhadores com o PCB e sua linha ideológica, que, para os petebistas, trazia prejuízos às conquistas trabalhistas ao longo dos últimos

anos. Pouco tempo depois, a situação levaria a outros contornos políticos entre as duas agremiações. A partir do decreto que regulamentava o direito de greve, o governo Dutra interveio nas organizações intersindicais, como o MUT e CTB, fechando-os e em diversos sindicatos para expulsar aqueles considerados extremistas, tanto comunistas quanto trabalhistas progressistas, que não estavam alinhados a política do governo. Dessa forma, para superar esse impasse, a militância comunista agiu em conjunto com os setores trabalhistas para dar fim à intervenção nos sindicatos (SANTANA, 2007, p. 255-256), especialmente depois de ser posto na ilegalidade em 1947. Outra questão importante que se insere na citação e que dá o tom do perfil do partido é o apelo ao líder Getúlio Vargas, consubstanciado no discurso do getulismo.

É flagrante que o getulismo é elemento fundamental nos discursos e práticas do PTB, partido que herdou esse fenômeno. Ele reivindica com frequência os feitos de Vargas, criando um cenário favorável ao personagem que se torna, mesmo depois de sua queda, uma figura central na política brasileira - para o bem e para o mal. O getulista de primeira hora, engenheiro e colunista do jornal *Correio Trabalhista*, Inácio Dias de Souza, utiliza seu espaço não só para atacar os comunistas, mas também para enfatizar os feitos de Getúlio Vargas e construir na consciência do público leitor que o legado getulista deveria ser levado adiante como a única maneira de desenvolvimento do país:

[...] O Brasil desde 1930, transformou sua mentalidade política, passando do regime liberal defendido pelos capitalistas estacionários e reacionários, para o regime social-econômico [...] Assumindo o governo, tomou o Sr. Getúlio Vargas todas as providências em benefício dessa massa anônima e desprotegida, os quais ignoravam o verdadeiro sentido da pátria, sem ter na consciência um verdadeiro sentimento de nacionalidade, pois faltavam-lhes a educação e instrução nos regimes liberais falidos, permanecendo inertes, quase que sem corresponder a evolução social e homogeneidade da massa, porque isso convinha às explorações políticas nas pugnas eleitorais. O governo Vargas considerou o trabalhador como um elemento básico na formação social-econômica do Brasil. Além da legislação social, deu também, o presidente Vargas uma educação política, capacitando os trabalhadores do Brasil para as lutas parlamentares e postos governamentais [...] (*Correio Trabalhista*, 14/03/1946, p. 3).

Sob essas e outras características a imagem política de Vargas vai se consolidar ainda mais no momento da redemocratização e durante o período democrático. Ele se torna talvez o primeiro líder político popular da História do Brasil, justamente pelo fato de conseguir, através da legislação trabalhista, se aproximar de amplas massas de trabalhadores brasileiros. O getulismo é, portanto, a associação dos feitos de Vargas durante o Estado Novo ao culto à sua figura como um moderno estadista e “pai dos pobres”. Assim como o trabalhismo, o getulismo teria como difusor oficial o Partido Trabalhista Brasileiro, partido no qual Getúlio se tornou presidente de honra e que foi criado por ele. Ainda no artigo de Inácio Dias, essa questão do que representa o PTB para o povo brasileiro está traçada:

[...] O teu partido, é o Partido Trabalhista Brasileiro, e cujo o chefe é a figura de Getúlio Vargas, o maior condutor dos trabalhadores do Brasil. O PTB luta e lutará pelas tuas conquistas sociais e econômicas, até atingir o mais alto nível de vida, sem precisar de fomentar revoluções e ambientes de inquietações da família brasileira, prestigiando as autoridades constituídas na salvaguarda das liberdades públicas. Trabalhadores: tem fé nos destinos do Brasil e no programa do Partido Trabalhista Brasileiro, pois é o único que tem vida própria e que pode falar em nome dos que trabalham em benefício da pátria [...] (*Correio Trabalhista*, 14/03/1946, p. 3).

Ademais, a compreensão do PTB da Bahia está em sintonia com o que pensa a agremiação nacional. Era preciso cerrar fileiras em prol da defesa das ideologias que norteavam o partido e isso teria que fazer sentido em um espaço onde os trabalhadores buscavam cada vez mais lutar pelos seus direitos. Portanto, levar esses atributos do PTB para uma escala regional, em que pese suas peculiaridades, seria uma tarefa complexa e que seria testada na eleição para governador do estado em janeiro de 1947. Durante o ano de 1946, as ideias eram expostas através de seu programa e difundidas pelo jornal *Correio Trabalhista*, com a intenção de disputar espaço com outros partidos. Assim, o 1º de maio daquele ano foi uma forma de estabelecer ainda mais o contato com o povo trabalhador, reivindicando o trabalhismo e o getulismo em um extenso editorial. O texto perpassa pelas origens do trabalho e como foi sendo desenvolvido e evoluído ao longo do tempo. Fala da importância dos operários na edificação do mundo, imprescindível o seu labor diante dos desafios impostos nas realidades de seu tempo. Reflete sobre as leis que garantem dignidade à classe trabalhadora, fruto de intensas organizações em sindicatos e de luta por melhores condições, no mundo e no Brasil. Tudo isso para chegar à primazia que é o enaltecimento de Vargas como grande estadista que implementou leis de proteção ao trabalhador:

As leis decretadas pelo ex-Presidente Vargas, e agora, como é de esperar-se, esmerilhadas pelo governo promissor do sr. General Eurico Gaspar Dutra, tem para vós, trabalhadores do Brasil, o alfa e o ômega da vossa existência. Elas são completas, ainda que carentes de alguns reparos a que sujeitos a obras humanas. Também questão de adaptação. Das vossas consciências na questão de direitos e de deveres, que são recíprocos, depende a grandeza e o futuro do Brasil (*Correio Trabalhista*, 01/05/1946, p. 1).

É evidente que, quanto mais se dá ênfase em estabelecer uma relação entre Getúlio Vargas e as leis trabalhistas, mais o PTB da Bahia se lançava para atingir os corações e mentes dos trabalhadores baianos, isto é, fora dos propósitos getulistas e trabalhistas, não há salvaguarda de seus direitos, pois a sorte do trabalhador brasileiro, em qualquer setor de suas atividades, sob a bandeira do Partido Trabalhista, está plenamente assegurada (*Correio Trabalhista*, 01/05/1946, p. 1).



Imagem 2: Ilustração de capa em homenagem ao Dia do Trabalhador

O trabalhismo também, conforme registrado naquele editorial era um imperativo internacional, levando a contribuindo para países como Inglaterra e nossa vizinha Argentina levarem adiante as políticas norteadas pelo trabalhismo, sempre se esquivando de “posições ideológicas” à direita e à esquerda (no caso, o socialismo que estava em ascensão mundial através da URSS) e sendo orientada pelo que chama de doutrinas sãs, que reúne amadurecimento e conhecimento da causa social brasileira (*Correio Trabalhista*, 01/05/1946, p. 1).

### Considerações Finais

A conjuntura política e partidária que se consolidava, sinalizava a tentativa do Partido Trabalhista Brasileiro baiano de construir um protagonismo nesse primeiro ano de atuação, trazendo consigo discursos e práticas orientadas pela lógica do getulismo e do trabalhismo e tendo no *Correio Trabalhista* seu principal porta-voz. Dessa forma, como bem sinalizou Jorge Ferreira (2013, p. 206):

Entre partidos e organizações de esquerda [acrescentaria centro-esquerda, como é o caso do PTB] tornou-se tradição publicar jornais que se tornassem porta-voz de suas orientações políticas por meio de um veículo de comunicação, o partido expressava a linha política adotada, veiculava mensagens enaltecidas de si mesmo, desqualificava os inimigos, mobilizava a militância, esforçava-se para arregimentar novos filiados e adeptos, entre outras atividades.

O trecho acima descreve como agiam os partidos de esquerda ou centro-esquerda por meio de seus meios de comunicação próprios, especialmente jornais. O PTB baiano, através do *Correio*, propugnava a herança da legislação social criada ainda no Estado Novo e a sua manutenção pelas mãos do presidente Dutra. Isso garantiria o bem-estar da classe trabalhadora que cada vez mais se organizava em sindicatos e fortalecia suas lutas com greves e paralisações. Contudo, os sindicatos deveriam se desviar de ações intempestivas de partidos, como é o caso do PCB, que reivindicava suas lutas baseado em ideologias nefastas, não agregando aos interesses dos trabalhadores. Portanto, o PTB baiano, correspondendo a uma orientação nacional, tinha como objetivo obstaculizar os

comunistas no seio do movimento sindical e impor um projeto hegemônico em que pudesse influenciar na opinião pública que está estreitamente ligada à hegemonia política (GRAMSCI, 2000, p. 16).

No que tange ao caráter e a hegemonia interna do Partido Trabalhista Brasileiro na Bahia, corroborando com a tese defendida pela cientista política Lucília Delgado (1989), esse primeiro momento de formação e consolidação do partido, teria um caráter chamado de “getulistas pragmáticos”, tendo como proposta cultivar o carisma de Getúlio Vargas como instrumento de mobilização política e social; como prepostos os sindicalistas, profissionais liberais, dentre outros (BATISTELLA, 2014, p. 48). Dentro deste grupo, uma corrente ou ala sindicalista se sobressaiu no PTB baiano neste primeiro ano, no qual estiveram em sua fundação como também orientaram os sindicatos nas principais greves que ocorreram no estado naquele período.

### Referências Bibliográficas:

#### Lista de Fontes

Jornal Correio Trabalhista. Salvador/BA. Ano: 1946.

Jornal O Momento. Salvador/BA. Ano: 1946 e 1948.

#### Bibliografia

BATISTELLA, Alessandro. **O Partido Trabalhista Brasileiro no Paraná (1945-1964)**. Tese de doutoramento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)**. São Paulo: Marco Zero, 1989.

FERREIRA, Jorge. O conceito e seus lugares: trabalhismo, nacional-estatismo e populismo. In: BASTOS, Pedro Zahluth; FONSECA, Pedro César Dutra (Org.). **A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: UNESP, 2012.

FERREIRA, Jorge. “Novos Rumos”: jornal do Partido Comunista Brasileiro. Locus: **Revista de História**, Juiz de Fora, v.19, n° 02, p. 205-224, 2013.

FERREIRA, Muniz. A história política da esquerda baiana: uma história em construção. **Revista Politeia**, Vitória da Conquista, v. 4, n. 1, p. 159-181, 2004.

GOMES, Ângela de Castro. Brizola e o trabalhismo. In: FERREIRA, Jorge e FREIRE, Américo (org.). **A razão indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 – 1979-2004)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 299-309.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**: Maquiavel. Notas sobre o estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LINS, Marcelo da Silva. **Os comunistas e os trabalhadores: entre mudanças da linha política e a atuação sindical na Bahia (1945-1952)**. Tese de doutoramento, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2022.

RODRIGUES, José Albertino. **Sindicato e desenvolvimento no Brasil**. Rio de Janeiro: Difel, 1968.

SANTANA, Marco Aurélio. Bravos companheiros: a aliança comunista-trabalhista no sindicalismo brasileiro (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel (org.). **Nacionalismo e reformismo radical – 1945-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 237-278.

SILVA, Alessandra Belo Assis. A greve nacional dos bancários em 1946: negociação e luta por direitos na Justiça do Trabalho. **XV Encontro Nacional ABET**, Rio de Janeiro, setembro de 2017.

SOUZA, Edinaldo Antonio Oliveira. **Trabalho, política e cidadania: trabalhadores, sindicatos e luta por direitos (Bahia, 1945-1950)**. Tese de doutoramento, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

TAVARES, Luis Henrique Dias. **História da Bahia**. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

WEFFORT, Francisco. Origens do sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura do após guerra). **Estudos CEBRAP**, n. 4, p. 66-105, abr.-jun. 1973.

## A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM HISTÓRICA NA EDUCAÇÃO HISTÓRICA

### THE EVALUATION OF HISTORICAL LEARNING IN HISTORY EDUCATION

Francieli Czelusniak Costa Chepluki<sup>1</sup>

**Resumo:** O artigo em questão trata-se de apontamentos baseados na pesquisa de dissertação que teve como problema compreender: quais as concepções de Ensino de História, presentes nos instrumentos avaliativos de História em uma escola municipal de Irati-Paraná. Para esse artigo se buscou abordar o capítulo que tratou sobre as particularidades da avaliação da aprendizagem histórica no campo da Educação Histórica. O intento com as reflexões adquiridas por meio da pesquisa realizada é que possa ser de proveito para os docentes do ensino básico e acadêmicos que se interessem em compreender os pressupostos da avaliação da aprendizagem histórica.

**Palavras-chave:** Aprendizagem Histórica; avaliação; ensino de história.

**Abstract:** The article in question is about notes based on the dissertation research that had as a problem to understand: what are the conception of Teaching History, present in the evaluation instruments of History in a municipal school of Irati-Paraná. For this article, we sought to address the chapter that dealt with the particularities of the evaluation of historical learning in the field of Historical Education. The intention with the reflections acquired through the research carried out is that it can be of benefit to teachers of basic education and academics who are interested in understanding the assumptions of the evaluation of historical learning.

**Keywords:** Historical Learning; assessment; history teaching.

---

<sup>1</sup>Coordenadora Pedagógica da Rede Municipal de Irati. Mestra em Educação Pela Universidade Estadual do Centro-Oeste. Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste. Participante do Grupo Pesquisa: Educação Histórica: Consciência Histórica e Cultura (CNPq). E-mail: franciellichepluki@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5641039244422886>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5350-4291>.



## INTRODUÇÃO

O presente artigo nasce de um capítulo da dissertação de mestrado da autora que teve como problema investigar “quais as concepções de ensino de história presentes nos instrumentos avaliativos de história utilizados por uma escola municipal de Irati – Paraná?”.

O objetivo deste trabalho se encora em compreender os processos de avaliação da aprendizagem em história, e para isso se discute as abordagens que a avaliação da aprendizagem apresenta no ensino de História. Percebe-se com as leituras trazidas para o texto que, algumas vezes, a avaliação em História é confundida com decorar nomes, fatos e datas para ter a nota (Mantovani, 2006). Com isso em mente, partimos para tentar compreender o que é necessário para uma avaliação da aprendizagem em história? Em leituras como de Schmidt e Cainelli (2004), se entende que uma avaliação processual que considere a evolução da aprendizagem, ao longo do bimestre, é a mais assertiva nesse viés. Ao longo de outras leituras realizadas, como em Noda (2005) e Guimarães (2012), as autoras também afirmam que a avaliação em História necessita ter um caráter diagnóstico, processual e contínuo que auxilie no aprendizado do aluno.

Para iniciar distingui-se as duas áreas – o Ensino de História da Educação Histórica – que é um campo de pesquisa dentro do ensino de história, porém não só isso, necessita-se, de um aprofundamento maior para entendê-lo como um todo com suas nuances e particularidades. Diante disso, define-se o campo do Ensino de História e, posteriormente, disserta-se sobre a Educação Histórica.

## CONCEITUALIZANDO O CAMPO DA EDUCAÇÃO HISTÓRICA

A Educação Histórica é um campo de pesquisa que faz parte do ensino de História, porém diferente dessa que se ancora em várias linhas metodológicas, como Didática, História, Antropologia, Psicologia Sociologia, a Educação Histórica possui uma fundamentação científica própria “baseada em áreas do conhecimento como a Epistemologia da História, a Metodologia de Investigação das Ciências Sociais e a Historiografia” (Germinari, 2011, p. 55).

[...] A Educação Histórica pode ser vista como uma das maneiras de se lidar com os processos de ensino e aprendizagem da História que circulam em todos os âmbitos da sociedade, seja dentro ou fora da escola. Mas, para além desta constatação formal, a Educação Histórica também pode ser apreendida como um recorte específico no campo do ensino e aprendizagem da História, com uma tradição e arcabouço teórico próprio e original. [...] Do ponto de vista teórico, o campo da Educação Histórica sugere a opção e adesão aos fundamentos teóricos e filosóficos da ciência da História como referenciais para reflexões, investigações e debates. (Schmidt; Urban, 2018, p.10).

Germinari (2011) pontua que linhas e grupos de pesquisa de Educação Histórica foram percebidos, com maior evidência, a partir de 2005, e a partir daí esse campo vem crescendo a cada ano o que também pode ser percebido pelas pesquisas acadêmicas e seus resultados qualitativos na área.

Por possuir uma fundamentação própria, a Educação Histórica vai se ancorar na própria epistemologia da História. Segundo Germinari (2011, p. 56) “parte-se da premissa que existe uma cognição própria da História fundamentada na racionalidade histórica”, por esse motivo também pode ser chamada de pesquisas em Cognição Histórica.

Estudos nesse campo ainda são relativamente novos e possuem a característica importante de colaboração internacional, pois há uma forte comunicação entre pesquisadores dos países que utilizam desse campo de pesquisa, como: Canadá, Estados Unidos, Espanha e, principalmente, pesquisadores do Brasil e de Portugal vem dialogando bastante.

Por ser um campo de crescente importância no ensino de História e pesquisas na área de Educação Histórica, tornam-se importantes para difundir conhecimentos que venham a somar na prática da sala de aula, sobretudo entre professores da educação básica que possuem informação limitada acerca desse tema, portanto, ainda trabalhando com uma história baseada nos estereótipos de heróis, nações pátria e memorização, ensino esse já demonstrado obsoleto, como diz Barca (2001) “baseada simplesmente numa compreensão mecanicista de noções estereotipadas”, justificando a importância de que pesquisas nessa área venham a ser mais frequentes e difundidas.

Quanto à concepção do campo de Educação Histórica, as autoras Ramos e Cainelli (2015, p.13) destacam:

A Educação Histórica, como área do conhecimento, ao abordar a questão epistemológica de uma cognição histórica situada que privilegia a construção do pensamento dos indivíduos a partir dos conceitos da natureza do conhecimento histórico, está criando um caminho em busca da construção de um novo paradigma para o ensino de história e para as formas de se lidar com o passado.

Pesquisas nesse campo investigativo se destacam pela teoria de privilegiar o conhecimento da natureza histórica e a metodologia por perseguir compreender o conhecimento das ideias dos alunos sobre a História, ou seja, as pesquisas têm relação direta com a sala de aula, buscando resolver os problemas daí advindos. Também a preocupação desse campo se difere de outros, por tentar entender como o sujeito aprende história e não somente na aprendizagem desse sujeito, seria um ensino pensado a partir da aprendizagem.

A Educação Histórica é entendida tal qual o rompimento dos caminhos tradicionais do ensino de história, dando ênfase no modo como os alunos compreendem e constroem o seu conhecimento em História. Compreende-se que ao entrarem na escola, as crianças, já possuem ideias relacionadas à

história, aprendendo com a família, a comunidade, sociedade e as variadas mídias. Esses fatores culturais aprendidos, desde muito cedo, vêm contribuindo para o seu conhecimento, ou seja, a formação da consciência histórica (que é a relação estrutural entre o passado o presente e o futuro) se constrói na sociedade e não somente na escola. Nas palavras do filósofo e historiador Rüsen (2001, p.58), consciência histórica é “o modo pelo qual a relação dinâmica entre experiência do tempo e intenção no tempo se realiza no processo da vida humana”.

Mas, como se deu o início desse campo de pesquisa? Aqui, se explicita essa área nos países onde há um maior destaque em seus estudos, Inglaterra, Estados Unidos, Espanha, Portugal, Brasil e Alemanha. Pode se dizer, segundo Kmiecik e Ferreira (2018), que foi pela década de 1960, na Inglaterra, onde o currículo oferecia algumas disciplinas optativas, escolhidas pelos estudantes. Nisso, havia um certo descrédito dos estudantes quanto à disciplina de História, foi percebido que eles preferiam outras disciplinas como Matemática, Física, Química do que essa voltada às humanidades:

Nos anos sessenta, surgiu o receio de que os alunos deixassem de estudar História, o que de facto quase aconteceu. Existia um currículo descentralizado em Inglaterra e poucos alunos escolhiam a disciplina de História. Esta assemelhava-se a um conjunto de histórias e as crianças, quando as conheciam, não gostavam delas. Gostavam mais das histórias da TV, dos livros, etc. Em vez de aprenderem conhecimentos substantivos sobre o passado, os alunos aprendiam ‘estórias’. (Lee, 2001, p.13).

Em vista disso, Denis Shemilt coordena (em sua última fase) o Projeto 13-16 para “modificar a situação existente” (Lee, 2001, p.13). Como bem explica Germinari, o principal objetivo desse projeto era:

[...]abordar o Ensino de História em termos históricos. Dito de outra forma, o projeto pautava-se na ideia de que aprender História era aprender a pensar o passado historicamente. Este projeto, organizado para crianças de 13 aos 16 anos, atingiu toda a Inglaterra envolvendo mais de um terço das escolas, modificando a concepção da disciplina. (Germinari, 2011, p. 57).

Segundo Lee (2001) mesmo diz, sendo que no início ele foi crítico desse projeto, houve um “boom na disciplina de história” o que fez com que surgisse novas ideias para o ensino de história: “Que ideias é que as crianças traziam para a disciplina de História? Quais os conceitos, quais as imagens que a História fornecia às crianças?” (Lee, 2001, p.14). A partir daí a disciplina de História deixou de ser vista como chata, maçante e “as crianças passaram a olhar para a História como uma disciplina interessante” (Lee, 2001, p.14), o que se pode dizer que são os primeiros questionamentos em Cognição Histórica na Inglaterra.

Em 1978, houve, por assim dizer, um descarte das ideias psicológicas no ensino de História, com um estudo de Alaric Dickinson e Peter Lee cujo título era “Understanding and research”. Nesse

estudo, os autores estavam preocupados “com o currículo descentralizado e o baixo interesse dos estudantes pela disciplina de História” (Kmiecik; Ferreira, 2018, p.28). Com esses estudos foram refutadas as noções psicológicas do desenvolvimento humano de Piaget, referente à aprendizagem dos estudantes, que levava a ideia de que estudantes com menos de 16 anos ainda não têm capacidade de aprender certos conteúdos históricos, enfim, são assuntos complexos para o entendimento dos alunos.

[...] Estes pressupostos generalistas conduziram alguns autores a concluir que a História era demasiado complexa para ser estudada por alunos com idades mentais inferiores a 16 anos. Tais afirmações forneceram, nos anos 70 e 80, argumentos contra a inclusão da História no currículo de escolaridade obrigatória, enquanto disciplina autónoma, substituindo-a por uma área integrada de Estudos Sociais ou Ciências Sociais (como ainda actualmente acontece em Espanha e nos Estados Unidos (Barca, 2001, p.14).

Esse descarte, citado acima, ocorreu porque os autores Dickinson e Lee conseguiram provar que crianças com idade de 8 a 11 apresentaram desempenho igual ou adequado a jovens com mais idade nas mesmas tarefas, o que “refuta a teoria da invariância dos estágios de desenvolvimento de Jean Piaget” (Germinari, 2011, p.57). Em 1984, com o estudo “Making Sense of History”, de Dickinson e Lee, os dados retirados foram utilizados para Lee desenvolver “um modelo de progressão das ideias baseado na natureza da explicação histórica” (Germinari, 2011, p.57). Nesse modelo, os autores utilizaram-se das seguintes ideias dos alunos: 1) “O passado opaco” 2) “Estereótipos generalizados” 3) “Empatia derivada do quotidiano” 4) “Empatia histórica restrita” 5) “Empatia histórica contextualizada” (Barca, 2001, p.14).

Segundo Germinari (2011, p.58), essa categorização demonstra que há uma “progressão lógica hierárquica dos conceitos de compreensão e empatia histórica, no qual os níveis inferiores são substituídos por níveis superiores”.

Entretanto, os autores aprofundaram seus estudos com uma amostragem grande “de crianças dos 6 aos 14 anos, no total de 320 alunos” (Lee, 2001, p.15), no Projeto CHATA (Concepts of History and Teaching Approaches)<sup>2</sup>. Neste estudo, procurava-se respostas sobre: compreensão de causas em História, empatia, objetividade da pesquisa histórica, evidência e narrativa, com isso foi percebido pelos autores que as crianças já possuem conhecimento histórico ao ser ensinado História para elas e que alunos mais novos (7 e 8 anos) pensam diferente dos alunos mais velhos (14 anos), mas há alunos mais novos que já tem conhecimento igual aos de 14 anos, por isso “se dermos apenas factos a estas crianças, estaremos a desiludi-las”, pois elas já sabem que a história não é cópia, é construída (Lee, 2001, p.16).

<sup>2</sup> Tradução: Conceitos de História e Abordagens de Ensino.

Essa análise indica que a aprendizagem ocorre em termos de uma progressão. No modelo proposto por Lee (2001), a progressão da aprendizagem histórica, deveria ocorrer pela compreensão sistemática de conceitos substantivos (agricultor, impostos, datas, eventos) e, também pela compreensão de conceitos de segunda ordem, esses relacionados à natureza do conhecimento histórico, como narrativa, relato, explicação histórica, consciência histórica. (Germinari, 2011, p. 58).

Essa relação entre os conceitos substantivos (pode-se dizer que são os conteúdos aprendidos na escola) com os de segunda ordem (pode-se dizer a teoria, conhecimento histórico) e a progressão do conhecimento histórico faz com que Lee elabore o conceito de Literacia Histórica, que, segundo o autor, para que a aprendizagem histórica aconteça é necessário uma noção de literacia histórica que é um “conjunto de competências de interpretação e compreensão do passado que permite ler o mundo historicamente” (Germinari, 2011, p.59).

Isso significa que, pensando na etimologia da palavra Literacia, o resultado que é encontrado é letramento, que é um conceito um tanto quanto novo na área da educação mas, basicamente, é a competência de ler e escrever em práticas sociais<sup>3</sup>. Logo, partindo desse conceito de literacia de leitura e escrita, em história, pode-se entender a partir disso é a habilidade do aluno ler, historicamente, o mundo ou, nas palavras de Lee (2008, p.11):

[...] Se os estudantes são capazes de fazer sentido do passado e adquirirem algum conhecimento do que podemos dizer acerca dele, e em simultâneo ser capaz de utilizar esse conhecimento de modo a que tenha claramente uma utilidade/aplicabilidade, se tal acontecer talvez possa afirmar-se que os estudantes são historicamente letrados.

Deixa-se citado o que para Lee (2008, p.11) é o mínimo que os estudantes precisam construir para ter a característica de literacia histórica:

- Uma “imagem” do passado que lhes permita orientarem-se no tempo[...]
- Um conhecimento acerca de como sabemos, desenvolvendo uma explicação e narrativa histórica do passado [...]
- Estes dois níveis de realização estão conectados porque parece ser cada vez mais evidente que sem uma compreensão da natureza da História, os alunos falham ao darem sentido do passado [...].

Explicitando a Educação Histórica, nos Estados Unidos, os estudos, nesse país surgem nos anos de 1980, tendo como um dos trabalhos de destaque o de Linda Levstik que conseguiu produzir um maior interesse pela história e pelo passado, e isso com um trabalho no tema da literatura como “alternativa didática e conseguiu perceber o que o impacto emocional e a atuação da professora

<sup>3</sup> Teoria formulada por Magda Soares (2004).

proporcionaram aos estudantes” (Schmidt; Urban, 2018, p.12). Nessa esteira, podem-se citar outros autores importantes na área: Sam Wineburg, Peter Stearns e Peter Seixas – autor este que, segundo Schmidt e Urban (2018, p.12), trouxe “importantes contribuições para os conceitos de significância histórica e consciência histórica”.

Já na Espanha, no final dos anos 1970, foi realizado o projeto História 13-16 por um grupo de Barcelona. Prats (2006) explica sobre esse projeto que trata dos problemas didáticos do ensino de História na Espanha:

[...] Com estes estudos trouxe à luz dificuldades de assimilação dos conceitos temporais, de mudança e de continuidade, do tempo relativo, de causalidade entre outros. Muitos dos conceitos que se pretendia ensinar na escolarização geral básica não eram passíveis de serem assimilados antes do nível médio e, inclusive, dos níveis mais avançados de estudo. Os esforços para superar o fracasso no ensino da História se encaminharam para a construção de modelos de inspiração marxista, em parte reproduzidos de materiais do Partido Comunista Italiano, destinados a adultos, e também de outros surgidos no início dos anos 70, na Espanha, como no projeto Germanía 75. Esses materiais, embora gerassem um desinteresse total inclusive entre os adolescentes, foram aplicados, sem piedade, nas últimas etapas da educação primária e nos primeiros anos da escola secundária. (Prats, 2006, p.203).

Segundo Schmidt e Urban, em Portugal, o Projeto FORP (Formar Opinião na Aula de História) foi o início das pesquisas em Educação Histórica e que investigou alunos entre 11 e 12 anos, “para saber quais eram as ideias desses alunos sobre fontes primárias multiperspectivadas” (Schmidt, Urban, 2018, p.13). Isabel Barca, historiadora, é um grande nome da área no país, vem desenvolvendo pesquisas e projetos importantes onde com o resultado de um desses projetos com estudantes de 12 a 19 anos, “permitiram a elaboração de um quadro categorial de progressão das ideias desses estudantes em cinco níveis” (Schmidt, Urban, 2018, p.13), que são:

- Nível 1- A Estória;
- Nível 2 – A explicação correcta;
- Nível 3 – Quanto mais factores melhor;
- Nível 4 – Uma explicação consensual?
- Nível 5 – Perspectiva. (Barca, 2001)

Esses níveis foram compostos após a pesquisa que consistia em analisar, nos jovens estudantes, suas ideias quanto “à noção de provisoriedade da explicação histórica” e suas diferentes respostas para uma “mesma questão histórica” (Barca, 2001, p.35).

Outros projetos de grande importância, também realizado por Barca, foram Hicon I (2003-2007) e Hicon II (2007-2011) “sobre narrativas de jovens colhidas em escolas de países lusófonos” (Barca, 2012, p.233), abarcando nesse estudo jovens estudantes do 9º ano escolar dos países de Brasil,



Cabo Verde, Moçambique, e Portugal. Segundo Schmidt e Urban (2018, p. 13), “[...] Os resultados dessas pesquisas apresentam exemplos de “narrativas” de jovens brasileiros e portugueses, contribuindo para a compreensão de especificidades e convergências encontradas na estrutura narrativa”.

Ainda, as autoras ressaltam que Isabel Barca, em seu doutorado na Inglaterra trouxe importantes resultados para a compreensão das “ideias de evidência, plausibilidade e objetividade histórica, identificando sua aproximação com a filosofia da História” (Schmidt; Urban, 2018, p.13).

No Brasil, a tradição das investigações em Educação Histórica se ancoram “na matriz do pensamento histórico de Jörn Rüsen para a construção das bases epistemológicas sobre a ciência da história”, portanto, seguem a linha de pesquisas em aprendizagem histórica e consciência histórica de matriz alemã primordialmente, não excluindo outras linhas de investigação.

[...] No Brasil, a tradição das pesquisas em Educação Histórica tem se construído a partir das influências das matrizes anglo-saxônica e alemã. Além da teoria da consciência histórica, de matriz alemã, as pesquisas brasileiras se alimentam das discussões inglesas acerca da filosofia analítica da história, das discussões presentes em Portugal, bem como de diálogos, com as pesquisas da Espanha, Canadá e Estados Unidos (Schmidt; Urban, 2018, p. 11).

Segundo Germinari (2011, p.59), no ano de 2006, Evangelista e Triches realizaram uma pesquisa acerca de grupos de pesquisa em Ensino de História, Didática da História e Educação Histórica, onde ficou registrado que o primeiro grupo de pesquisa e linhas de pesquisa em Educação Histórica datava do ano de 2005. Schmidt, nome de destaque em pesquisas no tocante à Educação Histórica, com Ana Claudia Urban, Marcelo Fronza, Geysa Germinari, propõe dois grandes eixos nas pesquisas da área: “1) Pesquisas que estudam a aprendizagem histórica dos alunos; 2) Pesquisas sobre a função social da História” (Germinari, 2011, p.60).

Em 2003, num seminário coordenado pela professora Maria Auxiliadora Schmidt, na UFPR em Curitiba, chamado “Investigar em Ensino de História” esteve presente a professora Isabel Barca e, nesse evento, inicia-se a aproximação entre os países de Brasil e Portugal em pesquisas, e isso resulta na criação do grupo de pesquisa Laboratório de Pesquisa em Educação Histórica – UFPR (Lapeduh), grupo esse já de destaque e importante tradição em estudos e pesquisas na Educação Histórica:

Neste seminário, a professora Isabel Barca propôs a realização de uma investigação para avaliar as possibilidades de mudança conceitual de estudantes brasileiros. [...] O início desta pesquisa foi marcado pela criação do Laboratório de Pesquisa em Educação Histórica da Universidade Federal do Paraná (LAPEDUH-UFPR) que, em 2018, completou 15 anos desenvolvendo várias atividades, desde investigações acadêmicas, projetos de pesquisa, revista online, eventos e cursos de formação continuada de professores. (Schmidt; Urban, 2018, p.14).

No Brasil, a Educação Histórica tem assumido um caráter de diálogo com as ciências da educação, destacando-se contribuições do autor Paulo Freire. Oliveira (2021) cita áreas que dialogam com a Educação Histórica: Filosofia da Educação, Pedagogia, Psicologia da Educação, Sociologia da Educação, Etnografia Educacional, Didaticistas e Psicologia Educacional; deixando óbvio o caráter educacional das pesquisas e sua preocupação com a aprendizagem histórica dos estudantes.

A Alemanha, como país onde nasce a ideia de consciência histórica<sup>4</sup>, tem uma grande tradição em pesquisas em Educação Histórica, tendo um grande nome, conhecido por pares da área no Brasil, Jörn Rüsen<sup>5</sup>. A origem dos estudos em consciência histórica, na Alemanha, iniciaram após o fim da Guerra Fria. Segundo Schmidt e Urban (2018), as reflexões oriundas desse contexto histórico, por volta de 1990, levou Bodo von Borries, historiador alemão, a coordenar a maior pesquisa na Europa. Esse estudo que teve por nome Youth and History:

[...] foi realizada por meio de questionário aplicado a aproximadamente, 32 mil jovens com idade de 14 e 15 anos e seus professores, em 27 países. Apesar de seu cunho quantitativo, esta pesquisa apresentou dados relevantes sobre a orientação temporal e a aceitação das diferenças culturais. [...] (Schmidt; Urban, 2018, p.13).

Segundo Oliveira (2021), nesse estudo, Bodo von Borries, com seu resultado, traz quatro competências para a consciência histórica, própria das crianças, que mais tarde haveria “a proposta de atualização desse pensamento como efetivadas por Rüsen” (p. 97), que será esmiuçado mais adiante. Essas competências seriam: “competência histórica em fazer perguntas”, “competência histórica metodológica”, “competência histórica de orientação” e competência histórica de noções e estruturas” (p.97). No que se refere às competências e relação delas com a vida prática, Oliveira (2021, p.97 e 98) diz:

A proposta de Borries com as quatro competências possui relações próximas a metodologia sistemática do trabalho com a história, remete a história discutida no âmbito do próprio historicismo alemão, como na *Historik* de Droysen, ou mesmo nas propostas de atualização desse pensamento como efetivadas por Rüsen. [...] se relacionam com a ideia de que na práxis da vida é que mobilizamos experiência, interpretação e orientação que são possíveis dentro dos nossos quadros culturais de orientação. Na contribuição de Borries há uma correlação entre método e finalidade da História que envolve a vida e o pensamento e pode ser mediado pelas estruturas científicas.

Antes de esmiuçar as competências de Borries e a consciência histórica de Rüsen, um adendo e alerta que Oliveira fez é sobre os cuidados que se deve ter para não confundir essas competências

<sup>4</sup> A consciência histórica é a orientação do passado-presente-futuro, onde o conhecimento e análise do passado nos orienta, na vida prática, no presente e conseqüentemente no futuro.

<sup>5</sup> Historiador e filósofo alemão, seus estudos abrangem as áreas da teoria e metodologia da história, da metodologia e didática da história e metodologia do ensino de história. É bastante conhecido pela sua trilogia Teoria da História.



com as competências e habilidades, que adentram nas escolas, com a da implementação da Base Nacional Comum Curricular, a partir de 2017, que são diferentes das competências de orientação da vida prática, como expõe Oliveira (2021, p.98):

Quando o olhar sobre as diferentes influências se dá a partir do Brasil, é interessante que se tenha algum cuidado com os usos do conceito competências, pois elas podem se afastar com facilidade notável da especificidade do conhecimento. Na produção “¿Competencias políticas o competencia democrática y competencia de pensar historicamente?” Andreas Körber, da Universidade de Hamburgo, teve como objetivo compor uma visão global do que vem sendo chamado de educação cívica entre tendências acadêmicas e práticas escolares. Foram os resultados do PISA (Programa Internacional de Avaliação de Alunos) realizado no ano 2000 que chamaram a sua atenção, a partir disso, a preocupação se relacionou com “capacidades e habilidades transferíveis e verificáveis.

O conceito de consciência histórica, objeto de estudo de Jörn Rüsen, filósofo e historiador alemão, é um dos conceitos-chave nos estudos em Educação Histórica. Segundo Germinari (2011, p.62), a consciência histórica surge, na Alemanha, no contexto de troca da categoria identidade nacional pela consciência histórica, e o objetivo principal da categoria seria “formação histórica dos estudantes alemães”.

## O QUE É A CONSCIÊNCIA HISTÓRICA?

A consciência histórica tem uma função na vida prática dos estudantes, pois é a articulação do passado, presente e futuro, onde a análise do passado orienta o presente e o futuro do estudante. Germinari (2011) destaca que a formação da consciência não provém apenas da escola, está presente em outras esferas da sociedade, por isso a importância de perceber e levar em conta as ideias prévias do estudante:

[...] A formação dessa consciência não se produz unicamente na escola, mas também em outros espaços da sociedade. Nessa perspectiva, a Didática da História como área específica de reflexão e intervenção sobre o ensino-aprendizagem expandiu-se para novos lugares, como os museus, arquivos, mídias (literatura, televisão, cinema), viagens, meio familiar, âmbitos tradicionalmente negligenciados como elementos didáticos. (Germinari, 2011, p.62).

Rüsen, em uma de suas principais e mais famosas obras, que faz parte da trilogia Teoria da História, “Razão Histórica”<sup>6</sup>. Apresenta o caráter científico da história e traz a concepção da consciência histórica. Na cientificidade, para Rüsen, o pensamento é científico porque é um ato inerente ao ser humano e quem realiza o processo de pensamento é a ciência, e uma frase que hoje se torna bem atual para os negacionistas da ciência, está na obra citada “O homem não pensa porque a

<sup>6</sup> RÜSEN, Jörn. Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

ciência existe, mas ele faz ciência porque pensa” (Rüsen, 2001, p.54). Ainda, segundo o autor, todo pensamento histórico incluindo a ciência da história provém da consciência histórica:

[...] se entende por consciência histórica a suma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo. (Rüsen, 2001, p.57).

Com outras palavras:

[...] a operação mental com a qual o homem articula, no processo de sua vida prática, a experiência do tempo com as intenções no tempo e estas com aquelas. Essa operação pode ser descrita como *orientação do agir (e do sofrer) humano no tempo*<sup>7</sup>. [...] é o trabalho intelectual realizado pelo homem para tornar suas intenções de agir conformes com a experiência do tempo. Esse trabalho é efetuado na forma de interpretações das experiências do tempo. Estas são interpretadas em função do que se tenciona para além das condições e circunstâncias dadas da vida. (Rüsen, 2001, p.58 e 59).

Na opinião de Martins (2019, p.55), a consciência histórica seria uma expressão, utilizada na contemporaneidade, para dar suporte à consciência do sujeito, na vida prática, e refletir sobre essa prática, nisso inclui dois elementos principais “o da identidade pessoal e o da compreensão do conjunto social a que pertence, situados no tempo”. A consciência histórica, esse momento, está imerso no ambiente da cultura histórica, como salienta Martins. Assim, cultura histórica seria “o “acervo” dos sentidos constituídos pela consciência histórica humana ao longo do tempo” (2019, p.55).

A cultura histórica forma uma prática social e dela resulta: toda forma de pensamento histórico está inserida na cultura histórica e na memória, em cujo contexto se produzem e devem ser interpretadas as narrativas históricas. Esse processo tem a identidade histórica como objetivo, pois toda forma de pensamento e narrativa histórica inclui ofertas educacionais históricas para o presente e futuro, como projetos de identidade. As competências do pensamento histórico habilitam o agente a orientar-se no presente e para o futuro, pela apropriação, reflexiva do passo e de seu contexto cultural. [...] (Martins, 2019, p.57).

Martins prossegue afirmando que a consciência história é uma categoria da didática da história e vai incorporar cinco operações de sentido:

[...] perguntar, experimentar ou perceber, interpretar, orientar, motivar. No espaço social amplo e no especializado, a aprendizagem histórica é um processo da CH em seus dois patamares. Todo sujeito reflexivo agente passa por processos de aprendizado, informais e formais, nos quais se dá a constituição histórica de sentido. Estar consciente da CH como interconexão entre indivíduos e sociedade, entre ontem, hoje e amanhã, entre experiências e expectativas é um fator indispensável da existência humana, a ser levado em conta em todos os processos de ensino e

<sup>7</sup> Grifos do autor.

aprendizagem (na escolha de conteúdos como nas táticas de informação, apropriação e utilização de conteúdos e narrativas). (Martins, 2019, p.58).

E a partir de onde a consciência histórica se realiza? A consciência histórica se exprime a partir de narrativas que podem ser formais ou informais. Como salientam Schmidt, Barca e Martins (2010, p.12) “a narrativa é a face material da consciência histórica”. Assim,

[...] a narrativa é entendida como a forma usual da produção historiográfica, que pode emanar de escolas diversas. Pela análise de uma narrativa histórica ganha-se acesso ao modo como o seu autor concebe o passado e utiliza as suas fontes, bem como aos tipos de significância e sentidos de mudança que atribui à história. [...] No que concerne à Educação Histórica formal, ela será um meio imprescindível do passado histórico e consciencializarem progressivamente a sua orientação temporal de forma historicamente fundamentada. (Schmidt; Barca; Martins, 2010, p.12).

Nas palavras de Rüsen (2010, p. 59), “a forma linguística dentro da qual a consciência histórica realiza sua função de orientação é a narração”, o relatar um acontecimento ou uma história. Rüsen destaca que a competência, que trata especificamente e essencialmente da consciência histórica, como meio de orientação temporal, é a “competência narrativa” que tem como definição a “[...] a habilidade da consciência humana para levar a cabo procedimentos que dão sentido ao passado, fazendo efetiva uma orientação temporal na vida prática presente por meio da recordação da realizada passada.” (Schmidt; Barca; Martins, 2010, p.59).

Três competências dão forma à narração histórica: a forma “competência para a interpretação histórica”, o conteúdo “competência para a experiência histórica”, e a função “competência para a orientação histórica”<sup>8</sup>, assim formando o que se pode chamar uma tríade das competências narrativas. Continuando a falar da importância da narração, Rüsen diz que é por meio da narrativa que se define a consciência histórica, sendo a História um produto dessa ação, ela vai orientar a vida prática no tempo (Schmidt, Barca, Martins, 2010). Segundo Oliveira (2021, p.96), para Rüsen, a didática da história pode ser definida como a disciplina que investiga o aprendizado histórico, uma das dimensões da consciência histórica, “como processo fundamental de socialização e individualização humana”. Diferentemente da didática, do ponto de vista pedagógico, a didática da História vai se valer em estudar a aprendizagem histórica a começar pela ciência de referência, ou seja, a História. É nisso que nos valeremos em abordar no próximo tópico.

## APRENDIZAGEM HISTÓRICA NA PERSPECTIVA DE JÖRN RÜSEN

Historicamente, as teorias da aprendizagem sempre foram voltadas ao campo da psicologia da aprendizagem, com os estudos de Jean Piaget, Lev Vygotsky, entre outros, esses sendo os mais

<sup>8</sup> Não confundir essas competências históricas com as competências e habilidades presentes na BNCC, que foi citada anteriormente.

conhecidos. Porém, tendo por base os estudos da Educação Histórica que buscam trazer a aprendizagem mais para o lado da sua ciência de referência, ou seja, a História, Jörn Rüsen por meio de sua teoria, discute que “uma das tarefas da didática da história é o estudo da aprendizagem histórica” (Aguiar, 2020, p.51).

[...] Essa competência de orientação temporal no presente, mediante a memória consciente, é o resultado de um processo de aprendizado. [...] Aprender é a elaboração da experiência na competência interpretativa e ativa, e a formação histórica nada mais é do que uma capacidade de aprendizado especialmente desenvolvida. Essa capacidade do aprendizado histórico, precisa por sua vez, ser aprendida. Como? (Rüsen, 2010, p. 104).

Por essa citação de Rüsen, entendemos as competências de orientação serem uma forma de aprendizado histórico que, para sua elaboração, é necessário um processo cognitivo diferenciado de outras aprendizagens. Nas palavras de Rüsen (2010, p.104), esse aprendizado histórico é “um modo do processo de constituição de sentido na consciência histórica”.

Vale destacar que, segundo Rüsen (2010), para efetivar esse processo da consciência histórica, por meio do aprendizado histórico, não se dá somente no ensino formal da escola, ele pode ser processado por várias formas, leituras, passeios, e, como no exemplo do autor, televisão, desde que haja informações históricas válidas e verdadeiras para o aluno.

Como aprender também pode significar a obtenção de um novo saber, é possível considerar como aprendizado um programa de televisão, que aborde temática histórica e que transmita informações (objetivamente corretas), na medida em que essas informações são apreendidas e armazenadas de algum modo na consciência histórica. Uma mera repetição do que já se sabe não seria um processo de aprendizado. Operações da consciência histórica ou de outras maneiras de ocupar-se da história podem ser distinguidas, ponderadas e ordenadas segundo intensidades diversas de aprendizado [...] (Rüsen, 2010, p.103).

O processo de aprendizado histórico vai precisar de três operações (presentes na consciência histórica) para se realizar, quais sejam: experiência, interpretação e orientação. De acordo com Rüsen (2010, p.111), sobre a experiência “[...] o aprendizado histórico depende da disposição de se confrontar com experiências que possuam um caráter especificamente histórico [...]”. A interpretação para o autor abarcaria “[...] o aumento da experiência e do saber transforma-se numa mudança produtiva dos modelos de interpretação em que vem sucessivamente a ser inserido [...]” (Rüsen, 2010, p. 114). Finalmente, a orientação:

[...] diz respeito à função prática das experiências históricas interpretadas e ao uso dos saberes históricos, ordenados por modelos abrangentes de interpretação, com o fito de organizar a vida prática, com sentido em meio aos processos temporais, ao longo dos quais os homens e seu mundo se modificam. A interpretação humana do mundo e de si possuem sempre elementos históricos específicos. Esses elementos

referem-se aos aspectos diacrônicos internos e externos da vida prática, ao quadro de orientação do agir e à identidade dos sujeitos (Rüsen, 2010, p.116).

Essas três operações interligam-se, como diz Rüsen (2010, p.118), “não há experiência histórica livre de interpretação, nem orientação histórica livre de experiência”. Em um artigo chamado *Aprendizado Histórico*, presente no livro Jörn Rüsen, e o ensino de História, o autor cita que o aprendizado histórico é um processo mental que se desenvolve formalmente por meio da narrativa histórica e as competências necessárias para produzir a narrativa devem ser adquiridas pela “função produtiva do sujeito, com as quais a história será apontada como fator de orientação cultural na vida prática humana” (Rüsen, 2010, p.43). Quanto ao caráter do aprendizado histórico, pode-se dizer:

[...] o estímulo e a força pulsional do aprendizado histórico encontram-se nas necessidades de orientação de indivíduos agentes e pacientes, necessidades que surgem para tais indivíduos quando de desconcertantes experiências temporais. O aprendizado histórico pode ser posto em andamento, portanto, somente a partir de experiências de ações relevantes do presente. Essas carências de orientação são transformadas então em perspectivas (questionadoras) com respeito ao passado, que apreendem o potencial experiencial da memória histórica. Pode-se ainda lembrar o fascínio que o passado, com seus testemunhos e resquícios, exerce sobre os sujeitos [...] (Rüsen, 2010, p.44).

Percebe-se pela citação que o aprendizado histórico busca interpretações por meio de fatos do passado a fim de desenvolver-se em ações do presente, e isso pode ser realizado, em sala, por meio de um trabalho com fontes históricas. Rüsen (2010, p.45) elabora uma tipologia da aprendizagem histórica, contendo “quatro formas de aprendizado histórico: tradicional, exemplar, crítico e genético”. De compleição simplista, a *forma tradicional* pode ser onde as experiências se transformam em tradição que conduzem em ações orientando a vida prática nas palavras do autor “satisfazer as necessidades da orientação por meio da tradição. Aprendizagem histórica, nesse caso, significa aquisição da tradição” (Rüsen, 2012, p.80). Por sua vez, na *forma exemplar*, a experiência é interpretada por regras gerais como condição de emprego prático na vida, ou seja, “as necessidades de orientação precisam ser satisfeitas pelo fato de que algumas das experiências temporais são submetidas às regras gerais que são aplicadas a casos individuais” (Rüsen, 2012, p.81). No *crítico*, os interesses da vida prática, aqui, são excluídos, sendo substituídos pela subjetividade, e nega-se a identidade pessoal e social do modelo histórico, segundo Rüsen (2010, p.82) “as experiências temporais interpretadas tornam-se tão indicadas que ela coloca as orientações temporais (socialmente benéfica) fora de jogo”. E, por último, no *genético*, emprega-se experiências temporais na orientação das ações; aprendizagem por meio da experiência histórica; “as experiências temporais sobre as memórias históricas são processadas de modo que o momento temporal torna-se ele próprio (histórico)” (Rüsen, 2012, p.83), para a orientação na vida prática.

[...] O aprendizado histórico se deixa então conceber como um processo que resulta de diferentes níveis de aprendizado, ou seja, em que cada nível de aprendizado descreve um pressuposto necessário para o outro. As quatro formas de aprendizado deixam-se interpretar como tal nível de aprendizado e se ordenar na sequência de tradicional, exemplar, crítica e genética lógica do desenvolvimento. Elas podem servir, desta forma, para distinguir e interpretar fases e níveis de desenvolvimento da consciência da história como período de época de um processo de aprendizado circundante (Rüsen, 2010, p.47).

A tríade de experiência, subjetividade e intersubjetividade fazem com que ocorra a aprendizagem histórica, e a consciência histórica transforma essas três operações em competência narrativa, que abre três campos de metas de aprendizagem: “no campo da meta da experiência aberta, no campo da autonomia ou liberdade subjetiva e no campo do reconhecimento intersubjetivo ou da compreensão” (Rüsen, 2012, p.104). Nas metas de aprendizagem em que aparecem os conteúdos históricos, Rüsen reitera a necessidade dos conteúdos históricos que tenham importância na vida atual do sujeito:

É no plano das metas da aprendizagem que se visualizam os conteúdos do aprendizado, pois não são quaisquer experiências do tempo (ou conteúdos históricos) que podem ser apropriadas por intermédio dos modelos de interpretação, enquanto fatores da orientação prática e da autocompreensão. Só se pode tratar daqueles conteúdos históricos que estejam contidos nas experiências da vida atual, ainda antes de sua apropriação pela aprendizagem. Devem ser aprendidos os conteúdos históricos que atuam nas circunstâncias atuais da vida de cada um, antes de sua tematização histórica expressa (Rüsen, 2012, p.105).

Aguiar (2020) diz que a partir desses três aspectos (experiência, subjetividade e intersubjetividade) a aprendizagem histórica assume um lado externo por meio da composição dos elementos da escola como livros, museus, festas, mídias etc, que, nesse caso, fazem parte da categoria da cultura histórica; também assume um lado subjetivo, onde nessa manifestação o aprendizado é percebido pela consciência histórica, pois refere-se ao processo mental em que essa “subjetividade humana se constitui ao serem especificamente processadas as experiências históricas temporais” (Rüsen, 2012, p.122).

Rüsen (2012) apresenta duas estreitezas, nas palavras dele. Chamarei, aqui, de lacunas que ocorrem com aprendizagem histórica na prática do ensino. O autor inicia discorrendo que as regras que compõem a aprendizagem histórica, no ensino de história, são chamadas de metodologia do ensino de história e, desse modo, “a aprendizagem aparece como dependente funcional do ensino, e a metodologia de ensino se concentra na gestão do ensino realizada pelo professor” (Rüsen, 2012, p.110). Também destaca que só tem sentido com a apropriação da aprendizagem. Outro ponto que ele cita é a institucionalização do ensino de história que leva a uma “aprendizagem intencionalmente



planejada”. O que acontece é que essas regras e institucionalização das escolas não levam em conta a “especificidade histórica dos processos de aprendizagem”, para isso, o autor considera que precisa uma metodologia (conforme ele, já vem sendo elaborada) que leve em conta questões empíricas, teóricas e normativas, mas buscando o “processo de aprendizagem da consciência histórica” (Rüsen, 2012 p. 112).

[...] compreender o código disciplinar de História e as formas de ensino, apreensão e interiorização por parte dos alunos e o desenvolvimento da consciência histórica é de suma importância para a promoção de uma educação histórica significativa, viabilizada pelo entendimento de como professores e alunos se relacionam com a História, bem como, pela implementação de inovações metodológicas que aproximem cada vez mais o conhecimento histórico de crianças e jovens. Conhecimento que, interpretado e reinterpretado, desperte interesse e se torne carregado de sentidos cognitivos, estéticos e afetivos em suas vidas concretas (Aguiar, 2020, p.70-71).

Compartilha-se desse pensamento de Aguiar e da importância desse conhecimento, da aprendizagem histórica e educação histórica, ser conduzido aos alunos mais novos do ensino fundamental I. Para tal fim, os docentes, que fazem parte do quadro dessa etapa de escolarização, precisam estar cientes dessa teoria. Pois, na grade acadêmica do curso de Pedagogia, ainda não há uma disciplina que abarque o respectivo assunto. A formação continuada dos profissionais pode ser uma saída, um caminho, para o conhecimento da importância de ir trabalhando a aprendizagem histórica de uma forma que garanta o desenvolvimento da consciência histórica nas crianças dessa etapa da escolarização.

Por que esperar somente no Ensino Fundamental II para trabalhar uma aprendizagem histórica efetiva? Quem sabe essas crianças, a partir de uma consciência histórica e aprendizagem histórica, desenvolvida desde a tenra infância, não sejam sujeitos mais críticos e conscientes de si na sociedade. Venham a ter uma identidade mais firmada e suas ideias não sejam forjadas com fake news e políticos mal intencionados. Pode ser que isso não seja somente uma utopia e seja o início de uma mudança na educação dos jovens para uma sociedade melhor.

## **AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO HISTÓRICA**

As avaliações educacionais se inserem num dos assuntos “polêmicos” no ambiente escolar, do ponto de vista de existirem vários modelos (externa, interna, formativa, inicial, final), e por serem muito criticadas as avaliações com fim somente para notas escolares. Entendendo a aprendizagem histórica como uma forma de orientação temporal na vida prática e “processo fundamental e prático na vida humana” (Rüsen, 2012, p.73), como avaliar na perspectiva da Educação Histórica, que leve em conta a aprendizagem histórica do aluno? Compreendendo que “a avaliação para a disciplina de

História não pode ser desvirtuada da concepção de aprendizagem histórica” (Ribas, 2015, p.88). Como seria uma avaliação que leve em conta tais pressupostos e o processo ensino aprendido? De que maneira seria esse processo?

A priori, para o aluno construir o pensamento histórico é necessário a configuração de conceitos específicos da disciplina que são conceitos *substantivos* que, segundo Lee (2001, p.15), são os conteúdos aprendidos na escola, por exemplo: “agricultor, impostos, datas, eventos, que são muito importantes”. Os conceitos de *segunda ordem* dão consistência à disciplina de história, pois são “narrativa, relato, explicação” (2001,p.15) e seriam o que se pode dizer necessários desenvolver para a efetivação de uma compreensão histórica.

Dito isto, torna-se importante um diagnóstico inicial, que pode ser em forma de avaliação, para compreender quais conhecimentos, e, se esses alunos já têm apropriados tais conceitos em suas narrativas. A avaliação diagnóstica é aquela forma que normalmente o docente utiliza no início do ano, ou bimestre como um instrumento de coleta de dados quanto ao conhecimento do discente. Esse diagnóstico também serve de conhecimento prévio das ideias do aluno. O conhecimento prévio é relevante na Educação Histórica por levar em conta os conhecimentos trazidos da vivência particular de cada aluno.

De posse dos conhecimentos prévios apresentados pelos jovens educandos sobre um determinado conteúdo substantivo, o professor pode traçar a caminhada com a intervenção pedagógica realizada por meio de fontes históricas variadas, compreendidas como evidências de um passado, possibilitando o levantamento de hipóteses, a elaboração de narrativas pautadas em análises consubstanciais para a construção de um pensamento histórico bem embasado, oportunizado com confronto de ideias (Ribas, 2015, p.90).

De posse dos conhecimentos substantivos, podendo ser o conteúdo trabalhado em sala de aula (porém não somente isso), no caso do Ensino Fundamental anos iniciais, normalmente são discutidos: quem sou eu, rua, escola, minha cidade, estado, nomadismo, cultura local, entre outros; concebendo os conhecimentos prévios que o educando tem desses conteúdos o professor consegue ir obtendo os dados para o desenvolvimento do planejamento e das outras formas de avaliação, e, em pauta, o desenvolvimento do pensamento histórico do aluno.

Indispensável citar que o diagnóstico, não necessariamente precisa ser realizado em forma de prova escrita, nesse caso com pretensão do desenvolvimento do pensamento e aprendizagem histórica, a utilização de fontes variadas sobre o conteúdo (filmes, revistas, documentos, jornais, etc.), combinando com o anseio da realização de uma narrativa, escrita ou oral, pelo aluno pode ser uma grande valia para a obtenção dos dados diagnósticos e o desenvolvimento da narrativa, para obtenção da consciência histórica que é um dos atributos para a aprendizagem histórica. Tudo isso sem



mencionar que, desse modo, uma diagnóstica sem o peso de uma prova escrita (como é comumente utilizado pelos docentes do ensino fundamental) pode-se dizer que “desburocratiza” o instrumento, e, de forma igual ou melhor, seu objetivo é percebido.

O trabalho de Becker e Urban (2015) vai mostrar um exemplo de trabalho em sala, utilizando-se dos pressupostos de avaliação da aprendizagem histórica, com alunos do 2º ano do Ensino Médio de uma escola de Curitiba – Paraná. Nesse trabalho, o professor, Becker, diz que utilizou de quatro momentos e, no primeiro:

[...] denominado categorização dos conhecimentos prévios, ocorreu por meio da exposição de duas imagens e da análise de narrativas produzidas a partir de uma pergunta sobre um tema previamente definido, é a partir desse momento que algumas carências na aprendizagem em História são reveladas pelos estudantes. (Becker; Urban, 2015, p.107).

Com essa citação, percebe-se o objetivo desse modo de avaliação, diagnóstico, atingido com a obtenção da observação das carências na aprendizagem histórica. Ainda Ribas (2015, p.90) explicita que de posse da obtenção das carências do conhecimento histórico dos aprendentes é possível,

[...] dar um direcionamento ao seu trabalho conforme as maiores carências apresentadas nas respostas dadas pelos estudantes. Com isso, é possível trabalhar a contextualização histórica aproximando da realidade desse jovem, inserindo-os no processo de aprendizagem por meio da empatia histórica, compreensão da temporalidade histórica, significância do passado, introduzidos pela multiperspectiva histórica. (Ribas, 2015, p. 90).

Na citação acima, a autora descreve os conceitos de empatia histórica, temporalidade histórica e significância que fazem parte das categorias constitutivas das competências do pensamento histórico e tem como objetivo “dar referências para o modo de operar da aprendizagem histórica” (Schmidt; Sobanski, 2020, p. 28). Esses são os conceitos epistemológicos de “segunda ordem” que, juntos a outros como: evidência, mudança, empatia, interpretação, explicação, argumentação, motivação, orientação e experiência, e os conceitos de segunda ordem, são inerentes para a formação da consciência histórica (Schmidt; Sobanski, 2020).

Anteriormente, foi citado que os conceitos substantivos são aqueles trabalhados nos conteúdos da sala de aula, mas é importante citar que não é somente isso, vai além, adentrando à vida prática. Uma citação que explicita bem o entrelaçamento dos dois conceitos é:

[...] Os conceitos substantivos podem ser definidos como os conhecimentos compartilhados, agregados, somados e adquiridos por todos os sujeitos históricos e que são necessários para que se estabeleça um pensamento histórico a partir de carências da vida prática. Todo conceito substantivo deve ser envolto e articulado a conceitos epistemológicos (de segunda ordem) em qualquer que seja o conceito aprendido. Entre os conceitos epistemológicos estão os conceitos como continuidade, empatia, inferência, explicação, interpretação e compreensão [...] (Silva; Souza; Scorsato, 2020, p.56).

Voltando às práticas avaliativas da aprendizagem histórica, após essa digressão, que teve o objetivo de conceituar a importância da utilização desses conceitos nas avaliações (não só, mas inclusive), continuamos com Becker (2015) que vai citar outros momentos avaliativos de aprendizagem histórica que ele utilizou nas aulas. Num segundo momento, apropria-se das “propostas de intervenção pautadas na problematização de fontes históricas diversificadas” (p. 107), num terceiro momento, pede a elaboração de uma narrativa “visando a troca de experiências, de interesses e interpretações” e, finalizando, criou uma ficha para utilizar como instrumento “se o critério de avaliação orientação temporal [...] foi atingido pelos estudantes” (Becker, 2015, p.107). O autor ainda salienta que discute os resultados obtidos, nesse processo de avaliação da aprendizagem histórica, por meio da autorreflexão dos alunos, o que é um dos momentos mais importantes do processo da avaliação da aprendizagem, pois, desse modo, o aluno recebe um feedback do seu desenvolvimento.

Com esse exemplo de Becker (2015), pretende-se demonstrar que é possível um modelo de avaliação da aprendizagem histórica que contemple os pressupostos da Educação Histórica. Para isso, o professor deve, de antemão, estar munido de algumas questões, como: “sistematização, finalidade, objetivos, instrumento, significado e critérios que serão utilizados no processo” (p.108).

Em sua tese de doutorado, Gusmão (2021) também traça um perfil das avaliações, seus documentos oficiais, e esboça uma dinâmica das avaliações e a formação da consciência histórica. Partindo desse pressuposto, a autora chega à conclusão de que estas são abordadas a partir da perspectiva da Pedagogia e da lógica das competências, assim, afastando-se das teorias e objetivos da consciência histórica e Educação Histórica.

[...] a avaliação tem sido abordada nos textos oficiais a partir das teorias da Pedagogia, sendo marcante a presença da perspectiva cognitivista de Piaget [...] Especialmente os documentos publicados desde a década de 1990 propõem o ensino de História a partir de Objetivos, visando a aquisição de História a partir de Objetivos, visando a aquisição de Competências ditas globais. [...] é pertinente realizar um contraponto entre a avaliação a partir da Lógica das Competências, que, como o discurso oficial tem sugerido, prepara os indivíduos para o mercado de trabalho; e a avaliação para a formação da consciência histórica, tendo como referência o campo teórico da Educação Histórica, partindo do princípio de que a avaliação é tributária de uma concepção de conhecimento. (Gusmão, 2021, p.127).

Após tais reflexões, ela vai traçar um panorama do que seria uma avaliação na epistemologia da natureza histórica. A priori, cita o modelo de Aula Oficina de Isabel Barca (2004) no qual, diferentemente de uma aula colóquio, como diz Barca (2018, p.79), na aula oficina “[...] o aluno é efetivamente visto como um dos agentes do seu próprio conhecimento, as atividades das aulas, diversificadas e intelectualmente desafiadoras, são realizadas por estes e os produtos daí resultantes

são integrados na avaliação.” Nesse modelo, Barca, também coloca que a avaliação, na aula oficina, pode se efetuar, por meio de material produzido pelo aluno, testes e diálogos, e a avaliação deve ser contínua “avaliar qualitativamente, em termos de progressão da aprendizagem, o nível conceitual dos alunos, em vários momentos da(s) aula (s)” (Barca, 2018, p.82), dito isto, aproximando-se, do já citado nesse trabalho, de uma avaliação da aprendizagem que seja contínua e sistemática. Barca (2018, p.85) termina sua reflexão em seu artigo, citando como é, usualmente, realizada a avaliação, mediante questões de certo e errado e, desse modo, torna-se tão obsoleto, pois:

Uma tendência que se manifesta na avaliação normal de testes consiste em utilizar critérios redutores de certeza (certo versus errado) e de quantidade de informação (completo versus incompleto), uma dicotomia válida para o registro de factualidade mas questionável em itens mais elaborados.

Conceitos de relatividade e objetividade crítica vieram complexificar os critérios sobre a verdade científica, e hoje, poderemos avaliar os conhecimentos, como mais ou menos válidos: científicos, aproximados, de senso comum ou alternativos. Esta visão gradual é importante no que diz respeito à avaliação formativa, se queremos valorizar os pontos de partida diferentes e assim promover uma progressão individualizada dos alunos. E, como diz Peter Lee, aprendizagem deve ser consideradas gradual, por vezes, oscilante. Não é uma questão de tudo ou nada... (Barca, 2018, p.85).

Gusmão (2021) cita o trabalho de Fernandes (2008) o qual construiu uma perspectiva denominada Unidade Temática Investigativa, tendo como referência a aula oficina de Isabel Barca e diálogos entre os trabalhos da área de Portugal e Brasil. Portanto, pode-se definir a Unidade temática Investigativa tal qual a reconstrução das aulas de história, segundo os elementos definidos pela autora, que seriam:

a-Definição de temática, conforme diretrizes curriculares; b-Preparação da investigação dos conhecimentos prévios, tendo por base os objetivos de ensino; c-Aplicação da investigação junto aos alunos; d-Categorização e análise, pelo professor; e-Problematização junto aos alunos; f-Intervenção pedagógica do professor (Interpretação e contextualização de fontes); g-Produção de comunicação, pelos alunos (narrativa, história em quadrinhos, jornal, charge, paródia e outros). h-Aplicação de instrumento de meta cognição. i-Guarda de algumas produções dos alunos e reflexão do professor, na biblioteca escolar. (Fernandes, 2008, n.p.).

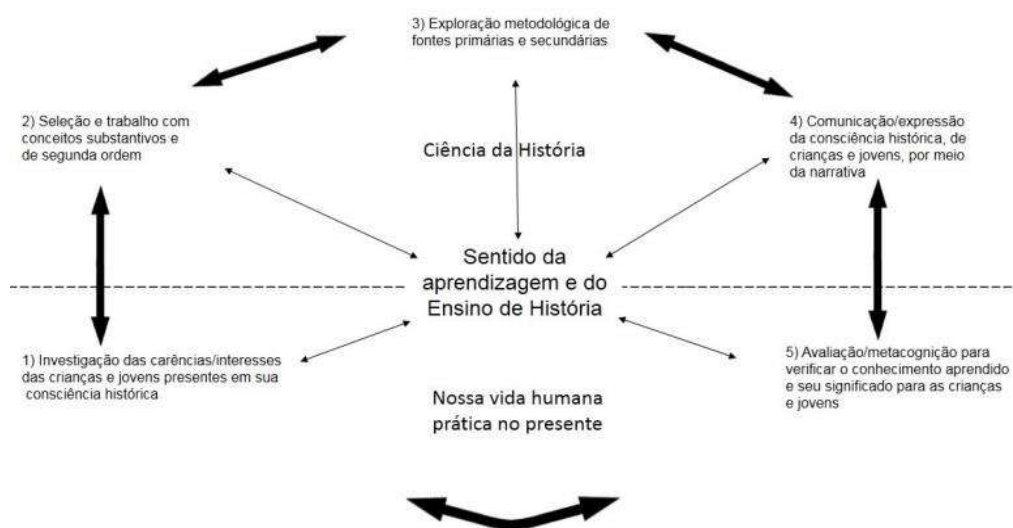
Diante disso, Gusmão diz que uma avaliação nessa perspectiva, principalmente, utilizando elementos da metacognição históricas, possibilita:

[...] aos professores/as a investigação das impressões dos estudantes acerca dos conteúdos substantivos trabalhados, antes, e, depois da problematização a partir das fontes históricas, sendo possível, portanto, verificar em que medida as ideias que os educandos apresentaram a respeito do passado tornaram-se mais complexas ou sofisticadas. Um aspecto importante dessa abordagem é a finalização do trabalho com a produção de um inventário/arquivo, que serve como forma de registro e

comunicação das narrativas históricas elaboradas por estudantes, e, até professores/a. (GUSMÃO, 2021, p.135).

Gusmão (2021) cita em seu trabalho a Matriz da Aula Histórica, proposta por Schmidt (2017), que se trata de uma forma de ensinar história e “estrutura-se a partir de um processo que obedece à determinados fatores [...]” (Schmidt, 2017, p.69). Para isso, Schmidt representa a Matriz da Aula Histórica da seguinte forma:

**Figura 1** – Matriz da Aula Histórica



FONTE: Schmidt (2017)

Da mesma forma que a Aula Histórica seria uma forma de ensinar história pode-se dizer que abarca uma forma de avaliar, conforme pode ser visto no item 5) Avaliação/metacognição para verificar o conhecimento aprendido e seu significado para as crianças e jovens. A autora explicita que o sentido de avaliação, nesse modelo de aula, seria o aluno perceber seu processo de aprendizagem, conferindo sentido a toda a ação anterior (outros tópicos da matriz) de sua aprendizagem no momento da avaliação.

A avaliação contínua e a sistematização da avaliação, a partir da perspectiva da metacognição (o que os sujeitos sabem acerca do que eles aprenderam), fazem com que as crianças e jovens percebam o seu próprio processo de aprender. A compreensão dos processos mobilizados desde a investigação das carências e dos interesses desses sujeitos até a produção de uma narrativa que expressa sua consciência histórica, permite que as crianças e os jovens tomem consciência dos seus processos cognitivos, atribuindo significados e conferindo sentidos ao que aprendeu. (Schmidt, 2017, p.70).

Gusmão (2021) salienta que essa abordagem de avaliação, inserida nos pressupostos da natureza e da Ciência da História, possibilita aos alunos a formação da consciência histórica “à

medida que permite que elaborem ideias históricas mais complexas, sofisticadas, pois, sobretudo, a proposta leva em consideração competências próprias do pensamento histórico” (p.141). Porém, a autora conclui, em sua tese, que avaliar a aprendizagem histórica encontra limites, porque, ao analisar os documentos norteadores educacionais da avaliação, ela encontrou um desnivelamento diante das inovações das teorias do campo da aprendizagem histórica.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Defende-se, neste trabalho, após reflexão das teorias citadas ao longo do texto, que, para uma avaliação como meio de aprendizagem histórica, primeiro precisa-se levar em conta os conhecimentos prévios do estudante, isso pode ser realizado mediante uma avaliação diagnóstica, levar em conta os conhecimentos que ele adquiriu de maneira informal em outros ambientes que não o escolar. Também considerar na avaliação a narrativa histórica (de forma escrita ou oral) pois a narrativa tem uma função prática de orientação de experiência prática no tempo além de ser um “sistema de operações mentais que define o campo da consciência histórica” (Schmidt; Barca; Martins, 2010, p.95) e encaminha o estudante ao aprendizado histórico.

Enfim, integrar a avaliação no cotidiano das aulas, sistematicamente, de forma qualitativa como um meio e não um fim em si, buscando sempre a aprendizagem do estudante, é uma possibilidade de avaliar a aprendizagem histórica.

Esqueçamos as obsoletas formas de avaliar a memorização dos alunos, buscar introduzir aspectos e conteúdos da teoria da educação histórica, aprimorando a aprendizagem e consciência histórica dos estudantes, na avaliação, torna-se um fator importante e necessário, principalmente, nos últimos anos em que a educação brasileira vive na corda bamba de governo negacionista.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Edinalva Padre. Aprendizagem histórica: diálogos para uma aproximação com a teoria da História. **História & Ensino**. Londrina, v. 26, n.2, p. 51-72, Jul/Dez. 2020.
- BARCA, Isabel. Educação Histórica: uma nova área de investigação. **Revista da Faculdade de Letras**. Porto, v.2, p.13-21, 2001.
- BARCA, Isabel. **Pensamento histórico e consciência histórica: teoria e prática**. OLIVEIRA, T. A. D. (organizador). Curitiba: W.A. Editores, 2018.

BECKER, Geraldo; URBAN, Ana Claudia A luta e as conquistas das mulheres pelo direito de igualdade na perspectiva da Educação Histórica. **Revista Educação Histórica – REDUH – LAPEDUH**, n. 09/ maio-agosto, p.106-115, 2015.

FERNANDES, Lindamir. Zeglin; SCHMIDT, Maria Auxiliadora. A Reconstrução de aulas de História na perspectiva da Educação Histórica: da aula oficina a unidade temática investigativa. **Anais do VIII Encontro Nacional de Pesquisadores de Ensino de História: Metodologias e Novos Horizontes**. São Paulo: FEUSP-Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2008.

GERMINARI, Geysa Dongley. **Educação histórica: a constituição de um campo de pesquisa**. Revista HISTED BR On-line, Campinas, n.42, p.54-70, jun 2011.

GUIMARÃES, Selva. **Didática e prática de ensino de História: Experiências, reflexões e aprendizados**. 13ª ed. rev. E ampl. – Campinas, SP: Papyrus, 2012.

GUSMÃO, Leslie Luisa Pereira. **Avaliação e ensino de história: possibilidades e limites para a educação histórica**. - Curitiba, 2021, 161 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Paraná. Setor de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação.

KMIECIK, Daniele Sikora, FERREIRA, Fábio. Educação Histórica: uma tradição construída. In: SCHMIDT, Maria, Auxiliadora; SOBANSKI, Adriana Quadros. **Competências do pensamento histórico**. 1ª ed. Curitiba: W.A. Editores, 2018.

LEE, Peter. Progressão da compreensão dos alunos em história. In: BARCA, I (Org). **Perspectivas em educação histórica. Actas das Primeiras Jornadas Internacionais de Educação Histórica**. Braga: Centro de Estudos em Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2001. p.13-27.

MANTOVANI, Eduardo Eliasquevitch. **A avaliação no ensino de história e as contribuições da psicopedagogia**. Monografia (Especialização em Educação e Psicopedagogia) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas-São Paulo, 2006.

MARTINS, Estevão Rezende. Consciência histórica. In: FERREIRA, M. M., OLIVEIRA, M. M. D. (coord.). **Dicionário de ensino de história**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

MOREIRA, Cláudia Regina Baukat Silveira; VASCONCELOS, José Antônio. **Didática e avaliação da aprendizagem no ensino de história**. Curitiba, IbpeX, 2007.

NODA, Marisa. Avaliação e novas perspectivas de aprendizagem em História. **História & Ensino**, v. 11, p. 143-152, 2005.

- OLIVEIRA, Tiago Augusto Divardin. Para conhecer a Educação Histórica: um inventário da teoria e filosofia da história – um olhar e diferentes perspectivas. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol.14, n.2, ago.-dez., p.79-104, 2021.
- PRATS, José. Ensinar História no contexto das Ciências Sociais: princípios básicos. **Revista Educar**, Curitiba, Especial, p. 191-218, 2006.
- RAMOS, Márcia Elisa Teté; CAINELLI, Marlene Rosa. A Educação histórica como campo investigativo. **Diálogos**, v. 19, n. 1, p. 11-27, 11 out. 2015.
- RIBAS, Cristina Elena Taborda. O processo de avaliação na perspectiva da educação histórica. **Revista Educação Histórica – REDUH – LAPEDUH**, n. 09/ maio-agosto, p.87 – 93, 2015.
- RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica**. Brasília, 2001.
- RÜSEN, Jörn. **História viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.
- RÜSEN, Jörn. **Aprendizagem histórica: fundamentos e paradigmas/ Jörn Rüsen com a colaboração de Irgetraud Rüsen – Curitiba: W.A.. Editores, 2012.**
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora, CAINELLI, Marnele. **Ensinar História**. São Paulo, Scipione: 2004.
- SCHMIDT, Maria. Auxiliadora; GARCIA, Tania. Maria Braga. Pesquisas em educação histórica: algumas experiências. **Educar**, Curitiba, n. esp., p.11-31, 2006.
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão Rezende. (coord.). **Jörn Rüsen e o ensino de história**. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.
- SCHMIDT, Maria. Auxiliadora; URBAN, Ana Cláudia. (organizadoras). **O que é educação Histórica?** Curitiba: W.A. Editores, 2018.
- SCHMIDT, M. A., SOBANSKI, A. Q. (organizadoras). **Competências do pensamento histórico**. Curitiba: W. A. Editores, 2020.

## OS MONUMENTOS HISTÓRICOS E A RECONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO NO MUNDO PÓS-COLONIAL

HISTORICAL MONUMENTS AND THE RECONFIGURATION OF URBAN SPACE IN THE POST-COLONIAL WORLD

May Fran Selares Facundes<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente trabalho aborda sobre a reconfiguração do espaço urbano através dos monumentos históricos, na perspectiva do mundo pós colonial, a partir das forças ocidentalista que os “cristalizaram”, cujo objetivo é desconstruir um imaginário de dominação e poder, tendo como consequência grupos de militância social que, saquearam, pincharam, derrubam esses símbolos, pois, fazia jus a sujeitos que dominaram o mundo colonial, corroborando para a perpetuação do racismo, preconceito, totalitarismo, etc. Nesse sentido, metodologicamente, faremos uma abordagem teórica sobre a modernidade, através de uma abordagem quanti-qualitativa, através da inter-relação entre os monumentos e os resultados das propostas políticas elitistas, através da demarcação de fronteiras entre civilizados e bárbaros que, no mundo pós-colonial pois essas configurações de poderes ainda se inter cruzam na atualidade.

**Palavras-chave:** Pós-colonialismo; Monumentos históricos; Cidade e Modernidade.

**Abstract:** This work addresses the reconfiguration of urban space through historical monuments, from the perspective of the post-colonial world, based on the Western forces that “crystallized” them, whose objective is to deconstruct an imaginary of domination and power, resulting in militant groups society that looted, pinched, and overthrew these symbols, as it did justice to subjects who dominated the colonial world, contributing to the perpetuation of racism, prejudice, totalitarianism, etc. In this sense, methodologically, we will take a theoretical approach to modernity, through a quantitative-qualitative approach, through the interrelationship between monuments and the results of elitist political proposals, through the demarcation of borders between civilized and barbarians who, in the world postcolonial because these configurations of powers still intersect today.

**Keywords:** Post-colonialism; Historical Monuments; City and Modernity.

---

<sup>1</sup> Mestrando do programa de pós graduação em História e Conexões Atlânticas-Cultura e Poderes, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8839030848900965>, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8114-0771>, E-mail: mayacademico@outlook.com/



## Introdução

O presente trabalho busca apresentar no primeiro momento, as rupturas, permanências, desafios e influências do mundo pós colonial, o que contribui de forma bastante significativa para pensar e historicizar a narrativa histórica. Nessa proposição, podemos nos interpela “Quando foi o pós-colonial? O que deveria ser incluído e excluído dos seus limites? Onde se encontra a fronteira invisível que separa o pós-colonial do colonialismo, neocolonialismo, Terceiro mundo, Imperialismo? (Hall, 2011, p. 95).

Diante desses questionamentos, percebemos que essas zonas de influências, é fruto do processo de hibridização cultural do mundo atlântico, pois, ampliou-se a para “a história do século XIX e XX, rompendo com as concepções ideológicas tradicionais que alude um aceleração temporal, preocupando-se somente com o presente e o futuro rompendo qualquer influência do passado.” (Hall, 2011, p. 96).

Desde o surgimento da História, não havia entre os gregos a intencionalidade e a preocupação pelo futuro, e sim, pelo tempo presente e pelo passado. Porém, procuravam dar sentido e valor ao universo, e a sua interconexão com o cosmo. Ou seja, os historiadores Heródoto, Tucídides, analisavam o momento em que estavam inseridos e entendiam o fazer histórico, pelas experiências. (Reis, 2006, p. 17).

É importante salientar que, dentro da construção historiográfica houve vários embates metodológicos que influenciaram o modo de interpretar a História e atribuir sentido aos acontecimentos históricos. Porém, esses fatores eram eminentemente ligados a corrente do historicismo, em que ocorreram vários embates sobre o surgimento e o uso da palavra História, no contexto Italiano, alemão, França. Essa corrente, contribuiu para entender os fenômenos como históricos e temporais. Porém, a forma de entender e pensar a História, no período do século XIX, foi alemã. Assim, entender o mundo pós-colonial é romper com a perspectiva etnocêntrica que se configurou e cristalizou aspecto dominantes desde a formação do mundo atlântico e suas pluralidades. (Reis, 2006, p. 216).

Nesse sentido, “o atlântico foi uma invenção europeia. Partindo desse pressuposto, o que se configura do mundo ocidental nessa teia de relações? Responder tal questionamento existem multiplicidades de sentidos, que, podemos levantar vários problemas, ou, ajudar os historiadores, entender “a história atlântica a primeira modernidade antes do início da industrialização, da democracia de massa, do Estado- Nação” (Armitage, 2014, p. 207).

Ao analisarmos sobre os monumentos históricos pela perspectiva pós-colonial, percebemos as diversas apropriações que os sujeitos fazem desses espaços de memória, rompendo com uma

cultura de dominação, tendo nos monumentos a categorização de sujeitos que oprimiram e ajudaram a justificar o preconceito étnico, moral e social que se configura até na atualidade.

A partir disso, podemos perceber que os monumentos não são representações simbólicas neutras e sem significados, mas sim, carrega para além da sua materialidade múltiplas interpretações através da apropriação e leitura dos indivíduos dependendo do público e a capacidade interpretativa em decifrar signos e os elementos da linguagem, onde Chartier (1991) esclarece que:

a apropriação, a nosso ver, visa uma história social dos usos e das interpretações, referidas a suas determinações fundamentais e inscritas nas práticas específicas que as produzem. Assim, voltar à atenção para as condições e os processos que, muito concretamente, sustentam as operações de produção do sentido (na relação de leitura, mas em tantos outros também) é reconhecer, contra a antiga história intelectual, que nem as inteligências nem as ideias são desencarnadas, e, contra os pensamentos do universal, que as categorias dadas como invariantes, sejam elas filosóficas ou fenomenológicas, devem ser construídas na descontinuidade das trajetórias históricas. (Chartier, 1991, p. 180).

O autor supracitado nos esclarece que, as operações que produzem sentido abarcam uma dimensão mais ampla, pois, deve ser levado em consideração os diferentes lugares públicos, apropriação e a realidade cultural dos indivíduos, desprendendo-se de modelos universalizantes operacionalizando os significados que são atribuídos diante do que denominamos de “capacidade crítica e hermenêutica a partir da releitura de mundo”. (Chartier, 1991, p. 180).

Em uma análise mais específica sobre monumento, utilizaremos o conceito segundo a carta de Veneza de 1964, quando nos diz:

o conceito de monumento histórico engloba, não só as criações arquitetônicas isoladamente, mas também os sítios, urbanos ou rurais, nos quais sejam patentes os testemunhos de uma civilização particular, de uma fase significativa da evolução ou do progresso, ou algum acontecimento histórico. Este conceito é aplicável, quer às grandes criações, quer às realizações mais modestas que tenham adquirido significado cultural com o passar do tempo. (Carta de Veneza, 1964).

No que diz respeito à cidade nesse limiar da modernidade Bresclani (1992, p. 11) em sua obra “*permanências e rupturas no estudo das cidades*”, apresenta a palavra cidade é repleta de ambiguidades fazendo parte de um processo de socialização dos indivíduos com o meio social em transformação, denominado as primeiras “aglomerações de moradias.” É importante analisarmos como esses espaços são pensados e reorganizados no que tange a infraestrutura, as disputas e demarcação local e os impactos em decorrência da modernidade.

Ao retratarmos a cidade e os efeitos da modernidade perceberemos como os sujeitos estão inseridos nesse processo para além da perspectiva do mundo global e econômico em dominação, onde versaremos os entraves e progressos associado à concretude pós- colonial.

**O reflexo da modernidade: ambiguidades, rupturas, permanências no mundo pós-colonial.**

Nesse primeiro momento buscaremos analisar a questão colonial referenciado pelo autor Homi Bhabha em sua obra: o local da cultura, analisando os estereótipos construídos, acerca do colonialismo, porém, a ideia é entender como esses reflexos se condicionam na atualidade. Nesse sentido, Reis (2006) nos mostra o interesse em construir e idealizar uma história pela perspectiva ocidental de maneira totalizante, construída a partir de sujeitos, da consciência, revoluções, quando nos diz que:

O homem ocidental sofre com a própria ausência e procura construir uma imagem global, reconhecível e aceitável de si mesmo, a cultura ocidental se interroga sobre a sua identidade, que generaliza como problema do homem ocidental. (Reis, 2006, p.15).

O fragmento propõe perceber que o anseio do homem ocidental, em tentar reconhecer-se como tal, as suas angústias, como “para onde vamos? para que viemos e qual o nosso destino?” são sucessivas estratégias de conquistas, dominação que irão se suceder dentro da dinâmica da sociedade ocidental. Como podemos esclarecer o expansionismo da cultura ocidental, muitas vezes, ancorada pela perspectiva eurocêntrica. De acordo com Leal (2019):

as discussões acerca das perspectivas pós-coloniais, principalmente as que advêm dos ex-impérios, convergem em dois aspectos, o primeiro na necessidade de diálogo com as epistemologias do sul para a construção do saber. Os estudos culturais estão se reorganizando em outros alicerces, que não as linearidades e dualismos dos clássicos, que funcionariam como elemento de perpetuação e supremacia de uma estrutura ideológica e histórica das sociedades. Essa antes citada estrutura que é afirmada nas relações de poder atuais, chamadas de relações pós-coloniais, possuem relação com as ciências sociais, humanas e com os estudos literários, não obstante dos seus destinadores (ocidente) serem entidades imaginárias, construções discursivas enquanto objeto e sujeito do discurso (Leal, 2019, p. 123).

No decorrer dessas mudanças, alguns discursos vão se intensificando, reformulando e apoiados em ideologias institucionais, que muitas das vezes, busca-se espaço em discursos já construídos, conforme Reis (2006) nos esclarece:

As preocupações e as vantagens deste mundo levaram a Europa Ocidental a rearticular seu discurso religioso. A herança romana, que favorecera a expansão de Roma, devia passar por ajustes para continuar apoiando a Europa Ocidental em sua expansão, agora para todo o mundo. (Reis, 2006, p. 22).

Como podemos perceber os indivíduos são inseridos dentro do tempo e espaço que se transforma constantemente, com isso, a “cada indivíduo vive em certo universo histórico de valor. Cada sociedade cria seu conjunto de valores, que mantém coesa.” (Reis, 2006, p. 210).

Para analisarmos os efeitos da cultura ocidental, Homi Bhabha (2001) vem corroborar, quando nos propõe que:

O que está em jogo quando se chama a teoria crítica de "ocidental"? Essa e, obviamente, uma designação, ao de poder institucional e eurocentrismo ideológico. A teoria crítica frequentemente trata de textos no interior de tradições e condições conhecidas de antropologia colonial, seja para universalizar seu sentido dentro de seu próprio discurso acadêmico e cultural, seja para aguçar sua crítica interna do signo logocêntrico ocidental, do sujeito idealista ou mesmo das ilusões e delusões da sociedade civil (Homi Bhabha, 2001, p. 59).

Nesse contexto, percebemos que o autor alude sobre a cultura ocidental, de forma crítica, pois percebe que dentro do próprio discurso acadêmico como produção e interpretação cultural, deve quebrar esses paradigmas institucionalizados.

Segundo (Bhabha, 2001, *apud* Neves, 2009, p. 236), esclarecendo que os novos “lugares” da cultura já não são as academias e os centros dos poderes institucionais, mas os interstícios em que penetram culturas marginais e híbridas. E é nestes novos lugares que são elaborados a atual reflexão política, filosófica e estética.”.

Porém, o próprio modelo cultural associado à marginalização é carregado de influências de dominação, pois quando Homi Bhabha analisa a colonização pelo processo de colonizador e colonizado, carregado de ambivalência, pois o ideal não é a negação da estrutura e sim redimensionar novos horizontes.

Uma vez esclarecido os embates ideológicos, culturais que foram construídos no mundo colonial, temos que desconstruir sobre o que o Estado na experiência colonial sancionou em uma política de extermínio da conquista do território, corpo e mente.

Nessas nuances interpretativas, na tentativa de reestruturar e desnaturalizar aspectos de dominação e concepções forjadas criadas pelo europeu, nessa relação diacrônica entre o presente e o passado, aceleração do tempo. Hall, (2011, p. 95), nos ajuda a pensar “por que o pós-colonial é também um tempo de diferença? Que tipo de diferença é essa e quais as suas implicações para a política e para a formação dos sujeitos na modernidade tardia?” (Hall, 2011, p. 95).

Observando tal pensamento, começa-se construir a ideia de modernidade, dentro do cenário da Europa ocidental, buscando a rearticulação, formação de consciência, revolução, dentro da perspectiva Eurocêntrica. Onde para melhor entendermos o significado da modernidade, segundo Reis (2006):

A “modernidade” significou uma revolução cultural, ocorrida apenas no ocidente, que acompanhou e tornou possível a expansão europeia pelo mundo e, internamente, a constituição de uma nova ordem política (Estado burocrático), uma nova ordem

econômica (ética do trabalho e empresa capitalista) e uma nova ordem social (não-fraternidade religiosa (Reis, 2006, p. 22)).

Ao elucidar essa perspectiva sobre essas discussões na modernidade, Reis (2006, p.31), nos caracteriza que a modernidade se quis uma libertação de cada referência do passado”, ou seja, rompe com o passado, visando o olhar para o novo, futuro, ancorados nos valores da subjetividade, e dando espaço para a razão.

Koselleck (2014, p. 209-210) salienta que o conhecimento histórico deve ser sempre repensado e questionado e que “as narrativas precisam se reformuladas e não necessariamente novas em si”, nessa perspectiva, podemos fazer o seguinte questionamento, como voltar à narrativa, em que a própria modernidade, anseia o novo e rompe com o passado? Talvez, seja um grande desafio do historiador, haja vista, que voltar analisar os aspectos do passado, não significa ficar estagnado no mesmo.

Porém, nessa perspectiva em associar o tempo com a ideia de modernidade, ao analisarmos a experiência pela repetitividade, singularidade e “esse novo tempo”, tendo como desafio pensar o novo, inovação e progresso, pela perspectiva de aceleração, destacado as descobertas físicas, desafios ecológicos, as revoluções”, configuram a base para modernização O historiador, dentro dessas constantes mudanças, deve perceber as influências do passado nos estratos da história, Koselleck (2014):

Nós historiadores, precisamos aprender a identificar os diversos estratos, a diferença entre estratos que podem mudar rapidamente, estratos que só se transformam lentamente e estratos mais duradouros, que contém a possibilidade de repetibilidade. Então, poderemos também redefinir as época temporais que fazem jus à modernidade, mas sem a necessidade de excluir as outras épocas da nossa história comum como algo diferente. Se quisermos saber quão nova é a nossa modernidade, precisamos saber quantos estratos da história antiga estão contidos no presente. (Koselleck, 2014, p. 221).

A despeito sobre o fragmento acima, o autor alude sobre a importância que a história e o historiador tem em relação às metodologias e as técnicas de pesquisa. Assim, dar ênfase a questão da reflexão histórica, por meio da análise da modernidade, pelo seu valor semântico, ideológico e comportamental.

### **Quebra de paradigmas: o sentido monumentos históricos no mundo pós-colonial.**

Atualmente, os monumentos históricos são alvo de protestos em alguns países como Estados Unidos, Reino Unido e também aqui no Brasil. De acordo com o noticiário Aventuras na história,

publicada na UOL, escrito por André Nogueira em 11/06/2020<sup>2</sup>, faz referência a manifestações que buscam desnaturalizar e combater o colonialismo eurocêntrico, ainda reforçados pelos monumentos erguidos por fazerem alusão aos heróis nacionais

A partir dessas manifestações, o monumento que faz referência a Cristóvão Colombo foi alvo de protestos, conforme observamos abaixo:

Figura 1- Estátua decapitada.



Fonte:

Divulgação Twitter. Disponível em: < <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/historia-hoje/estatuas-de-cristovao-colombo-sao-destruidas-em-protestos-antirracistas-nos-eua.phtml>. Acesso em 15/06/2020.

A partir da ilustração acima Nogueira, (2020) nos esclarece que:

[...], durante as manifestações que tomaram os EUA nas últimas semanas, Boston e Richmond fizeram como tantas outras cidades no mundo e atacaram monumentos a figuras polêmicas ligadas ao escravismo: dessa vez o alvo foi Cristóvão Colombo. Na primeira cidade, uma estátua do explorador foi decapitada e, na segunda, foi arrancada e lançada num lago, durante protestos antirracistas. Colombo foi alvo dos protestos por conta de sua relação direta com a defesa da escravidão no século XVI e por sua responsabilidade pelo início do genocídio indígena na América, da qual ele ganhou a alcunha de “descobridor”. Muitos dos envolvidos com a ação em Richmond eram de origem indígena.

Nessa projeção, o processo de colonização das Américas, a historiografia tradicional evidencia a figura do colonizador pondo em detrimento os sujeitos, pois buscou-se “substituir a comemoração do dia de Colombo, celebrado em outubro em homenagem à chegada do explorador na América, por um tributo aos povos autóctones estadunidenses”. É importante lembrarmos que a figura do colonizador aqui assumi uma postura de genocídio, (UOL 2020).

Com isso, a história do atlântico é o ponto inicial para esses desdobramentos, carregados de complexidades, dos desafios e contrariedades que buscam ter novas configuração na acirrada e disputada corrida europeia colonial, que cronologicamente “inicia-se com primeira travessia de

<sup>2</sup> <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/canal/ultimas-noticias?page=1942>.

colombo em 1492 e termina convencionalmente, com a era das revoluções no final do século XVIII e início do século XIX.”

De acordo com o jornal folha de são Paulo em 12/06/2020, titulada “*Ataques a monumentos enunciam desavenças pelo direito à memória*”, assume duas posturas, a primeira de monumentos que reforçam a hegemonia do colonialismo, como também os movimentos sociais pressionam aos governadores locais para despolitizar tais representações.

Referenciado pelo Jornal Folha de São Paulo, essas manifestações não são vistas como vandalismo e sim, como movimentos ativistas que lutavam contra ao preconceito étnico, racismo ou regimes opressores. Pois, o Jornal folha de São Paulo nos sinaliza:

a noção de contra monumento, conceito fartamente usado desde os anos 1990, e que tem suas origens nas estéticas da memória relacionada ao Holocausto. Cobrindo hoje um arco diversificado de temas, diz respeito tanto a estratégias contrárias aos princípios tradicionais de monumento, quanto a projetos criados para combater um monumento existente e o que ele representa. A multiplicação de conceitos e práticas acompanha a proliferação de confrontos com a história oficial encarnada em monumentos que enunciam, entre dedos em riste, espadas, cavalos e homens brancos fardados, a presença das forças sociais que os ergueram. Essas ações ativistas não incidem só contra os monumentos, mas também contra edifícios, nomes de ruas e datas históricas. (Jornal folha de São Paulo, 2020).

Desse modo, Miranda (2008, p. 12), esclarece o conceito de monumento que, vai além da epistemologia da palavra, onde deve ser analisado o contexto histórico em que ocorreu a sua perpetuação e valorização, ou, desvalorização. Tendo em vista que, os monumentos são representações imagéticas que dialogam com o social, onde foi possível perceber a atuação direta dos que protestavam diante de uma representatividade que concretiza e rememora um passado de opressão e dominação do colonizador.

Diante disso, essa perpetuação não se isola somente nessa perspectiva (dominador/dominados), pois, o discurso que é fomentado assumi um novo vigor. Um dos artifícios utilizados é a questão da representatividade simbólica, seja por meio de imagem, cartum ou monumento, retratando-se, no entanto, o contexto histórico materializado pela simbologia, apresentando-se também até que momento os monumentos assumem a funcionalidade estética da arte e interpretação diversas, conforme nos diz Le Goff (1990).

A definição da palavra monumento e seus respectivos significados tomam conceituações diversas, refere-se tanto a documentos quanto a construção simbólica arquitetônica, repercutindo a recordação ao passado. No entanto, os monumentos assumem uma consistência de conservação, na perspectiva de demarcação e necessidade em fixar o seu espaço, opondo-se à ideia de esquecimento, porém partindo do interesse e necessidade em querer conservar no imaginário coletivo. (Le Goff, 1990, p. 526)

É relevante associar os monumentos que são erigidos aos espaços de demarcação, contribuindo com a padronização local. (Argan, 1993, p. 75 *apud* Sá, 2007, p. 4), nos diz que, a cidade passa por momentos de transformação, assumindo novos valores refletindo na contemplação e percepção de sentido que se configura nas diversas circunstâncias do mundo. Nesse contexto, (Bachelard, 1993, p. 103-116 *apud* Sá, 2007, p. 4), intensifica sobre o monumento e suas relações com o espaço, o observador e a sociedade no geral.

Monumento captado como símbolo e reinterpretado em sua dimensão simbólica e ideal, mas também em sua concretude e fundamental e relação espacial com o espaço que o envolve e estabelecendo interconexões com o local, a cidade, o observador e a população que vive e recebe este lugar como um “ninho, como um local de acolhimento, de introspecção. (Bachelard, 1993, p. 103-116 *apud* Sá, 2007, p. 4).

O autor acima serve como referência na construção da pesquisa, pois os monumentos possui dimensão simbólica em sua concretude, onde buscamos analisar a apreensão dos moradores próximos a sua permanência local.

Nesse sentido, de acordo com o jornal folha de São Paulo (2020) vem elucidar os monumentos e seus impactos com a memória juntamente com os espaços urbanos, onde a maioria das vezes são consagrados pela representação por esses monumentos:

É essa rede imaginária que faz dos monumentos uma espécie de arquivo distribuído da narrativa histórica do establishment, consagrando no espaço urbano aquilo que foi considerado memorável e promovendo uma determinada imagem pública da cidade. Discutir os seus significados, contestar e expandir suas ideias é, portanto, reivindicar o direito à memória no espaço público e disputar o direito de ocupar o território. (Jornal Folha de São Paulo, 2020).

Outra obra importante titulada “*o legado da memória: os monumentos hoje e sempre*” nos diz que “os monumentos, são testemunhos da sua própria história de que conservam os registros” (Didaskalia, 1999, p. 659).

Nessa perspectiva o monumento de Cristóvão Colombo assume valor intrínsecos que evoca um passado, que ao mesmo tempo torna-se tão próximo e que o historiador tem o ofício de transcrever o que talvez ficou silenciado e esvaziado de sentido para além do viés etnocêntrico, construindo uma narrativa pós colonial tendo em vista um “pluralismo metodológico e ampliar os horizontes” (Armitage, 2014, p. 215).

Nesse sentido, até agora percebemos que a memória está associada aos monumentos, tendo em vista que os sujeitos constantemente são influenciados por essas construções que são forças motrizes dominantes. Nesse processo pós-colonial é necessário operar nesses sujeitos multiplicidades de sentidos principalmente no que tange a memória e os espaços públicos.



De acordo com o Jornal Folha de São Paulo (2020) nos diz “Afiml, reconhecer e interrograr a memória da barbárie é crucial para confrontar a continuidade das suas práticas e das políticas de esquecimento.”

Segundo Sá (2007), em sua obra “A cidade, os monumentos públicos e suas relações com o social”, retrata sobre os monumentos através de uma análise formal e comparativa e das formas de apropriação que o social constrói dentro dos espaços que são demarcados através dos monumentos. Esse trabalho nos ajuda a entender sua significação para o social a partir das várias mudanças no cotidiano das cidades.

### **Os impactos do mundo pós-colonial na reconfiguração do espaço urbano**

Quando falamos sobre cidades e associamos ao mundo pós-colonial, percebemos que toda estrutura urbana e os elementos paisagísticos, são medidas implementadas que visa moldar os espaços vinculados às propostas de patrimonialização, como nos salienta Nascimento (2005):

A partir do desenvolvimento descontrolado das cidades, áreas que compunham um espaço único são invadidas. Levando-se em conta a relação intrínseca entre obra e lugar, muitas características são extraviadas, em razão destes espaços se tornarem reduzidos ou inexistentes após qualquer interferência no entorno. (Nascimento, 2005, p. 1).

O fragmento esclarece que, a invasão desses espaços se inserem nas relações de forças presentes, não podendo ser caracterizado como vandalismo e sim como quebra de paradigmas de espaços de dominação, impulsionado pela estratégia de progresso do mundo pós-colonial.

Podemos perceber o mundo pós-colonial dando ênfase aos sujeitos que sofreram influência aos paradigmas da globalização, rompendo as relações estruturantes que marcaram a corrida imperialista política e econômica, pois “o terreno do pós modernismo é, por conseguinte, fértil para as teorias pós coloniais, que se referem essencialmente ao desconstrutivismo” ampliando suas análises para a ideia de subdesenvolvimento e subordinação da dominação. (Neves, 2009, p. 235)

Outros entraves que procuramos despolitizar e entender são as esferas de dominação dos espaços, de acordo com Grosfoguel (2008):

O pensamento crítico de fronteira é a resposta epistêmica do subalterno ao projecto eurocêntrico da modernidade. Ao invés de rejeitarem a modernidade para se recolherem num absolutismo fundamentalista, as epistemologias de fronteira subsumem/redefinem a retórica emancipatória da modernidade a partir das cosmologias e epistemologias do subalterno, localizadas no lado oprimido e explorado da diferença colonial, rumo a uma luta de libertação descolonial em prol de um mundo capaz de superar a modernidade eurocentrada. Aquilo que o pensamento de fronteira produz é uma redefinição/subsunção da cidadania e da democracia, dos direitos humanos, da humanidade e das relações económicas para

lá das definições impostas pela modernidade europeia. O pensamento de fronteira não é um fundamentalismo antimoderno. (Grosfoguel, 2008, p. 138).

O fragmento nos propõe problematizar “a modernidade eurocentrada”, pois podemos pensar, o que entendemos atualmente sobre a modernidade é uma projeção somente da Europa? Quais reflexos são visíveis para além das estruturas e concepções globais? Para tais questionamentos é necessário encontrar alternativas que substituam satisfatoriamente o Estado-Nação como eixo de análise (Sochaczewski, 2017).

Em contra partida, (Hall, 2011, p. 103), nos diz que o mundo pós colonial surge de maneira autônoma independente das influências da hegemonia colonial, mas sim por novas mudanças e necessidades que são “dominadas pelo crescimento do capital o mundo desenvolvido capitalista, bem como pela política que advêm da emergência de poderosas elites locais que administramos efeitos contraditórios do subdesenvolvimento”.

Quando falamos em subdesenvolvimento ampliamos a nossa linha interpretativa para as relações internas e externas dos sujeitos que não são indiferentes a essas mudanças que são apreendidas no cotidiano e sociabilidade em torno da cidade.

Essas mudanças de arborização são implementadas por políticas públicas e possuem duas perspectivas: Salvar os espaços pelo viés de conservação local e demarcar esses locais caracterizados por nomes e personagens exaltados historicamente.

A cidade se dá ao mesmo tempo a ver e a ler. O tempo narrado e o espaço habitado estão nela mais estreitamente associados do que no edifício isolado. A cidade também suscita paixões mais complexas que a casa, na medida em que oferece um espaço de deslocamento, de aproximação e de distanciamento. É possível ali sentir-se extraviado, errante, perdido, enquanto que seus espaços públicos, suas praças, justamente denominadas, convidam às comemorações e às reuniões ritualizadas. (Ricoeur, 2007, p. 159).

A cidade dentro da dinâmica e complexidade nos direciona para as conexões ou socialização dos indivíduos com as comemorações e práticas como também os impactos e transformações que ocorrem de acordo com o mundo globalizado que diretamente muda as estruturas não alcançando os locais periféricos.

O fenômeno de urbanização observado em grande parte dos países subdesenvolvidos em muito se deve à matriz de industrialização tardia da periferia. A atratividade exercida pelos polos industriais sobre a massa de mão-de-obra expulsa do campo (em especial nos países que receberam empresas multinacionais que alavancaram a passagem de economias agroexportadoras para economias “semi-industrializadas”, como o Brasil ou a Índia) provocou, a partir da década de 60, a explosão de grandes polos urbanos no Terceiro Mundo, que não receberam a provisão de habitações, infraestrutura e equipamentos urbanos que garantisse qualidade de vida a essa população recém-chegada. (Ferreira, 2000, p. 12-13).

Percebemos que os avanços tecnológicos traz consigo ambiguidades, pois, não alcança a todos da população, ou não dão condições para que os sujeitos sejam alcançados, sendo caracterizado como “modernização tardia da periferia”, e justamente por essas estratégias de sobrevivência que deve-se criar planejamentos urbanos e executar em combate à pobreza, desigualdade social e economia, além do paradigma de dominação capitalista.

Nesse processo de desenvolvimento e urbanização Harvey (1993, p. 18), nos diz que “ocorreram várias mudanças na vida urbana a partir de 1970, mas determinar se essas mudanças merecem ser consideradas como pós-modernidade, depende da atribuição e sentidos que os sujeitos delegam a esse período”, ou seja, perceber e conscientizar-se por essas transformações temporal que reflete no espaço social.

### Considerações finais

Sabemos que o historiador em seu ofício deve ter métodos para articular o seu objeto de pesquisa em amplas perspectivas, sendo assim, o artigo buscou entender os reflexos do mundo pós colonial não como uma ruptura temporal, mas “descortinar” as influências etnocêntricas nas esferas de dominação ainda presente na sociedade.

Com o objetivo de entender como se configurou o mundo pós-colonial através da interconexão e rupturas e permanências problematizamos o conceito do mundo colonial atrelado à modernidade, ampliamos a nossa análise através do monumento histórico de Cristóvão Colombo, em sua representatividade simbólica, sendo alvo de protestos ativistas, pois fazia alusão a formação colonial de dominação, pondo em detrimento os sujeitos colonizados.

Ao abordarmos os reflexos do processo da colonização na perspectiva pós-colonial demos ênfase ao estudo das cidades e sua relação com os indivíduos, frente aos efeitos da urbanização, onde buscamos entender de maneira crítica o paradigma da globalização, uma vez que, as esferas de poder econômico e político não desenvolvem medidas aos sujeitos que participam desse processo, ou, se aparecem, são subordinados a estrutura de poder dominante, aumentando a desigualdade social e o subdesenvolvimento dos que ocupam esses espaços denominados periféricos.

### Referências

ARMITAGE, David. **Três conceitos de história atlântica.** (Three concepts of Atlantic History). In: História Unisinos. 18(2):206-217, Maio/Agosto 2014.

BRESCLANI, Maria Stella. **Permanências e Rupturas no estudo das cidades.** (Cidades e História). Salvador: UFBA/ Faculdade de Arquitetura.1992.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Trad. De Maria Manuella Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

BHABHA, Homi. O compromisso com a teoria. In: \_\_\_\_\_. **O local da cultura**. EdUFMG: Belo Horizonte, 2001.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Unesp, 2001, p.11.

FERREIRA; João Sette Whitaker. **Globalização e urbanização subdesenvolvida**. São Paulo em perspectiva, 14(4), 2000.

GROSGUÉL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais 80 Epistemologias** do Sul.2008.

GOFF, Jacques Le. **História e memória**. São Paulo: UNICAMP, 1990.

HARVEY, David. A condição pós moderna. Introdução e Modernidade e Modernismo.Ed.Loyola,1993.

HALL, Stuart. Da Diáspora. **Identidades e Mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

HARVEY, David. **A condição pós moderna**. Introdução e Modernidade e Modernismo. Ed. Loyola, 1993.

IPHAN. Instituto Do Patrimônio Histórico E Artístico Nacional. **Carta de Veneza**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>>Acesso em 01 out.2015

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. [https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/historia-  
hoje/estatuas-de-cristovao-colombo-sao-destruidas-em-protestos-antirracistas-nos-eua.phtml](https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/historia-hoje/estatuas-de-cristovao-colombo-sao-destruidas-em-protestos-antirracistas-nos-eua.phtml). André Nogueira. ESTÁTUAS DE CRISTÓVÃO COLOMBO SÃO DESTRUÍDAS EM PROTESTOS ANTIRRACISTAS NOS EUA.11/06/2020.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO.[HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COMBR/ILUSTRADA.ATAQUES-A-MONUMENTOSENUNCIAM-DESAVENCAS-PELO-DIREITO-A-MEMORIA.SHTM](https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/ataques-a-monumentosenunciam-desavencas-pe-lo-direito-a-memoria.shtm)2020.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**. Estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

\_\_\_\_\_.Dilthey e o historicismo, a redescoberta da história.- 3.ed. Ed. FGV, Rio de Janeiro, 2006

LEAL; Marco Aurélio de Oliveira.O “PÓS-COLONIAL” COMO CATEGORIA DE ANÁLISE SOCIOLÓGICA DAS LITERATURAS PALOPIANAS: possibilidades e limites. Araraquara, v. 8, n. 1, p. 115-130, jan./jun. 2019

MIRANDA, Letícia Azevedo. **O ressoar das pedras**: um olhar sobre os monumentos e suas significações sociais na cidade de São Luís. São Luís, 2008.55f. Monografia (Curso de História), Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2008.

NEVES, Rita Ciotta .**OS ESTUDOS PÓS-COLONIAIS**: um Paradigma de Globalização Babilônia n.º6/7 pp. 231 – 239. 2009

NASCIMENTO, Miria Donadia . **O MONUMENTO HISTÓRICO E O SÍTIO:** preservação da paisagem e fisionomia dos arredores. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005.

REIS, José Carlos. **HISTÓRIA E TEORIA;** Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade. 1.História da história: Civilização Ocidental. -3.ed. Ed. FGV, Rio de Janeiro, 2006.

RICOUER, Paul. O Esquecimento. In:\_\_\_\_\_. **A memória, a história o esquecimento.** Campinas,SP: Editora da UNICAMP. 2007.

SÁ, Salma Dias Almeida. A cidade, os monumentos públicos e suas relações com o social. III ENECULT – **ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA.** Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia-Brasil. Realizado entre os dias 23 a 25 de maio de 2007.

SOCHACZEWSKI, Júnior. Monique; SANTOS, João Júlio Gomes dos. **HISTÓRIA GLOBAL:** Um empreendimento intelectual em curso. Revista Tempo | Vol. 23 n. 3 | Set./Dez. Fortaleza 2017.

## **MEIO SÉCULO DA ROÇA À CIDADE: A PRODUÇÃO DE UMA MEMÓRIA CURRAIS-NOVENSE NA OBRA DE ANTÔNIO OTHON FILHO**

*MEIO SÉCULO DA ROÇA À CIDADE: THE PRODUCTION OF A MEMORY OF CURRAIS NOVOS IN THE WRITTEN PRODUCTION OF ANTÔNIO OTHON FILHO*

Fabiana Alves Dantas<sup>1</sup>

**Resumo:** Analisa-se a produção de uma memória local na obra *Meio século da roça à cidade: Cinquentenário de Currais Novos* (1970), de Antônio Othon Filho, usando-se o referencial teórico-metodológico da análise de discurso (FOUCAULT, 1996). Identificou-se a produção de uma memória currais-novense que a caracteriza como cidade moderna em oposição a um passado rural marcado pelas "tradições", evocando-se elementos de uma cultura histórica e uma cultura política ancoradas na valorização da memória associada à identificação de origens diante das transformações modernizadoras. Ressalta-se a relevância dos intelectuais na produção e legitimação de memórias que produzem as cidades e suas memórias locais, atribuindo-lhes sentido a partir do discurso.

**Palavras-chave:** Cidade; Memória; Intelectuais.

**Abstract:** We Analyse the production of a local memory in *Meio século da roça à cidade: Cinquentenário de Currais Novos* (1970), by Antônio Othon Filho, using the theoretical-methodological referential of discourse analysis (FOUCAULT, 1996). The production of a memory of Currais Novos was identified, which characterizes it as a modern city in opposition to a rural past marked by "traditions", evoking elements of a historical culture and a political culture anchored in the valorization of the memory associated with the identification of origins because of the modernizing transformations. The relevance of intellectuals is highlighted in the production and legitimation of memories that produce cities and their local memories, giving them meaning based on discourse.

**Keywords:** City; Memory; Intellectuals.

---

<sup>1</sup> Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGH-UFRN), mestra pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (PPGH-UFPB) e licenciada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: fabiana.dantas03@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3543-5341>. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3501097795127741>.

## INTRODUÇÃO

As cidades são produções humanas. Essas produções ocorrem de diversas maneiras, por diversos agentes. Uma compreensão que desnaturaliza o espaço permite pensar em como as próprias palavras podem fazer parte desse processo, já que uma cidade não se limita a um recorte espacial do ponto de vista da materialidade. Afinal, o que é dito sobre uma cidade é o que ela sempre foi? É o que se deseja que ela se torne? Indagações como estas conduzem à um interessante campo de investigação histórica: o da produção discursiva dos espaços.

Ao entrar em tal discussão, é importante levantar o questionamento sobre quem é autorizado a dizer o que uma cidade é. É aí que entra o interesse deste trabalho pela investigação dos intelectuais como agentes nesse processo de elaboração discursiva, embora eles não sejam os únicos a fazê-lo. Estudar os discursos produzidos por esses sujeitos, que podem ocupar postos como os de médicos, professores, advogados, escritores entre tantos outros, mostra como o universo das letras pode atribuir sentido ao espaço, a partir de interesses distintos.

Para abordar esse assunto, discute-se neste artigo a obra do intelectual Antônio Othon Filho sobre Currais Novos, município situado no interior do estado do Rio Grande do Norte. O principal interesse concerne à produção de uma memória local no recorte espacial currais-novense, entendendo a preocupação com a memória como uma parte relevante no processo de definição de uma identidade espacial. Isso porque a memória, construção seletiva do passado (CATROGA, 2001) dotada de natureza vivencial de testemunhal (NEVES, 2009), é também um elemento disputado nas esferas social, cultural e política, como mostram muitos autores que discutem o tema, a exemplo de Michel Pollak (1989), Paul Ricoeur (2007) e Fernando Catroga (2001). Ela tem, assim, um papel pragmático e normativo “em nome de uma história ou de um patrimônio comum (espiritual e/ou material)” (CATROGA, 2001, p. 26). Em meio às disputas que a envolvem, encontra-se, inevitavelmente, a questão do esquecimento, pois, sabendo-se da seletividade que aí existe, é preciso ter em conta que “quer se queira quer não, escolher é também esquecer, silenciar e excluir” (CATROGA, 2001, p. 26).

É importante sinalizar o porquê de ter-se escolhido analisar especificamente a obra de Antônio Othon Filho. *Meio século da roça à cidade: Cinquentenário de Currais Novos* foi publicada no ano de 1970 pela Companhia Editora de Pernambuco, editora localizada em Recife. Com 255 páginas, é dividida em duas partes: uma narrativa memorialística relacionada ao passado de Currais Novos e, em seguida, uma parte intitulada “Minhas emoções”, na qual constam alguns poemas do autor. Neste trabalho focalizamos a primeira parte, dado o objetivo de analisar a produção de uma memória currais-novense a partir da narrativa sobre o passado do município. Como teve apenas uma edição, os exemplares dessa obra são hoje raros, tendo-se encontrado um, utilizado nesta pesquisa, no acervo da Fundação Cultural José Bezerra Gomes, em Currais Novos.

A obra foi patrocinada pela Mineração Tomás Salustino, empresa responsável pela exploração de scheelita que marcou o ciclo da mineração na segunda metade do século XX no município. Antônio Othon Filho era diretor desta empresa e sobrinho de seu dono, o que dá indícios de intencionalidades relacionadas à essa publicação, os quais são explorados neste artigo. O município comemorava seu cinquentenário no ano da publicação, já que passara da condição de vila à de cidade pela Lei Estadual n.º 486, de 29 de novembro 1920, como consta na própria obra, bem como nas informações municipais verificadas no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. A propósito, uma matéria assinada pelo jornalista Eliel Bezerra da Câmara no periódico *Diário de Natal* em 1971, um ano após o lançamento de *Meio século da roça à cidade*, discorre sobre as comemorações concernentes à essa data em Currais Novos citando a relevância da obra de Othon Filho para compreensão das transformações pelas quais o município tinha passado ao longo de cinquenta anos:

Na exposição cinquentenária levada a efeito na Galeria de José Vilani de Melo Lula, estavam velhos objetos que rememoravam aos velhos munícipes, lá estavam no contraste de seu mutismo, relembrando varões ilustres que deram a estas plagas a ação patriótica e pessoal na criação e ereção da capela, marco inicial desta, como de inúmeras povoações. Não necessitamos sair de casa para provas destas afirmações. Relendo o livro de Dr. Antônio Othon Filho, nele encontramos estampado os testemunhos destas assertivas, através das citações feitas aos nomes de Padre Francisco Ferro, Matias Moreira, Padre João Maria Cavalcante de Albuquerque e Ananília Regina de Araújo, falando do passado distante, cinquentão e recente (CÂMARA, 1971, p. 2).

O título *Meio século da roça à cidade* sugere uma visão de transformação do espaço, pensando-o a partir de suas origens rurais até as transformações modernizadoras que ocorriam no momento da publicação, como será discutido ao longo deste artigo. Assim, considera-se interessante investigar como esse intelectual elaborou discursivamente o referido processo de modernização local e qual sentido foi dado à cidade a partir da elaboração de uma narrativa memorialística acerca dela. Em outras palavras, o que escolheu-se legar como memória local quando Currais Novos se modernizava, bem como o motivo para que Antônio Othon Filho fosse autorizado a fazê-lo, levando em conta, portanto, o lugar de produção relacionado à sua posição de diretor da Mineração Tomás Salustino, patrocinadora da obra.

O referencial teórico-metodológico utilizado para realizar a análise ora proposta é o da análise de discurso, usando-se especialmente o trabalho *A Ordem do Discurso* (1996), de Michel Foucault. A identificação com esse referencial justifica-se devido à desnaturalização das verdades que ele aponta, mostrando como o discurso é sempre fruto de um lugar e de permissões para se dizer algo. Isso é pertinente para discutir a produção escrita de um sujeito que, conforme se mostrará adiante, era ligado não só ao universo das letras, mas também às esferas econômica e política locais. Realizou-se um diálogo com Michel de Certeau (1998) e Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2011), por



estes contribuírem para a desnaturalização da noção de “espaço”. Também foram mobilizados outros autores que auxiliam no aporte teórico acerca de outros conceitos caros à pesquisa, como, por exemplo, os de cultura histórica e cultura política, adotando-se as definições apresentadas em texto de Rachel Soihet *et al* (2009) em relação a ambos.

A discussão segue organizada da seguinte maneira: no primeiro tópico, inicia-se com algumas ponderações a respeito da produção discursiva das cidades e de suas memórias locais; no segundo, apresenta-se o autor e o lugar de produção de onde parte a obra analisada; o terceiro traz a análise discursiva de *Meio século da roça à cidade*; e, no último, são apresentadas algumas considerações para fins de conclusão.

### **DISCURSOS PRODUZEM CIDADES E MEMÓRIAS LOCAIS**

Argumentar que discursos podem produzir cidades e suas respectivas memórias locais implica reconhecer a linguagem como um elemento participante da construção de espacialidades. Começa-se com a necessidade de desnaturalizar a noção de “espaço”, fazendo-o a partir da compreensão de que ele não é um dado pré-existente; do contrário, são os sujeitos históricos que o produzem (CERTEAU, 1998). Com isso, pode-se entender por “espacialidades” as “percepções espaciais que habitam o campo da linguagem e se relacionam diretamente com um campo de forças que as institui” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 33). Assim, os discursos, que partem sempre de um lugar cujas permissões e interdições devem ser consideradas (FOUCAULT, 1996), podem ser monumentos da construção de um determinado espaço, a exemplo do que se pode observar no caso da elaboração discursiva da qual resultou o reconhecimento do nordeste brasileiro como uma região de características específicas, como mostra Durval Muniz de Albuquerque Júnior em seu trabalho *A invenção do Nordeste e outras artes* (2011).

Os processos históricos que fazem uma cidade o ser do ponto de vista material são acompanhados por discursos que a definem. Escreve Ángel Rama (2015) que a cidade é pensada antes mesmo de existir na materialidade, de forma relacionada com a ordem social: “Uma cidade, previamente à sua aparição na realidade, devia existir numa representação simbólica que obviamente só poderia assegurar os signos: as palavras, que traduziam a vontade de edificá-la na aplicação de normas” (RAMA, 2015, p. 26).

No recorte administrativo municipal no qual a cidade se situa, existem discursos associados ao poder político local, como no caso da produção de histórias locais diletantes. Considerando situações nas quais existe vínculo entre os produtores de tais histórias e o grupo político que comanda o município, é possível identificar uma tendência à elaboração de narrativas que definem aspectos positivos para o local, com base nos interesses de manutenção da ordem vigente. Cabe lembrar como

o lugar de onde parte uma obra é sempre um fator relevante em toda operação histórica (CERTEAU, 1995), mesmo quando não se trata de narrativas produzidas por historiadores profissionais. Os discursos produzidos no exemplo ora citado, conforme descreve Sílvio Marcus de Souza Correa (2002), tendem a apresentar um viés conservador e uma influência positivista. Além disso:

Em geral, a escrita da história local dileitante contém uma avaliação positiva do processo histórico devido ao tratamento demasiado subjetivo por parte do seu autor, ao selecionar os “acontecimentos” que são artificialmente ordenados a fim de lograr uma linearidade lógica e harmoniosa ao desenvolvimento local (CORREA, 2002, p. 15).

Desse modo, é pertinente pensar a produção de cidades a partir de discursos associados a determinadas culturas históricas e culturas políticas. Esses dois conceitos podem ser entendidos conforme apresentam Raquel Soihet *et al.* (2009), considerando como história e política relacionam-se em determinadas situações:

A noção de *cultura histórica* tem-se revelado útil para a compreensão das operações sociais que constroem sentidos de tempo e de história, por meio de dispositivos variados, entre os quais se destacam, nas sociedades contemporâneas, o ensino, a historiografia e a memória. Por sua vez, a noção de *cultura política* engloba as linguagens, os ritos, os mitos, os ideais, os projetos, as identidades, as práticas políticas de indivíduos, “famílias”, grupos de dimensão variável que compõem uma sociedade. *Cultura política* e *cultura histórica* se articulam, na medida em que as representações do passado são essenciais na construção de imaginários e de projetos que orientam as ações coletivas. Atores coletivos e individuais recorrem e estabelecem usos mais ou menos conscientes da história e do tempo passado, presente e futuro, conforme as demandas de sua própria época (SOIHET, *et al.*, 2009, p. 13-14, grifo das autoras).

Com base no trecho citado acima, pode-se afirmar que elementos vinculados às culturas histórica e política de uma sociedade podem ser articulados para conferir sentido a um espaço – no caso que aqui interessa, a cidade –. As ideias que compõem a noção de “cidade” podem ser construídas com base na mobilização de elementos dessas duas culturas e são as seguintes:

A Cidade está ligada à ideia de colaboração, de confiança recíproca, de uma unidade de grupos que se constituem ao nascer e se sustenta no passado. Em muitas, o discurso identitário é um poderoso instrumento de inserção e relacionamento com o sentimento de pertença (NORONHA, 2008, p. 40).

Esse sentimento de pertença, sobre o qual escreve Andrius Estevam Noronha (2008), pode ser construído com a memória local. Para o entendimento dessa noção, é importante partir de uma compreensão que aponta a memória como algo elaborado a partir de diferentes agências, para além da experiência pessoal (POLLAK, 1989). Esse agenciamento da memória em nível coletivo constitui um processo não consensual e está relacionado ao papel pragmático e normativo sobre o qual escreve Fernando Catroga (2001), produzindo identidades. Maurice Halbwachs, um dos primeiros autores a tratar do tema, já apontava em sua obra *La memoire collective*, publicada originalmente em 1950, os

processos de negociação envolvidos nas dinâmicas sociais nas quais as memórias são disputadas e formalizadas. Pode-se identificar nesse âmbito práticas de usos e abusos da memória que, por sua vez, também o são em relação ao esquecimento. Em meio às possibilidades de abuso, encontram-se, no plano prático, a memória manipulada, além da memória abusivamente convocada no plano ético-político, como aponta Paul Ricoeur (2007).

Assim sendo, no caso do que está sendo chamado aqui de “memória local”, trata-se de um “espaço de disputa, que assinala diferentes interesses, sentidos e definições dos grupos envolvidos” (VIANA, 2017, p. 111). A definição da memória local está associada à busca pela expressão de identidades (VIANA, 2017). É devido a tais características que as memórias (re)inventam cidades, para usar a expressão que dá título ao artigo de Antônio Clarindo Barbosa de Souza (2010), no qual o autor sinaliza a importância de levar em conta como a vida na cidade é objeto de construções memorialísticas:

É lugar comum afirmar que as memórias são construídas e reconstruídas incessantemente pelos diversos atores sociais que vivenciam as transformações urbana nas cidades (...). Todavia, esta vivência pode ancorar-se também na memória de outros, como uma espécie de memória coletiva legada (SOUZA, 2010, p. 114).

Levando isso em conta, é necessário questionar quais memórias, no recorte de uma cidade, são legadas, como o são e por quê. A análise ora apresentada de *Meio século da roça à cidade* é feita tendo-as em mente. Inicia-se pela investigação de seu lugar de produção, a fim de compreender as possíveis influências em torno da obra de Antônio Othon Filho.

## **O AUTOR E O LUGAR DE PRODUÇÃO DE SUA OBRA: HOMEM DAS LETRAS, DE NEGÓCIOS E DA POLÍTICA**

Antônio Othon Filho (São Tomé/RN, 27 de novembro de 1906 – Currais Novos/RN, 13 de maio de 1974) foi um sujeito ativo na vida política, econômica e cultural de Currais Novos. Formado pela Faculdade de Direito de Recife, exerceu sua profissão de formação tornando-se promotor, bem como envolvendo-se em outras atividades, como a de professor de Geografia, Direito e Francês. Ocupou os cargos políticos de prefeito e vereador, além de dirigir a Mineração Tomás Salustino, localizada em Currais Novos, entre 1948 até 1974, ano no qual faleceu em um acidente trágico, quando a procissão religiosa a qual acompanhava foi atropelada por um ônibus desgovernado (MARIA, 2015). Quatro anos antes, em 1970, publicou sua única obra, sobre a qual se trata neste artigo.

Como pode-se observar a partir da formação e profissões exercidas por ele, tratava-se de alguém ligado ao universo das letras, bem como o político e econômico. Um membro da elite local, dirigindo, inclusive, a empresa que, na época, representava o auge do progresso econômico currais-

novense. A Mineração Tomás Salustino foi um marco do ciclo da mineração que levou Currais Novos a um salto de progresso, do ponto de vista material. Também chamada de “Mina Brejuí”, ela

teve seu ápice econômico entre as décadas de 1940 e 1980. A exploração da *sheelita*, sobretudo nas primeiras décadas de extração, fez do Rio Grande do Norte o maior produtor desse minério na América Latina. Desativada no final do século XX, essa mina tornou-se um parque temático visitado por turistas e por professores com seus estudantes (ALVES, 2020, p. 357, grifo da autora).

Esse ciclo econômico proporcionou transformações sociais materializadas na chegada de novidades pautadas no ideário de modernidade e desenvolvimento, com o progresso da cidade sendo atribuído às ações do fundador da Mineração que patrocinou a obra de Antônio Othon Filho. Eis o cenário:

Na década de 1950, por exemplo, foi construído o Hotel Tungstênio (1954), considerado um dos melhores do Nordeste à época, visando atender àqueles que vinham à cidade com propósitos comerciais e turísticos. Uma agência do Banco do Brasil foi instalada, em 1953, para a efetivação das transações comerciais das atividades mineradoras. Ademais, a cidade foi favorecida com um Posto de Puericultura e um campo de pouso de aviões, atribuindo-lhe um destaque quando comparada às demais no interior do Rio Grande do Norte. Outros benefícios trazidos para a cidade foram o Cine Teatro Desembargador Salustino e a Rádio Brejuí, inaugurada em 1959, sendo a segunda emissora do Seridó. No âmbito educacional, deu-se a implantação do Educandário Jesus Menino (1954) para os filhos da elite currais-novense. Mais de uma década depois foi criado o Colégio Comercial de Currais Novos (1965), destinado aos filhos da classe trabalhadora, cujo objetivo era formar mão de obra para as atividades na Mina Brejuí (ALVES, 2020, p. 361).

Porém, é importante lembrar uma premissa que guia este trabalho: a cidade vai além da materialidade do espaço, sendo significada também por meio das palavras. Por isso, é significativo que tenha sido publicada uma obra – não por acaso patrocinada pela Mineração Tomás Salustino e escrita por seu diretor – para celebrar os cinquenta anos de elevação da condição de Currais Novos de vila à cidade. A informação sobre o patrocínio consta na própria obra, o que indica a intenção de apresentar a empresa como uma instituição que, naquele momento, mais do que importante para a economia currais-novense, promovia também a cultura local. Não é à toa que, em trabalho publicado recentemente, a autora Cléia Maria Alves ressalta a participação da Mineração Tomás Salustino no processo de elaboração da memória local: “não apenas como um espaço em que se dava o trabalho de centenas de garimpeiros, gerando grande volume de riquezas, mas também o seu uso como organizador e sistematizador da memória e, por conseguinte, para a educação em Currais Novos” (ALVES, 2020, p. 357).

Então, cabe investigar o que Antônio Othon Filho, este homem que fazia parte da elite currais-novense, escreveu sobre a cidade que passava por essas transformações, decorrentes de um processo no qual ele próprio estava envolvido. Para entender esses aspectos mais a frente, é importante que se

pense primeiramente sobre o que caracteriza o autor de *Meio século da roça à cidade* como um intelectual.

Existem diferentes compreensões acerca da definição de “intelectual”. Esse conceito tem uma história: a de quando a palavra, que era utilizada apenas como adjetivo, aparece pela primeira vez escrita como substantivo em um manifesto *dos intelectuais* ligado ao caso Dreyfus, em 1898 (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2005). Antes disso, a figura do erudito era predominante como sujeito do conhecimento e, na concepção apresentada por Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2005), ocorre uma diferenciação com relação a essa figura quando surgem os ditos intelectuais que, geralmente, se opõe às estruturas vigentes de poder. O erudito costumava estar vinculado a tais estruturas, inclusive por meio do financiamento de suas produções por parte das elites. Já em outra concepção do termo, Jean-François Sirinelli (2003) indica os intelectuais como sujeitos que se organizam em torno de determinadas estruturas de sociabilidade: “uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de viver” (SIRINELLI, 2003, p. 248).

Pensando essas definições no caso de Antônio Othon Filho, julga-se pertinente identificá-lo como um homem de letras que, no entanto, não se caracteriza por uma postura contestatória em relação às estruturas de poder vigentes, mesmo porque fazia parte da elite local. Portanto, deve-se considerar essa especificidade para analisar o que ele escreveu, levando em conta que essa sensibilidade ideológica ou cultural da qual Sirinelli (2003) fala, nesse caso, corresponde ao universo político e cultural de uma pequena cidade situada no sertão da região Nordeste do Brasil, devendo-se ter em mente as particularidades sociais e históricas desse recorte. Em outras palavras, trata-se de um homem de letras, mas também dos negócios e das estruturas conservadoras do poder político municipal. Levando em conta esse lugar de produção, é pertinente identificar a obra *Meio século da roça à cidade* com a mobilização de elementos das culturas histórica e política para se produzir a memória local. Afinal, em sua escrita, esse homem das letras não se separa do homem de negócios e da política.

### **MEIO SÉCULO DA ROÇA À CIDADE: O PASSADO RURAL VERSUS A CIDADE MODERNIZADA**

É interessante começar a análise da obra por seu título que, como já referido anteriormente, remete às origens rurais currais-novenses, situando-as no passado. A intenção com a expressão “da roça à cidade” é indicar que houve, naquele espaço, um processo de modernização. Desse modo, percebe-se que o discurso produzido por Antônio Othon Filho promove uma separação entre um passado ligado ao rural/tradicional e um presente ligado ao urbano/moderno. Esse passado seria o da

“vilazinha pacata do início do século” (OTHON FILHO, 1970, p. 30), destacando-se as festas e crenças populares, as paisagens e o modo de vida da zona rural. No início do texto, o autor comenta alguns exemplos de coisas que ficaram no seu “subconsciente de menino da roça” (OTHON FILHO, 1970, p. 16-17). Para citar alguns exemplos:

Havia estrados para as mulheres; espécie de cadeiras largas, de uns 40 centímetros de altura, lastros de madeira, sola ou couro-cru, para 4 pessoas folgadamente. Também aí as mulheres faziam rendas, costuravam à máquina de veio, conversavam fazendo a sesta, ou catavam as filhas e lhes arranjavam as tranças (OTHON FILHO, 1970, p. 18).

Imperavam nos campos e serras os cáctus [sic], principalmente xique-xique, o cardeiro e o facheiro; assim como as bromeliáceas: a macambira encontrada nas pedreiras e terras áridas, o gravatá e, mais modernamente, o sisal e a agave. Também empregados nos anos escassos ou secos ((OTHON FILHO, 1970, p. 18).

Também é relevante discutir a motivação da escrita. O prefácio assinado pelo escritor Manuel Rodrigues de Melo e as primeiras páginas da obra são valiosos para tal objetivo. Essas partes indicam uma motivação memorialística, como se apresentar as memórias de Othon Filho fosse uma forma de salvar do esquecimento aquilo que o autor e seu prefaciador entendem como “tradicional” e que teria ficado no passado, uma vez que a cidade estava se modernizando. Isso é feito, inclusive, com Rodrigues de Melo reforçando, no prefácio, a ideia de que o Seridó, recorte geográfico do estado no qual está situado o município, seria uma terra de tradições. Já o autor de *Meio século da roça à cidade* assim define sua intenção:

Jamais tive pretensões a escritor.  
Entretanto, debruçando-me para a velhice, entendi deixar para os pósteros algumas recordações de minha mocidade, da meninice, inteiramente passadas na ILHOTA, propriedade dos meus pais, município de Santa Cruz, e em Currais Novos, neste Rio Grande do Norte encravado no polígono das sêcas [sic] (OTHON FILHO, 1970, p. 15).

Nota-se nessas palavras uma motivação memorialística de cunho pessoal. Embora ele não dê detalhes de quanto tempo durou o processo de escrita, indica que se tratou de um trabalho recente, já que uma das razões para escrever estaria relacionada ao avanço de sua idade. Isso permite pensar a obra como uma prática cultural de escrita de si, na qual o autor dá-se a ver ao expor suas memórias no formato de livro. Práticas como essa não devem ser vistas como algo natural, mas sim repletas de intencionalidades (GOMES, 2004). Nesse caso, o autor desenvolve o texto associando recordações de sua “mocidade” e “meninice” com as transformações as quais observava ao decorrer do tempo, como se pensasse sua própria vida junto à vida de Currais Novos, construindo uma narrativa guiada por uma percepção temporal de caráter linear e progressista. A vida mudava junto à cidade. E mudar, nesse caso, significava se modernizar.

A expressão “A Currais Novos de...” (OTHON FILHO, 1970, p. 27) é usada para indicar uma cidade que, na época de juventude de Antônio Othon Filho, caracterizava-se como espaço marcado pelo que ele considerava serem tradições. É em tom nostálgico que ele escreve sobre as antigas cantigas e festas populares daquela época, demonstrando estar descontente com o desaparecimento desses elementos quando escrevia: “Êsses [sic] juncudos tempos mudaram; e, com êles [sic], as nossas mais preciosas tradições” (OTHON FILHO, 1970, p. 30).

É com tal proposta de um relato memorialístico de caráter nostálgico que *Meio século da roça à cidade* apresenta, por exemplo, as impressões de seu autor sobre personagens populares da cidade, tanto com base nas próprias memórias, como também com base em depoimentos orais de algumas pessoas consideradas “populares” recolhidos por ele. Ou seja, pessoas não pertencentes às elites político-econômicas de Currais Novos. O espaço dado a tais “populares” ocorre abordando perfis e situações consideradas peculiares pelo autor, ou então com essas pessoas sendo consultadas para abordar temas ligados às elites locais. Por exemplo, quando se fala do Coronel José Bezerra, apresentando-o como “o homem de maior envergadura e fôrça [sic] moral do Seridó” (OTHON FILHO, 1970, p. 47) citando um homem conhecido como Galdino Periquito, apontado como aquele que se atrevia a chamar o Coronel diretamente por seu primeiro nome. Outro exemplo é o modo como o autor aborda memórias sobre características de algumas pessoas escravizadas que viveram onde criou-se, posteriormente, o município de Currais Novos, fazendo-o sem uma problematização acerca da escravidão. É o caso de um homem conhecido como Moisés Preto e de uma mulher conhecida como Maria Mouca, descrita na obra como uma pessoa fofqueira.

Ao escrever sobre essas pessoas o autor não poupa descrições e detalhes que certamente só poderiam ser apresentados por alguém detentor de autoridade para que não fosse retaliado. Não seria qualquer pessoa, em uma pequena cidade, que poderia escrever em tom de julgamento sobre, por exemplo, casos de histórias familiares marcadas pelo desvio em relação à moral conservadora na qual baseava-se a cultura cristã-católica hegemônica na cidade. A descrição desses “populares” parece ter sido feita no intuito de apresentar um padrão de comportamento dos habitantes locais e registrar alguns perfis e situações como curiosidades da vida cotidiana currais-novense, especialmente no período remoto das recordações da juventude do autor.

À medida que o texto avança, Othon Filho segue abordando suas percepções em relação às mudanças as quais vinha assistindo ao longo de sua vida. Entram aí exemplos tal qual o relato sobre como eram os jornais criados em Currais Novos no início do século XX e a agitação que promoviam na política local, os comentários sobre os primeiros carros que ali passaram, a fábrica de colchões e a primeira pensão ali instaladas, além da demolição de casas de taipa. Veja-se os exemplos a seguir:

O primeiro carro aqui passado em 1915, salvo engano, deixou a vila em polvorosa: todos queriam vê-lo. Era noite. De então até 1920 outros passaram, principalmente da Inspetoria Federal de Obras Contra as Sêcas [sic], conduzindo engenheiros e material para o trabalho de rodovias, nos anos secos de 1915 e 1919 (OTHON FILHO, 1970, p. 177).

Em 1920 vieram os primeiros automotores para Currais Novos. João Alfredo Pires Galvão (Joca Pires) comprou um Ford; Major Ladislau Galvão, também Ford; Lula Circuncisão (Luís Assunção da Circuncisão Lula) um Owerland; e Bevenuto Pereira Filho (Zuzu Pereira) ainda Ford. Foram os primeiros proprietários de carros aqui. Custava, naquele tempo, cinco contos de réis um (OTHON FILHO, 1970, p. 178).

Entre as transformações descritas tem-se de modo destacado o progresso econômico proporcionado pela Mineração Tomás Salustino. Como foi comentado inicialmente, a publicação foi patrocinada pela empresa da qual Antônio Othon Filho era diretor. Isso permite inferir que, para a publicação ter se dado nessas condições, era necessário que o autor fosse alguém autorizado a escrever sobre a cidade a partir de uma perspectiva positiva em relação a sua condição naquele momento, elaborando-se um discurso favorável ao processo de modernização local, especialmente do ponto de vista econômico. Sendo Antônio Othon Filho parte de um grupo social privilegiado no município, é compreensível que o prestígio e a experiência com as letras devido às carreiras exercidas tenham contribuído para que ele lançasse *Meio século da roça à cidade* com esse financiamento. E assim a cidade tornava-se objeto de uma elaboração discursiva autorizada, de acordo com a finalidade do momento simbólico de seu cinquentenário.

Isso explica o motivo pelo qual as memórias de Othon Filho são narradas em tom nostálgico, com o luto já feito em relação a esse passado ao qual se refere. Mesmo que ele demonstre sentir saudade desse passado, suas palavras são conformadas com a transformação. Dado o lugar de produção da obra, ocorre em paralelo a essa nostalgia uma valorização de Currais Novos como uma cidade progressista. Pode-se observar isso na longa descrição dedicada a apresentar os elementos conquistados a partir do progresso econômico:

A vilazinha pacata do início do século é hoje uma bela cidade com seus 12.000 habitantes, arborizada, bem calçada, a ponto de Assis Chateaubrinand [sic] escrever que foi a pequena cidade em que já viu a maior quantidade de paralelepípedos sentados, eletrificada, telefones automáticos, avenidas e ruas largas, bem cuidadas, fábricas de óleo, sabão, macarrão, usina, agência do Banco do Brasil (a melhor do interior do Estado), cinema, igrejas com clubes de mães, congregações várias, com serviços assistenciais promocionais, o Centro Paroquial, hotéis (o Tungstênio o mais suntuoso do interior, com elevador), Rádio Brejuí, pioneira do interior, cooperativas, bons estúdios fotográficos, grande e ativo comércio, sede de Comarca, cartório, agência de automóveis, farmácias, panificadoras, médicos, laboratórios, dentistas, movelarias, sapatarias, INPS, Ancar, hospital, maternidade, abrigo para velhos, batalhão de engenharia do exército, saneamento, conjuntos residenciais, estádio municipal (também o melhor do interior), correios e telégrafos, telern, escoteiros e bandeirantes, colégios e ginásios, biblioteca municipal, centro estudantil, grupos



escolares e escolas municipais, aéro-clubes [sic] (ainda o melhor do Estado), AA-BB, praças de carro e uma grande feira semanal regional das maiores do Estado, para a qual convergem comerciantes e atacadistas e outros Estados e municípios limítrofes que aqui se abastecem e vendem suas mercadorias (OTHON FILHO, 1970, p. 30-31).

E olhem que não falei na loja maçônica, Lions-clubes, matadouro municipal e comércio local, grossista e retalhista, clubes de futebol, etc., etc... O município é o maior produtor de XELITA no Brasil, minério estratégico de grande exportação, pela Mineração Tomás Salustino S/A., o que lhe dá o lugar ímpar de 1.<sup>a</sup> sociedade produtora de divisas, no Norte e Nordeste do país (OTHON FILHO, 1970, p. 31).

Percebe-se em tais trechos um enaltecimento da condição currais-novense no presente, à época da publicação. Todas essas transformações que as citações acima indicam no que concerne à materialidade de Currais Novos em 1970 faziam a cidade ser considerada moderna naquele momento. E estavam relacionadas ao ciclo da mineração. Por isso, citar a atividade mineradora ao final, como o fator que destacaria a cidade, é atribuir uma relevância no sentido de que tal progresso estaria sendo diretamente conduzido pelas elites que promoviam tal atividade econômica. A parte dedicada exclusivamente a tratar da Mineração Tomás Salustino também revela essa intencionalidade. O autor a inicia indicando uma pausa na escrita de suas memórias para tratar desse tema, o que sinaliza a realização de um corte proposital no tom nostálgico que até então conduzia o texto. Esse corte é feito a fim de mostrar como o processo modernizador, apesar de ter influenciado para que as antigas tradições presentes em sua memória acabassem, era positivo para Currais Novos. Assim, o discurso a respeito da Mineração Tomás Salustino começa enaltecendo o fundador da empresa:

Falando na Currais Novos do século XX, não é possível esquecer um varão ilustre sob todos os títulos, cujas insignificantes qualidades negativas diante do gigante que foi destas plagas, sua influência, sua moderação de sertanejo 100% amante de sua terra e de sua gente, que foi o Des. Tomás Salustino Gomes de Melo (OTHON FILHO, 1970, p. 184).

Segue-se ao trecho citado os dados biográficos do Desembargador Tomás Salustino e o enaltecimento de seus feitos em prol de Currais Novos, esses últimos justificados pelo amor que tal figura teria pelo município. Amor esse materializado em investimentos para a modernização da cidade: investimentos que “imortalizam seu edificador e o recomendam ao culto dos pósteros” (OTHON FILHO, 1970, p. 199). Tem-se aí um discurso voltado para promover o enraizamento do fundador da Mineração Tomás Salustino na memória local, associando o processo modernizador a um nome específico. Vale ainda ressaltar o parentesco entre autor e biografado – sobrinho e tio, respectivamente – sinalizado pelo próprio Antônio Othon Filho na obra, o que revela a tendência para que se elabore um discurso positivo como esse.

A comparação entre passado e presente é um recurso que confere à obra uma característica de observação histórica, de que o autor está contando a história currais-novense a partir de suas

memórias. Em alguns trechos, há, inclusive, reclamações referentes ao que ele considera injustiças históricas quanto a determinadas personagens locais, como ao reivindicar a gratidão que mereceria receber Francisco Ivo Cavalcanti, por ter apresentado a lei que proporcionou a elevação de Currais Novos à categoria de cidade. Além disso, como visto, pode-se citar como outro exemplo a intenção de immortalizar o nome do Desembargador Tomás Salustino como sujeito histórico de maior destaque na Currais Novos do século XX.

Vê-se a partir do exposto que *Meio século da roça à cidade* mobiliza a noção de progresso, construindo uma narrativa linear, na qual predomina a percepção de que, à medida que os anos foram passando, Currais Novos foi se modernizando, especialmente a partir do ciclo da mineração, cuja personificação seria o Desembargador Tomás Salustino. Traços de uma cultura histórica e de uma cultura política personalistas. A memória local deveria, nessa concepção, fazer recordar o nome de quem conduziu o município ao progresso. Essa compreensão faz ainda mais sentido quando se leva em conta a afirmação de Astor Antônio Diehl sobre a cultura ocidental ser assentada na memória, de modo que ela é vista como algo que precisa ser constantemente refrescado para que não enfraqueça e perca seu poder de evocação (DIEHL, 2008).

A memória local é, então, elaborada a partir da noção de que uma história linear e progressista estaria se desenvolvendo, levando Currais Novos a tornar-se portadora das características de uma cidade moderna. Essa noção de linearidade do tempo histórico foi uma marca na cultura histórica brasileira até a década de 1970:

Observa-se a predominância das formas lineares, e evolucionistas no entendimento do processo de desenvolvimento do tempo histórico. Nessas perspectivas são facilmente integrados os elementos da historiografia dualista, constituída de constelações opostas (antigo-moderno; arcaico-moderno; atrasado-adiantado; agrário-industrial; subdesenvolvido-desenvolvido; capitalismo-socialismo, entre outros), que preenchem os princípios do historicismo vulgar (DIEHL, 1993, p. 23).

No entanto, essa compreensão apresenta-se sem o abandono da noção de “tradição” que, como se viu, está presente nos relatos memorialísticos carregados de nostalgia de Antônio Othon Filho. Vê-se que, nesse caso, a “tradição” é um elemento das origens que explicariam o presente, algo também característico à cultura histórica brasileira (DIEHL, 1993). Vale ressaltar, quanto a esses pontos, a proximidade que essa visão tem com o contexto mais amplo do momento da publicação de *Meio século da roça à cidade*, nesse caso, o regime militar que então vigorava no Brasil. O discurso que busca conciliar tradição e modernização colocando a primeira como as origens de um passado nostálgico e a última como uma marca positiva do presente é coerente com a linha de pensamento na qual segurança e desenvolvimento eram consideradas as bases para uma modernização conduzida por um regime conservador de direita combinado com a tradição republicana brasileira de reformismo

autoritário, ou seja, carregando a intenção de modernizar economicamente o Brasil sem mudar a estrutura social (NAPOLITANO, 2014).

Pode-se compreender a busca por uma origem tradicional como algo relacionado à necessidade de encontrar uma identidade perante o processo de modernização local. O historiador Astor Antônio Diehl descreve as “ambiguidades e angústias” de ser moderno, associando-as à busca pela explicação em relação ao processo que conduziu até ali: “É uma experiência histórica contraditória, onde o Homem se encontra sozinho (...) ele tem que perguntar quais foram as forças, que o trouxeram, onde se encontra hoje” (DIEHL, 1993, p. 153). Percebe-se nisso traços de cultura histórica ocidental que conta com o elemento de uma consciência histórica coletiva marcada pela crença no progresso que, em contrapartida, leva à uma valorização da memória, associando-a com a identidade (DIEHL, 2002).

Dado o lugar de produção da obra, associado às elites econômica e política local, pode-se compreender essa valorização de uma memória das origens tradicionais como parte do processo de produção da identidade cultural orquestrado por esse grupo. Entre a modernização e a produção da identidade cultural as elites atuam com cautela, como lembra Andrius Estevam Noronha (2008), que também comenta como elas agem a partir de “uma coordenada capacidade de interação social, através do engajamento das instituições sociais, *nos meios culturais, empresariais e jornalísticos*” (NORONHA, 2008, p. 42, grifo meu). O autor ainda acrescenta que isso ocorre promovendo-se a vinculação de traços culturais com o processo modernizador, criando-se um discurso que

Passa a ser o elemento central de identidade local ou a própria bandeira da comunidade. Os elementos tradicionais, que antes eram impróprios para o processo modernizador, agora se interiorizam para os centros culturais, as associações empresariais, o jornal local e, conseqüentemente, estabelecem uma nova estratégia de reprodução social de sua elite, com seu respectivo discurso político (NORONHA, 2008, p. 42).

Isso pode explicar o patrocínio de uma empresa de mineração à publicação da obra de seu próprio diretor a respeito do município no qual ela se situa. As letras têm força no processo de modernização (RAMA, 2015). Com isso, o que foi escolhido para fazer parte da memória local foi a agência das elites locais em prol de uma modernização do ponto de vista material, a qual é enaltecida na obra. E se memória implica também esquecimento, a parte apagada no discurso de *Meio século da roça à cidade* são as contribuições dos “populares” para a história local, pois, quando citados, o autor os trata como figuras peculiares dignas de atenção apenas no que concerne a algumas curiosidades, como se tais “populares” apenas assistissem a história sendo feita por outros, ou seja, as elites político-econômicas. Escreve-se assim uma história das elites bem feitoras que estariam conduzindo o progresso, apagando-se a manutenção de seus privilégios sociais, econômicos e políticos.

## CONCLUSÃO

Para concluir, a pesquisa conduz a algumas ponderações referentes à relevância dos intelectuais como produtores de memória no âmbito das cidades e a importância de problematizar seus escritos.

Como visto, a obra aqui discutida reflete uma cultura histórica e uma cultura política personalistas, ancoradas em uma noção de tempo linear e progressista, além da valorização da memória como elemento de identificação de origens tradicionais. A memória local, então, foi elaborada com fins de enaltecimento de uma elite que comandava economicamente e politicamente o município. Entende-se que a referida obra faz parte de um processo mais amplo, visto que existem outras iniciativas associadas a esse enaltecimento, a exemplo do Memorial Tomaz Salustino e de monumentos que fazem referência à época do auge da atividade mineradora, esses últimos espalhados pela cidade (ALVES, 2020). Mais de cinquenta anos após a publicação de *Meio século da roça à cidade*, mesmo com o declínio da mineração no município a partir da década de 1980 devido à concorrência externa chinesa (ALVES, 2020), permanece sendo parte importante da memória local o discurso que enaltece Currais Novos como uma cidade moderna graças a esse ciclo. Isso tem sido possível devido a iniciativas como a produção escrita aqui discutida. A memória foi construída e segue sendo constantemente “refrescada”, para usar o termo citado por Astor Antônio Diehl (1993).

O que esse exemplo mostra é que, para cada cidade, constrói-se um discurso que lhe atribui um sentido, caracterizando-a de determinado modo. Intelectuais como Antônio Othon Filho exercem um papel relevante nesse processo, usando as palavras a fim de eternizar personagens e características específicas na memória compartilhada pelos cidadãos, produzindo o senso de pertencimento a uma mesma história. Esse processo faz parte da produção da própria cidade.

Por fim, ressalta-se que a análise dos discursos que produzem cidades tornando-as conhecidas por determinada(s) característica(s) é um campo promissor de pesquisa para a História, pois revela intencionalidades e estratégias utilizadas pelos agentes sociais interessados nessa produção.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. De Amadores a Desapaixonados: eruditos e intelectuais como distintas figuras de sujeito do conhecimento no Ocidente contemporâneo. **Trajetos**: Revista de História da UFC, Fortaleza, v. 3, n. 6, p. 1-27, 2005. Disponível em: <http://www.revistatrajetos.ufc.br/index.php/Trajetos/article/view/96>. Acesso em: 16 out. 2019.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2011.

ALVES, Cleia Maria. Mina Brejuí: memória e trabalho em Currais Novos-RN. **Revista Labor**, Fortaleza, v. 1, n. 24, p. 356-368, jul./dez. 2020. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/60183>. Acesso em: 20 jun. 2023.

CÂMARA, Eliel Bezerra da. Currais Novos, cidade que foi cinquentenária. **Diário de Natal**. Natal, p. 1-8. 7 abr. 1971.

CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Coimbra: Quarteto Editora, 2001.

CERTEAU, Michel de. A Operação Histórica. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Org.). **História: Novos Problemas**. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. p. 17-48.

CERTEAU, Michel de. Relatos de Espaço. In: CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 199-217.

CORREA, Sílvio Marcus de Souza. História local e seu devir historiográfico. **Métis: História & Cultura**, Caxias do Sul, v. 2, n. 2, p. 11-32, jul./dez. 2002.

DIEHL, Astor Antônio. **A matriz da cultura histórica brasileira: Do crescente progresso otimista à crise da razão histórica**. Porto Alegre: Edipucrs, 1993.

DIEHL, Astor Antônio. **Cultura historiográfica: memória, identidade e representação**. Bauru: EDUSC, 2002.

DIEHL, Astor Antônio. Idéias de futuro no passado e cultura historiográfica da mudança. **História da Historiografia**, Mariana, v. 1, n. 1, p. 45-70, ago. 2008. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/25/22>. Acesso em: 12 jan. 2021.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GOMES, Angela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: GOMES, Angela de Castro. **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 7-24.

HALBWACHS, Maurice. **La Mémoire Collective**. Paris: PUF, 1968.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. **Currais Novos**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/currais-novos/historico>. Acesso em: 20 jun. 2023.

MARIA, Jota. **Dr. Antônio Othon Filho - patrono**. 2015. Disponível em: <http://jotamaria-bpmdecurreisnovos.blogspot.com/2015/09/dr-antonio-othon-filho-patrono.html>. Acesso em: 20 jun. 2023.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

NEVES, Margarida de Souza. Nos compassos do tempo: A história e a cultura da memória. *In: SOIHET, Rachel et al (Org.). Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 21-33

NORONHA, Andrius Estevam. Análise teórica sobre a categoria “elite política” e seu engajamento nas instituições da comunidade regional. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 29, p. 24-45, jul./dez. 2008. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/viewFile/463/617>. Acesso em: 16 out. 2019.

OTHON FILHO, Antônio. **Meio século da roça à cidade: Cinquentenário de Currais Novos.** Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1970.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p.3-15, jan./jun. 1989. Disponível em: [http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria\\_esquecimento\\_silencio.pdf](http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf). Acesso em: 14 out. 2019.

RAMA, Ángel. **A cidade das letras.** São Paulo: Boitempo, 2015.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. *In: RÉMOND, René (Org.). Por uma história política.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 231-269.

SOIHET, Rachel *et al.* Apresentação. *In: SOIHET, Rachel et al. Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 11-17.

SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de. A cidade e as memórias revisitadas: ou de como as memórias (re)inventam cidades. *In: ARAÚJO, Edna Maria Nóbrega et al. (Org.). Historiografia e(m) diversidade: artes e artimanhas do fazer histórico.* João Pessoa: Editora da UFCG/ANPUH-PB, 2010. p. 110-121.

VIANA, Helder. A problemática da “Memória Local”: Reflexões sobre o caso Norte-rio-grandense. *In: ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira; FAGUNDES, José Evangelista; ROCHA, Raimundo Nonato Araújo da. (Org.). Reflexões Sobre História Local e Produção de Material Didático.* Natal: EDUFRN, 2017. p. 107-135. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/23433>. Acesso em: 18 mar. 2019.